

# Índice

---

## 1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores	3

## 2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores	4
2.3 - Outras Informações Relevantes	15

## 3. Informações Financ. Seleccionadas

3.1 - Informações Financeiras	16
3.2 - Medições Não Contábeis	17
3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras	19
3.4 - Política de Destinação Dos Resultados	20
3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido	22
3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas	23
3.7 - Nível de Endividamento	24
3.8 - Obrigações	27
3.9 - Outras Informações Relevantes	28

## 4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco	29
4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado	39
4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes	42
4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores	60
4.5 - Processos Sigilosos Relevantes	61
4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto	62
4.7 - Outras Contingências Relevantes	67
4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados	68

# Índice

## 5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos	69
5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado	72
5.3 - Descrição Dos Controles Internos	74
5.4 - Programa de Integridade	76
5.5 - Alterações significativas	81
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	82

## 6. Histórico do Emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm	83
6.3 - Breve Histórico	84
6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial	88
6.6 - Outras Informações Relevantes	89

## 7. Atividades do Emissor

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas	90
7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista	93
7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais	94
7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais	98
7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total	120
7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades	121
7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior	128
7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades	129
7.8 - Políticas Socioambientais	130
7.9 - Outras Informações Relevantes	132

## 8. Negócios Extraordinários

8.1 - Negócios Extraordinários	137
8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor	138
8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais	139

## Índice

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.	140
<b>9. Ativos Relevantes</b>	
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros	141
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados	144
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis	145
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades	185
9.2 - Outras Informações Relevantes	187
<b>10. Comentários Dos Diretores</b>	
10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais	192
10.2 - Resultado Operacional E Financeiro	220
10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras	223
10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor	224
10.5 - Políticas Contábeis Críticas	226
10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	229
10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	230
10.8 - Plano de Negócios	231
10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante	233
<b>11. Projeções</b>	
11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas	234
11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas	235
<b>12. Assembléia E Administração</b>	
12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa	236
12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais	244
12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração	247
12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem	248
12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal	249
12.7/8 - Composição Dos Comitês	257

## Índice

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores	272
12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros	274
12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores	299
12.12 - Outras informações relevantes	300

### 13. Remuneração Dos Administradores

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária	302
13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	306
13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	310
13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária	312
13.5 - Remuneração Baseada em Ações	313
13.6 - Opções em Aberto	314
13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues	315
13.8 - Precificação Das Ações/opções	316
13.9 - Participações Detidas Por Órgão	317
13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários	318
13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal	319
13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria	320
13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores	321
13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam	322
13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor	323
13.16 - Outras Informações Relevantes	324

### 14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos	325
14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos	330
14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados	331

## Índice

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos	332
14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos	333
<b>15. Controle E Grupo Econômico</b>	
15.1 / 15.2 - Posição Acionária	334
15.3 - Distribuição de Capital	338
15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico	339
15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte	340
15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor	341
15.7 - Principais Operações Societárias	342
15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico	343
<b>16. Transações Partes Relacionadas</b>	
16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas	344
16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas	345
16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado	357
16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas	360
<b>17. Capital Social</b>	
17.1 - Informações Sobre O Capital Social	361
17.2 - Aumentos do Capital Social	362
17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações	364
17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social	365
17.5 - Outras Informações Relevantes	366
<b>18. Valores Mobiliários</b>	
18.1 - Direitos Das Ações	368
18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública	369
18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto	370

## Índice

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados	371
18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil	372
18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários	373
18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação	374
18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros	375
18.8 - Títulos Emitidos no Exterior	376
18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição	377
18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas	378
18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição	379
18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários	380

### 19. Planos de Recompra/tesouraria

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor	381
19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria	382
19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria	384

### 20. Política de Negociação

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários	385
20.2 - Outras Informações Relevantes	386

### 21. Política de Divulgação

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações	387
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	391
21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações	393
21.4 - Outras Informações Relevantes	394

## 1.0 - Identificação dos responsáveis

**Nome do responsável pelo conteúdo do formulário**

**Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior**

**Cargo do responsável**

Diretor Presidente

**Nome do responsável pelo conteúdo do formulário**

**Gustavo Lopes Theodozio**

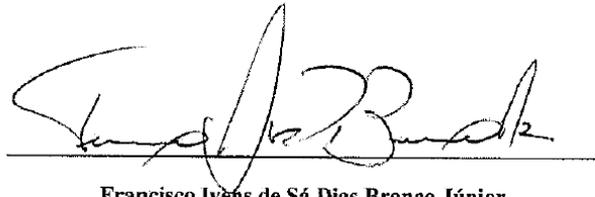
**Cargo do responsável**

Diretor de Relações com Investidores

## 1.1 – Declaração do Diretor Presidente

**Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior**, Diretor Presidente da M. Dias Branco S.A. Ind. e Com. de Alimentos, declara que:

- a) reviu o Formulário de Referência;
- b) todas as informações contidas no documento atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19;
- c) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

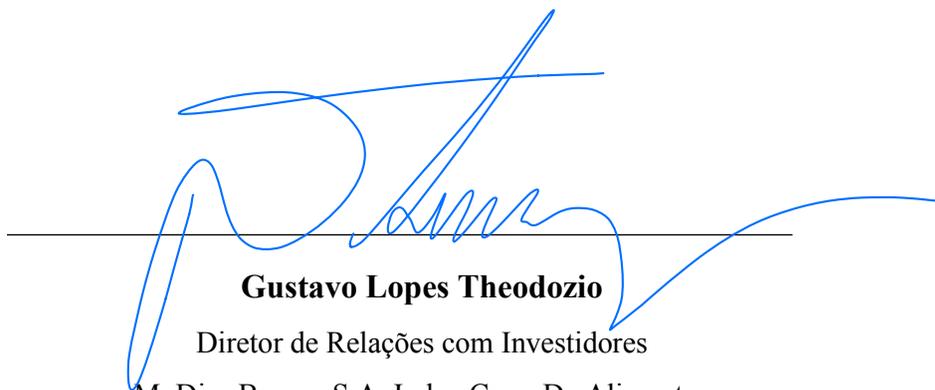


**Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior**  
Diretor Presidente  
M. Dias Branco S.A. Ind. e Com. De Alimentos

## 1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores

**Gustavo Lopes Theodozio**, Diretor de Relações com Investidores da M. Dias Branco S.A. Ind. e Com. de Alimentos, declara que:

- a) reviu o Formulário de Referência;
- b) todas as informações contidas no documento atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19;
- c) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.



**Gustavo Lopes Theodozio**  
Diretor de Relações com Investidores  
M. Dias Branco S.A. Ind. e Com. De Alimentos

**2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores**

<b>Possui auditor?</b>	SIM
<b>Código CVM</b>	287-9
<b>Tipo auditor</b>	Nacional
<b>Nome/Razão social</b>	PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES
<b>CPF/CNPJ</b>	61.562.112/0013-64
<b>Data Início</b>	18/04/2017
<b>Descrição do serviço contratado</b>	a) Data da contratação do serviço: 18 de abril de 2017 a.1) Serviços Contratados: - Realizar a auditoria e emitir relatório sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da M.Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos ("a Companhia") para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, bem como para fazer a revisão e emitir um relatório sobre as demonstrações financeiras e intermediárias não auditadas da Companhia e suas controladas dos períodos findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2017. b) Realizar Asseguração Limitada de indicadores contidos no Relatório Anual 2017.
<b>Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço</b>	Exercício de 2017 – a) Auditoria Externa: R\$ 410 mil. b)Asseguração do Relatório Anual: R\$ 42,4 mil.
<b>Justificativa da substituição</b>	Não Aplicável
<b>Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor</b>	Não Aplicável

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
José Vital Pessoa Monteiro Filho	18/04/2017	856.126.184-68	Rua Padre Carapuzeiro, 733, 8º andar, Boa Viagem, Recife, PE, Brasil, CEP 51020-280, Telefone (081) 34645034, Fax (081) 34645098, e-mail: jose.vital@pwc.com

<b>Possui auditor?</b>	SIM
<b>Código CVM</b>	287-9
<b>Tipo auditor</b>	Nacional
<b>Nome/Razão social</b>	PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES
<b>CPF/CNPJ</b>	61.562.112/0013-64
<b>Data Início</b>	12/01/2018
<b>Descrição do serviço contratado</b>	a) Contratação do serviço: 12 de janeiro de 2018 e 29 de maio de 2018 a.1) Serviços Contratados: Realizar a auditoria e emitir relatório sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos ("a Companhia") para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, bem como para fazer a revisão e emitir um relatório sobre as demonstrações financeiras e intermediárias não auditadas da Companhia e suas controladas dos períodos findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2018. a.2). Auditoria das demonstrações financeiras de 31/12/2018 da Indústria de Produtos Alimentícios Piraquê S.A., exame do Balanço Patrimonial em 31 de maio de 2018 da Indústria de Produtos Alimentícios Piraquê S.A. e Revisão da alocação do preço de compra da Piraquê, como parte do processo de auditoria externa.
<b>Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço</b>	R\$ 886 mil
<b>Justificativa da substituição</b>	Não Aplicável
<b>Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor</b>	Não Aplicável

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Vinicius Ferreira Brito Rego	12/01/2018	929.336.105-15	Rua Padre Carapuceiro, 910, 21º Andar - Torre A, Boa Viagem, Recife, PE, Brasil, CEP 51020-280, Telefone (081) 34645034, Fax (081) 34645098, e-mail: vinicius.rego@pwc.com

<b>Possui auditor?</b>	SIM
<b>Código CVM</b>	287-9
<b>Tipo auditor</b>	Nacional
<b>Nome/Razão social</b>	PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES
<b>CPF/CNPJ</b>	61.562.112/0013-64
<b>Data Início</b>	23/01/2018
<b>Descrição do serviço contratado</b>	b) Contratação do serviço: 23 de janeiro de 2018 b.1) Prestação de outros serviços: - Serviços de asseguaração do Relatório Anual 2018
<b>Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço</b>	R\$ 43 mil
<b>Justificativa da substituição</b>	Não Aplicável
<b>Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor</b>	Não Aplicável

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
José Vital Pessoa Monteiro Filho	23/01/2018	856.126.184-68	Rua Padre Carapuço, 733, 8º andar, Boa Viagem, Recife, PE, Brasil, CEP 51020-280, Telefone (081) 34645034, Fax (081) 34645098, e-mail: jose.vital@pwc.com

<b>Possui auditor?</b>	SIM
<b>Código CVM</b>	287-9
<b>Tipo auditor</b>	Nacional
<b>Nome/Razão social</b>	PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES
<b>CPF/CNPJ</b>	61.562.112/0013-64
<b>Data Início</b>	30/04/2018
<b>Descrição do serviço contratado</b>	d) Contratação do serviço: 30 de abril de 2018 d.1) revisão dos créditos tributários.
<b>Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço</b>	R\$ 51 mil
<b>Justificativa da substituição</b>	Não Aplicável
<b>Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor</b>	Não Aplicável

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
José Vital Pessoa Monteiro Filho	30/04/2018	856.126.184-68	Rua Padre Carapuço, 733, 8º andar, Boa Viagem, Recife, PE, Brasil, CEP 51020-280, Telefone (081) 34645034, Fax (081) 34645098, e-mail: jose.vital@pwc.com

<b>Possui auditor?</b>	SIM
<b>Código CVM</b>	287-9
<b>Tipo auditor</b>	Nacional
<b>Nome/Razão social</b>	PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES
<b>CPF/CNPJ</b>	61.562.112/0013-64
<b>Data Início</b>	05/05/2018
<b>Descrição do serviço contratado</b>	c) Contratação do serviço: 05 de maio de 2018 c.1) processo de "shadowing" sobre os procedimentos realizados pelo Comitê Independente de Investigação constituído pelo Conselho de Administração da Companhia.
<b>Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço</b>	R\$ 1.851 mil
<b>Justificativa da substituição</b>	Não Aplicável
<b>Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor</b>	Não Aplicável

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
José Vital Pessoa Monteiro Filho	05/05/2018	856.126.184-68	Rua Padre Carapuço, 733, 8º andar, Boa Viagem, Recife, PE, Brasil, CEP 51020-280, Telefone (081) 34645034, Fax (081) 34645098, e-mail: jose.vital@pwc.com

<b>Possui auditor?</b>	SIM
<b>Código CVM</b>	287-9
<b>Tipo auditor</b>	Nacional
<b>Nome/Razão social</b>	PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES
<b>CPF/CNPJ</b>	61.562.112/0013-64
<b>Data Início</b>	26/09/2018
<b>Descrição do serviço contratado</b>	e) Contratação do serviço: 26 de setembro de 2018 e. 1) revisão do relatório PPA – Purchase Price Allocation emitido pela empresa KPMG - Corporate Finance Ltda sobre a aquisição da empresa Indústria de Produtos Alimentícios Piraquê S.A. (Piraquê).
<b>Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço</b>	R\$ 64 mil
<b>Justificativa da substituição</b>	Não Aplicável
<b>Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor</b>	Não Aplicável

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Anibal Manoel Gonçalves de Oliveira	26/09/2018	851.939.507-44	Rua do Russel, 804, 6º e 7º Andar Ed. Ma, Glória, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 22210-907, Telefone (021) 32326112, e-mail: anibal.oliveira@pwc.com

<b>Possui auditor?</b>	SIM
<b>Código CVM</b>	287-9
<b>Tipo auditor</b>	Nacional
<b>Nome/Razão social</b>	PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES
<b>CPF/CNPJ</b>	61.562.112/0002-01
<b>Data Início</b>	30/05/2019
<b>Descrição do serviço contratado</b>	b) Contratação do serviço: 30 de maio de 2019 b.1) Retificação da ECD da controlada Indústria de Produtos Alimentícios Piraquê S.A.
<b>Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço</b>	b) Retificação da ECD da controlada Indústria de Produtos Alimentícios Piraquê S.A. (R\$ 15 mil).
<b>Justificativa da substituição</b>	Não Aplicável
<b>Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor</b>	Não Aplicável

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Vinicius Ferreira Brito Rego	30/05/2019	929.336.105-15	Rua Padre Carapuço, 910, 21º Andar - Torre A, Boa Viagem, Recife, PE, Brasil, CEP 51020-280, Telefone (081) 34645034, Fax (081) 34645098, e-mail: vinicius.rego@pwc.com

<b>Possui auditor?</b>	SIM
<b>Código CVM</b>	287-9
<b>Tipo auditor</b>	Nacional
<b>Nome/Razão social</b>	PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES
<b>CPF/CNPJ</b>	61.562.112/0013-64
<b>Data Início</b>	30/05/2019
<b>Descrição do serviço contratado</b>	a) Contratação do serviço: 30 de maio de 2019 a.1) Revisão e avaliação do compliance com normas e regulamentos fiscais relacionadas aos procedimentos tocantes à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS
<b>Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço</b>	a) Revisão e avaliação do compliance com normas e regulamentos fiscais relacionadas aos procedimentos tocantes à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS (R\$ 1.424 mil)
<b>Justificativa da substituição</b>	Não Aplicável
<b>Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor</b>	Não Aplicável

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Carlos Augusto Autran Pedral Sampaio Filho	30/05/2019	509.189.075-00	Rua Padre Carapuço, 910, 21º Andar - Torre A, Boa Viagem, Recife, PE, Brasil, CEP 51020-280, Telefone (081) 34645034, Fax (081) 34645098, e-mail: vinicius.rego@pwc.com

<b>Possui auditor?</b>	SIM
<b>Código CVM</b>	287-9
<b>Tipo auditor</b>	Nacional
<b>Nome/Razão social</b>	PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES
<b>CPF/CNPJ</b>	61.562.112/0013-64
<b>Data Início</b>	29/10/2019
<b>Descrição do serviço contratado</b>	a) Contratação do serviço: 29 de outubro de 2019 a.1) Laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis em 30 de setembro de 2019 da Indústria de Produtos Alimentícios Piraquê S.A; Indústria de Produtos Alimentícios Piraquê S.A.
<b>Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço</b>	a) Laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis em 30 de setembro de 2019 da Indústria de Produtos Alimentícios Piraquê S.A (R\$ 52 mil).
<b>Justificativa da substituição</b>	Não Aplicável
<b>Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor</b>	Não Aplicável

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Vinicius Ferreira Brito Rego	29/10/2019	929.336.105-15	Rua Padre Carapuiceiro, 910, 21º Andar - Torre A, Boa Viagem, Recife, PE, Brasil, CEP 51020-280, Telefone (081) 34645034, Fax (081) 34645098, e-mail: vinicius.rego@pwc.com

<b>Possui auditor?</b>	SIM
<b>Código CVM</b>	287-9
<b>Tipo auditor</b>	Nacional
<b>Nome/Razão social</b>	PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES
<b>CPF/CNPJ</b>	61.562.112/0013-64
<b>Data Início</b>	08/03/2020
<b>Descrição do serviço contratado</b>	a) Contratação do serviço: 08 de março de 2020 a.1) Serviços contratados: Realizar a auditoria e emitir relatório sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos ("a Companhia") para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, bem como fazer a revisão e emitir um relatório sobre as demonstrações financeiras e intermediárias não auditadas da Companhia e suas controladas dos períodos findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2019. a.2) Auditoria das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 da Indústria de Produtos Alimentícios Piraquê S.A., como parte do processo de auditoria externa.
<b>Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço</b>	Auditoria das Demonstrações financeiras de 2019: a) Honorários relativos a serviços de auditoria externa (R\$ 630 mil); Outros serviços de 2019
<b>Justificativa da substituição</b>	Não Aplicável
<b>Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor</b>	Não Aplicável

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Vinicius Ferreira Brito Rego	08/03/2020	929.336.105-15	Rua Padre Carapuceiro, 910, 21º Andar - Torre A, Boa Viagem, Cruzeiro do Sul, AC, Brasil, CEP 51020-280, Telefone (081) 34645034, Fax (081) 34645098, e-mail: vinicius.rego@pwc.com

<b>Possui auditor?</b>	SIM
<b>Código CVM</b>	287-9
<b>Tipo auditor</b>	Nacional
<b>Nome/Razão social</b>	PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES
<b>CPF/CNPJ</b>	61.562.112/0013-64
<b>Data Início</b>	08/03/2020
<b>Descrição do serviço contratado</b>	b) Contratação do serviço: 20 de janeiro de 2020 b.1) Serviços de asseguarção do relatório de sustentabilidade.
<b>Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço</b>	b) asseguarção limitada do relatório de sustentabilidade (R\$ 50 mil).
<b>Justificativa da substituição</b>	Não Aplicável
<b>Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor</b>	Não Aplicável

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Vinicius Ferreira Brito Rego	08/03/2020	929.336.105-15	Rua Padre Carapuiceiro, 910, 21º Andar - Torre A, Boa Viagem, Recife, PE, Brasil, CEP 51020-280, Telefone (081) 34645034, Fax (081) 34645098, e-mail: vinicius.rego@pwc.com

### **2.3 - Outras Informações Relevantes**

Como parte da política interna da Companhia, todos os serviços prestados pela empresa de auditoria independente devem ser analisados pelo comitê de auditoria antes de sua realização, como forma de garantir que não haja conflito de interesse.

As demais informações relevantes pertinentes a este item foram citadas nos itens anteriores.

**3.1 - Informações Financeiras - Consolidado**

<b>(Reais)</b>	<b>Exercício social (31/12/2019)</b>	<b>Exercício social (31/12/2018)</b>	<b>Exercício social (31/12/2017)</b>
Patrimônio Líquido	6.034.952.097,99	5.561.842.479,40	4.991.910.219,32
Ativo Total	8.101.030.882,59	7.807.466.363,95	6.089.764.921,66
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	6.103.608.464,53	6.025.053.178,29	5.415.421.500,75
Resultado Bruto	2.161.272.469,39	2.294.318.345,93	2.249.054.076,69
Resultado Líquido	556.883.657,46	723.497.297,49	844.182.806,24
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	339.000.000	339.000.000	339.000.000
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	17,802219	16,406615	14,725399
Resultado Básico por Ação	1,642725	2,134210	2,490215
Resultado Diluído por Ação	1,64	2,13	2,49

### 3.2 - Medições Não Contábeis

#### a. Informar o valor das medições não contábeis

##### i. Ebitda

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2019
<b>Ebitda</b>	<b>966.325.075,91</b>	<b>933.119.494,55</b>	<b>772.054.785,35</b>

A Companhia também acompanha seu desempenho a partir do EBITDA, que nos termos da Instrução CVM nº 527/12, consiste no resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões. O art. 4º da Instrução CVM nº 527/12 dispõe também que a companhia pode optar por divulgar os valores do EBITDA excluindo os resultados líquidos vinculados às operações descontinuadas e ajustado por outros itens que contribuam para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa.

##### ii. Dívida Líquida

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2019
<b>Caixa Líquido (Dívida Líquida) <sup>(1)</sup></b>	<b>596.572.172,65</b>	<b>-763.484.144,40</b>	<b>-605.050.582,41</b>

(1) Contempla o caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto e longo prazo.

A Companhia calcula a dívida líquida com base na soma dos empréstimos e financiamentos com instituições financeiras, financiamentos de impostos, financiamentos diretos, deduzindo dos valores de caixa e equivalentes de caixa e aplicações de curto prazo e longo prazo.

#### b. Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

##### i. Ebitda

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2019
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>	<b>844.182.806,24</b>	<b>723.497.297,49</b>	<b>556.883.657,46</b>
Imposto de renda e contribuição social	71.294.446,08	73.570.781,23	12.095.591,51
Receitas financeiras	-161.728.073,10	-233.107.076,07	-252.856.628,11
Despesas financeiras	85.002.381,30	186.845.831,14	222.396.471,60
Despesa de Depreciação e Amortização sobre CPV	102.203.871,18	141.402.664,42	165.879.165,77
Despesa de Depreciação e Amortização sobre despesas operacionais	25.369.644,21	40.909.996,35	67.656.527,12
<b>EBITDA</b>	<b>966.325.075,91</b>	<b>933.119.494,55</b>	<b>772.054.785,35</b>
Deságio na aquisição de investimento	0,00	0,00	0,00
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>966.325.075,91</b>	<b>933.119.494,55</b>	<b>772.054.785,35</b>

### 3.2 - Medições Não Contábeis

#### ii. Caixa Dívida Líquida

Endividamento	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2019
Caixa <sup>(1)</sup>	938.247.262,49	464.053.469,52	368.551.130,13
Endividamento Total <sup>(2)</sup>	(341.675.089,84)	(1.248.804.871,97)	(979.677.165,23)
Instrumentos Financeiros a Receber (Pagar)	-	21.267.258,05	6.075.452,69
<b>Caixa Líquido (Dívida Líquida) <sup>(3)</sup></b>	<b>596.572.172,65</b>	<b>(763.484.144,40)</b>	<b>(605.050.582,41)</b>

(1) Contempla o caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto e longo prazo.

(2) Contempla os financiamentos e empréstimos com instituições financeiras, financiamentos de impostos, financiamentos diretos de curto e longo prazo.

(3) Em 31/12/2017 houve modificação na metodologia de cálculo da dívida líquida, sendo incluído os valores dos instrumentos financeiros. O valor acima, do ano de 2016, foi reapresentado considerando a nova metodologia.

#### c. Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Em virtude do EBITDA ser um indicador financeiro utilizado para avaliar o resultado de empresas sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e outros impactos contábeis sem reflexo direto no seu fluxo de caixa, como é o caso da depreciação, a Companhia acredita que o EBITDA é uma medição importante para a compreensão da sua solidez financeira e capacidade de geração de caixa, além de contribuir para a compreensão de seu desempenho operacional. Trata-se de uma informação adicional às suas demonstrações financeiras, sendo normalmente utilizada por investidores e analistas de mercado.

No entendimento da administração, a referida importância do EBITDA advém do fato de que é uma das medidas não contábeis mais apropriadas para revelar o potencial de geração de caixa da Companhia a partir de seus ativos operacionais, uma vez que excluem do resultado operacional contábil itens sem impacto no caixa do período, como a depreciação e amortização.

### 3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

A autorização para conclusão do relatório anual da administração e das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi dada pela diretoria, em reunião realizada em 06 de março de 2020.

Em 20 de janeiro de 2020, foi aprovado pelo Conselho de Administração, o programa de recompra de ações, com o objetivo de adquirir ações de emissão da própria Companhia para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação com vistas a: (a) atender ao Programa de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 13 de abril de 2017; e, (b) maximizar a geração de valor para os acionistas.

A quantidade de ações a ser adquirida no âmbito do Programa de Recompra estará limitada a 8.472.614 ações ordinárias que representam a 10% (dez por cento) do total de Ações em Circulação em 13/01/2020, no prazo de 18 meses, iniciando em 21/01/2020 com encerramento em 21/07/2021.

A autorização para conclusão do relatório anual da administração e das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi dada pela diretoria, em reunião realizada em 11 de março de 2019 e não houve evento subsequente.

A autorização para conclusão do relatório anual da administração e das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi dada pela diretoria, em reunião realizada em 05 de março de 2018.

### 3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

ANO	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2019
a. Regras sobre retenção de lucros	<p>O Estatuto Social da Companhia previa que a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório. Após a constituição da reserva legal, da reserva de incentivos fiscais e da fixação dos dividendos, a parcela restante do lucro será aplicada, salvo deliberação diversa pela Assembleia Geral, na constituição de reserva estatutária denominada “Reserva para Plano de Investimento”. A Reserva para Plano de Investimento observará o limite de 95% do capital social e poderá, por deliberação do Conselho de Administração, ser capitalizada, utilizada na absorção de prejuízos ou na distribuição de dividendos aos acionistas. O saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a Assembleia Geral deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. Na Assembleia Geral Ordinária, realizada em 12 de abril de 2018, foi deliberada a destinação do saldo do lucro remanescente para a Reserva para Plano de Investimento, após a destinação da reserva legal, reserva de incentivos fiscais e da fixação dos juros sobre o capital próprio, os quais devem ser considerados, em parte, como pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios.</p>	<p>O Estatuto Social da Companhia previa que a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório. Após a constituição da reserva legal, da reserva de incentivos fiscais e da fixação dos dividendos, a parcela restante do lucro será aplicada, salvo deliberação diversa pela Assembleia Geral, na constituição de reserva estatutária denominada “Reserva para Plano de Investimento”. A Reserva para Plano de Investimento observará o limite de 95% do capital social e poderá, por deliberação do Conselho de Administração, ser capitalizada, utilizada na absorção de prejuízos ou na distribuição de dividendos aos acionistas. O saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a Assembleia Geral deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. Na Assembleia Geral Ordinária, realizada em 18 de abril de 2019, foi deliberada a destinação do saldo do lucro remanescente para a Reserva para Plano de Investimento, após a destinação da reserva legal, reserva de incentivos fiscais e da fixação dos juros sobre o capital próprio, os quais devem ser considerados, em parte, como pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios.</p>	<p>O Estatuto Social da Companhia previa que a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório. Após a constituição da reserva de incentivos fiscais, da reserva legal e da fixação dos dividendos, a parcela restante do lucro será aplicada, salvo deliberação diversa pela Assembleia Geral, na constituição de reserva estatutária denominada “Reserva para Plano de Investimento”. A Reserva para Plano de Investimento observará o limite de 95% do capital social e poderá, por deliberação do Conselho de Administração, ser capitalizada, utilizada na absorção de prejuízos ou na distribuição de dividendos aos acionistas. O saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a Assembleia Geral deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. Na Assembleia Geral Ordinária, realizada em 09 de abril de 2020, foi deliberada a destinação do saldo do lucro remanescente para a Reserva para Plano de Investimento, após a destinação da reserva legal, reserva de incentivos fiscais e da fixação dos juros sobre o capital próprio, os quais devem ser considerados, em parte, como pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios.</p>
a. i. Valores das retenções de lucros	290.851.711,01	210.238.610,14	62.700.887,81
a. ii. Percentuais em relação ao lucro total declarado	34,5%	29,1%	11,3%
b. Regras sobre distribuição de dividendos	<p>Segundo o Estatuto Social da Companhia, o saldo do lucro líquido foi ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, e 25% (vinte e cinco por cento) do saldo ajustado descontado dos valores destinados à Reserva de Incentivos Fiscais foi atribuído ao pagamento do dividendo obrigatório. Em relação ao exercício de</p>	<p>Segundo o Estatuto Social da Companhia, o saldo do lucro líquido foi ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, e 25% (vinte e cinco por cento) do saldo ajustado descontado dos valores destinados à Reserva de Incentivos Fiscais foi atribuído ao pagamento do dividendo obrigatório. Em relação ao exercício de</p>	<p>Segundo o Estatuto Social da Companhia, o saldo do lucro líquido foi ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, e 25% (vinte e cinco por cento) do saldo ajustado descontado dos valores destinados à Reserva de Incentivos Fiscais foi atribuído ao pagamento do dividendo obrigatório. Em relação ao exercício de</p>

**3.4 - Política de Destinação Dos Resultados**

	2017, a Companhia distribuiu resultado na forma de juros sobre o capital próprio, os quais foram considerados, em parte, como pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios. A remuneração total representou 39,51% do lucro líquido passível de distribuição em 2017.	2018, a Companhia distribuiu resultado na forma de juros sobre o capital próprio, os quais foram considerados, em parte, como pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios. A remuneração total representou 39,80% do lucro líquido passível de distribuição em 2018.	2019, a Companhia distribuiu resultado na forma de juros sobre o capital próprio, os quais foram considerados, em parte, como pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios. A remuneração total representou 57,55% do lucro líquido passível de distribuição em 2019.
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	Anual	Anual	Anual
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos	Não houve eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial que seja aplicável à Companhia. A Companhia, inclusive, distribui um percentual de dividendos ou juros sobre capital próprio imputado aos dividendos, superior ao mínimo estabelecido no Estatuto Social (estabelecido em 25% do lucro líquido ajustado).	Não houve eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial que seja aplicável à Companhia. A Companhia, inclusive, distribui um percentual de dividendos ou juros sobre capital próprio imputado aos dividendos, superior ao mínimo estabelecido no Estatuto Social (estabelecido em 25% do lucro líquido ajustado).	Não houve eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial que seja aplicável à Companhia. A Companhia, inclusive, distribui um percentual de dividendos ou juros sobre capital próprio imputado aos dividendos, superior ao mínimo estabelecido no Estatuto Social (estabelecido em 25% do lucro líquido ajustado).

**3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido**

(Reais)	Exercício social 31/12/2019	Exercício social 31/12/2018	Exercício social 31/12/2017
Lucro líquido ajustado	147.700.887,82	349.238.610,14	480.851.711,01
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	57,548740	39,800869	39,513221
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	39,513221	13,008231	16,911017
Dividendo distribuído total	85.000.000,00	139.000.000,00	190.000.000,00
Lucro líquido retido	471.883.657,46	584.497.297,49	654.182.806,24
Data da aprovação da retenção	09/04/2020	18/04/2019	12/04/2018

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
<b>Juros Sobre Capital Próprio</b>						
Ordinária	85.000.000,00	30/04/2020	139.000.000,00	30/04/2019	57.630.000,00	31/08/2017
Ordinária					132.370.000,00	27/04/2018

### **3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas**

A Companhia não distribuiu dividendos à conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios anteriores.

**3.7 - Nível de Endividamento**

<b>Exercício Social</b>	<b>Soma do Passivo Circulante e Não Circulante</b>	<b>Tipo de índice</b>	<b>Índice de endividamento</b>	<b>Descrição e motivo da utilização de outro índice</b>
<b>31/12/2019</b>	2.066.078.784,59	Índice de Endividamento	34,23521432	

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2019	0,00	Outros índices	0,78368866	<p>Divida Líquida: R\$ 605.050.582,41 / EBITDA dos últimos 12 meses: R\$ 772.054.785,35 = 0,783688663.</p> <p>A Companhia analisa a sua situação financeira e endividamento pelo indicador da Dívida Líquida, que é composta pela soma dos empréstimos e financiamentos de instituições financeiras, financiamentos de impostos, financiamentos diretos, de curto e longo prazo, deduzida dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e de aplicações financeiras de longo prazo.</p> <p>A Companhia entende que o índice Dívida Líquida/EBITDA dos últimos 12 meses pode contribuir para a correta compreensão da situação financeira e do nível de endividamento da Companhia, pois reflete de forma apropriada o nível de endividamento da Companhia e da capacidade de pagamento.</p> <p>Em virtude do EBITDA ser um indicador financeiro utilizado para avaliar o resultado de empresas sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e outros impactos contábeis sem reflexo direto no seu fluxo de caixa, como é o caso de depreciação, a Companhia acredita que o EBITDA é uma medição importante para a compreensão da sua solidez financeira e capacidade de geração de caixa, além de contribuir para a compreensão de seu desempenho operacional. Para maiores detalhes, consultar o item 3.2 deste Formulário de Referência.</p> <p>Neste contexto, a capacidade do índice Dívida Líquida/EBITDA dos últimos 12 meses de representar apropriadamente a capacidade de pagamento da Companhia advém da crença da administração de que o EBITDA reflete o resultado operacional contábil sem o efeito de itens não caixa relevantes ( como a depreciação).</p>

**3.7 - Nível de Endividamento**

<b>Exercício Social</b>	<b>Soma do Passivo Circulante e Não Circulante</b>	<b>Tipo de índice</b>	<b>Índice de endividamento</b>	<b>Descrição e motivo da utilização de outro índice</b>
<b>31/12/2019</b>	0,00	Outros índices	10,02577274	Dívida Líquida: R\$ 605.050.582,41 (A Companhia analisa a sua situação financeira e endividamento pelo indicador da Dívida Líquida, que é composta pela soma dos empréstimos e financiamentos de instituições financeiras, financiamentos de impostos, financiamentos diretos, de curto e longo prazo, deduzida dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e de aplicações financeiras de longo prazo)/ Patrimônio Líquido: R\$ 6.034.952.097,99.

**3.8 - Obrigações**

<b>Exercício social (31/12/2019)</b>							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Títulos de dívida	Garantia Real		0,00	65.741.217,98	10.488.461,03	205.586,16	76.435.265,17
Financiamento	Garantia Real		69.485.020,84	151.000.719,31	10.509.821,98	0,00	230.995.562,13
Financiamento	Quirografárias		538.705.378,86	159.428.046,29	50.548.177,96	0,00	748.681.603,11
Títulos de dívida	Quirografárias		545.417.166,17	194.256.484,27	69.624.201,82	200.668.501,91	1.009.966.354,17
<b>Total</b>			<b>1.153.607.565,87</b>	<b>570.426.467,85</b>	<b>141.170.662,79</b>	<b>200.874.088,07</b>	<b>2.066.078.784,58</b>
<b>Observação</b>							

### **3.9 - Outras Informações Relevantes**

Nos contratos firmados pela Companhia, parte deles possui cláusulas restritivas (“covenants”), as quais estão abordadas no item i do tópico 10.1 deste formulário. Existem alguns contratos de FINAME, celebrados entre a M DIAS BRANCO e algumas Instituições Financeiras com cláusulas de cross-default.

Todas as informações relevantes pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Os riscos descritos abaixo são aqueles que, atualmente, a Companhia acredita que poderiam lhe afetar e/ou afetar suas controladas adversamente. Riscos adicionais, desconhecidos ou considerados menos relevantes pela Companhia neste momento, também poderão causar efeito adverso relevante em seus negócios e/ou no preço de negociação das ações de sua emissão.

Para os fins desta seção e da seção 4.2 – *Riscos de Mercado*, exceto se expressamente indicado ou se o contexto assim o requerer, a indicação de que um risco, incerteza ou problema pode ter ou terá um "efeito adverso para a Companhia" significa que o risco, incerteza ou problema pode ter ou terá um efeito adverso nos seus negócios, condição financeira, liquidez, resultados de operações, futuros negócios e/ou valor das ações ordinárias de emissão da Companhia, inclusive de suas controladas. Expressões similares nesta seção devem ser lidas como tendo o mesmo significado.

### a. Riscos relacionados aos seus clientes

#### Fator de risco operacional

*A Companhia está sujeita a reclamações de consumidores e a recall de produtos, o que poderia afetar negativamente sua imagem, bem como ter um impacto adverso relevante em seus custos, negócios e resultados.*

A Companhia produz e vende alimentos para consumo humano, o que envolve riscos, tais como contaminação, perecimento, adulteração, dentre outros. Caso a Companhia venha a ser envolvida em algum processo de responsabilidade civil relacionado aos seus produtos ou venha a realizar algum recall de seus produtos, isto poderia impactar negativamente sua lucratividade por um período, dependendo: (i) do volume do produto no mercado; (ii) da reação dos concorrentes; e (iii) da reação dos seus consumidores acarretando, inclusive, custos de recall, de informações na mídia e com advogados, bem como possíveis pagamentos de indenizações. Mesmo que a Companhia não seja responsabilizada em uma ação judicial, a publicidade negativa que poderia vir a ser gerada em relação aos seus produtos e à sua qualidade poderia afetar adversamente sua reputação perante atuais e potenciais consumidores, assim como sua imagem corporativa e de suas marcas, o que acarretaria um efeito adverso para seus negócios e resultados.

#### Fator de risco estratégico

*Mudanças nas preferências do consumidor podem afetar a demanda por produtos da Companhia*

O setor de alimentos, em geral, está sujeito a mudanças nas tendências, exigências e preferências dos consumidores, as quais ocorrem frequentemente e, caso a Companhia não consiga ter êxito em antecipar, identificar ou reagir a tais mudanças, poderá ocorrer uma redução na procura e nos preços de seus produtos, podendo ter um efeito adverso sobre o seu negócio, sua situação financeira, seus resultados operacionais e o preço de mercado de suas ações.

### b. Riscos relacionados à Companhia

#### Fator de risco estratégico

*A suspensão, o cancelamento ou a não obtenção de novos incentivos fiscais federais e estaduais de titularidade da Companhia podem afetar os seus resultados de forma adversa.*

Desde o final da década de 80, a Companhia é titular de incentivos fiscais estaduais, tendo em 31 de dezembro de 2019, 8 (oito) de suas unidades contempladas com incentivos concedidos pelos estados do Ceará (3 unidades fabris), Pernambuco, Bahia, Paraíba, Rio Grande do Norte e Rio de Janeiro. Desde a década de 90, a Companhia possui incentivos fiscais federais, tendo hoje 8 (oito)

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

unidades industriais, todas sediadas no Nordeste do Brasil, com incentivos concedidos pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Tais incentivos consistem na transferência de recursos a título de contrapartida dos governos para os investimentos da Companhia na construção, instalação e modernização de novas unidades industriais na região. A concessão de incentivos, especialmente federais, é realizada somente após a Companhia comprovar que concluiu e colocou em operação as unidades industriais resultantes dos investimentos previstos em projetos aprovados nos termos das leis que autorizam os a concessão de subvenções para a realização de tais investimentos.

Mesmo se tratando de incentivos fiscais concedidos em função do atendimento a determinadas condições e por prazo certo – os quais, segundo a legislação brasileira, não podem ser suprimidos unilateralmente pelos governos concedentes antes do transcurso do prazo de concessão – a Companhia poderá vir a sofrer a suspensão do direito ao recebimento dos incentivos, ou até seu cancelamento, caso descumpra algumas exigências que devem ser obedecidas durante seu prazo de fruição, tais como: (i) não distribuição aos seus acionistas do valor do incentivo fiscal recebido; (ii) manutenção de suas operações dentro da regularidade fiscal, especialmente pagando os tributos sem atrasos; e (iii) apresentação, anualmente, de certos documentos e relatórios às autoridades competentes, comprovando os investimentos realizados e o atendimento das demais condições. O não cumprimento de tais obrigações pode resultar na suspensão ou no cancelamento de tais incentivos fiscais, podendo até obrigar a Companhia a devolver o valor dos incentivos recebidos, acrescido de encargos, o que pode vir a ter um efeito adverso para a Companhia.

A Companhia, considerando o atual cenário de reforma tributária no país, não pode assegurar que continuará a obter novas subvenções para investimento depois de expirados os prazos de recebimento das atuais e, se conseguir, não pode assegurar que tais incentivos serão concedidos nas mesmas condições das que atualmente é titular. Caso novos incentivos fiscais não sejam efetivamente obtidos, a sua geração de caixa poderá sofrer efeito adverso.

### ***Decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos podem causar efeitos adversos para a Companhia.***

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos relativos a questões tributárias, cíveis e trabalhistas e pode obter resultados desfavoráveis em alguns desses processos. As suas provisões para tais contingências poderão não ser suficientes para a satisfação do valor total que a Companhia poderá vir a ser exigida a pagar, visto que são provisionados valores estimados relacionados aos processos com perda provável. Decisões desfavoráveis em relação ao conjunto de processos judiciais ou administrativos poderão ter um efeito adverso para a Companhia.

Para mais informações sobre esses processos, os valores envolvidos, bem como os montantes provisionados, ver neste Formulário de Referência os itens 4.3 - *Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes* a 4.7 - *Outras contingências relevantes*.

### ***A precificação inadequada dos produtos pode afetar de forma adversa os resultados e o market share da Companhia.***

Os crescimentos em market share e resultado financeiro da Companhia podem ser afetados de forma adversa à medida que os preços são reajustados em decorrência da elevação do custo das commodities e insumos. A Companhia ajusta os preços dos produtos baseada em diversas variáveis incluindo demanda, ambiente competitivo e mudanças nos custos das principais commodities, variação cambial e outros fatores.

### ***A estratégia de crescimento da Companhia por meio de aquisições pode ter efeito adverso para a Companhia.***

Parte da estratégia de crescimento futuro da Companhia pode envolver a aquisição de empresas ou outros ativos, caso surjam oportunidades nos mercados em que a Companhia atua ou em novos mercados. Qualquer aquisição de outras empresas ou ativos pode envolver riscos tais como:

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

- Dificuldades operacionais de integração dos novos colaboradores, dos sistemas de informação, dos produtos e da base de clientes aos seus negócios. Como resultado de qualquer aquisição, podem surgir demandas adicionais dos seus administradores seniores, dos seus sistemas de informação e de outras áreas da Companhia;
- As empresas adquiridas podem vir a apresentar obrigações e contingências não identificadas no processo de auditoria ou due diligence realizado quando da sua aquisição, ou para as quais a Companhia pode não obter indenização contratual do vendedor;
- Qualquer atraso no processo de integração pode causar um aumento inesperado das suas despesas operacionais;
- A diferença cultural entre as empresas pode ocasionar demissões em massa ou insatisfação dos colaboradores remanescentes, impactando o cronograma ou custo da integração;
- A emissão de ações ou de títulos de dívida como fonte de captação de recursos para novas aquisições pode diluir a participação dos seus acionistas no seu capital social ou sujeitar a Companhia a restrições ou obrigações que podem vir a impactar sua habilidade de colocar em prática outros elementos de sua estratégia;
- O processo de aquisição pode ser competitivo e pode elevar o valor da transação pretendida ou, ainda, inviabilizar a consumação da potencial aquisição;
- O resultado da aquisição de outros negócios pode, ainda, afetar adversamente a capacidade da Companhia de pagar dividendos aos seus acionistas; e
- Complexidades na formação do preço de aquisição ou dificuldades de obtenção de autorizações das autoridades públicas de defesa da concorrência, em tempo hábil, podem levar a Companhia a desistir da aquisição ou podem resultar na aquisição de empresas menos atrativas.

### ***A Companhia pode não pagar dividendos aos titulares de ações de sua emissão.***

De acordo com seu Estatuto Social, a Companhia deve pagar aos seus acionistas, no mínimo, 25,0% do seu lucro líquido anual ajustado, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, sob a forma de dividendo obrigatório. Contudo, o lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou então retido, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, podendo não ser disponibilizado para pagamento de dividendos. Assim, a Companhia pode não pagar dividendos aos seus acionistas em qualquer exercício social, caso seus administradores decidam que tal pagamento é desaconselhável diante de sua situação financeira e essa decisão venha a ser aprovada pela assembleia de acionistas. Ademais, a Companhia poderá mudar sua política de distribuição de dividendos a qualquer momento, observados os limites legais. Caso qualquer destes eventos ocorra, os proprietários de suas ações podem não receber dividendos.

### **Fator de risco cibernético**

#### ***Falhas na tecnologia da informação poderiam prejudicar as operações da Companhia.***

A Companhia depende de sistemas de tecnologia da informação para processar, transmitir, armazenar informações eletrônicas e manter comunicações com suas filiais, clientes e fornecedores. Como em qualquer ambiente informatizado, os sistemas de informação da Companhia poderão estar vulneráveis a interrupções em seu funcionamento devido a eventos fora do controle da Companhia, como por exemplo, desastres naturais, falhas nas telecomunicações, vírus de computador, ataques de hackers, deficiências em segregação de funções e controles de perfis de acesso, ou outras questões operacionais ou de segurança. Interrupções no funcionamento dos seus sistemas informatizados poderiam ter efeito adverso nas operações da Companhia. Brechas de segurança poderiam levar a fraudes e eventuais prejuízos financeiros.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

### Fator de risco operacional

***Perdas não cobertas pelas apólices de seguro contratadas ou que excedam os limites de indenizações contratadas, podem causar efeitos adversos nos negócios da Companhia.***

A Companhia contratou diversas apólices de seguro junto a grandes seguradoras líderes em seus mercados de atuação com cobertura para parte de seu patrimônio contra potenciais riscos existentes. Nesse sentido, a Companhia possui apólices de seguro contratadas com cobertura para danos envolvendo as plantas industriais e demais estabelecimentos por ela ocupados, transporte internacional de insumos, entre outros.

Não se pode assegurar que as coberturas por ela contratadas sejam suficientes para garantir todas as eventuais perdas e danos decorrentes de sinistros que possam ocorrer no desenvolvimento de suas atividades cotidianas. Assim, na hipótese de ocorrência de quaisquer eventos não cobertos ou que excedam os limites máximos de indenização previstos nas apólices de seguro contratadas, a Companhia poderá incorrer em significativos custos adicionais não previstos para a recomposição ou reforma de seus patrimônios, o que poderá impactar adversamente nos seus resultados operacionais. Além disso, a Companhia não pode assegurar que será capaz de manter apólices de seguro a taxas comerciais razoáveis ou em termos aceitáveis no futuro, o que também poderá gerar impactos negativos nos seus resultados. Adicionalmente, a Companhia poderá ser responsabilizada judicialmente pelo pagamento de indenização a terceiros de sinistros ocorridos que não estejam cobertos nas apólices de seguros contratadas.

### Fator de risco estratégico

***A Companhia pode vir a realizar captação de recurso no futuro, por meio da emissão de ações ou títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações, o que poderá resultar em uma diluição da participação do investidor em ações de sua emissão.***

A Companhia pode precisar de recursos adicionais e poderá optar por obtê-los por meio de colocação pública ou privada de títulos de dívida ou de ações ou outros valores mobiliários conversíveis em ações, principalmente na hipótese de financiamentos públicos ou privados não estarem disponíveis. Se os acionistas assim decidirem, os recursos adicionais a serem obtidos por meio de aumento do capital social poderão resultar na diluição da participação do investidor nas ações da Companhia.

### Fator de risco de mercado

***A Companhia pode estar sujeita a falta de liquidez para honrar as obrigações.***

Em cenários em que o acesso a recursos é escasso e/ou torna-se muito custoso, e o acesso ao mercado de capitais não é possível ou é limitado, podemos nos encontrar na situação de termos que diminuir a margem financeira dos nossos produtos a fim de atrair mais clientes e/ou liquidar ativos não comprometidos e/ou potencialmente desvalorizados para assim sermos capazes de honrar nossas obrigações. Caso a liquidez do mercado seja reduzida, a pressão da demanda poderá ter impacto negativo sobre os preços, uma vez que os compradores naturais podem não estar disponíveis imediatamente. Nesse caso, poderemos registrar um deságio significativo sobre os ativos, o que impactará os resultados e a situação financeira.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

### c. Riscos relacionados ao controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle da Companhia

#### Fator de risco de compliance

*A administração, sob a influência do acionista controlador da Companhia, poderá tomar determinadas decisões em relação aos seus negócios que podem conflitar com o interesse dos acionistas minoritários e potenciais investidores da Companhia.*

O acionista controlador poderá tomar medidas contrárias aos interesses dos investidores da Companhia, inclusive reorganizações societárias e política de dividendos. A decisão de seu acionista controlador quanto aos seus rumos pode divergir da decisão esperada pelos acionistas minoritários da Companhia.

### d. Riscos relacionados aos seus fornecedores

#### Fator de risco operacional

*O preço das matérias-primas e embalagens utilizadas pela Companhia é volátil e uma oscilação brusca ou inesperada nesses preços poderá ter um efeito adverso para seus negócios.*

As principais matérias-primas da Companhia são: o trigo, a farinha de trigo, os óleos vegetais, as gorduras vegetais e o açúcar, as quais contribuíram com aproximadamente 56,5% de seus custos de produtos vendidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Tais matérias-primas e/ou seus componentes são *commodities* e, como tal, seus preços são fixados em Dólar ou definidos em Reais em função dos preços internacionais em Dólar. Os preços desses insumos oscilam de acordo com sua cotação no mercado internacional de *commodities*, o qual é afetado pela variação da oferta e demanda mundial. Historicamente, a cotação de tais *commodities* no mercado internacional sofreu flutuações devido a uma série de fatores. A Companhia não tem e não terá controle sobre os fatores que afetam a flutuação da cotação de tais *commodities*.

As embalagens também são importantes componentes do seu processo produtivo, tendo representado, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, aproximadamente, 9,7%, de seus custos de produtos vendidos. O preço das embalagens sofre influência, direta ou indireta, de diversos fatores, entre eles os preços internacionais do petróleo, que são estabelecidos com base no Dólar. Historicamente, o preço das embalagens sofreu flutuações devido a uma série de fatores. A Companhia não tem e não terá controle sobre os fatores que afetam a flutuação do preço das embalagens.

Uma variação súbita ou inesperada dos preços de tais *commodities* e das embalagens decorrente de alterações resultantes de variações cambiais entre o Real em relação ao Dólar, e/ou mudanças na oferta ou demanda destes produtos, pode impactar diretamente o preço de suas matérias-primas e embalagens. Em caso de aumento de preços destes insumos, poderá não ser possível repassar integralmente, de forma imediata, tal aumento aos seus preços, o que poderá vir a diminuir suas margens e afetar a Companhia de forma adversa.

### e. Riscos relacionados aos setores da economia nos quais o emissor atue

#### Fator de risco de mercado

*A inflação e certas medidas do Governo Federal para combatê-la podem contribuir para a incerteza econômica do Brasil, podendo prejudicar as atividades da Companhia e a negociação das ações de sua emissão.*

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

No passado, o Brasil registrou índices de inflação extremamente altos. A inflação e algumas medidas tomadas pelo Governo Federal com o intuito de controlá-la, combinada com a especulação sobre eventuais medidas governamentais a serem adotadas, tiveram efeito positivo sobre a economia brasileira, contudo, em virtude da incerteza econômica existente no Brasil e no exterior, há um aumento da volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro.

As medidas do Governo Federal para controle da inflação, frequentemente, têm incluído a manutenção de política monetária com baixas taxas de juros, ampliando assim a disponibilidade de crédito e visando impulsionar o crescimento econômico. Como consequência, as taxas de juros têm reduzido de maneira significativa.

Contudo, o Brasil pode passar por aumentos relevantes da taxa de inflação no futuro. Pressões inflacionárias podem levar à intervenção do governo sobre a economia, incluindo a implementação de políticas governamentais que podem ter um efeito adverso para a Companhia. Além disso, se o Brasil experimentar taxas de inflação que reduzam significativamente o poder de compra do consumidor, a Companhia pode não ser capaz de reajustar os preços de seus produtos de maneira suficiente para compensar os efeitos da inflação em sua estrutura de custos, o que poderá ter um efeito adverso para a Companhia.

***O Governo Federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e política brasileira, poderão vir a causar um efeito adverso para a Companhia e para o valor de mercado das ações de sua emissão.***

O Governo Federal frequentemente intervém na economia do País e ocasionalmente realiza modificações significativas em suas políticas, normas monetárias, fiscais, creditícias e tarifárias e regulamentos. As medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação, além de outras políticas, normas e regulamentos, muitas vezes envolvem, entre outras medidas, redução das taxas de juros, mudanças das políticas fiscais, valorizações cambiais, controles de capital e limitações às importações. A Companhia não tem controle sobre quais medidas ou políticas o Governo Federal poderá adotar no futuro, e não pode prevê-las. Os seus negócios, sua situação financeira e os seus resultados operacionais, bem como o preço de mercado das ações de sua emissão poderão ser adversamente afetados por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem certos fatores, tais como:

- Política monetária, cambial e taxas de juros;
- Políticas de controle cambial e restrições sobre remessas ao exterior;
- Inflação;
- Liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- Política fiscal e alterações na legislação tributária;
- Desapropriação de propriedades privadas;
- Leis e regulamentos aplicáveis ao setor, inclusive ambientais e sanitários;
- Interpretação de leis trabalhistas e previdenciárias;
- Racionamento de energia elétrica e água; e
- Outros fatores políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiros e dos valores mobiliários emitidos no exterior por companhias brasileiras. Sendo assim, tais incertezas e outros acontecimentos futuros na economia brasileira poderão prejudicar as atividades da Companhia e os seus resultados operacionais, podendo inclusive afetar adversamente a negociação das ações de sua emissão.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

***A volatilidade do Real em relação ao Dólar pode ter um efeito adverso para a Companhia e para as ações de sua emissão.***

A moeda corrente brasileira desvalorizou-se várias vezes frente ao Dólar durante as últimas décadas. Durante este período, o Governo Federal implantou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, dentre as quais desvalorizações repentinas ou periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária para mensal), controles cambiais, mercados de câmbio paralelos e o sistema do mercado de câmbio flutuante. De tempos em tempos, houve volatilidade significativa no valor do Real frente ao Dólar e a outras moedas.

Em 2017, o Real apresentou uma desvalorização de 1,5% e encerrou o ano em R\$ 3,308 por US\$ 1,00. Em 2018 o Real apresentou uma nova desvalorização de 17,1% e encerrou o ano em R\$ 3,8748 por US\$ 1,00. Em 2019 o Real apresentou mais uma desvalorização de 4,0% e encerrou o ano em R\$ 4,030 por US\$ 1,00. Avaliando a desvalorização dos últimos três anos, tivemos um acumulado de 22,7%.

Estas desvalorizações do Real face ao Dólar podem criar pressões inflacionárias no Brasil, através do aumento dos preços dos produtos importados ou cujo preço é atrelado ao Dólar, dentre os quais o trigo, os óleos vegetais, o açúcar e embalagens, que são as principais matérias-primas e insumos da Companhia, podendo acarretar a adoção de políticas recessivas por parte do Governo Federal. Por outro lado, a valorização do Real frente ao Dólar pode levar à deterioração das contas correntes do País e da balança de pagamentos, bem como a uma desaceleração do crescimento baseado nas exportações, o que poderá, assim, afetar de maneira adversa os negócios da Companhia.

***Um aumento na concentração do mercado varejista pode forçar uma redução nas margens praticadas pelas empresas do setor, podendo ter um efeito adverso para a Companhia.***

Uma parcela representativa da produção das empresas do setor alimentício é distribuída por meio do mercado varejista. A possibilidade de concentração do mercado varejista em poucas grandes empresas, aumenta o poder de negociação dessas empresas, que podem utilizar o seu poder de mercado para forçar a redução dos preços praticados pelas empresas do setor. Essa redução de preços pode ter um efeito adverso para a Companhia. Ademais, o fenômeno de concentração dos setores varejistas também pode provocar a diminuição da base de clientes da Companhia, elevando sua dependência dos grandes grupos de varejo acima dos patamares históricos, o que pode ter um efeito adverso.

***A Companhia atua num segmento de alta concorrência, tendo como competidores desde pequenas empresas a grandes multinacionais, incluindo fabricantes de produtos substitutos dos seus, o que pode ter um efeito adverso para seus negócios.***

O segmento de mercado em que a Companhia atua é altamente competitivo e enfrenta, há muitos anos, concorrência de outras empresas sólidas, com presença tanto nos mercados regionais e nacional, quanto internacional, o que facilita o acesso ao capital de algumas dessas companhias. A Companhia enfrenta, ainda, concorrência de pequenos produtores locais que possuem boa aceitação em certos mercados. Além disso, novas empresas também poderão vir a entrar nestes mercados. A Companhia não tem como garantir que essa dinâmica competitiva não venha a resultar na diminuição do volume de suas vendas ou na redução de seus preços e margens.

A Companhia também está sujeita à concorrência de outras linhas de produtos do setor de alimentos, por parte de fabricantes de produtos que podem ser substitutos de alguns dos seus produtos, gerando uma ampliação do seu ambiente de concorrência.

Em níveis diferenciados, seus atuais e futuros concorrentes podem ser bem sucedidos em determinadas linhas de produtos ou regiões, bem como ter maiores recursos financeiros e melhores campanhas de *marketing*, de forma que a competição com tais concorrentes pode levar a Companhia a reduzir preços, aumentar os seus gastos com *marketing*, perder participação de

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

mercado, ou, ainda, não ser bem sucedida no lançamento de novos produtos, sendo que qualquer desses acontecimentos pode ter um efeito adverso para seus negócios.

***Acontecimentos e a percepção de riscos em outros países, sobretudo em países de economia emergente, nos Estados Unidos, na Zona do Euro e na China, podem prejudicar o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive da negociação das ações da Companhia, e causar um impacto negativo nos seus resultados operacionais e em sua condição financeira.*** O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive de ações da Companhia. Crises em outros países de economia emergente podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários das companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários da sua emissão. No passado, o desenvolvimento de condições econômicas adversas em outros países do mercado emergente resultou, em geral, na saída de investimentos e, conseqüentemente, na redução de recursos externos investidos no Brasil causando um impacto negativo no preço dos ativos negociados no país. Além disso, as instituições financeiras podem não estar dispostas a renovar, estender ou conceder novas linhas de crédito em condições economicamente favoráveis, ou até mesmo ser incapazes ou não estar dispostas a honrar seus compromissos. Qualquer dos acontecimentos acima mencionados poderá prejudicar a negociação de ações da Companhia, além de dificultar o seu acesso ao mercado de capitais e ao financiamento das suas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos.

***Risco político, sanções comerciais e intervenções militares no mundo podem causar um efeito adverso para a Companhia, causando um impacto negativo nos seus resultados operacionais.*** Instabilidade política regional, decisões sobre sanções comerciais e intervenções militares em diversas partes do mundo podem gerar instabilidade de preços de *commodities* e volatilidade no câmbio, afetando, assim, o preço das matérias-primas utilizadas pela Companhia em seu processo produtivo e, conseqüentemente, pressionando os seus custos de produção. De 2012 a 2014, por exemplo, o Governo Argentino limitou a exportação de trigo, limitando a oferta do grão em países na América do Sul. Desde o segundo semestre de 2013 a Ucrânia, importante país produtor de trigo no mundo, vive uma crise política que pode afetar sua produção e, por conseguinte, gerar volatilidade no preço da *commodity*. Em 2014, tensões entre Ucrânia e Rússia fizeram com que a comunidade internacional impusesse sanções à Rússia como forma de retaliação, gerando incertezas quanto à oferta de trigo advinda deste país. Ainda no ano de 2014, a crise na Grécia com o risco do não pagamento da sua dívida e a possibilidade de sua saída da Zona do Euro gerou dúvidas quanto ao futuro da União Europeia e de seus países membros, causando um efeito adverso sobre o mercado de capitais mundial e brasileiro.

***Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia pode ser impedida de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso.***

As marcas, o *design* e a técnica utilizada na fabricação dos produtos da Companhia estão constantemente sujeitos à utilização indevida e/ou violação, por terceiros, de seus direitos de propriedade intelectual. A falsificação de produtos e a utilização indevida dos direitos de propriedade intelectual de titularidade da Companhia podem, não apenas causar efeitos adversos nas vendas, como também comprometer os resultados finais da Companhia.

Para mais informações sobre as marcas e patentes detidas pela Companhia, veja o item 9.1.b – *Ativos intangíveis* deste Formulário de Referência.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

### ***Riscos de eventos extremos no mundo podem afetar de forma adversa os resultados da Companhia.***

Eventos extremos como pandemias, guerras, desastres naturais, dentre outros, ocorridos em diversas localidades do mundo, podem paralisar atividades econômicas e provocar abalos nos mercados globais, com impactos nas cadeias de suprimentos, nos preços das commodities, na variação cambial e no valor das ações da Companhia.

Estes eventos podem ocasionar medidas como confinamento da população, restrições comerciais, fechamento de fronteiras, rupturas de distribuição, genocídios, dentre outros, provocando recessões locais ou globais. Estas medidas podem reduzir o consumo e a produção industrial, gerando desabastecimento e aumento dos preços dos insumos.

### **f. Riscos relacionados à regulação dos setores em que o emissor atue**

#### **Fator de risco de compliance**

### ***A Companhia está sujeita a um rígido controle e extensa legislação ambiental e sanitária, o que pode implicar em um aumento de seus custos, provocando um efeito adverso relevante para suas atividades.***

A Companhia está sujeita à regulamentação de autoridades sanitárias internacionais, federal, estaduais e municipais e à regulamentação do Ministério da Agricultura, referente ao processo de fabricação de seus produtos, bem como sua higiene, conservação, embalagem, armazenagem, distribuição e transporte.

A inobservância das leis e regulamentos das autoridades sanitárias pode resultar, sem prejuízo da obrigação de reparar eventuais danos, na aplicação de sanções de natureza penal e administrativa, tais como multas, suspensão parcial ou total das atividades, sendo que qualquer dessas sanções pode ter um efeito adverso para sua operação.

Mudanças ou alterações nas atuais regulamentações sanitárias podem acarretar a necessidade de efetuar investimentos substanciais para a adequação de suas atividades à nova legislação, o que poderá ter um efeito adverso para a Companhia. Além disso, a imposição de eventuais sanções pecuniárias ou de outra forma em decorrência de descumprimento da regulamentação sanitária poderá igualmente ter um efeito adverso relevante para suas atividades.

Não obstante, a existência de ingredientes alergênicos, ou traços destes ingredientes, em produtos da Companhia pode acarretar redução da demanda e busca de produtos substitutos pelo consumidor.

### **g. Riscos relacionados a questões socioambientais**

#### **Fator de risco socioambiental**

### ***Riscos ambientais e climáticos podem prejudicar as atividades da Companhia e causar um impacto negativo nos seus resultados operacionais.***

Problemas ambientais e climáticos em regiões produtoras das matérias-primas utilizadas no processo produtivo podem gerar volatilidade no preço das mesmas de forma a impactar os custos de produção da Companhia.

Além disso, a falta de recursos hídricos pode afetar não apenas o abastecimento da população e das indústrias como também a geração de energia por meio das usinas hidrelétricas. A escassez de água pode levar a um racionamento de recursos hídricos e de energia elétrica, ocasionando um impacto nos custos de aquisição destes recursos.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Com o intuito de minimizar alguns riscos ambientais a Companhia possui uma Agenda Estratégica de Sustentabilidade, que prioriza temas capazes de gerar e proteger o valor para todos stakeholders ao longo do tempo. A gestão da sustentabilidade ocorre por meio de Grupos de Trabalho (GT) com objetivo de tornar os aspectos sociais e ambientais parte da cultura de negócio.

*A Companhia está sujeita a um rígido controle e extensa legislação ambiental, o que pode implicar em um aumento de seus custos, provocando um efeito adverso relevante para suas atividades.*

As atividades da Companhia estão sujeitas a uma extensa legislação federal, estadual e municipal voltadas à preservação ambiental.

A inobservância das leis e regulamentos das autoridades ambientais pode resultar, sem prejuízo da obrigação de reparar eventuais danos, na aplicação de sanções de natureza penal e administrativa, tais como multas, suspensão parcial ou total das atividades, perda ou restrição de incentivos fiscais e o cancelamento ou suspensão de linhas de financiamento junto a estabelecimentos oficiais de crédito, bem como a proibição de contratar com o poder público, sendo que qualquer dessas sanções pode ter um efeito adverso relevante para suas atividades.

Mudanças ou alterações nas atuais leis e regulamentações ambientais podem acarretar a necessidade de efetuar investimentos substanciais para a adequação de suas atividades à nova legislação, o que poderá ter um efeito adverso para a Companhia. Ainda, eventuais demoras ou indeferimentos, por parte dos órgãos ambientais, na emissão ou renovação de licenças ambientais, assim como a sua eventual impossibilidade de atender às exigências estabelecidas por tais órgãos no curso do processo de licenciamento ambiental, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a instalação e a operação dos seus empreendimentos. Além disso, a imposição de eventuais sanções pecuniárias ou de outra forma em decorrência de descumprimento da legislação ambiental poderá igualmente ter um efeito adverso relevante para suas atividades.

### **h. Riscos relacionados aos seus acionistas**

A Administração não vislumbra nenhum risco relevante que possa advir de seus acionistas, que sejam capazes de influenciar, de modo relevante, a decisão de investimento.

### **i. Riscos relacionados às suas controladas e coligadas**

Os riscos relacionados às controladas e coligadas são os mesmos relacionados à Companhia. Não é possível assegurar que a Companhia terá sucesso em implementar sua estratégia e obter sinergia com as integrações de suas controladas e coligadas, o que pode causar efeito adverso nos resultados da Companhia.

### **j. Riscos relacionados aos países estrangeiros onde o emissor atue**

Não aplicável, pois a Companhia não possui unidades ou filiais atuando em outros países. Informações sobre outros riscos relacionados à Companhia, que foram informados tempestivamente, a fim de manter o mercado informado acerca da situação, foram divulgados nos fatos relevantes publicados e arquivados na CVM. Adicionalmente, detalhamos sobre alguns desses riscos na sessão *4.7 Outras Contingências Relevantes*, deste formulário.

## 4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

Para os fins desta seção e da seção 5 – *Gerenciamento de riscos e controles internos*, exceto se expressamente indicado ou se o contexto assim o requerer, a indicação de que um risco, incerteza ou problema pode ter ou terá um "efeito adverso para Companhia" significa que o risco, incerteza ou problema pode ter ou terá um efeito adverso nos negócios da Companhia, condição financeira, liquidez, resultados de operações, futuros negócios e/ou valor das ações ordinárias de sua emissão. Expressões similares nesta seção devem ser lidas como tendo o mesmo significado.

A seguir são apresentados os riscos de mercado que, atualmente, a Companhia acredita que podem lhe afetar adversamente. Riscos de mercado adicionais desconhecidos pela Companhia ou que pareçam menos relevantes neste momento também poderão causar efeito adverso em seus negócios e/ou no preço de negociação das ações de sua emissão.

### ***Risco de recessão econômica nacional.***

Os negócios da Companhia podem ser adversamente afetados por mudanças nas condições políticas e econômicas brasileiras, podendo resultar na maior volatilidade nos mercados e contribuir com perdas líquidas.

A instabilidade política nacional, bem como a desaceleração econômica global e a volatilidade do sistema financeiro estão depreciando o crescimento econômico do país. Essa recessão econômica reduz a disponibilidade de crédito e, conseqüentemente, de investimentos para expansão das operações da Companhia.

A incerteza sobre a implementação, por parte do governo brasileiro, de mudanças significativas na política pública, pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e aumentar a volatilidade nos mercados de valores mobiliários brasileiros e nos títulos emitidos por empresas brasileiras. Como resultado, pode haver alta volatilidade nos mercados financeiros no curto prazo, e a recuperação econômica no longo prazo pode ser prejudicada. Conseqüentemente, as melhorias no mercado de trabalho e o crescimento da renda podem ser limitados, o que poderia ter um efeito adverso sobre as operações e resultados financeiros da Companhia.

### ***Flutuações nos preços de certos insumos e/ou matérias-primas utilizados no processo produtivo podem afetar adversamente os resultados da Companhia.***

Os preços das matérias-primas e insumos utilizados no processo produtivo são voláteis. Caso ocorra uma variação relevante nos preços dos insumos e matérias-primas, a Companhia pode não ser capaz de repassar tais aumentos aos preços de seus produtos na mesma velocidade dos aumentos dos custos, o que poderá vir a impactar a margem de lucro. Como política de prevenção de oscilações de curto prazo, a Companhia tem por prática a manutenção de estoques das principais matérias-primas para dois meses de consumo, geridos através de análises do mercado futuro das principais matérias-primas. Esse procedimento pode ocasionar algumas variações entre o preço médio dos estoques e o valor de mercado em uma data específica.

Além disso, a Companhia acompanha o mercado mundial de *commodities*, monitorando os fatores que impactam a formação dos preços, tais como períodos de safra, eventos climáticos e decisões de política econômica, com o apoio de consultorias especializadas e sistemas de informações *on-line* com as principais bolsas de mercadorias do mundo. Nessas condições, avalia o momento mais oportuno para compra dessas *commodities*, podendo estabelecer contratos de compra para entrega futura de matéria-prima, fixando ou não o preço da *commodity*, colocando, assim, a Companhia sujeita ao risco de variação da *commodity* ou de variação cambial ou a ambos.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantinha contratos firmados de compra de trigo e óleo para pagamento e entrega futura, no montante de 437.506 toneladas, sendo 47.000

## 4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

toneladas de óleo com preços a serem fixados e 390.506 toneladas com preços fixados, ou seja, com baixo risco de variação da *commodity*, porém com risco de variação cambial.

***Variações cambiais podem afetar adversamente o valor dos ativos e passivos financeiros da Companhia ou seu fluxo de caixa e receita futuros.***

Os resultados da Companhia são suscetíveis de sofrer variações significativas, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente euro e dólar, decorrentes de importações de máquinas, trigo em grão e óleo vegetal de soja e de palma, estas últimas suas principais matérias-primas.

Como estratégia para prevenção e redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio nos resultados, a Companhia tem procurado evitar ou minimizar o descasamento entre ativos e passivos indexados em moeda estrangeira, mediante a contratação de operações de proteção cambial, mais usualmente operações de *swap*.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía 26 contratos vigentes de operações de *swap* para proteção dos financiamentos de importação de trigo (Finimp) e de capital de giro, com diversos vencimentos, até 07 de maio de 2020, em que na ponta ativa recebe, em média, dólar mais 2,83% e na ponta passiva paga, em média, 101,47% do CDI. Os valores de referência (nocial) totalizaram R\$ 469.803 e o valor justo bruto a receber desses instrumentos derivativos em 31 de dezembro de 2019 totalizava R\$ 8.180.

Em R\$ Mil	Valor de referência		Valor da curva		Valor justo	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
<b>Contratos de swap</b>						
<b>Posição Ativa</b>						
Moeda Estrangeira (USD)	<b>469.803</b>	520.669	<b>499.175</b>	568.501	<b>497.959</b>	568.569
<b>Posição Passiva</b>						
CDI	<b>469.803</b>	520.669	<b>489.710</b>	540.834	<b>489.779</b>	541.207
<b>Resultado</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>9.465</b>	27.667	<b>8.180</b>	27.362

Vale salientar que em nenhuma das operações de contrato de *swap* existem verificações ou liquidações mensais, sendo os contratos quitados nos seus respectivos vencimentos. Tais operações também não exigiram depósitos de margens em garantia.

Dessa forma, em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não apresentou descasamentos relevantes na posição de ativos e passivos sensíveis à variação cambial, conforme demonstrado a seguir:

Em R\$ Mil	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Empréstimos/financiamentos em moeda estrangeira (a)	<b>499.192</b>	568.482	<b>499.192</b>	568.482
Contratos de <i>swap</i> (b) - Posição Ativa	<b>(499.175)</b>	(568.501)	<b>(499.175)</b>	(568.501)
Ativos em moeda estrangeira (b)	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(6)</b>	(6)
Déficit apurado (a-b)	<b>17</b>	(19)	<b>11</b>	(25)

A análise de sensibilidade levou em conta a possibilidade de três cenários de variação do dólar e os respectivos resultados futuros que seriam gerados. O cenário provável considerou a cotação do dólar de R\$ 4,0307 no mesmo patamar de fechamento em 31 de dezembro de 2019. Os demais cenários, possível e remoto, consideraram um aumento na cotação do dólar em 25% (R\$ 5,0384) e 50% (R\$ 6,0461), respectivamente, nos termos da Deliberação CVM nº 475/2008.

**4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado**

	Posição em risco (USD)	Risco	Cenário Provável	Cenário Possível R\$ mil	Cenário Remoto R\$ mil
<b>Contratos futuros</b>	115.594	Alta do dólar	-	(116.481)	(232.962)

*Oscilações nas taxas de juros podem afetar adversamente o valor dos ativos e passivos financeiros da Companhia ou o fluxo de caixa e receita futuros.*

A Companhia está exposta, principalmente, às variações nas taxas de juros CDI e TJLP nas aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos.

Em R\$ Mil	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
<b>Ativos financeiros</b>				
Aplicações financeiras indexadas ao CDI	<b>365.284</b>	357.614	<b>365.284</b>	457.427
<b>Passivos financeiros</b>				
Operações em moeda estrangeira com derivativos atrelados ao CDI <sup>(i)</sup>	<b>(499.192)</b>	(540.834)	<b>(499.192)</b>	(540.834)
Financiamentos indexados ao CDI e TJLP	<b>(267.769)</b>	(248.806)	<b>(267.769)</b>	(271.063)
<b>Ativos – passivos</b>	<b><u>(401.677)</u></b>	<b><u>(432.026)</u></b>	<b><u>(401.677)</u></b>	<b><u>(354.570)</u></b>

O cenário provável considerou a manutenção da cotação do CDI em 31 de dezembro de 2019 em 4,40% a.a. Os demais cenários, possível e remoto, consideraram um acréscimo da cotação em 25% (5,50% a.a.) e 50% (6,60% a.a.), respectivamente. A Administração da Companhia entende que é baixo o risco de grandes variações no CDI em 2020, levando-se em conta o histórico e as projeções do mercado.

### 4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

No curso normal de suas operações, a Companhia é parte ativa ou passiva, em ações judiciais e administrativas que envolvem questões tributárias, trabalhistas, cíveis e de outras naturezas, perante tribunais e órgãos governamentais.

Em 31 de dezembro de 2019, do total dos processos de naturezas trabalhista e cível, 3,77% estão sendo discutidos em âmbito administrativo e 96,23% estão sendo discutidos em âmbito judicial, em instâncias inferiores e superiores, conforme cada caso. Já em relação aos processos de natureza tributária, 49,36% estão sendo discutidos em âmbito administrativo e 50,64% estão sendo discutidos em âmbito judicial, também em instâncias inferiores e superiores, dependendo do caso.

A Administração avalia os riscos contingentes, tendo como base fundamentos jurídicos, econômicos e tributários, com o objetivo de classificá-los, segundo suas chances de perda em prováveis, possíveis ou remotos. A análise é feita em conjunto com os escritórios de advocacia que patrocinam as causas da Companhia.

Desses processos somente são provisionados aqueles em que a Companhia é parte passiva e cujas chances de perda são prováveis. Os valores são suficientes para garantir as perdas estimadas. Assim, as provisões para contingências registradas representam a melhor estimativa da Administração quanto aos riscos envolvidos.

Abaixo são destacados os processos em que a Companhia é parte e que são relevantes individualmente.

#### **Trabalhistas**

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia figurava como ré em 2617 processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, perfazendo o valor total envolvido de, aproximadamente, R\$ 310 milhões. Referidas ações versam basicamente sobre hora extra e seus reflexos, reconhecimento de vínculo empregatício, indenização por acidente de trabalho e doença ocupacional, responsabilidade subsidiária, indenização por danos morais e materiais, equiparação salarial, desvio ou acúmulo de funções, dentre outras matérias.

A Companhia não é parte em ação trabalhista que, individualmente, possa lhe acarretar impacto relevante.

#### **Tributárias**

Em 31 de dezembro de 2019, a M Dias Branco litigava em 564 ações tributárias. Destacamos abaixo os processos não sigilosos considerados como relevantes.

#### Subvenção para Investimentos

A M Dias Branco é parte em seis processos administrativos, e em 31 de dezembro de 2019 o valor total atualizado destes processos era de R\$ 363,9 milhões, cujo mérito principal refere-se à cobrança de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS sobre as subvenções para investimentos estaduais, sendo eles: PROVIN/CE, PROADI/RN, FAIN/PB e DESENVOLVE/BA.

Os autos de infração 10380.723251/2012-34, 10380.009929/2004-62, 10380.009701/2004-72 e 10380-730.014/2014-91, referentes aos anos fiscais de 1999 a 2003, 2008 e 2014, tramitam perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), e as decisões finais proferidas por esse Órgão podem ser contestadas judicialmente, caso desfavoráveis à Companhia. Já os processos administrativos 10380.009928/2004-18 e 10380.009930/2004-97, referentes aos anos fiscais de 1999 a 2003, tramitam na 33ª Vara Federal do Ceará e Tribunal Regional Federal da 5ª Região respectivamente.

### 4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Ressaltamos que, com o advento da Lei Complementar nº 160/2017, a discussão relacionada ao tema subvenção para investimento deverá ser encerrada, pois, essa introduziu os parágrafos 4º e 5º no artigo 30 da Lei 12.973/14, dispondo que os incentivos e benefícios fiscais previstos na Constituição Federal, concedidos pelos Estados e Distrito Federal, são considerados subvenções para investimentos e que tal dispositivo aplica-se aos processos administrativos e judiciais ainda em tramitação.

Na opinião dos assessores jurídicos, a probabilidade de perda dos autos é remota.

Segue o detalhamento dos respectivos processos:

<b>PROCESSO Nº 10380-730.014/2014-91</b>	
Juízo	Delegacia de Julgamento – DRJ
Instância	DEL REC FED JULGAMENTO-RIBEIRAO PRETO-SP
Data de instauração	17/12/2014
Partes no processo	Polo Ativo: União Federal Polo Passivo: M. Dias Branco S.A. Ind. e Com.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor Atualizado R\$ 156.440.547,18
Principais fatos	O Auto de Infração lavrado em 17/12/2014 versa sobre o tratamento tributável, para fins de IRPJ e CSLL, de subvenções recebidas pela Companhia nos anos-calendário de 2009 e 2010 dos seguintes programas: Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Industrial do Ceará (“PROVIN/CE”), o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Rio Grande do Norte (“PROADI/RN”), o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial da Paraíba (“FAIN/PB”) e o Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia (“DESENVOLVE”). As autoridades fiscais concluíram que a Companhia teria deixado de observar regras fiscais pertinentes à tributação de subvenções, o que implicou na exigência de IRPJ e CSLL, acrescidos de juros de mora, multa de ofício. A Companhia foi intimada para demonstrar a adoção, pelos Estados da Bahia, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, das providências estabelecidas nas cláusulas do Convênio ICMS 190/17. Após cumprimento da determinação, foi proferida decisão de segunda instância que, por unanimidade, determinou o cancelamento integral do auto de infração. Aguarda-se a eventual interposição de recurso especial pela Procuradoria da Fazenda ou o arquivamento dos autos.
A chance de perda é:	Remota
Análise de impacto em caso de perda do processo	Exclusivamente o pagamento do valor discutido, com impacto relevante na situação financeira e patrimonial da Companhia.
<b>PROCESSO Nº 10380.723251/2012-34</b>	
Juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Fortaleza-CE
Instância	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais
Data de instauração	15/03/2012
Partes no processo	Polo Ativo: União Federal Polo Passivo: M. Dias Branco S.A. Ind. e Com.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor Atualizado R\$ 1.817.407,18
Principais fatos	Trata-se de Auto de Infração lavrado, após ter sido realizado um Procedimento Fiscal, para exigências de PIS e COFINS, nos períodos de 01/2008 a 12/2008, e de IRPJ e CSLL, no período 12/2008. Foram apresentadas duas impugnações. Uma para PIS/COFINS e outra para IRPJ/CSLL, as quais foram julgadas parcialmente procedentes. Houve a manutenção da exigência do IRPJ/locação de aeronave e PIS/Cofins/Creditamento-Combustíveis. Tendo sido exonerado os lançamentos relativos ao IRPJ e CSLL relacionados ao valor das subvenções para investimento. Interpostos recursos ao CARF pela Companhia e Fazenda Nacional. Com a reedição do parcelamento previsto na Lei 11.941/99, a Companhia aderiu ao programa de parcelamento e quitou os débitos de PIS/COFINS (despesas de combustíveis). Restando em discussão o tema subvenção para investimento e glosa de despesas com aeronave. A Companhia foi intimada para demonstrar a adoção, pelos Estados da Bahia, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, das providências estabelecidas nas cláusulas do Convênio ICMS 190/17. Após cumprimento da determinação, foi proferida decisão de segunda instância administrativa que deu parcial provimento para o Recurso Voluntário interposto pela Sociedade, no sentido de (i) cancelar as exigências fiscais por entender que os valores foram corretamente tratados pela Companhia como subvenção para investimento e (ii) manter a exigência referente ao aluguel de aeronaves. No que tange à subvenção para investimento, não foi interposto nenhum recurso pela PGFN, logo os débitos dessa seara, no montante de R\$ 70.198.773,20, foram cancelados, restando-se em discussão somente

**4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes**

	os débitos sobre as despesas com locação de aeronave no total de R\$ 1.8017.407,18. A companhia interpôs Recurso Especial, que aguarda julgamento.
A chance de perda é:	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Exclusivamente o pagamento do valor discutido, com impacto relevante na situação financeira e patrimonial da Companhia.

**PROCESSO Nº 10380.009929/2004-62**

Juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Fortaleza-CE
Instância	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais
Data de instauração	29/10/2004
Partes no processo	Polo Ativo: União Federal Polo Passivo: M. Dias Branco S.A. Ind. e Com.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor Atualizado R\$ 127.481.633,05
Principais fatos	Em 29/10/2004, a Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração para exigência de COFINS referente aos anos de 1999 a 2003, em decorrência de: (i) divergência entre valores declarados em DCTF e os valores devidos; (ii) registro errôneo das variações monetárias passivas e lançamento dos valores como créditos em contrapartida da diminuição de obrigações em moeda estrangeira; e (iii) não ter incluído na base de cálculo valores escriturados de subvenções auferidas a título de incentivo fiscal dos Estados do Ceará e do Rio Grande do Norte. Apresentada Impugnação. O lançamento foi julgado parcialmente procedente pela Delegacia de Julgamento – DRJ, alterando os valores da Cofins, relativos aos fatos geradores de Abr/2003 e Mai/2003. Interposto Recurso Voluntário pela Companhia. Proferido Acórdão pela 4ª Câmara do 2º Conselho de Contribuintes do CARF julgando parcialmente procedente o Recurso Voluntário da Companhia afastando as receitas oriundas das variações cambiais e das subvenções para custeio e investimento da base de cálculo da COFINS. Porém, mantendo no cálculo da exação o valor do ICMS-ST. Interposto Recurso Especial pela União e opostos Embargos de Declaração pela Companhia. Embargos de Declaração acolhidos em parte para reconhecer a decadência das competências de janeiro a abril e setembro de 1999. Em 22/08/2019, interposto Recurso Especial pela Empresa, que aguarda julgamento.
A chance de perda é:	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Exclusivamente o pagamento do valor discutido, com impacto relevante na situação financeira e patrimonial da Companhia.

**PROCESSO Nº 10380.009701/2004-72**

Juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Fortaleza-CE
Instância	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais
Data de instauração	22/10/2004
Partes no processo	Polo Ativo: União Federal Polo Passivo: M. Dias Branco S.A. Ind. e Com.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor Atualizado R\$ 26.713.724,45
Principais fatos	A Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração para exigência de IRPJ (outubro/99) e CSLL (janeiro a outubro/99) pelas seguintes irregularidades: (i) falta de adição, para fins de determinação do lucro real (IRPJ e CSLL), de rendimentos auferidos a título de subvenção para capital de giro (PROVIN), não incluídos na apuração do Lucro Líquido; (ii) ausência de adição da CSLL ao lucro líquido, do período relativo ao evento da CISÃO, na determinação do lucro real (CSLL) e (iii) redução indevida do valor do IRPJ a pagar, haja vista ter pleiteado valor de isenção/redução maior que o benefício que lhe foi concedido. Julgado procedente o auto de infração pela Delegacia de Julgamento - DRJ. Interposto Recurso Voluntário pela Companhia. Proferido acórdão pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF que cancelou às exigências referente a subvenção para investimentos e às exclusões da CSLL no lucro da exploração. Desse julgado a União interpôs Recurso Especial e a Companhia opôs Embargos de Declaração. Em 08/06/2016, os Embargos de Declaração foram acolhidos, com efeitos infringentes, para dar inteiro provimento ao Recurso Voluntário da Companhia. O Recurso Especial da União ainda não foi julgado.
A chance de perda é:	Remota.
Análise do impacto em caso de perda do processo	Exclusivamente o pagamento do valor discutido, com impacto relevante na situação financeira e patrimonial da Companhia.

**4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes**

<b>PROCESSO Nº 0800433-12.2018.4.05.8100 antigo 10380.009928/2004-18</b>	
Juízo	Justiça Federal do Ceará -JF/CE
Instância	33ª Vara da Seção Judiciária do Ceará
Data de instauração	18/01/2018
Partes no processo	Polo Ativo: União Federal
	Polo Passivo: M. Dias Branco S.A. Ind. e Com.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor Atualizado R\$ 36.857.388,38
Principais fatos	Em 17/12/2003, a Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração para exigência de PIS, relativo aos anos-calendários de 1999 a 2003, pelas supostas irregularidades: (i) divergências entre os valores declarados em DCTF e os valores devidos; (ii) registro errôneo das variações monetárias passivas e lançamento dos valores como créditos em contrapartida da diminuição de obrigações em moeda estrangeira; e (iii) não inclusão na base de cálculo dos valores escriturados de subvenções auferidas a título de incentivo fiscal dos Estados do Ceará e do Rio Grande do Norte. O lançamento foi mantido parcialmente na esfera administrativa. A Companhia ajuizou Ação Anulatória de Débito Fiscal, em 29/11/2017, registrada sob o nº 0815072-69.2017.4.05.8100. Antes da aceitação dos bens imóveis ofertados para suspender a exigibilidade do crédito tributário, a União, através da Procuradoria da Fazenda Nacional – PGFN, ajuizou Execução Fiscal, em 18/01/2018, autuada sob o nº 0800433-12.2018.4.05.8100, que apresentamos seguro garantia. Ação aguardando julgamento.
A chance de perda é:	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Exclusivamente o pagamento do valor discutido, com impacto relevante na situação financeira e patrimonial da Companhia.
<b>PROCESSO Nº 0811727-95.2017.4.05.8100 antigo 10380.009930/2004-97</b>	
Juízo	Justiça Federal do Ceará -JF/CE
Instância	8ª Vara da Seção Judiciária do Ceará
Data de instauração	04/09/2017
Partes no processo	Polo Ativo: União Federal
	Polo Passivo: M. Dias Branco S.A. Ind. e Com.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor Atualizado R\$ 14.633.701,27
Principais fatos	Em 29/10/2004, a Receita Federal do Brasil lavrou auto de Infração para exigência de multa isolada pelas seguintes irregularidades: (i) escrituração de incentivos fiscais do PROVIN (Programa de Incentivo ao Funcionamento de Empresas) com recursos originários do FDI (Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará) e do PROADI (Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte), como subvenção para investimento, deixando de inseri-los no lucro líquido para fins de cálculo e apuração da CSLL, e (ii) escrituração do ganho proveniente do subsídio fiscal no momento da liquidação do financiamento do ICMS e não na ocasião do financiamento propriamente dito. O lançamento foi mantido parcialmente na esfera administrativa. A Companhia impetrou Mandado de Segurança, em 04/09/2017, registrado sob o nº 0811727-95.2017.4.05.8100, visando a obtenção de provimento jurisdicional que reconheça a inexigibilidade da multa isolada de CSLL, relativa ao ano calendário de 2003. Em 16/03/2018, a segurança foi concedida para anular as exigências. Sentença sujeita ao duplo grau obrigatório. Processo remetido ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região para julgamento da apelação da União Federal.
A chance de perda é:	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Exclusivamente o pagamento do valor discutido, com impacto relevante na situação financeira e patrimonial da Companhia.

### 4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

#### Crédito Outorgado de ICMS

A Companhia é parte em quatro autos de infração lavrados para exigência de ICMS, sob a motivação de que a empresa usou crédito outorgado concedido pelo Estado cumulativamente com outros créditos na entrada dos produtos. Aduz a autoridade fazendária que a Companhia creditou-se indevidamente de ICMS a título de "Crédito Presumido de Massas e Biscoitos", quando já teria escriturado os créditos pelas entradas, tanto dos produtos para revenda como dos insumos utilizados para fabricação dos produtos, ou seja, teria se creditado duas vezes.

Em 31 de dezembro de 2019, o valor total envolvido nestes autos era de R\$ 330,4 milhões.

Os autos de infrações nº 4.045.881-7, 4.017.564-9, 4.047698-4 foram julgados desfavoráveis em 1ª instância administrativa e a Companhia interpôs Recurso Ordinário ao Tribunal de Impostos e Taxas (TIT). Em segunda instância, o julgamento foi convertido em diligência. Acrescentamos que, em março de 2019, foi lavrado novo auto de infração registrado sob o nº 4.116.234-1 no valor atualizado de R\$ 100,2 milhões. Apresentada impugnação administrativa, que foi julgada improcedente. Dessa forma, a Companhia interpôs Recurso Ordinário.

Na opinião dos nossos advogados, o risco de perda desses processos é considerado possível na esfera administrativa. As decisões finais proferidas por esse Órgão podem ser contestadas judicialmente, quando desfavoráveis à Companhia.

Segue o detalhamento dos respectivos processos:

<b>PROCESSO Nº 4.017.564-9</b>	
Juízo	Sefaz/SP
Instância	Tribunal de Impostos e Taxas
Data de instauração	25/03/2013
Partes no processo	Polo Ativo: Sefaz/SP Polo Passivo: M. Dias Branco S.A. Ind. e Com.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor Atualizado R\$ 193.664.138,55
Principais fatos	Auto de Infração lavrado sob o argumento de que a Companhia: I- creditou-se indevidamente de ICMS a título de "Crédito Presumido de Massas e Biscoitos", pois escriturou, também, os créditos pelas entradas, tanto das mercadorias para revenda como dos insumos utilizados para fabricação de produtos. Os créditos outorgados lançados são ilegítimos, nos períodos de Abril de 2008 a Novembro de 2009 e de Dezembro de 2009 a Dezembro de 2011. A Companhia apresentou defesa ao auto de infração junto à Delegacia Tributária de Julgamento de Guarulhos. O julgamento foi convertido em diligência. Em resposta à diligência, a Companhia acostou parecer técnico. O auto foi julgado procedente, ratificando a multa e o imposto. Interposto Recurso Ordinário pela Companhia. No dia 27/01/2014, o julgamento foi convertido novamente em diligência para apuração dos estornos, ou seja, comprovação de que não houve aproveitamento em duplicidade de créditos. Em maio de 2019, foi proferida decisão de segunda instância administrativa que conheceu e deu provimento ao Recurso Ordinário interposto pela Empresa, cancelando, portanto, o AIIM. A Fazenda interpôs Recurso Especial. A Empresa foi intimidada para apresentar contrarrazões ao Recurso Especial da Fazenda. A Empresa apresentou contrarrazões e aguarda-se julgamento.
A chance de perda é:	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Exclusivamente o pagamento do valor discutido, com impacto relevante na situação financeira e patrimonial da Companhia.

**4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes**

<b>PROCESSO Nº 4.045.881-7</b>	
Juízo	Sefaz/SP
Instância	Tribunal de Impostos e Taxas
Data de instauração	10/09/2014
Partes no processo	Polo ativo: Sefaz/SP Polo Passivo: M. Dias Branco S.A. Ind. e Com.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor Atualizado R\$ 27.904.217,68
Principais fatos	Auto de Infração lavrado sob o argumento de que a Companhia: I- creditou-se indevidamente de ICMS a título de "Crédito Presumido de Massas e Biscoitos", pois escriturou, também, os créditos pelas entradas, tanto das mercadorias para revenda como dos insumos utilizados para fabricação de produtos. Os créditos outorgados lançados são ilegítimos. Referente ao período de abril a dezembro de 2012. Protocolada defesa administrativa. Em 1ª Instância, a Delegacia de Julgamento julgou procedente o lançamento mantendo a multa e o imposto. Interposto Recurso Ordinário pela Companhia. O julgamento foi convertido em diligência para apuração dos estornos, ou seja, comprovação de que não houve aproveitamento em duplicidade de créditos. Aguarda-se a decisão de segunda instância administrativa.
A chance de perda é:	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Exclusivamente o pagamento do valor discutido, com impacto relevante na situação financeira e patrimonial da Companhia.
<b>PROCESSO Nº 4.047698-4</b>	
Juízo	Sefaz/SP
Instância	Delegacia Regional Tributária de São Bernardo do Campo
Data de instauração	07/11/2014
Partes no processo	Polo ativo: Sefaz/SP Polo Passivo: M. Dias Branco S.A. Ind. e Com.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor Atualizado R\$ 8.580.212,17
Principais fatos	Auto de Infração lavrado sob o argumento de que a Companhia: I- creditou-se indevidamente de ICMS a título de "Crédito Presumido de Massas e Biscoitos", pois escriturou, também, os créditos pelas entradas, tanto das mercadorias para revenda como dos insumos utilizados para fabricação de produtos. Os créditos outorgados lançados são ilegítimos. Referente ao período de janeiro a março de 2012. Apresentada impugnação. Em 1ª instância a Delegacia de Julgamento converteu o julgamento em diligência. Em seguida, o auto foi julgado procedente. Interposto Recurso Ordinário o qual foi negado provimento. A Companhia apresentou pedido de retificação de julgado e Recurso Especial contra a referida decisão, que aguarda julgamento.
A chance de perda é:	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Exclusivamente o pagamento do valor discutido, com impacto relevante na situação financeira e patrimonial da Companhia.

### 4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

PROCESSO Nº 4.116.234	
Juízo	Sefaz/SP
Instância	Delegacia Regional Tributária de São Bernardo do Campo
Data de instauração	18/03/2019
Partes no processo	Polo ativo: Sefaz/SP
	Polo Passivo: M. Dias Branco S.A. Ind. e Com.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor Atualizado R\$ 100.242.744,21
Principais fatos	Auto de Infração lavrado sob o argumento de que a Companhia: (i) creditou-se indevidamente de ICMS a título de "Crédito Presumido de Massas e Biscoitos", pois escriturou, também, os créditos pelas entradas, tanto das mercadorias para revenda como dos insumos utilizados para fabricação de produtos; (ii) deixou de pagar o ICMS em virtude da diferença encontrada entre a quantidade de mercadorias remetidas para depósito em armazém geral e a quantidade de mercadorias retornadas quando comparadas com os estoques informados nos registros de inventário e (iii) deixou de escriturar, no Registro de Entrada da Escrituração Fiscal Digital – EFD notas fiscais eletrônicas. Referente ao período de janeiro a dezembro de 2015 a 2016. Apresentada impugnação administrativa relativo ao tema crédito outorgado e omissão de saídas. Efetuado o pagamento da infração falta de escrituração. A impugnação foi julgada improcedente, dessa forma, foi interposto Recurso Ordinário pela Companhia, que aguarda julgamento.
A chance de perda é:	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Exclusivamente o pagamento do valor discutido, com impacto relevante na situação financeira e patrimonial da Companhia.

#### ICMS – Margem de Valor Agregado – Protocolo ICMS 46

O Estado do Piauí ajuizou execução fiscal para exigência de crédito tributário referente a ICMS, lançado por meio dos AI's n. 45601, 45602, 45603, 45604 e 45605 por suposto recolhimento a menor desse imposto no período de 05 a 12 de 2001 e exercícios de 2002, 2003, 2004 e 2005, em virtude da inobservância da Margem de Valor Agregado.

Os autos de infração foram lavrados sob o fundamento de que a Companhia teria deixado de “recolher parcela do ICMS, relativo à aquisição de mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária, visto que, segundo a fiscalização, o contribuinte teria apurado o imposto devido de forma incorreta, utilizando percentual de agregação de 15% (quinze por cento) uniformemente sobre o valor da nota fiscal, quando o Decreto nº 10.500/01 determina a aplicação de percentuais de agregação de 20% (vinte por cento) para massas alimentícias e de 30% (trinta por cento) para biscoitos e bolachas, deixando, ainda, de observar os valores mínimos estabelecidos em Atos Normativos expedidos pela Secretaria da Fazenda”. Contudo, a fiscalização desconsiderou que nas operações realizadas pela Companhia, desde o ano de 2001, a incidência do ICMS deverá observar as regras previstas no Protocolo ICMS 46/2000, que versa sobre a sistemática de tributação no setor, especialmente por meio da instituição do regime de substituição tributária progressiva.

Por virtude desse regime, o momento da cobrança do imposto foi dissociado do momento da efetiva ocorrência do fato gerador, de sorte que o ICMS devido pelas futuras e presumidas operações com farinha de trigo e derivados passou a ser recolhido de modo antecipado, por ocasião da importação do trigo. As operações subsequentes, inclusive as realizadas por estabelecimentos filiais, ficam dispensadas de novo recolhimento do ICMS, eis que o tributo já foi integralmente pago por antecipação.

Após garantia do juízo, por meio de carta fiança, a Companhia apresentou embargos à execução fiscal pendentes de julgamento ainda em primeira instância.

Na opinião de nossos advogados, o processo judicial apresenta risco de perda possível. Em 31 de dezembro de 2019, o valor total envolvido era de R\$ 34,6 milhões.

### 4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Segue o detalhamento do respectivo processo:

PROCESSO Nº 129482010	
Juízo	Tribunal de Justiça do Estado do Piauí
Instância	4ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Teresina
Data de instauração	03/09/2010
Partes no processo	Polo ativo: Estado do Piauí
	Polo Passivo: M. Dias Branco S.A. Ind. e Com.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor Atualizado R\$ 34.619.831,57
Principais fatos	Execução Fiscal ajuizada pelo Estado do Piauí para exigência dos créditos tributários lançados nos AT's n. 45601, 45602, 45603, 45604 e 45605, por suposto recolhimento a menor de ICMS do período de 05 a 12 de 2001 e exercícios de 2002, 2003, 2004 e 2005, em virtude da inobservância da margem de valor agregado. A Companhia opôs Embargos à Execução após aceitação da carta fiança de nº 2.046.674-P no valor de R\$23.650.000,00. Posteriormente, a empresa requereu a substituição da garantia apresentada nos autos (fiança bancária) por seguro garantia. Intimado, o Estado do Piauí se manifestou informando que não se opõe à substituição. Processo concluso em 12/11/2019. Execução aguardando julgamento de mérito.
A chance de perda é:	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Exclusivamente o pagamento do valor discutido, com impacto relevante na situação financeira e patrimonial da Companhia

#### IPI – Alíquota Zero

A União Federal, por meio da Procuradoria da Fazenda Nacional, moveu contra a Companhia quatro execuções fiscais para cobrança de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, que foram compensados com crédito de IPI reconhecido por meio da ação judicial 1999.16984-0 e confirmado após ajuizamento de ação rescisória da Fazenda Nacional.

Em 1999, a Companhia impetrou mandado de segurança visando a utilização do saldo credor do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, anterior a janeiro de 1999, decorrente de aquisição de insumos (matéria-prima, produto intermediário e material de embalagem), aplicados na industrialização de produtos isentos ou tributados à alíquota zero, com o IPI devido na saída de outros produtos, nos termos da Lei nº 9.779/99, sem as limitações da IN/SRF nº 33/99, por ser esse efeito do Princípio Constitucional da Não-Cumulatividade, legislação ordinária pátria (Lei nºs 8.383/91, 9.430/96 e 9.779/99). Após a concessão da segurança, por permissão legal, a Companhia apurou os valores pagos a maior e compensou com os impostos devidos de IRPJ, CSLL e COFINS. Contudo, embora a sentença tenha transitado em julgado favorável à Companhia, com confirmação em sede de Ação Rescisória (AR/5059), a União Federal executou os créditos compensados, por entender que, embora tenha sido reconhecido o direito ao crédito, a Companhia não teria escriturado os créditos no livro registro de apuração do IPI.

A execução fiscal 0816616-29.2016.4.05.8100 decorrente das Certidões de Dívida Ativa nº 30.6.10.002446-50; 30.6.10.002458-93; 30.6.10.002459-74; 30.6.10.002545-31; e 30.7.10.000523-08 está tramitando na 20ª Vara Federal da Seção Judiciária do Ceará e a execução fiscal 0000833-37.2015.4.05.8109 decorrente das Certidões de Dívida Ativa nº 30.2.10.000756-89, nº 30.6.10.002413-91, nº 30.6.10.002454-60 e nº 30.6.10.002546-12 está tramitando na 34ª Vara Federal da Seção Judiciária do Ceará. Ambas as execuções foram ajuizadas contra a M Dias Branco S/A Indústria e Comércio de Alimentos.

Já a execução fiscal nº 0816408-45.2016.4.05.8100 decorrente das Certidões de Dívida Ativa nº 30.2.16.001655-57 e nº 30.6.16.005596-00 está tramitando na 33ª Vara Federal da Seção Judiciária do Ceará e a execução nº 0000162-48.2014.4.05.8109 decorrente da Certidão de Dívida nº 30.7.13.000097-00 está tramitando na 34ª Vara Federal da Seção Judiciária do Ceará. As execuções foram ajuizadas contra a Pelágio Oliveira S/A, empresa incorporada pela Companhia.

### 4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Na opinião de nossos advogados, as execuções apresentam risco de perda possível. Em 31 de dezembro de 2019, o valor total envolvido era de R\$ 142,6 milhões.

Segue o detalhamento dos respectivos processos:

<b>PROCESSO Nº 0816616-29.2016.4.05.8100</b>	
Juízo	Justiça Federal do Ceará -JF/CE
Instância	20ª Vara da Seção Judiciária do Ceará
Data de instauração	27/12/2016
Partes no processo	Polo ativo: União Federal Polo Passivo: M. Dias Branco S.A. Ind. e Com.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor Atualizado R\$ 108.156.344,38
Principais fatos	Execução Fiscal promovida pela União contra a Companhia objetivando a cobrança de crédito tributário, no valor de R\$ 97.533.355,66, decorrente das certidões de dívida ativa nº 30.6.10.002446-50; 30.6.10.002458-93; 30.6.10.002459-74; 30.6.10.002545-31; e 30.7.10.000523-08, que, por sua vez, tratam de compensações realizadas e não homologadas pela Receita Federal do Brasil, com crédito tributário proveniente de decisão judicial transitada em julgado na ação mandamental nº 0016984-67.1999.4.05.8100. Protocolada petição oferecendo bem em garantia do valor exigido, ainda não apreciada. Processo concluso para julgamento.
A chance de perda é:	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Exclusivamente o pagamento do valor discutido, com impacto relevante na situação financeira e patrimonial da Companhia
<b>PROCESSO Nº 0000833-37.2015.4.05.8109</b>	
Juízo	Justiça Federal do Ceará -JF/CE
Instância	34ª Vara da Seção Judiciária do Ceará
Data de instauração	17/03/2015
Partes no processo	Polo ativo: União Federal Polo Passivo: M. Dias Branco S.A. Ind. e Com.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor Atualizado: R\$ 15.882.027,13
Principais fatos	Execução Fiscal ajuizada a partir das Certidões de Dívida Ativa nº 30.2.10.000756-89, nº 30.6.10.002413-91, nº 30.6.10.002454-60 e nº 30.6.10.002546-12, tendo como objetivo a cobrança da importância de R\$ 14.356.783,08, referente às compensações de débitos de IRPJ realizadas com créditos decorrente da decisão judicial transitada em julgado na ação judicial nº 0016984-67.1999.4.05.8100 (IPI). Realizada penhora nas contas da Companhia – BACENJUD no valor executado. A Companhia requereu a substituição dos valores bloqueados por bens imóveis, porém o pedido foi indeferido. Interposto Agravo de Instrumento autuado sob o nº 2017.8423.002544-5. Em 30/08/2017 foi proferido despacho na execução determinando o sobrestamento do feito até o julgamento do agravo de instrumento interposto. Em 02/10/2019 houve um despacho, informando o inteiro teor do acórdão proferido no referido agravo de instrumento. Aguardando a reativação do processo e análise do mérito.
A chance de perda é:	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Exclusivamente o pagamento do valor discutido, com impacto relevante na situação financeira e patrimonial da Companhia

**4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes**

<b>PROCESSO Nº 0816408-45.2016.4.05.8100</b>	
Juízo	Justiça Federal do Ceará -JF/CE
Instância	33ª Vara da Seção Judiciária do Ceará
Data de instauração	21/12/2016
Partes no processo	Polo ativo: União Federal Polo Passivo: M. Dias Branco S.A. Ind. e Com.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor Atualizado R\$ 16.625.338,07
Principais fatos	Execução Fiscal promovida pela União contra a Companhia objetivando a cobrança de crédito tributário, no valor de R\$ 15.075.504,93, decorrente das certidões de dívida ativa nº 30.2.16.001655-57 e 36.6.16.005596-00, que, por sua vez, tratam de compensações realizadas e não homologadas pela Receita Federal do Brasil, com crédito tributário proveniente de decisão judicial transitada em julgado na ação mandamental nº 0016984-67.1999.4.05.8100. Execução suspensa aguardando a decisão final da ação anulatória de débito fiscal nº 0803683-74.2016.4.05.0000 ajuizada pela Companhia em 05/06/2016. Oferecido imóvel como garantia da dívida. A ação anulatória foi julgada improcedente e foi interposto recurso de apelação o qual aguarda julgamento. A Companhia foi intimada para apresentar nova apólice de seguro em agosto de 2019. Foi oferecido seguro garantia em outubro de 2019. A Fazenda Nacional concordou com o seguro. Processo concluso para decisão desde dezembro de 2019.
A chance de perda é:	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Exclusivamente o pagamento do valor discutido, com impacto relevante na situação financeira e patrimonial da Companhia
<b>PROCESSO Nº 0000162-48.2014.4.05.8109</b>	
Juízo	Justiça Federal do Ceará -JF/CE
Instância	34ª Vara da Seção Judiciária do Ceará
Data de instauração	21/10/2014
Partes no processo	Polo ativo: União Federal Polo Passivo: M. Dias Branco S.A. Ind. e Com.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor Atualizado R\$ 1.946.029,27
Principais fatos	Execução Fiscal promovida pela União contra a Companhia objetivando a cobrança de crédito tributário, no valor de R\$ 1.583.479,83 decorrente das certidões de dívida ativa nº 30.7.13.000097-00, que, por sua vez, tratam de compensações realizadas e não homologadas pela Receita Federal do Brasil, com crédito tributário proveniente de decisão judicial transitada em julgado na ação mandamental nº 0016984-67.1999.4.05.8100. Realizada penhora nas contas da Companhia – BACENJUD no valor executado. A Companhia requereu a substituição dos valores bloqueados por bens imóveis, porém o pedido foi indeferido. Interposto Agravo de Instrumento atuado sob o nº 2017.8423.002541-0. Em 3/10/2017 foi proferido despacho na execução determinando o sobrestamento do feito até o julgamento do agravo de instrumento interposto. Em 25/11/2019 houve um despacho, informando o inteiro teor do acórdão proferido no referido agravo de instrumento. Aguardando a reativação do processo e análise do mérito.
A chance de perda é:	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Exclusivamente o pagamento do valor discutido, com impacto relevante na situação financeira e patrimonial da Companhia

### 4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

#### Exclusão ICMS na Base de Cálculo do PIS/COFINS

No tocante a essa matéria, a Companhia possui nove ações judiciais transitadas em julgado, no período de dezembro de 2018 a novembro de 2019, das quais três foram ajuizadas por M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos e as demais foram interpostas por empresas já incorporadas.

O Supremo Tribunal Federal no julgamento do Recurso Representativo de Controvérsia (RE 574.706/PR) de relatoria da ministra Cármen Lúcia pacificou o entendimento de que o valor arrecadado a título de ICMS não se incorpora ao patrimônio do contribuinte e, dessa forma, não pode integrar a base de cálculo dessas contribuições (PIS e COFINS), que são destinadas ao financiamento da seguridade social, ou seja, o ICMS, por não compor faturamento ou receita bruta das empresas, deve ser excluído da base de cálculo do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins.

As ações judiciais 2000.81.00.010313-1, 0007508-19.2010.4.05.8100 e 0803798.-11.2017.4.05.8100 foram ajuizadas pela M Dias Branco S/A Indústria e Comércio de Alimentos e as demais foram interpostas por empresas incorporadas pela Companhia, quais sejam: 0014056-09.1987.4.03.6100 - Zabet S/A Indústria e Comércio, 2006.61.00.026027-0 - Adria Alimentos do Brasil Ltda, 2007.83.00.000169-2 - Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda, 2008.81.00.004326-1 - Moinho Santas Lúcia, 2007.83.00.014726-1 - NPAP Alimentos S/A, 0011868-02.2007.4.05.8100 - Pelágio Oliveira S/A. e 0019578-67.2006.4.02.5101 interposta pela controlada Industria de Produtos Alimentícios Piraquê S.A.

Ao longo de 2019, a Companhia adotou procedimentos para mensuração e reconhecimento dos créditos. Para o período anterior ao exercício de 2004, a Companhia ainda não identificou a documentação física e digital que suporte tal levantamento, em decorrência da inexistência de sistemas digitais específicos. Para tanto, está buscando mecanismos alternativos para mensuração dos valores em tais períodos.

No que diz respeito ao período entre os exercícios de 2008 a 2013, a Companhia identificou diversos eventos societários (incorporação das empresas Adria, Vitarella, Pelágio, Santa Lúcia) e alterações significativas da legislação relacionada às suas operações (Atos COTEPE n.º 28/11, 53,11, Protocolos ICMS n.º 184/09, 81/10, 86/10, dentre outros), fatores que tem demandado análises mais complexas para a apuração total dos valores. Assim, a Companhia reconheceu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o montante de R\$ 174.351 atualizados pela Selic, referente às operações da M. Dias Branco com base apenas na metodologia prevista na Solução de Consulta COSIT n.º 13/2018 (emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil), por entender que é o valor inconteste passível de recuperação. A Companhia seguirá com a apuração e reconhecimento na medida em que for mensurando os demais períodos envolvidos, inclusive pela metodologia julgada pelo Supremo Tribunal Federal e estima finalizar todo o levantamento e reconhecimentos respectivos até junho de 2020.

Na opinião de nossos advogados, os processos judiciais apresentam risco de perda entre possível e remoto.

<b>PROCESSO Nº 2000.81.00.010313-1</b>	
Juízo	Justiça Federal do Ceará -JF/CE
Instância	Tribunal Regional Federal da 5 Região
Data de instauração	19/05/2000
Partes no processo	Polo ativo: M. Dias Branco S.A. Ind. e Com. Polo Passivo: União Federal
Valores, bens ou direitos envolvidos	A ser apurado quando da Utilização do Crédito
Principais fatos	A Companhia ajuizou ação ordinária visando a declaração de inconstitucionalidade da inclusão do ICMS contido no preço de venda dos produtos na base de cálculo da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS. Ação foi julgada parcialmente procedente em primeira instância para reconhecer tão somente a exclusão do ICMS-ST da base de cálculo da COFINS. Interposta apelação pela Companhia, a qual foi negada provimento. Interposto Recurso Especial e Recurso Extraordinário.

**4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes**

	Tendo em vista a jurisprudência firmada pelo Supremo Tribunal Federal sobre a matéria, os autos foram enviados ao Tribunal Regional Federal para adequação do julgado em juízo de retratação. Proferido acórdão pelo Tribunal determinando a exclusão do ICMS da base de cálculo dessa contribuição (COFINS). A União Federal opôs embargos de declaração contra o referido acórdão, o qual não foi conhecido. A ação transitou em julgado em 18.12.2018, declarando a inexistência de relação tributária que obrigue a Companhia ao recolhimento da COFINS com a inclusão do ICMS em sua base de cálculo, reconhecendo o direito de proceder à compensação, após trânsito em julgado, com qualquer tributo arrecadado pela Receita Federal, exceto as contribuições referidas no art. 11, parágrafo único, alíneas "a", "b" e "c" da lei 8.212/91, observando a prescrição decenal.
A chance de perda é:	Sem efeito. Ação julgada procedente com trânsito em julgado favorável.
Análise do impacto em caso de perda do processo	Ausência de aproveitamento do crédito tributário com débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, no caso de ajuizamento de ação rescisória, caso haja modulação dos efeitos da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal.
<b>PROCESSO Nº 0007508-19.2010.4.05.8100</b>	
Juízo	Justiça Federal do Ceará -JF/CE
Instância	Tribunal Regional Federal da 5 Região
Data de instauração	08/06/2010
Partes no processo	Polo ativo: M. Dias Branco S.A. Ind. e Com. Polo Passivo: União Federal
Valores, bens ou direitos envolvidos	A ser apurado quando da Utilização do Crédito
Principais fatos	A Companhia impetrou mandado de segurança visando a declaração de inconstitucionalidade da inclusão do ICMS contido no preço de venda dos produtos na base de cálculo da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e da Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS. Negada a segurança. Interposta apelação pela Companhia, a qual foi negada provimento. Interposto Recurso Extraordinário. Tendo em vista a jurisprudência firmada pelo Supremo Tribunal Federal sobre a matéria, os autos foram enviados ao Tribunal Regional Federal para adequação do julgado em juízo de retratação. Proferido acórdão pelo Tribunal determinando a exclusão do ICMS da base de cálculo dessas contribuições (PIS e COFINS). A União Federal e a Companhia opuseram embargos de declaração contra o referido acórdão, tendo sido acolhido os embargos da Companhia permitindo-se a compensação com quaisquer tributos administrados pela Receita Federal. A União Federal interpôs recurso extraordinário, porém este não foi provido. A ação transitou em julgado em 08.3.2019, reconhecendo a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS, permitindo o direito de compensar, através de procedimento administrativo próprio, os valores recolhidos indevidamente nos últimos cinco anteriores à propositura da ação.
A chance de perda é:	Sem efeito. Ação julgada procedente com trânsito em julgado favorável.
Análise do impacto em caso de perda do processo	Ausência de aproveitamento do crédito tributário com débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, no caso de ajuizamento de ação rescisória, caso haja modulação dos efeitos da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal

**4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes**

<b>PROCESSO Nº 0014056-09.1987.4.03.6100</b>	
Juízo	Justiça Federal de São Paulo -JF/SP
Instância	Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Data de instauração	21/09/1987
Partes no processo	Polo ativo: M. Dias Branco S.A. Ind. e Com. (Incorporadora de Zabet S/A Indústria e Comércio). Polo Passivo: União Federal
Valores, bens ou direitos envolvidos	A ser apurado quando da Utilização do Crédito
Principais fatos	A Zabet S/A Indústria e Comércio empresa incorporada pela Adria Alimentos do Brasil Ltda ,e, posteriormente incorporada pela M Dias Branco S/A Indústria e Comércio de Alimentos ajuizou ação declaratória que objetiva o reconhecimento de inexistência de relação jurídica que a obrigue ao recolhimento da contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) e ao Fundo de Investimento Social- FINSOCIAL sobre a parcela do Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICM, com pedido cumulativo para que seja excluído também da base de cálculo daquelas exações o valor das vendas canceladas, mercadorias recebidas em devolução descontos e abatimentos incondicionados. Sentença proferida para declarar a exigibilidade da contribuição ao PIS e ao FINSOCIAL incluindo-se na base de cálculo a parcela referente ao ICM, e excluindo-se o montante referente ao valor das vendas canceladas, mercadorias recebidas em devolução, descontos e abatimentos incondicionados. A União Federal e a Companhia interpuseram Recurso de Apelação. Foi negado provimento à apelação da Companhia e dado provimento à apelação da União Federal e à remessa oficial. Foram interpostos Recurso Especial e Extraordinário. Tendo em vista a jurisprudência firmada pelo Supremo Tribunal Federal sobre a matéria, os autos foram enviados ao Tribunal Regional Federal para adequação do julgado em juízo de retratação. Proferido acórdão pelo Tribunal determinando a exclusão do ICMS da base de cálculo dessas contribuições (PIS e COFINS). Opostos embargos pela União. Aguardando julgamento.
A chance de perda é:	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Ausência de aproveitamento do crédito tributário com débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

**4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes**

<b>PROCESSO Nº 2007.83.00.000169-2</b>	
Juízo	Justiça Federal de Pernambuco -JF/PE
Instância	Tribunal Regional Federal da 5ª Região
Data de instauração	08/01/2007
Partes no processo	Polo ativo: M. Dias Branco S.A. Ind. e Com. (Incorporadora de Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda.) Polo Passivo: União Federal
Valores, bens ou direitos envolvidos	A ser apurado quando da Utilização do Crédito
Principais fatos	Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda. empresa incorporada pela M Dias Branco S/A Indústria e Comércio de Alimentos impetrou mandado de segurança visando o reconhecimento da inconstitucionalidade da inclusão do ICMS contido no preço de venda dos produtos na base de cálculo da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e da Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS. Segurança concedida. A União Federal interpôs Recurso de Apelação, este provido para retificar o julgado. Interposto Recurso Especial e Extraordinário pela Companhia. Tendo em vista a jurisprudência firmada pelo Supremo Tribunal Federal sobre a matéria, os autos foram enviados ao Tribunal Regional Federal para adequação do julgado em juízo de retratação. Proferido acórdão pelo Tribunal determinando a exclusão do ICMS da base de cálculo dessas contribuições (PIS e COFINS). A União Federal opôs embargos de declaração não conhecidos. Interposto Recurso extraordinário pela União Federal o qual foi negado provimento. Ação julgada procedente com trânsito em julgado favorável à Companhia em 13/02/2019.
A chance de perda é:	Sem efeito. Ação julgada procedente com trânsito em julgado favorável.
Análise do impacto em caso de perda do processo	Ausência de aproveitamento do crédito tributário com débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

<b>PROCESSO Nº 2008.81.00.004326-1</b>	
Juízo	Justiça Federal do Ceará -JF/CE
Instância	Tribunal Regional Federal da 5ª Região
Data de instauração	28/03/2008
Partes no processo	Polo ativo: M. Dias Branco S.A. Ind. e Com. (Incorporadora de Moinho Santa Lúcia Ltda.) Polo Passivo: União Federal
Valores, bens ou direitos envolvidos	A ser apurado quando da Utilização do Crédito
Principais fatos	Moinho Santa Lúcia Ltda. empresa incorporada pela M Dias Branco S/A Indústria e Comércio de Alimentos impetrou mandado de segurança visando o reconhecimento da inconstitucionalidade da inclusão do ICMS contido no preço de venda dos produtos na base de cálculo da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e da Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS. Segurança não concedida. A Companhia interpôs Recurso de Apelação, que por sua vez foi negado provimento. Interposto Recurso Especial e Extraordinário pela Companhia. Tendo em vista a jurisprudência firmada pelo Supremo Tribunal Federal sobre a matéria, os autos foram enviados ao Tribunal Regional Federal para adequação do julgado em juízo de retratação. Proferido acórdão pelo Tribunal determinando a exclusão do ICMS da base de cálculo dessas contribuições (PIS e COFINS). A União Federal opôs embargos de declaração não conhecidos. Interposto Recurso extraordinário pela União Federal, o qual foi negado provimento. Processo transitado em julgado favorável à Companhia em 05/02/2019.
A chance de perda é:	Sem efeito. Ação julgada procedente com trânsito em julgado favorável.
Análise do impacto em caso de perda do processo	Ausência de aproveitamento do crédito tributário com débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, no caso de ajuizamento de ação rescisória, caso haja modulação dos efeitos da decisão proferido pelo Supremo Tribunal Federal.

**4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes**

<b>PROCESSO Nº 2007.83.00.014726-1</b>	
Juízo	Justiça Federal de Pernambuco -JF/PE
Instância	Tribunal Regional Federal da 5ª Região
Data de instauração	10/08/2007
Partes no processo	Polo ativo: M. Dias Branco S.A. Ind. e Com. (Incorporadora de NPAP Alimentos S/A.) Polo Passivo: União Federal
Valores, bens ou direitos envolvidos	A ser apurado quando da Utilização do Crédito
Principais fatos	NPAP Alimentos S/A. empresa incorporada pela Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda., e, posteriormente incorporada pela M Dias Branco S/A Indústria e Comércio de Alimentos impetrou mandado de segurança visando o reconhecimento da inconstitucionalidade da inclusão do ICMS contido no preço de venda dos produtos na base de cálculo da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e da Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS. Segurança não concedida. A Companhia interpôs Recurso de Apelação, que por sua vez foi negado provimento. Interposto Recurso Especial e Extraordinário pela Companhia. Tendo em vista a jurisprudência firmada pelo Supremo Tribunal Federal sobre a matéria, os autos foram enviados ao Tribunal Regional Federal para adequação do julgado em juízo de retratação. Proferido acórdão pelo Tribunal determinando a exclusão do ICMS da base de cálculo dessas contribuições (PIS e COFINS). A União Federal opôs embargos de declaração não conhecidos. Interposto Recurso extraordinário pela União Federal o qual foi negado provimento. Ação julgada procedente com trânsito em julgado favorável à Companhia em 07/11/2018.
A chance de perda é:	Sem efeito. Ação julgada procedente com trânsito em julgado favorável.
Análise de impacto em caso de perda do processo	Ausência de aproveitamento do crédito tributário com débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.
<b>PROCESSO Nº 0011868-02.2007.4.05.8100</b>	
Juízo	Justiça Federal do Ceará -JF/CE
Instância	Tribunal Regional Federal da 5ª Região
Data de instauração	17/07/2007
Partes no processo	Polo ativo: M. Dias Branco S.A. Ind. e Com. (Incorporadora de Pelágio Oliveira S/A) Polo Passivo: União Federal
Valores, bens ou direitos envolvidos	A ser apurado quando da Utilização do Crédito
Principais fatos	Pelágio Oliveira S/A. incorporada pela M Dias Branco S/A Indústria e Comércio de Alimentos impetrou mandado de segurança visando o reconhecimento da inconstitucionalidade da inclusão do ICMS contido no preço de venda dos produtos na base de cálculo da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e da Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS. Segurança não concedida. A Companhia interpôs Recurso de Apelação, que por sua vez foi negado provimento. Interposto Recurso Especial e Extraordinário pela Companhia. Tendo em vista a jurisprudência firmada pelo Supremo Tribunal Federal sobre a matéria, os autos foram enviados ao Tribunal Regional Federal para adequação do julgado em juízo de retratação. Proferido acórdão pelo Tribunal determinando a exclusão do ICMS da base de cálculo dessas contribuições (PIS e COFINS). A União Federal opôs embargos de declaração não conhecidos. Interposto Recurso extraordinário pela União Federal o qual foi negado provimento. Ação julgada procedente com trânsito em julgado favorável à Companhia em 19/02/2019.
A chance de perda é:	Sem efeito. Ação julgada procedente com trânsito em julgado favorável.
Análise de impacto em caso de perda do processo	Ausência de aproveitamento do crédito tributário com débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, no caso de ajuizamento de ação rescisória, caso haja modulação dos efeitos da decisão proferido pelo Supremo Tribunal Federal.

**4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes**

<b>PROCESSO Nº 2006.61.00.026027-0</b>	
Juízo	Justiça Federal do Ceará -JF/CE
Instância	Tribunal Regional Federal da 5ª Região
Data de instauração	17/07/2007
Partes no processo	Polo ativo: M. Dias Branco S.A. Ind. e Com. (Incorporadora de Pelágio Oliveira S/A) Polo Passivo: União Federal
Valores, bens ou direitos envolvidos	A ser apurado quando da Utilização do Crédito
Principais fatos	Adria Alimentos do Brasil Ltda. incorporada pela M Dias Branco S/A Indústria e Comércio de Alimentos ajuizou ação declaratória visando o reconhecimento da inconstitucionalidade da inclusão do ICMS contido no preço de venda dos produtos na base de cálculo da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e da Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS. Ação julgada improcedente. A Companhia interpôs Recurso de Apelação, que por sua vez foi negado provimento. Interposto Recurso Especial e Extraordinário pela Companhia. Tendo em vista a jurisprudência firmada pelo Supremo Tribunal Federal sobre a matéria, os autos foram enviados ao Tribunal Regional Federal para adequação do julgado em juízo de retratação. Proferido acórdão pelo Tribunal determinando a exclusão do ICMS da base de cálculo dessas contribuições (PIS e COFINS). A União Federal opôs embargos de declaração não conhecidos. Interpostos recursos pela União Federal. Recurso extraordinário não conhecido e Recurso Especial não provido. Ação julgada procedente com trânsito em julgado favorável à Companhia em 16/10/2019.
A chance de perda é:	Sem efeito. Ação julgada procedente com trânsito em julgado favorável.
Análise do impacto em caso de perda do processo	Ausência de aproveitamento do crédito tributário com débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

<b>PROCESSO Nº 0803798.-11.2017.4.05.8100</b>	
Juízo	Justiça Federal do Ceará -JF/CE
Instância	Tribunal Regional Federal da 5ª Região
Data de instauração	14/03/2017
Partes no processo	Polo ativo: M. Dias Branco S.A. Ind. e Com. Polo Passivo: União Federal
Valores, bens ou direitos envolvidos	A ser apurado quando da Utilização do Crédito
Principais fatos	A Companhia impetrou mandado de segurança visando a declaração de inconstitucionalidade da inclusão do ICMS contido no preço de venda dos produtos na base de cálculo da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e da Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS, mesmo após o advento da Lei 12.973/14 que alterou o conceito de receita bruta. Deferida liminar e confirmada em sentença para o fim de declarar a inexistência de relação jurídica a obrigar a Companhia a partir da vigência da Lei nº 12.973/14, ou seja, a partir de 1º/1/2015, a incluir o valor do ICMS apurado sobre vendas de mercadorias ou prestação de serviço na base de cálculo do PIS e da COFINS, independentemente do sistema de apuração. Interposto recurso de Apelação pela União, a qual não foi provida. Ação julgada procedente com trânsito em julgado favorável à Companhia em 11/07/2019.
A chance de perda é:	Sem efeito. Ação julgada procedente com trânsito em julgado favorável.
Análise do impacto em caso de perda do processo	Ausência de aproveitamento do crédito tributário com débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

<b>PROCESSO Nº 0019578-67.2006.4.02.5101</b>	
Juízo	Justiça Federal do Rio de Janeiro -JF/RJ
Instância	Tribunal Regional Federal da 2ª Região

### 4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Data de instauração	10/10/2007
Partes no processo	Polo ativo: Indústria de Produtos Alimentícios Piraquê Polo Passivo: União Federal
Valores, bens ou direitos envolvidos	A ser apurado quando da Utilização do Crédito
Principais fatos	Indústria de Produtos Alimentícios Piraquê controlada por M Dias Branco S/A Indústria e Comércio de Alimentos impetrou mandado de segurança visando o reconhecimento da inconstitucionalidade da inclusão do ICMS contido no preço de venda dos produtos na base de cálculo da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e da Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS. Segurança não concedida. Após interposição de recurso de apelação o Tribunal Regional da 2ª Região reconheceu o direito da empresa não computar na base de cálculo do PIS e da COFINS o valor do ICMS recolhido na qualidade de substituto tributário. Contudo, não reconheceu o direito de excluir o ICMS recolhido da base de cálculo do PIS e da COFINS no regime normal. Interpostos recursos Extraordinário e Especial pela empresa, os quais foram providos para declarar inconstitucional a inclusão dos valores referente ao ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. Ação julgada procedente com trânsito em julgado favorável em 25/11/2019.
A chance de perda é:	Sem efeito. Ação julgada procedente com trânsito em julgado favorável.
Análise do impacto em caso de perda do processo	Ausência de aproveitamento do crédito tributário com débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

#### Cível

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia era ré em 411 processos judiciais e administrativos de natureza cível, totalizando aproximadamente R\$ 38 milhões. A maior parte das ações de natureza cível nas quais a Companhia figura como ré envolve questões rotineiras de seus negócios, tais como alegações de descumprimento contratual, alegações de cobranças e inclusões em cadastro de inadimplentes realizadas de forma indevida, indenizações por danos decorrentes de acidentes de trânsito, alegações de presença de corpos estranhos em produtos, dentre outras. A Companhia entende que não existe um processo cível que individualmente seja relevante, exceto o processo administrativo de cunho ambiental abaixo descrito.

Dentre as ações de natureza cível, a Companhia destaca: (a) processo administrativo em curso perante o Conselho Administrativo de Defesa Econômica– CADE, com base em inquérito administrativo movido por este mesmo órgão, no bojo do qual a Companhia apresentou, tempestivamente, sua defesa e manifestações e aguarda julgamento pelo órgão; e, (b) um auto de infração de cunho ambiental, relacionado à fábrica de margarinas em gorduras, instalada no município de Fortaleza, no Estado do Ceará, que foram considerados relevantes em função dos critérios: i) possível dano à imagem da Companhia perante a sociedade, em relação a um suposto descumprimento de normas anticoncorrenciais e ambientais; e/ou ii) um possível dano financeiro com pagamento de multas.

<b>Processo Administrativo n.º 08012.009957/2008-50</b>	
Juízo	Superintendência Geral do CADE
Instância	1ª administrativa
Data de instauração	Outubro/2008
Partes no processo	Pólo ativo: Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE Pólo Passivo: M. Dias Branco S.A. Ind. e Com. e outros
Valores, bens ou direitos envolvidos	Processo administrativo instaurado pela Superintendência Geral do CADE para apuração de suposto cartel no “mercado de farinha de trigo nas regiões Norte e Nordeste Brasileira.
Principais fatos	Em 12 de novembro de 2008, Secretaria de Direito Econômico instaura Averiguação Preliminar, após receber denúncia realizada ao Ministério Público Federal. Em 09 de abril de 2013, CADE propôs busca e apreensão contra M. DIAS BRANCO, e outras empresas

### 4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	moageiras. Em 07 de janeiro de 2014, a Superintendência suspendeu o andamento da averiguação preliminar, em razão de liminar obtida pela M Dias Branco impedindo acesso do CADE aos documentos apreendidos. Em 04 de dezembro de 2015, o andamento da investigação foi retomado. Em 22 de janeiro de 2016, a Superintendência instaurou o processo administrativo. Entre dezembro de 2016 e janeiro de 2017, os Representados apresentaram sua defesa. Em 10 de fevereiro de 2017 foi editada nota Técnica de Saneamento, que rejeitou as questões preliminares. Em 24 de fevereiro de 2017 foram protocolados pedidos de reconsideração pelos representados. Em dezembro de 2019, foi exarado parecer pelo MPF, opinando pela condenação da companhia. Atualmente, o processo encontra-se suspenso por força de decisão judicial obtida por um dos corréus, nos autos do Agravo de Instrumento nº 1039698-64.2019.4.01.0000, em trâmite perante a 5ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
A chance de perda é:	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Nada obstante a instauração do processo administrativo pelo Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, (a) eventual aplicação de qualquer penalidade ainda depende de investigação e demonstração de infração; e (b) a aplicação de qualquer penalidade pode ser questionada judicialmente.
<b>Auto de Infração n.º 9078653 (Processo Administrativo)</b>	
Juízo	DIRETOR(A) DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO IBAMA EM FORTALEZA/CE
Instância	1ª Administrativa
Data de instauração	24/04/2015
Partes no processo	Pólo ativo: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA Pólo Passivo: M. Dias Branco S.A. Ind. e Com. - GME
Valores, bens ou direitos envolvidos	Aplicação de multa no valor R\$ 1.005.000,00 (um milhão e cinco mil reais)
Principais fatos	A Companhia foi autuada pelo IBAMA, por, no dia 07 de abril de 2015, por ocasião de um incidente na tubulação de transferência de gordura vegetal, ter lançado este produto no mar, vindo o mesmo a alcançar a região da praia e do beach rock mais próximos ao local do acidente (Região do Mucuripe, Fortaleza/CE). O órgão fundamentou a aplicação da multa em parecer técnico, no qual afirma ser possível que o derramamento de gordura vegetal tenha interferido na biota do local, bem como tenha causado prejuízos socioeconômicos na região. A companhia apresentou defesa, tempestivamente, afirmando que o produto não era capaz de causar danos à biota, bem como demonstrando que não houve impacto socioeconômico na região. Questionamos, ainda, a composição do valor da multa, o qual desconsiderou aspectos legais. <b>Atualmente, aguardamos a decisão da primeira instância administrativa.</b>
A chance de perda é:	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Tendo como base os elementos decorrentes da dilação probatória, considera-se possível o risco de manutenção da multa aplicada.

#### 4.3.1 Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.3

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantinha provisão para perdas prováveis em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista e cível no montante aproximado de R\$ 86,7 milhões, e em virtude da combinação de negócios com a Piraquê, também foram provisionados processos trabalhistas e cíveis com riscos de perdas possível e remota, no valor de R\$ 23.985. Com relação aos processos tributários, a Companhia mantinha provisão para perdas prováveis em R\$ 83,1 milhões mais R\$ 19,7 milhões referente aos honorários advocatícios de êxito.

Para mais detalhes sobre os processos provisionados pela Companhia veja a seção 4.6 deste Formulário de Referência.

**4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores**

Não existem processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam ou tenham sido administradores ou partes relacionadas do emissor.

#### **4.5 - Processos Sigilosos Relevantes**

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não era parte em nenhum processo sigiloso. Todos os processos relevantes foram descritos nas seções 4.3 acima.

## 4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

### Trabalhista

As principais matérias discutidas nos processos provisionados são: hora extra e seus reflexos, acidente de trabalho e doença ocupacional, responsabilidade subsidiária, adicional de insalubridade ou periculosidade, reconhecimento de vínculo empregatício, comissões sobre vendas, equiparação salarial, desvio ou acúmulo de função, indenização por dano material dentre outras matérias.

#### a. valores envolvidos

<b>Provisão de Processos Trabalhistas Divididos por Causas Semelhantes</b>	
<i>Matérias</i>	<b>Valor (Em Reais)</b>
Horas extras e reflexos	15.955.384,28
Acidente de trabalho e doença ocupacional	6.545.162,03
Adicional de insalubridade ou periculosidade	4.290.593,30
Responsabilidade subsidiária	2.675.333,30
Equiparação salarial, desvio ou acúmulo de função	1.299.757,68
Reconhecimento de vínculo empregatício	690.855,39
Comissões sobre vendas	625.469,69
Outras matérias não especificadas	49.521.247,32

A companhia provisiona a totalidade dos valores discutidos desses processos.

#### b. prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência

##### *Horas extras e reflexos*

A Companhia figura como ré em diversos processos tendo como objeto o pleito de horas extraordinárias de trabalho supostamente pagas de forma indevida pela Companhia, em especial por ex-colaboradores que realizavam serviços fora das instalações da Companhia, tais como vendedores e promotores de vendas externos. É comum no judiciário trabalhista que ex-empregados, com o testemunho de outros ex-empregados, sustentem várias acusações contra as empresas, sem que as mesmas correspondam necessariamente à verdade. A Companhia tem por prática pagar horas extras dentro das regras legais, inclusive adotando controle de ponto eletrônico para os empregados que exercem as atividades internamente, não havendo práticas específicas da Companhia que sejam causa dessas contingências. Para este tipo de matéria, a Companhia provisiona o valor de aproximadamente R\$ 15,9 milhões.

## **4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto**

### *Adicional de insalubridade ou periculosidade*

A Companhia figura como ré em diversos processos tendo como objeto o pleito de adicional de insalubridade ou de periculosidade, que seriam decorrentes da realização de atividades supostamente insalubres ou perigosas, respectivamente. Para a legislação trabalhista, consideram-se atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos. Consideram-se atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem o contato permanente com inflamáveis ou explosivos em condições de risco acentuado. A Companhia tem a prática de adotar todas as medidas de segurança do trabalho e para garantir um meio ambiente de trabalho sadio, não tendo sido identificado nenhum procedimento ou comportamento determinado da gestão da Companhia que possa ser associado como causa dessas contingências. Para este tipo de matéria na esfera trabalhista, a Companhia provisiona o valor de aproximadamente R\$ 4,2 milhões.

### *Responsabilidade subsidiária*

A Companhia figura como ré em diversos processos que tratam de questões de responsabilidade subsidiária da Companhia. A responsabilidade subsidiária trabalhista representa o estabelecimento de um traço de responsabilidade do tomador de serviços em relação ao trabalhador empregado da empresa prestadora de serviços, a efetiva empregadora. Pela responsabilidade subsidiária trabalhista atribui-se ao tomador de serviços a condição de garantidor do adimplemento dos créditos trabalhistas devidos pela empresa prestadora de serviços ao empregado, quando esta última não os honra. Tais contingências tiveram origem no fato de os controles internos adotados no passado pela Companhia não terem sido plenamente suficientes para acompanhar cuidadosamente a documentação das empresas contratadas que comprovam os pagamentos destas aos seus empregados. Para este tipo de matéria, a Companhia provisiona o valor de aproximadamente R\$ 2,6 milhões.

### *Reconhecimento de vínculo empregatício*

A Companhia figura como ré em diversos processos tendo como objeto o reconhecimento de vínculo empregatício de empregados de empresas contratadas pela Companhia, em especial representantes comerciais, bem como de trabalhadores autônomos. Tais processos tiveram origem no fato de a Companhia não ter adotado, no passado, os cuidados necessários para a não configuração do vínculo empregatício destes terceiros e autônomos para com ela (principalmente a mais clara caracterização da subordinação direta do colaborador a empresa contratada, e não à Companhia, no caso das empresas terceirizadas). Para este tipo de matéria, a Companhia provisiona o valor de aproximadamente R\$ 690 mil.

### *Comissões sobre vendas*

A Companhia figura como ré em alguns processos trabalhistas em que ex-colaboradores, especialmente aqueles que exerciam funções de vendedores, alegam ter direito a diferenças de comissões sobre vendas realizadas e supostamente não pagas pela Companhia. Para este tipo de matéria, a Companhia provisiona o valor de aproximadamente R\$ 625 mil

## 4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

### *Equiparação salarial, acúmulo ou desvio de função*

A Companhia figura como ré em processos que tratam de equiparação salarial, acúmulo ou desvio de função. A equiparação salarial é requerida quando o reclamante e o colaborador cujo salário será considerado como paradigma para equiparação exercem as mesmas funções, com igual produtividade e perfeição técnica, e a diferença de tempo no exercício da função é inferior a dois anos. O acúmulo de função ocorre quando o empregado, além das atividades habituais de seu cargo, passa a assumir responsabilidades parciais ou integrais de outro cargo existente nos quadros da empresa. No acúmulo, o empregado já exerce uma função com tarefas específicas, e a partir de determinado momento, ou até mesmo pela ocorrência de evento específico, como redução de quadro, começa a receber responsabilidades extras de outro cargo específico. Por sua vez, o desvio de função caracteriza-se quando o trabalhador exerce atividades que correspondem a um outro cargo, diferente ao que foi pactuado, contratualmente, e de forma habitual, ou seja, ocorre quando ele é contratado para exercer determinada função e acaba por realizar atividades de outra. A Companhia tem a prática de observar estritamente a legislação trabalhista, não tendo sido identificado nenhum procedimento ou comportamento da gestão da Companhia que possa ser associado como causa dessas contingências. Para este tipo de matéria, a Companhia provisiona o valor de aproximadamente R\$ 1,2 milhão.

### *Outras matérias não especificadas*

A Companhia figura como ré em processos trabalhistas que têm como objeto de discussão, além das causas acima mencionadas, diversas outras, tais como falta de pagamento de diárias para viagens a trabalho (pagamento de estadia e alimentação durante as viagens a trabalho), domingos e feriados em dobro (suposta não concessão, pela Companhia, do descanso semanal remunerado previsto na legislação trabalhista, o que geraria a obrigação de o empregador realizar o pagamento do valor correspondente em dobro), diferenças salariais, honorários advocatícios, um terço de férias, dentre outras. A Companhia tem a prática de observar estritamente a legislação trabalhista, não tendo sido identificado nenhum procedimento ou prática da gestão da Companhia que possa ser associado como causa dessas contingências. Para este tipo de matéria, a Companhia provisiona o valor de aproximadamente R\$ 49,5 milhões, sendo 23 milhões relativos à combinação de negócio-Piraquê.

### **Tributário**

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possuía processos judiciais, administrativos e arbitrais repetitivos ou conexos de natureza tributária, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, além dos processos judiciais ou administrativos mencionados no item 4.3.

### **Cível**

As principais matérias discutidas nos processos cíveis provisionados são alegações de descumprimento contratual, alegações de cobranças e inclusões em cadastro de inadimplentes realizadas de forma indevida, indenizações por danos decorrentes de acidentes de trânsito, alegações de presença de corpos estranhos em produtos, dentre outras.

## 4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

### a. valores envolvidos

<b>Provisão de Processos Cíveis Divididos por Causas Semelhantes</b>	
<i>Matérias</i>	<b>Valor (Em Reais)</b>
Descumprimento contratual / indenização por rescisão de contratos de representação ou de distribuição	2.854.048,34
Acidentes de trânsito	253.700,71
Corpo estranho em produtos	83.955,39
Cobrança indevida / protesto indevido	42.148,67
Outras matérias não especificadas	5.197.146,89

A companhia provisiona a totalidade dos valores discutidos desses processos.

### b. prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência

#### *Descumprimento Contratual / Indenização por Rescisão de Contratos de Representação ou de Distribuição*

A Companhia figura como ré em alguns processos tendo como objeto a alegação de descumprimento contratual por parte da Companhia, em relação a obrigações contratualmente previstas, especialmente em contratos de prestação de serviços e de representação ou de distribuição comercial, tais como o descumprimento de regras de exclusividade no território de atuação, vendas diretas realizadas pela Companhia, dentre outras questões. Para este tipo de matéria, a Companhia provisiona o valor de aproximadamente R\$ 2,8 milhões.

#### *Acidentes de Trânsito*

A Companhia figura como ré em alguns processos cíveis tendo como objeto requerimento de indenização por danos morais, estéticos e materiais em decorrência de acidentes de trânsito que teriam sido causados por prepostos da Companhia. Para este tipo de matéria, a Companhia provisiona o valor aproximado de R\$ 253 mil.

#### *Corpo estranho em produtos*

A Companhia figura como ré em processos cíveis em que consumidores alegam ter encontrado corpos estranhos em produtos industrializados e comercializados pela Companhia, especialmente insetos e objetos metálicos, o que lhes teriam causado danos de ordem moral e material. Para este tipo de matéria, a Companhia provisiona o valor de aproximadamente R\$ 90mil.

#### *Cobrança Indevida / Protesto Indevido*

A Companhia figura como ré em processos cíveis que discutem danos decorrentes de cobranças e protestos realizados pela Companhia de forma supostamente indevida. Grande parte destas reclamações teve origem quando da mudança do sistema operacional realizada pela Companhia. Para este tipo de matéria, a Companhia provisiona o valor de aproximadamente R\$ 50mil.

## **4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto**

### *Outras matérias não especificadas*

A Companhia figura como ré em processos cíveis que têm como objeto de discussão, além das causas acima mencionadas, outras pontuais, tais como discussões sobre marcas e patentes, cobranças de valores supostamente não pagos, informações ao consumidor dentre outras. A Companhia tem a prática de observar estritamente a legislação pátria, não tendo sido identificado nenhum procedimento ou prática da gestão da Companhia que possa ser associado como causa dessas contingências. Para este tipo de matéria, a Companhia provisiona o valor de aproximadamente R\$ 5,1 milhões.

#### **4.6.1. Valor total provisionado**

Em relação aos processos divulgados no item 4.6 o valor total provisionado foi de R\$ 78,3 milhões de processos de natureza trabalhista e R\$ 8,4 milhões relacionados a processos de natureza cível.

#### **4.7 - Outras Contingências Relevantes**

Todas as contingências relevantes, referentes ao exercício de 2019, que a Companhia é parte foram descritas nos itens 4.3 a 4.6 acima.

#### **4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados**

Não aplicável, pois a Companhia é uma empresa de origem nacional e todos os valores mobiliários por ela emitidos estão custodiados no mercado brasileiro.

## 5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**

A Companhia possui política de gerenciamento de riscos formalizada, a qual foi revisada pelo Comitê de Auditoria e aprovada pelo Conselho de Administração em 08/11/2019.

- b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:**

O objetivo da política de gerenciamento de riscos é estabelecer definições, diretrizes, critérios de avaliação, apetite a risco e responsabilidade sobre o processo de gerenciamento de riscos corporativos, a fim de assegurar que:

- Os riscos inerentes às atividades da Companhia sejam identificados, avaliados e minimizados em um nível aceitável face à sua perpetuação.
- A estrutura de controles internos seja continuamente revisada, considerando os riscos identificados, minimizando os custos associados a riscos não controlados e/ou atividades de controle desnecessárias.
- Sejam identificadas as operações com potenciais conflitos de interesse e os Riscos associados sejam minimizados a partir da implementação de medidas para segregação de funções e/ou monitoramento das atividades.
- Todos os colaboradores compreendam claramente os objetivos da gestão de riscos e os papéis, as funções e as responsabilidades atribuídas aos diversos níveis da Companhia.
- A Companhia atenda os critérios regulamentares vigentes.
- Os objetivos estratégicos da Companhia sejam plenamente atendidos.

A estratégia da política de gerenciamento de riscos concentra-se basicamente na redução das incertezas que poderiam afetar o retorno aos acionistas e o valor econômico da Companhia no longo prazo.

*i. os riscos para os quais se busca proteção*

A partir da avaliação realizada pela área de Gestão de Riscos com base em metodologias de mensuração qualitativa e quantitativa, os riscos são classificados em estratégicos, operacionais, de reporte, de *Compliance*, cibernéticos, de mercado, e socioambientais. Com base na Metodologia de Gestão de Riscos, a Companhia avalia seus riscos em cinco níveis. As avaliações e as respostas de todos os Riscos devem ser levadas pela Diretoria de Auditoria, Riscos e *Compliance*, com supervisão do Comitê de Auditoria, para discussão com as alçadas hierárquicas conforme definido no modelo abaixo. A eventual aceitação de riscos também deve respeitar a mesma governança.

Os riscos extremos deverão ser reportados pelo Comitê de Auditoria ao Conselho de Administração de forma tempestiva, à medida de sua identificação. Tais riscos também deverão ser incluídos no relatório anual do Comitê de Auditoria.

*ii. os instrumentos utilizados para proteção*

Os instrumentos adotados pela Companhia consistem no aprimoramento contínuo do ambiente de controles internos devidamente monitorado, testado e atualizado, objetivando endereçar a cada risco identificado pelo menos um controle interno capaz de mitigá-lo.

Outros instrumentos consideram a transferência dos riscos por meio da contratação de seguros. A cobertura leva em consideração o cálculo do impacto, controles internos e coberturas existentes para os riscos reportados.

## 5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

A Companhia utiliza software GRC (*Governance, Risk and Compliance*) para gestão eletrônica das matrizes de riscos e controles internos, rotinas de testes de auditoria interna e monitoramento dos planos de ação corretiva.

### iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A Companhia possui Diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance, com gerências específicas para cada área, e com reporte direto ao Comitê de Auditoria. Este, por sua vez, é um órgão não estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração formado atualmente por quatro membros independentes efetivos, sendo um deles, também membro do Conselho de Administração.

A responsabilidade do Comitê é dar suporte aos acionistas e ao Conselho em suas atividades de supervisão de temas relevantes relacionados:]

- à precisão e confiabilidade das informações financeiras reportadas ao Conselho, acionistas, mercado e partes interessadas em geral;
- à eficiência e eficácia do processo de gestão de riscos e dos sistemas de controles internos;
- à contratação, direcionamento, revisão e avaliação das atividades da Diretoria de Auditoria, Riscos e *Compliance*, e da Auditoria Independente;
- à aderência a exigências legais de reporte financeiro, tributário e contábil;
- à avaliação e monitoramento do cumprimento, pela Administração da Companhia, das recomendações feitas em relatórios de auditoria e pelos órgãos regulatórios;
- ao monitoramento de conflitos de interesse em potencial e à observância do Código de Ética da Companhia;
- ao incentivo, desenvolvimento e sustentabilidade de boas práticas de governança corporativa.

Para tanto, o Comitê realizou reuniões mensais ao longo do ano de 2019, nas quais emitiu opiniões e recomendações à Administração e ao Conselho por meio da formalização e envio de atas.

Em linha com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da ONU – Paz, Justiça e Instituições Eficazes, disponibilizamos aos colaboradores e a quaisquer outras partes interessadas o Canal Ético, instrumento de recepção de comunicados relacionados a condutas contrárias ao nosso Código de Ética. Este é um serviço independente, gratuito e confidencial, acessível por telefone, e-mail ou site na internet. Este canal garante o anonimato do comunicante, ou seja, a identificação é opcional. Em 2019, foram recebidos 876 relatos por meio do Canal Ético, representando um acréscimo de 23% quando comparado ao ano anterior.

Os temas éticos são tratados pelo Comitê de Ética, vinculado diretamente ao Comitê de Auditoria. O Comitê de Ética foi estruturado em 2012, em caráter permanente e não estatutário, e é formado pelos Diretores de Desenvolvimento Organizacional, Jurídico e de Auditoria, Gestão de Riscos e Compliance. Até dezembro de 2019 haviam sido tratados 76% dos comunicados recebidos no ano. Em 54% dos casos foram tomadas ações administrativas, em 6% foram aplicadas medidas disciplinares e em 40% não foram necessárias adoção de quaisquer providências.

### c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia, na busca do contínuo aprimoramento de sua estrutura de governança, risco e controle, adota como referencial as orientações das principais entidades nestas áreas, como o

## 5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), o IIA (*Institute of Internal Audit*) e o IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa), assim como as normas emanadas da CVM e B3.

Em paralelo à gestão da Companhia, anualmente o Comitê de Auditoria avalia a adequação da estrutura operacional de governança, aprovando recursos orçamentários considerados suficientes para o adequado funcionamento do próprio Comitê e da Diretoria de Auditoria, Riscos e *Compliance*.

Faz parte das atribuições do Comitê de Auditoria monitorar a devida disciplina na execução e implantação dos planos de ação corretiva originados nos trabalhos das áreas de governança da Companhia, incluindo aqueles advindos do Auditor Independente e de outros prestadores de serviços relacionados a melhorias do ambiente de controles internos. A posição destes planos de ação é também monitorada mensalmente pela Diretoria Estatutária e Comitê Executivo.

## 5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

**a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**

A Companhia possui política de gerenciamento de riscos formalizada, a qual foi revisada pelo Comitê de Auditoria e aprovada pelo Conselho de Administração em 08/11/2019.

**b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:**

*i. os riscos de mercado para os quais se busca proteção*

A Companhia busca proteção quanto ao risco da variação da taxa de câmbio sobre os passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente do Dólar, decorrente em grande parte da importação de trigo em grão e óleo vegetal de palma.

*ii. a estratégia de proteção patrimonial (hedge)*

Como estratégia para prevenção e redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio nos resultados, a Administração contrata operações de swaps para os financiamentos de importações de insumos.

*iii. os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)*

O hedge de proteção quanto à variação cambial é feito em operações tradicionais de troca de indexadores (operação de swap) para os financiamentos de importações de insumos.

*iv. os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos*

Além da análise de descasamentos temporais entre fluxos de caixa ativos e passivos sensíveis a determinados fatores de riscos, bem como, no caso da variação cambial, as expectativas quanto à oscilação da taxa de câmbio em relação ao Real, a Companhia realiza, trimestralmente, se relevante, análise de sensibilidade de seus passivos financeiros à variação do Dólar, de forma a atender à Instrução CVM nº 475/08.

*v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos*

A Companhia não opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial.

*vi. a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado*

A Companhia não possui políticas segregadas para riscos de mercado, estando a gestão destes riscos integrada à sua política corporativa, conforme descrito no item 5.1.

**c. a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

A Companhia, na busca do contínuo aprimoramento de sua estrutura de governança, risco e controle, adota como referencial as orientações das principais entidades nestas áreas, como o COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), o IIA (*Institute of Internal Audit*) e o IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa), assim como normas emanadas da CVM e B3.

Em paralelo à gestão da Companhia, anualmente o Comitê de Auditoria avalia a adequação da estrutura operacional de governança, aprovando recursos orçamentários considerados suficientes para o adequado funcionamento do próprio Comitê e da Diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance.

Faz parte das atribuições do Comitê de Auditoria monitorar a devida disciplina na execução e implantação dos planos de ação corretiva originados nos trabalhos das áreas de governança da

## **5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado**

Companhia, incluindo aqueles advindos do Auditor Independente e de outros prestadores de serviços relacionados a melhorias do ambiente de controles internos. A posição destes planos de ação é também monitorada mensalmente pela Diretoria Estatutária e Comitê Executivo.

### 5.3 - Descrição Dos Controles Internos

**a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las**

Assim como para o gerenciamento de riscos, também no que tange o sistema de controles internos, a Companhia, na busca do contínuo aprimoramento de sua estrutura de governança, risco e controle, adota como referencial as orientações das principais entidades nestas áreas, como o COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), o IIA (*Institute of Internal Auditors*) e o IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa).

A Companhia utiliza software GRC (*Governance, Risk and Compliance*) para gestão eletrônica das matrizes de riscos e controles internos, rotinas de testes de auditoria interna, gestão dos comunicados recebidos pelo Canal Ético e monitoramento dos planos de ação corretiva. Nesta ferramenta de gestão, os controles são especificados de acordo com critérios previamente definidos pela Companhia. Tais critérios levam em consideração o tipo de controle, a forma de execução, sua relevância no contexto organizacional, a frequência de execução, se o controle é chave e a qual classe o controle pertence.

De acordo com o planejamento anual da Diretoria de Auditoria, Gestão de Riscos e *Compliance*, o ambiente de controle é avaliado em duas perspectivas: se o desenho do controle interno atende às expectativas da Companhia; e se os controles operam de acordo com os critérios previamente definidos e mitigam os riscos correspondentes.

Em relação aos controles para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras de forma confiável, além dos aspectos já mencionados, as atividades realizadas pelos colaboradores são dirigidas por procedimentos operacionais, macro fluxos e demais documentos normativos aprovados e divulgados em canais acessíveis aos colaboradores. O ambiente de controles internos observa os princípios de segregação de função, sendo a concessão de acessos aos usuários do sistema integrado de informações (ERP) subordinada a um processo de avaliação e aprovação. Além disso, a Companhia definiu fluxos de trabalhos que respeitam os limites de alçadas necessários para registro de informações, revisões e aprovações das atividades realizadas pelos os usuários envolvidos na elaboração das demonstrações financeiras. Por fim, foram definidas rotinas de conciliação para assegurar a integridade e o registro acurado das informações financeiras no sistema da Companhia. Assim, a Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é satisfatório, mesmo considerando possíveis limitações de tais controles para prevenir ou detectar erros.

**b. as estruturas organizacionais envolvidas**

Cada área da Companhia possui responsabilidade pelo desenho e operação de procedimentos e controles de suas atividades, entretanto a Auditoria Interna é responsável pela avaliação do ambiente de controles internos da Companhia.

No que concerne à elaboração das demonstrações financeiras, a Gerência de Controladoria Societária é a área responsável por sua elaboração e conta com envolvimento das áreas de Planejamento e Contencioso Tributário, Jurídica e Financeira, a partir do fornecimento de informações através dos sistemas HFM – *Hyperion Financial Management* e CDM – *Cognos Disclosure Management*, ferramentas que permitem um maior acompanhamento e controle do processo de divulgação das informações.

### 5.3 - Descrição Dos Controles Internos

**c. se e como os trabalhos de controles internos são supervisionados pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento**

Conforme já mencionado, é de responsabilidade de cada Gestor e Diretor da Companhia instituir os controles internos de sua área. Periodicamente, a Auditoria Interna realiza avaliações dos controles internos da Companhia de forma independente. Os resultados destas avaliações são apresentados aos gestores e diretores de cada área, os quais possuem a responsabilidade sobre o tratamento das deficiências, e também são reportados para acompanhamento pela Administração e Comitê de Auditoria.

**d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente**

Um dos procedimentos adotados pelo Auditor Independente em seu exame das demonstrações financeiras é o entendimento do ambiente de controles internos da Companhia, para avaliação de riscos de distorções relevantes nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por eventual fraude ou por erro. Nesta avaliação, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e apresentação das demonstrações financeiras, classificando-os como “deficiências significativas” ou “outras deficiências”, com o objetivo de planejar os procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias. A deficiência significativa que o Auditor Independente apresentou à Administração, com recomendações para o aprimoramento dos controles internos está relacionada à ausência de procedimento de revisão periódica de perfis de acesso em sistemas de informação.

**e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

A Companhia possui uma ferramenta informatizada para controlar as solicitações e concessões de acesso aos seus sistemas de informação. Atualmente, as revisões tanto de perfil de acesso quanto de acessos concedidos são feitas de maneira pontual e, conforme recomendação, concordamos que uma forma de mitigar os riscos associados é a existência de uma rotina que periodicamente revise tanto os perfis de acesso quanto os acessos já concedidos. Portanto, existem discussões na Companhia para a elaboração de um processo e política específicos para revisão periódica de perfis e acessos aos sistemas.

## 5.4 - Programa de Integridade

**a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

*i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas.*

Entre agosto e dezembro de 2019, foram aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia uma nova edição do Código de Ética e a revisão ou criação das políticas listadas abaixo, relacionadas ao Programa de Compliance e ao Regulamento do Novo Mercado:

- Política Anticorrupção.
- Política de Brindes, Presentes, Entretenimentos e Hospitalidades.
- Política de Consequências.
- Política de Doações e Patrocínios.
- Protocolo de Investigação Interna e Canal de Denúncias.
- Política de Gerenciamento de Riscos.
- Política de Partes Relacionadas e Conflito de Interesses.
- Política de Indicação de Administradores e Membros dos Comitês.
- Política de Remuneração dos Administradores.

A Companhia adota uma política de gerenciamento de riscos, revisada pelos Comitês de Auditoria e de Governança, e aprovada pelo Conselho de Administração. O seu objetivo é estabelecer definições, diretrizes, critérios de avaliação, apetite a risco e responsabilidade sobre o processo de gerenciamento de riscos corporativos, a fim de assegurar sua identificação, avaliação e minimização em um nível aceitável, por meio de uma estrutura de controles internos continuamente aprimorada. Anualmente, serão revisadas as matrizes de riscos, bem como a proposta do apetite e tolerância a risco da Companhia pelo Comitê de Auditoria.

A referida política classifica os principais riscos estratégicos, operacionais, de reporte, cibernéticos, de mercado, socioambientais e de compliance, incluindo os relacionados a corrupção, com abordagens qualitativas e quantitativas. A partir da avaliação e mensuração dos riscos, busca-se proteção para aqueles que representam maior potencial de afetar os resultados.

Tanto para o gerenciamento de riscos, quanto para o sistema de controles internos, adotamos como referencial as orientações das principais entidades nessas áreas, tais como o *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO)*, o *Institute of Internal Auditors (IIA)* e o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

Em 2019, foi realizado o mapeamento dos riscos de compliance contemplando eventuais riscos de corrupção, lavagem de dinheiro, práticas anticoncorrenciais dentre outros. Destacamos a realização de monitoramento sobre operações envolvendo prestadores de serviços mais expostos a riscos de corrupção.

*ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes.*

## 5.4 - Programa de Integridade

A Companhia possui Diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance, com gerências específicas para cada área, e com reporte administrativo ao Presidente e funcional ao Comitê de Auditoria, que conta exclusivamente com membros independentes e suporta o Conselho de Administração em atividades relacionadas à integridade das informações financeiras, ao processo de gestão de riscos, à avaliação do sistema de controles internos, regulatórios e legais, e ao monitoramento da observância do Código de Ética, dentre outras atividades.

Em 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o Mandato da Diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance, Anexo II da Política Anticorrupção, onde estão contemplados os seguintes aspectos desta Diretoria: (i) papel; (ii) autoridade; (iii) organização; (iv) independência e objetividade; (v) responsabilidade; (vi) plano anual de auditoria, riscos e compliance; (vii) reporte e monitoramento; (viii) certificação de qualidade e programa de melhoria.

A Companhia conta também com um Comitê de Ética, formado pelos Diretores de Auditoria, Riscos e Compliance, do Jurídico e de Desenvolvimento Organizacional, que visa assessorar o Comitê de Auditoria na supervisão da aplicação do Código de Ética, bem como acompanhar as ocorrências relatadas no Canal Ético.

Em 2019, foi criado o Comitê de Governança Corporativa, que tem como objetivo assessorar o Conselho de Administração no aprimoramento do ambiente de governança corporativa, em consonância com a legislação aplicável e as melhores práticas do mercado, tendo como uma de suas atividades, estruturar o Programa de Compliance. Neste mesmo ano, também foi criada a Secretaria de Governança Corporativa, que tem como propósito dar apoio e suporte ao Conselho de Administração, seus Comitês de assessoramento e Diretoria Estatutária.

*iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:*

- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados.

O Código de Ética é uma publicação que dissemina os princípios e valores da Companhia, suas controladas e coligadas, orientando a conduta de todos os colaboradores, administradores, representantes legais e terceiros, tornando explícito o padrão de comportamento esperado na relação com parceiros comerciais, investidores e consumidores.

- se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema.

Em novembro de 2019, em um Encontro de Negócio com a Liderança, do Programa de Desenvolvimento de Líderes (PDL), ocorreu o lançamento do Programa de Compliance, com o treinamento de 323 gestores da Companhia sobre as políticas já aprovadas, dentre elas a Política Anticorrupção.

As comunicações (intranet, e-mails, cartazes, revista dentre outros) e treinamentos presenciais sobre o Código de Ética voltados aos colaboradores, foram realizados ao longo do ano, por meio da parceria com as áreas de Comunicação Interna e de Educação Corporativa, respectivamente. Para os recém-admitidos, este tema está inserido no processo de integração para novos colaboradores.

## 5.4 - Programa de Integridade

As ações de comunicação e treinamento de compliance deverão observar as diretrizes gerais estabelecidas no Anexo III da Política Anticorrupção. A Companhia deverá manter um plano de treinamento periódico e constante para seus Colaboradores e Terceiros (conforme aplicável).

A periodicidade dos treinamentos, que, sob qualquer hipótese, não poderá ser superior a 3 (três) anos, dependerá, dentre outros fatores, do nível de exposição a riscos, de modo que as áreas da Companhia mais expostas a riscos de integridade deverão receber treinamentos em maior frequência que as demais.

Ocorrendo alteração/atualização relevante do Código de Ética e/ou das políticas que compõem o Programa de Integridade da Companhia, a Companhia deverá convocar treinamentos de reciclagem de modo que os Colaboradores e/ou Terceiros afetados sejam atualizados sobre tais mudanças em até 6 (seis) meses da referida alteração/atualização.

A Diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance, a Diretoria Jurídica e a Diretoria de Desenvolvimento Organizacional, em conjunto, elaborarão e implementarão anualmente o programa de treinamento em matéria de compliance, que deverá definir, necessariamente, os seguintes aspectos: (i) Público-alvo; (ii) Objetivos; (iii) Conteúdo programático; (iv) Formatação dos treinamentos; (v) Periodicidade; e, (vi) Gestores responsáveis pela elaboração, execução e acompanhamento dos treinamentos.

- as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas.

Conforme previsto no Código de Ética e na Política de Consequências da Companhia, em casos de violações ao Código de Ética, ao Programa de Compliance e/ou às demais políticas ou procedimentos internos e leis aplicáveis, os responsáveis estarão sujeitos às seguintes medidas disciplinares: (i) advertência verbal; (ii) advertência por escrito; (iii) suspensão; (iv) demissão sem justa causa; (v) demissão por justa causa; (vi) aplicação de penalidade prevista em contrato e/ou rescisão contratual (em caso de Terceiro contratado), observadas as proteções conferidas pela legislação trabalhista vigente e a proporcionalidade entre a gravidade da conduta e a graduação da sanção.

Além das medidas acima, os Colaboradores (e/ou Terceiros, conforme o caso) poderão estar sujeitos a responsabilização pessoal, incluindo eventual indenização pelos danos causados por sua conduta.

Caso estas violações apontem indícios de algum ilícito civil, administrativo ou penal, poderão ser levadas aos órgãos reguladores e às Autoridades Governamentais competentes para que sejam adotadas as medidas cabíveis, sem prejuízo da aplicação de sanções pela Companhia, nos termos aqui dispostos.

- órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

O Código de Ética e as políticas anteriormente mencionadas ficam disponíveis para consulta na intranet e no site da Companhia. Estes documentos poderão ser revisados pelo Conselho de Administração da Companhia, a qualquer tempo, especialmente para mantê-los constantemente atualizados com as melhores práticas de governança corporativa.

## 5.4 - Programa de Integridade

Em casos de dúvidas, sugestões ou solicitação de orientações relacionadas ao Código de Ética, além do Canal Ético, a Diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance e a Diretoria Jurídica também são consultadas diretamente.

### **b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

- se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros.
- se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados.
- se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé.

Em linha com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da ONU – Paz, Justiça e Instituições Eficazes, disponibilizamos aos colaboradores e a quaisquer outras partes interessadas o Canal Ético, instrumento de recepção de comunicados relacionados a condutas contrárias ao nosso Código de Ética. Este é um serviço independente, gratuito e confidencial, acessível por telefone, e-mail ou site na internet. Este canal garante o anonimato do comunicante, ou seja, a identificação é opcional.

Conforme previsto no Código de Ética, a Companhia não tolera qualquer ato de ameaça, intimidação ou retaliação contra qualquer pessoa que (i) apresente uma denúncia de boa-fé ou a queixa de violação a este Código de Ética, ao Programa de Integridade e/ou às demais políticas ou procedimentos internos e leis aplicáveis, ou (ii) manifeste suas dúvidas, suspeitas ou preocupações em relação a esse assunto.

Em 2019, foram recebidos 876 relatos por meio do Canal Ético, representando um acréscimo de 23% quando comparado ao ano anterior. Até dezembro de 2019 haviam sido tratados 76% dos comunicados recebidos no ano. Em 54% dos casos foram tomadas ações administrativas, em 6% foram aplicadas medidas disciplinares e em 40% não foram necessárias adoção de quaisquer providências.

Nenhuma denúncia de corrupção envolvendo agentes públicos e autoridades governamentais foi registrada no Canal Ético da Companhia em 2019. Também não recebemos sanções administrativas ou judiciais por atos praticados contra a administração pública nacional ou estrangeira, nos termos da Lei Anticorrupção.

- órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias.

O Protocolo de Investigação Interna e Canal de Denúncias tem como propósito estabelecer as regras, diretrizes e procedimentos a serem observados pela Companhia na (i) condução de investigações internas de Comunicados realizados no âmbito de suas operações; e (ii) gestão e funcionamento do Canal Ético da Companhia.

A definição do órgão de governança responsável por coordenar a investigação ocorre a partir da identificação do objeto da denúncia, conforme previsto na seção Procedimentos de Investigação do referido Protocolo. O Órgão Coordenador da Investigação deve sempre atuar com objetividade e independência, garantindo suficiente competência técnica e conhecimento das operações em questão.

## 5.4 - Programa de Integridade

**c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas.**

A realização, pela Companhia, de operações de reorganização societária, de fusões e aquisições (M&A) ou constituição de joint ventures e consórcios deverá ser precedida de análise que comprove a idoneidade e conformidade legal da empresa-alvo, antes da conclusão do fechamento do negócio, de modo a evitar risco de sucessão por passivos decorrentes de quaisquer infrações à Lei Anticorrupção eventualmente cometidas pela empresa-alvo, conforme estabelecido na seção Joint Ventures, Consórcios, Fusões e Aquisições da Política Anticorrupção.

**d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido” (NR).**

Não aplicável.

## **5.5 - Alterações significativas**

Eventos extremos como pandemias, guerras, desastres naturais, dentre outros, ocorridos em diversas localidades do mundo, podem paralisar atividades econômicas e provocar abalos nos mercados globais, com impactos nas cadeias de suprimentos, nos preços das commodities, na variação cambial e no valor das ações da Companhia.

Estes eventos podem ocasionar em medidas como confinamento da população, restrições comerciais, fechamento de fronteiras, rupturas de distribuição, genocídios, dentre outros, provocando recessões locais ou globais. Estas medidas podem reduzir o consumo e a produção industrial, gerando desabastecimento e aumento dos preços dos insumos.

## **5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos**

Todas as informações relevantes, referentes a esta seção, já foram descritas nos itens acima.

**6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm**

<b>Data de Constituição do Emissor</b>	21/05/1951
<b>Forma de Constituição do Emissor</b>	Sociedade Limitada
<b>País de Constituição</b>	Brasil
<b>Prazo de Duração</b>	Prazo de Duração Indeterminado
<b>Data de Registro CVM</b>	11/10/2006

### 6.3 - Breve Histórico

A M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos, iniciou suas atividades em outubro de 1961, mas desde a década de 40, o idealizador da Companhia, o Sr. Manuel Dias Branco, já explorava, no Estado do Ceará, atividades ligadas à panificação e à fabricação de biscoitos, utilizando técnicas artesanais, tendo criado, em 21 de maio de 1951 a sociedade M. Dias Branco & Cia Ltda. para conduzir esses negócios.

A partir de 1953, com a entrada de seu filho, o Sr. Francisco Ivens de Sá Dias Branco na sociedade, até então conhecida como M. Dias Branco & Cia. Ltda., novas diretrizes foram adotadas nos negócios, especialmente no que se refere aos investimentos, que passaram a ser concentrados na produção industrial, em larga escala, dos biscoitos e massas então comercializados.

No início da década de 60, a Companhia começou a desenvolver seu atual modelo de distribuição pulverizado, voltado a atender principalmente o micro, pequeno e médio varejista, com um sistema de vendas porta-a-porta e de visitas pelo menos semanais a seus clientes, que permitia verificar *in loco* quais produtos e preços os seus clientes compravam e vendiam, viabilizando o permanente ajuste de seu posicionamento de mercado, estratégia de comercialização e relacionamento.

O desenvolvimento do modelo de distribuição, associado à produção em larga escala, possibilitou a enorme expansão das vendas da então única unidade industrial, inicialmente no Estado do Ceará, e em seguida para estados vizinhos. Esse crescimento motivou a transferência do então complexo industrial e comercial, localizado em Fortaleza, para o município do Eusébio, distante cerca de 25 km da antiga sede, processo integralmente concluído em 1980. Nesse período, a Companhia já possuía a marca Fortaleza, originária da década de 50, bastante consolidada, e trabalhava na inserção e consolidação da marca Richester, surgida em 1978, nos seus mercados de atuação.

Por ocasião da desregulamentação do setor de trigo no Brasil, ocorrida em 1990, iniciou-se um novo ciclo de crescimento dos negócios da Companhia. Em 1992, foi inaugurada, no Estado do Ceará, sua primeira unidade de moagem de trigo e iniciado o processo de verticalização da produção de biscoitos e massas, uma vez que a nova unidade lhe permitiu produzir a principal matéria-prima dos seus produtos. Na mesma época, a Companhia também ingressou no competitivo mercado de farinhas e farelo de trigo.

No ano de 2000, dando continuidade ao projeto de expansão da Companhia, foi inaugurado o segundo moinho de trigo, no Estado do Rio Grande do Norte, instalando, no mesmo complexo industrial e com atuação integrada, a sua segunda fábrica de massas alimentícias. Nesse complexo foi iniciado o modelo de eliminação de custos de transporte da farinha de trigo para a fabricação de massas.

Em meados de 2002, buscando maior verticalização de seus insumos e ingresso em novos segmentos, foi inaugurada, no Estado do Ceará, uma unidade de produção de gorduras, margarinas e cremes vegetais. Em consequência, a Companhia passou a produzir internamente parte de sua segunda principal matéria-prima para fabricação de biscoitos – a gordura vegetal, além de iniciar sua atuação na atividade de produção e comercialização de margarinas e gorduras vegetais.

No ano de 2003, foi inaugurado, no Estado da Bahia, o terceiro moinho de trigo e foi adquirido o controle total do capital da Adria, tradicional fabricante de biscoitos e massas, líder nas regiões Sudeste e Sul do País (segundo dados da AC Nielsen), o que proporcionou à Companhia, maior presença em tais regiões e a conquista da liderança no mercado nacional de massas e biscoitos, segundo dados da AC Nielsen. Com a aquisição da Adria, as marcas Adria, Basilar, Isabela e Zabet somaram-se às suas marcas Richester e Fortaleza, passando a atingir um leque ainda maior de consumidores em todo o País. Além disso, seu potencial produtivo tornou-se ainda maior,

### 6.3 - Breve Histórico

tendo em vista que a Adria possuía três unidades industriais no Estado de São Paulo e uma no Rio Grande do Sul, incluindo três fábricas de massas e duas de biscoitos.

No ano de 2005, dentro do modelo de integrar, em uma mesma unidade de produção, moinhos de trigo com fábricas de massas e biscoitos, foi inaugurada, no Estado da Bahia, a sua quarta fábrica de biscoitos e sexta fábrica de massas alimentícias, ambas integradas ao Moinho de trigo instalado em 2003. Nessa unidade da Bahia: (i) foi adotado o modelo de eliminação de custos de transporte da farinha de trigo para a fabricação de biscoitos e massas; (ii) foram empregados não apenas as tecnologias mais modernas no mundo em moagem e em fabricação de massas e biscoitos, mas também tecnologias que permitissem à Companhia produzir novos produtos; (iii) foram criadas as bases de produção para atender o seu projeto de expansão para o Sudeste e Sul do Brasil, considerando a posição estratégica da Bahia para tanto e a proximidade das fábricas da Adria no Estado de São Paulo; e (iv) a integração desse complexo com um moderno porto privado de uso misto, mediante o qual a Companhia passou a importar o trigo em grão com custos muito menores quando comparados com portos públicos.

No mesmo ano foi inaugurado, no Estado da Paraíba, o seu quarto moinho de trigo, e a sua sétima fábrica de massas alimentícias, seguindo o modelo de total integração com o moinho, de modo a eliminar os custos de transporte da farinha de trigo.

Em todas essas realizações, a Companhia empreendeu idêntica expansão de seu modelo de distribuição pulverizado, voltado para o micro, pequeno e médio varejo, inclusive no Sudeste e no Sul do País, áreas cobertas principalmente pelas marcas e estrutura de vendas da controlada Adria.

Em abril de 2006, a Companhia passou a ter a denominação atual e no mês de outubro de 2006 realizou sua abertura de capital negociando suas ações no segmento Novo Mercado da BM&FBOVESPA sob o ticker “MDIA3”.

Em abril de 2008, dentro de sua estratégia de crescimento por aquisições, foi adquirida a Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda., conhecida como Vitarella, empresa do setor de biscoitos e massas com sede no Estado de Pernambuco e forte atuação no Nordeste, especialmente em estados onde a Companhia não possuía participação majoritária. A operação contribuiu para a ampliação da liderança nacional nas vendas de biscoitos e massas, além da sua consolidação no Nordeste, região que historicamente apresentou expressivo crescimento econômico quando comparado com a média do País.

Em abril de 2011, dando continuidade à sua estratégia de crescimento por aquisições, a Companhia, através da controlada Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda. (Vitarella), adquiriu a NPAP Alimentos S.A., empresa que industrializa e comercializa os biscoitos e massas da marca “PILAR”, sediada no Estado de Pernambuco.

Em dezembro de 2011, a Companhia adquiriu a totalidade das ações representativas do capital social da J. Brandão Comércio e Indústria Ltda. e da Pelágio Participações S.A., empresa que detém a totalidade das ações da Pelágio Oliveira S.A., ambas localizadas no Estado do Ceará. As referidas empresas, que até então eram controladas pelo mesmo grupo econômico, atuam sob o nome fantasia “Estrela”, comercializando biscoitos, massas, bolos e snacks nas regiões Norte e Nordeste do País, com as marcas “Estrela”, “Pelaggio” e “Salsito”.

Em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em janeiro de 2012, foi aprovada a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, a qual foi emitida em fevereiro de 2012 e liquidada em 22 de novembro de 2013.

### 6.3 - Breve Histórico

Em maio de 2012, a Companhia adquiriu a totalidade das ações representativas do capital social do Moinho Santa Lúcia Ltda., empresa com sede no Estado do Ceará que atua na atividade de moagem de trigo e fabricação de seus derivados, além da industrialização e comercialização de biscoitos e massas alimentícias em geral, com as marcas “Predilieto” e “Bonsabor”.

Nos anos 2012 e 2013, com o intuito de simplificar a sua estrutura societária, as empresas adquiridas foram incorporadas pela Companhia e se extinguíram juridicamente, passando a M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos a absorver todos os seus direitos e obrigações.

O ano de 2014 foi marcado pela intensificação dos investimentos, tanto em expansão de linhas de produção de biscoitos e massas como entrada de novas linhas de produtos (mistura para bolos e torradas). Também foi iniciada a construção de um novo moinho de trigo no Estado do Ceará para integrar o processo produtivo. A Companhia realizou ainda a compra, por intermédio de leilão público, de uma unidade de moagem de trigo localizada no Estado do Paraná, com o intuito de acelerar o processo de verticalização de suas unidades na região Sudeste.

Em 2015, entraram em operação dois novos moinhos de trigo: um moinho localizado na cidade de Rolândia/PR e outro localizado na cidade de Eusébio/CE, sendo este último integrado com uma planta de massas, biscoitos e torradas. Isso tem contribuído para o aumento da verticalização das nossas unidades, principalmente as localizadas no Estado de São Paulo e na cidade de Jaboatão dos Guararapes/PE. A Companhia também segue com a construção de um novo moinho de trigo em Bento Gonçalves/RS integrado à planta de massas e biscoitos.

O ano de 2016 foi marcado por diversos avanços e aprendizados na Companhia. Nosso time conseguiu avançar, em meio aos desafios do cenário econômico do país, na busca constante de soluções para viabilizar o alcance dos objetivos planejados para o negócio, diante do comprometimento com a geração de resultados satisfatórios para os nossos diversos stakeholders, no curto e longo prazo. Contudo, nenhum fato em 2016 foi mais marcante que a partida do Sr. Ivens Dias Branco, idealizador desta Companhia, que construiu a partir de uma padaria, com muita dedicação e trabalho, a empresa que hoje destaca-se como um dos grandes players globais em biscoitos e massas, líder destes segmentos no Brasil em volume de vendas. Seu exemplo despertou em todos nós o desejo de honrar o seu legado, de fazer da M. Dias Branco uma empresa ainda maior e melhor.

Dentre as iniciativas importantes que tivemos em 2016, destacamos a implantação do Projeto de Gestão Multimarcas (PGM), que unificou as forças de vendas, a reestruturação das áreas de marketing e exportação, que já obteve os primeiros resultados satisfatórios e promissores para os planos de longo prazo, e a Campanha de vendas Honra ao Legado, realizada logo após o falecimento do Sr. Ivens Dias Branco, lembrando os sonhos e valores que impulsionaram sua obra e que serão fonte de inspiração para manter o time unido e focado em preservar as bases do sucesso da empresa.

Em 2017, em linha com a sua estratégia, a Companhia expandiu os seus investimentos em marketing, promovendo diversas campanhas institucionais para alavancar volumes e reforçar o posicionamento das suas marcas, atualizou as embalagens de alguns produtos, além de criar incentivos para a equipe de merchandising, com foco na conquista de pontos extras em grandes clientes e ampliação do quadro de degustadoras fixas para aumentar a experimentação dos produtos no varejo. Além disso, em 2017 ocorreu o lançamento da linha de biscoitos integrais Adria Plus Life, que engloba biscoitos doces e salgados, cookies e uma inovação criada pela Companhia: os bits de cereais. Outro destaque foi a implantação de melhorias na cadeia de suprimentos da Companhia, que já começaram a refletir em uma maior assertividade da previsão das vendas, aumento do nível de serviço e ganhos de produtividade na separação e expedição dos produtos. Também é importante mencionar a aquisição de um novo desodorizador para a unidade

### 6.3 - Breve Histórico

de margarinas e gorduras em Fortaleza (CE), que, após sua completa instalação, irá contribuir para abastecer todas as unidades da Companhia, bem como a constituição de um consórcio em parceria com a Bunge Alimentos S.A. para arrendamento de área e infraestrutura pública, destinada à movimentação e armazenagem de grãos sólidos de origem vegetal, especialmente trigo, localizada dentro do porto organizado do Rio de Janeiro/RJ.

No ano de 2018, a Companhia adquiriu 100% da Indústria de Produtos Alimentícios Piraquê S.A., empresa líder no mercado de biscoitos no estado do Rio de Janeiro, com produtos de alto valor agregado, em linha com a estratégia de expansão da Companhia no Sudeste.

Em adição, iniciamos os estudos para a reavaliação de nossa malha logística, realizamos a primeira rodada de conexão com startups (Projeto Germinar), aprimoramos nosso modelo de precificação, permitindo que as decisões de ajustes aconteçam a partir de informações mais granulares, ampliamos nossas exportações para 37 países, inclusive com produtos específicos para esta vertente do negócio, e lançamos itens com alto potencial de crescimento, como o biscoito Delicita Cristal, que representou uma inovação relevante na categoria de Crackers. Destacamos também a realização do primeiro inventário de emissões de gases de efeito estufa, o mapeamento nutricional de todo nosso portfólio de produtos e o trabalho contínuo com as instituições sociais localizadas próximas às nossas indústrias.

Em 2019, houve uma reorganização na estrutura comercial. De modo a aproveitarmos as melhores oportunidades de crescimento, aperfeiçoamos nossa modelagem de precificação, foi implantado um modelo go-to-market mais amplo e com foco no aumento da base de clientes. Foi ampliada a verticalização e a presença no mercado Sul e Sudeste de farinha com o início das operações da sétima unidade de moagem de trigo, localizada na unidade Bento Gonçalves/RS. O novo moinho reforça a estratégia de alcance de 100% de verticalização em farinhas de trigo.

Também em 2019, foram criados o Comitê de Governança Corporativa e a Secretaria de Governança Corporativa, este último tem por objetivo dar apoio e suporte ao Conselho de Administração, seus Comitês de assessoramento e Diretoria Estatutária.

A Companhia é desde 2003 uma empresa com cobertura nacional, líder de mercado nas linhas de biscoitos e massas, com processo produtivo verticalizado, marcas fortes, sistema de distribuição com grande penetração no micro e pequeno varejo, flexibilidade de produção, certificações que asseguram a qualidade de processos e produtos, além de uma equipe de executivos experiente e alinhada com os interesses de seus acionistas.

## **6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial**

A Companhia nunca passou por processo de falência, ou de recuperação judicial ou extrajudicial.

## **6.6 - Outras Informações Relevantes**

Todas as informações relevantes pertinentes a este tópico já foram mencionadas anteriormente.

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

A Companhia está presente no mercado alimentício brasileiro há mais de 60 anos e atua nas linhas de produtos de: biscoitos, massas, farinha e farelo de trigo, misturas para bolos, margarinas e gorduras vegetais, bolos, snacks de milho e de trigo, torradas e refrescos, tendo como objeto social as seguintes atividades:

- industrialização e/ou comércio de produtos alimentícios, especialmente biscoitos, bolachas, massas, farinha de trigo, bolos, snacks, mistura para bolos, torradas e refrescos;
- fabricação de gorduras hidrogenadas, margarinas, óleos vegetais, sua importação e exportação;
- importação, industrialização e comércio de trigo, de milho, de ração animal, de outros cereais e de mercadorias relacionadas às anteriores para revenda;
- importação de matérias primas, materiais secundários e de materiais de embalagem;
- importação de máquinas, equipamentos, peças sobressalentes e de outros bens, destinados a uso próprio, bem como para venda, locação ou arrendamento; e
- participação no capital de outras sociedades, no país ou no exterior, em empresas coligadas, controladas ou subsidiárias.

A Companhia é líder nacional nos mercados de biscoitos e massas no Brasil, com participação de mercado em volume de vendas, no ano de 2019, de 33,7% em biscoitos (34,0% em 2018 varejo + *cash & carry*, 32,5% em 2017 varejo + *cash & carry*) e 35,7% em massas (36,0% em 2018 varejo + *cash & carry*, 32,4% em 2017 varejo + *cash & carry*), conforme dados divulgados pela Nielsen. Sua atuação no mercado consiste em produzir e/ou comercializar e distribuir produtos alimentícios, em nove linhas de produtos: (i) biscoitos; (ii) massas; (iii) farinha e farelo de trigo; (iv) margarinas e gorduras vegetais; (v) bolos; (vi) snacks; (vii) mistura para bolos, (viii) torradas e (ix) refrescos. O Brasil é o seu principal mercado, e foi responsável por 99,2% da sua receita líquida de descontos no ano de 2019.

Embora a região Nordeste concentre 61,5% da receita da Companhia – onde desfruta de uma posição de liderança de mercado em volume, com share volume de 58,8% em biscoitos e 60,9% em massas, de acordo com os dados divulgados pela Nielsen no acumulado de 2019 – a Companhia também é líder em volume de vendas em Biscoitos nas regiões Norte, Sudeste e Sul, e Centro-Oeste. Além disso, a Companhia lidera em volume de vendas no segmento de massas nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste segundo a pesquisa da Nielsen.

E essa ampla liderança de mercado está também ancorada no fato de que a Companhia possui extensa presença nacional, com a alta proximidade com o mercado consumidor, por meio de 15 unidades industriais, estrategicamente localizadas em nove estados do País, as quais, além de utilizarem as mais modernas tecnologias disponíveis para a produção dos produtos, conferem relevante flexibilidade na definição do local e tipo de produto a ser fabricado, a depender da melhor combinação entre a distância do mercado consumidor a ser atendido, dos custos logísticos, dos custos de produção e dos ônus fiscais aplicáveis a cada unidade industrial. Como resultado, pode-se fornecer ao mercado amplo portfólio de produtos, desde os mais populares até os de maior valor agregado, em qualquer que seja a região do País.

Uma característica importante da Companhia, com reflexos relevantes em sua condição financeira e patrimonial, reside no fato de ser verticalizada, isto é, produzir a maior parte das duas principais matérias-primas utilizadas na produção dos biscoitos, massas, bolos, mistura para bolos, snacks e torradas: farinha de trigo e gorduras vegetais. No ano de 2019, **86,7%** de toda a farinha de trigo e **97,8%** de toda a gordura vegetal utilizadas no processo produtivo foram fabricadas internamente. A cadeia produtiva integrada também proporciona condições à Companhia para um melhor

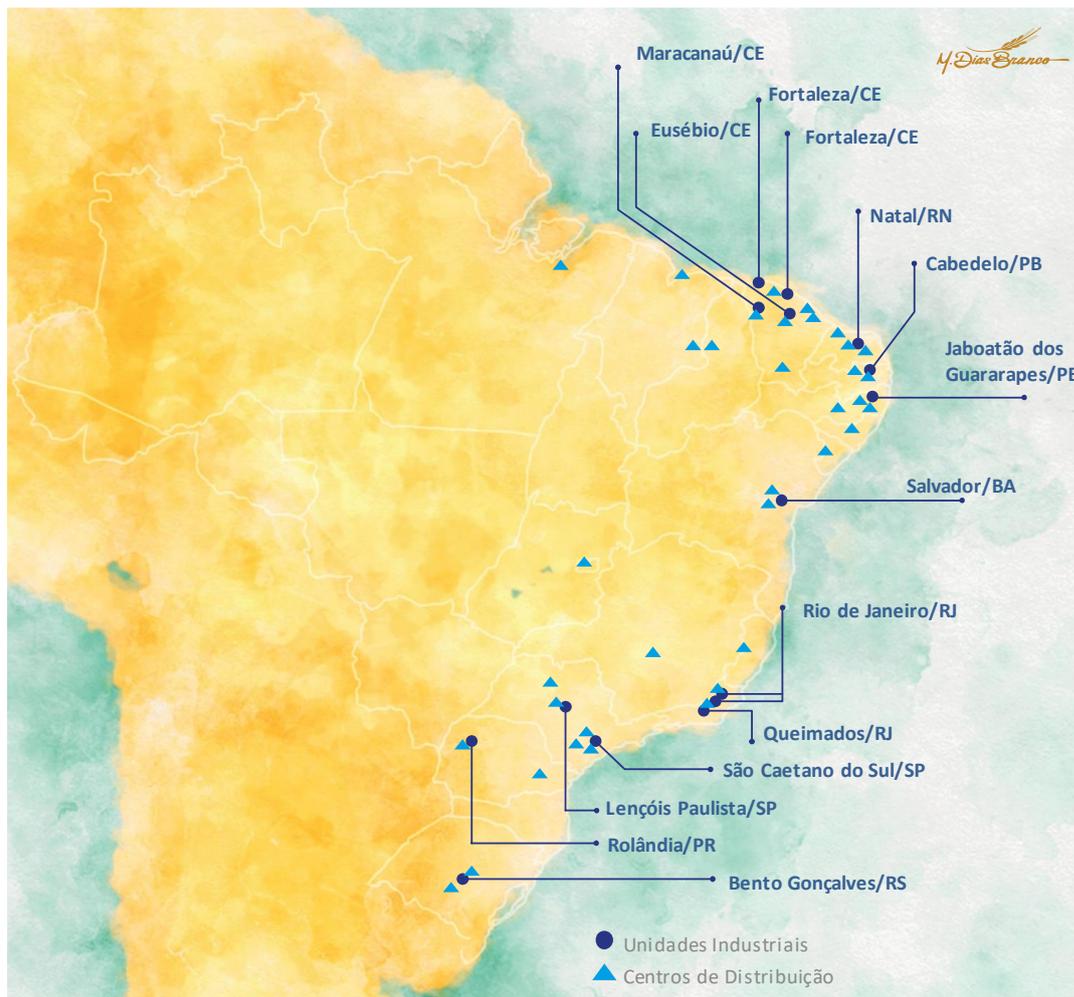
## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

planejamento de sua produção, buscando: (i) maior qualidade de seus produtos; (ii) maior eficiência de consumo dos principais insumos; (iii) preços mais competitivos para os produtos; e (iv) melhor controle dos custos de produção.

Um outro aspecto importante para a condição financeira e patrimonial da Companhia está no fato de que, ao longo de mais de 60 anos, desenvolveu e consolidou um modelo de distribuição pulverizado, o qual, sem prejuízo do atendimento personalizado aos grandes clientes, é estruturado para atender principalmente ao micro, pequeno e médio varejos, com um sistema de vendas porta-a-porta, com visitas semanais aos clientes.

Os esforços de construção de sólido relacionamento de negócios com os clientes, aliados à pulverização da base de clientes, tem permitido realizar vendas a prazo para os clientes com um nível de inadimplência que se acredita ser pouco significativo.

No mapa abaixo apresentamos as unidades industriais e os centros de distribuição da Companhia:



Nos últimos 10 anos (2009 a 2019), em decorrência da ampliação de sua capacidade produtiva e das aquisições realizadas, a Companhia obteve um crescimento expressivo nos volumes de produção, crescendo a uma taxa composta anual de 5,5%. Além disso, se destaca que as linhas de produtos de biscoitos, margarinas e gorduras vegetais e massas cresceram, nesse mesmo período, a taxas compostas de **4,2%**, **10,5%** e **4,3%**, respectivamente.

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Em relação as empresas controladas:

### *M. Dias Branco International Trading LLC*

Sediada nos Estados Unidos da América, é controlada direta e tem como principal atividade a intermediação de compras de matérias-primas, principalmente o trigo para moagem e o óleo vegetal que a Companhia utiliza em seu processo produtivo. A empresa encontra-se inoperante e, dessa forma, a Companhia pretende iniciar o procedimento de encerramento dessa subsidiária.

### *M. Dias Branco International Trading Uruguay S. A.*

Sediada no Uruguai, é controlada indireta e tem como principal atividade a intermediação de compras de matérias-primas, principalmente o trigo para moagem que a Companhia utiliza em seu processo produtivo. A empresa encontra-se inoperante e, dessa maneira, a Companhia iniciou o procedimento de encerramento da entidade.

### *M. Dias Branco Argentina S. A.*

A Companhia constituiu uma sociedade anônima com sede em Buenos Aires, com o objetivo principal de adquirir, importar e exportar trigo em grão, farinha de trigo e seus derivados. Contudo, a sociedade não chegou a operar e a Companhia decidiu por não dar continuidade ao processo, iniciando os procedimentos de fechamento da entidade.

Em relação as empresas com operação em conjunto:

### *Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda (“Tergran”)*

A Companhia possui o controle compartilhado com as Companhias Moinho Cearense S.A e J. Macêdo S.A, as quais possuem participação equivalente de 33,33% do seu capital e que nomeiam, de comum acordo, o diretor operacional encarregado pela Administração da Tergran. A Companhia considera o investimento como joint operation, ou operação em conjunto, e seus ativos, seus passivos, suas receitas e despesas são reconhecidos, em relação à sua participação, somente nas demonstrações consolidadas, haja vista que a Tergran possui personalidade jurídica própria, e, dessa forma, o investimento é reconhecido nas demonstrações individuais pelo método de equivalência patrimonial.

A Tergran é uma empresa que possui como objeto social a exploração da atividade de operadora portuária, realizando prestação de serviços de descarga e de armazenagem de trigo no Porto de Fortaleza, com o objetivo prioritário de aumentar a produtividade e reduzir custos no descarregamento dos navios cargueiros de trigo para seus três sócios.

### *Terminal de Trigo do Rio de Janeiro - Logística S.A.*

A Companhia possui participação societária no empreendimento controlado em conjunto com a Companhia Bunge Alimentos S.A (Bunge), as quais possuem participação equivalente de 50% do seu capital. O Terminal de Trigo do Rio de Janeiro - Logística S.A. figura como arrendatária no contrato celebrado em 21 de setembro de 2017 com a União, por intermédio do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, que versa sobre arrendamento da área e infraestrutura pública para a movimentação e armazenagem de graneis sólidos de origem vegetal, especialmente trigo, localizada dentro do porto organizado do Rio de Janeiro/RJ. A Companhia reconhece seu investimento em relação à sua participação na operação pelo método de equivalência patrimonial, tanto nas informações financeiras individuais quanto nas consolidadas.

A participação da Companhia nesse negócio insere-se na sua estratégia de aprimoramento logístico para abastecimento de insumos destinados às suas unidades industriais instaladas na região Sudeste.

### **7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista**

Não se aplica à Companhia.

## 7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

### a. Produtos e serviços comercializados

A Companhia atua no segmento alimentício nas linhas de produtos: biscoitos, massas, farinha e farelo de trigo, margarinas e gorduras vegetais, bolos, *snacks*, mistura para bolo, torradas e refrescos.

Com exceção dos refrescos, as demais linhas de produtos são geridas de forma integrada. Sua estrutura de produção é verticalizada. Assim, parte da produção de farinha de trigo e gordura vegetal é destinada ao processo produtivo das linhas de produtos. Ademais, a Companhia possui unidades industriais em vários estados do Brasil, o que lhe permite ter uma flexibilidade na produção de suas diversas marcas, diminuindo os seus custos logísticos e aumentando a sua eficiência de distribuição.

Além dos produtos já desenvolvidos pela Companhia, foram agregados ao seu portfólio os produtos de empresas adquiridas (Adria em 2003, Vitarella em 2008, Pilar e Estrela em 2011, Moinho Santa Lúcia em 2012 e Piraquê em 2018). Essas aquisições também permitiram a geração de sinergias operacionais, de distribuição e de receitas, em função da venda de produtos que não existiam nos portfólios das marcas adquiridas.

#### *Linha de Produtos e Marcas*

A Companhia oferece uma grande variedade de produtos, tendo como marcas: Vitarella, Adria, Finna, Piraquê, Fortaleza, Pilar, Richester, Estrela, Pelaggio, Bonsabor, Zabet, Basilar, Isabela, Puro Sabor, Adorita, Medalha de Ouro, Amorela, Delicitos e Salsitos. A Companhia opta por manter diversas marcas para muitos produtos idênticos em virtude de sua reputação e notoriedade, que têm por alvo atender aos mais diferentes perfis de consumidores, de classes A/B/C/D/E abrangendo, desta forma, diversas regiões do território brasileiro. Para melhor compreensão da sua área de atuação, as informações são apresentadas por linha de produtos.

A sua linha de produto mais representativa, em termos de receita, é a de biscoitos, seguida da linha de massas. A tabela abaixo indica os valores, em milhões de reais, da sua receita operacional líquida decorrente das vendas de biscoitos, massas, farinha e farelo de trigo, margarinas e gorduras vegetais e outras linhas de produtos, assim como o percentual representativo de cada uma das linhas de produtos em relação ao valor total de receita líquida, em cada um dos períodos indicados:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2017	% AV	2018	%AV	2019	%AV
Biscoitos	2.870,1	53,0	3.327,7	55,2	3.287,0	53,9
Massas	1.160,6	21,4	1.274,1	21,1	1.318,2	21,6
Farinha e farelo	918,6	17,0	953,1	15,8	1.025,7	16,8
Margarinas e gorduras	326,7	6,0	318,9	5,3	334,5	5,5
Outras linhas de produtos <sup>(1)</sup>	139,4	2,6	150,5	2,5	138,2	2,3
Diversos	-	-	0,8	0,0	-	-

<sup>(1)</sup> Bolos, Snacks, Mistura para Bolo, Torradas e Refrescos.

Em linha com os conceitos modernos, a Companhia segue desenvolvendo novos produtos e estendendo o seu portfólio atual.

No período de 2017 a 2019, a Companhia lançou 178 novos produtos no mercado que obtiveram R\$ 124,2 milhões de receita bruta no período.

Em 2017, foram lançados: (i) os *cookies* de baunilha e chocolate na marca Isabela; (ii) *snacks* de milho da marca Salsito; (iii) misturas para bolo Finna; (iv) biscoitos *wafer* coberto e *trivafer* coberto Isabela e *wafer* mega Vitarella Treloso; (v) massas espaguete, penne e parafuso da marca Vitarella; e (vi) linha Adria Plus Life com biscoitos doces e salgados, cookies e bits de cereais.

## 7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

Em 2018, foram lançados: (i) biscoitos recheado chocolate branco Treloso, baunilha Treloso Power e chocolate Treloso clubinho recheado quadrado da marca Vitarella; (ii) biscoitos Antenados da marca Estrela; (iii) biscoitos recheado quadrado toons chocolate e morango da marca Isabela; (iv) biscoitos *wafer* de chocolate, morango e limão da Adria; (v) biscoito tradicional, integral e cristal Delicita da marca Vitarella; (vi) creme vegetal Adorita Tropical, exclusivo para exportação; (vii) biscoitos *cookies*, mini roladinho de goiaba, mini maizena, recheado brigadeiro e *newafer* brigadeiro, massas mini pena e parafuso ovos, e torradas da marca Piraquê.

Em 2019, foram lançados: (i) farinha de trigo da marca Finna, na embalagem de 5 Kg, para pastel, pizza e Tipo 1; (ii) biscoito wafer coberto com chocolate Pirachoko da marca Piraquê; (iii) bolinho Toons da marca Isabela; (iv) massas Adria Grano Duro Integral; (v) biscoitos e bolinhos sem glúten nos sabores cacau e baunilha da marca Adria Plus Life; (vi) biscoitos Maria e Maizena Integrais da marca Vitarella; e (vii) creme Vegetal Bel Campo, criado para exportação.

### *Biscoitos e Massas*

A produção de biscoitos engloba os biscoitos do tipo: água e sal/cream cracker, amanteigados, barrinhas, cobertos, doces, maria, maizena, mousse, recheados, roscas, salgados, tortinhas e wafers. Com relação às massas, a Companhia tem participação nas famílias de massa comum, grano duro, sêmola, sêmola com ovos, lasanha, massa para microondas e macarrão instantâneo.

Suas principais marcas de biscoitos e massas são Vitarella, Fortaleza, Richester, Adria, Isabela, Estrela, Pilar, Zabet, Basilar e Piraquê. A Companhia tem a liderança nacional nas linhas de produtos de massas e biscoitos, com 35,7% e 33,7% de participação no mercado, respectivamente, em termos de volume de vendas, e 32,1% e 29,6%, respectivamente, em termos de faturamento, segundo pesquisa da Nielsen para o ano de 2019, contemplando Piraquê.

A marca Fortaleza, pioneira no portfólio da Companhia, tem como produto mais relevante biscoitos água e sal/cream cracker e massa sêmola. A marca Vitarella, líder de vendas na região Nordeste, tem como produtos mais relevantes os biscoitos água e sal/cream cracker e recheados.

A marca Richester, por sua vez, tem a percepção de marca moderna, jovem, divertida e figura no rol de marcas Premium com amplo portfólio de biscoitos.

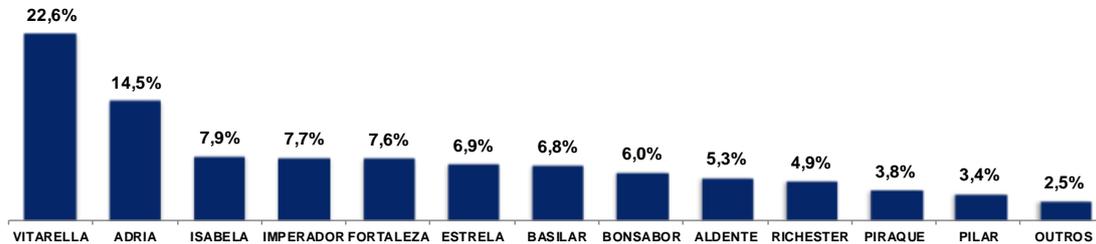
A marca Piraquê destaca-se no mercado da Região Sudeste, especialmente no Rio de Janeiro, com amplo portfólio de biscoitos e massas de alto valor agregado.

Os gráficos abaixo demonstram a representatividade das marcas de biscoitos e massas sobre a receita líquida de descontos no ano de 2019:



## 7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

**MASSAS**  
Representatividade das Marcas sobre a Receita Líquida de Descontos

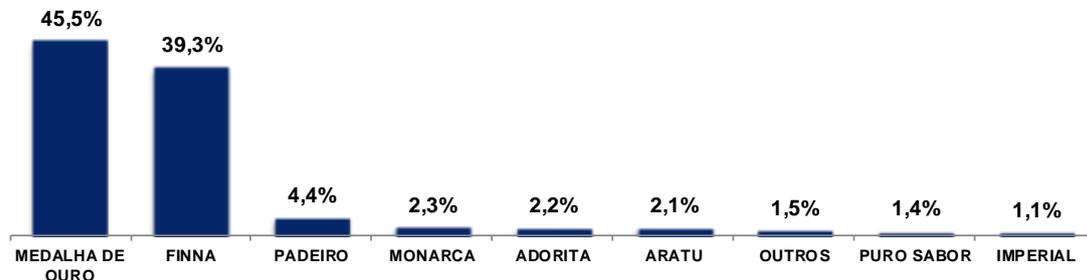


### *Farinha e Farelo de Trigo*

A produção de farinha de trigo e farelo engloba farinha do tipo doméstica e industrial e farelo do tipo grosso, fino e remoído.

As suas principais marcas de farinha de trigo são Medalha de Ouro, destinada ao segmento de panificação, e Finna, com foco no consumidor final, voltada para os mercados das classes de A a E. O gráfico abaixo demonstra a representatividade das marcas de farinha sobre a receita líquida de descontos no ano de 2019:

**FARINHA DE TRIGO**  
Representatividade das Marcas sobre a Receita Líquida de Descontos



Dentre estas marcas, a marca Medalha de Ouro, utilizada para o setor de panificação, é a mais relevante, tendo atingido, no ano de 2019, 45,5% da receita líquida de descontos na linha de produto de farinha de trigo, seguida da marca Finna, caracterizada como farinha doméstica, que atingiu 39,3% de representatividade no mesmo período.

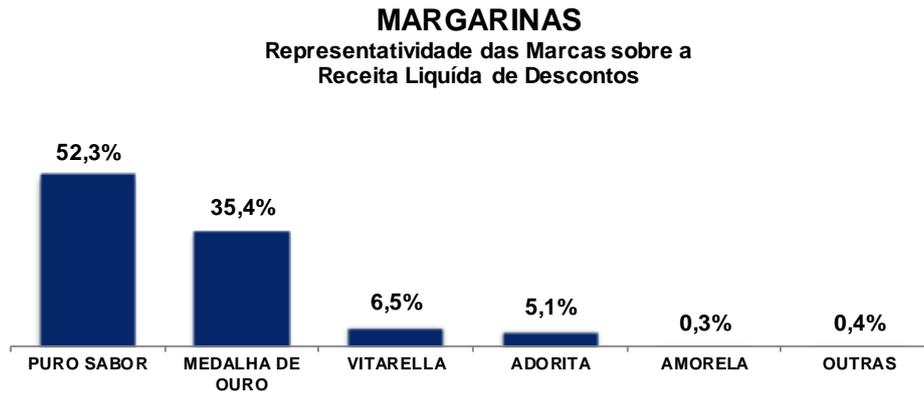
### *Margarinas e Gorduras*

A produção da Companhia engloba margarinas do tipo doméstica e industrial e gorduras para diversas aplicações, tais como frituras de imersão, sorvete, cobertura, recheio e *spray*.

Suas principais marcas são Puro Sabor, Vitarella e Adorita, que atendem aos mercados das classes B/C/D, e Medalha de Ouro, destinada à *food service*.

Dentre as marcas de margarina, a Puro Sabor é a que se destaca, tendo representado no ano de 2019, 52,3% da receita líquida de descontos, seguida da marca Medalha de Ouro, que atingiu no mesmo período 35,4% da receita líquida de descontos.

## 7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais



### b. Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

Toda a receita líquida da Companhia é proveniente do segmento de produtos alimentícios, que nos exercícios de 2017, 2018 e 2019, foi de R\$ 5.415,4 milhões, R\$ 6.025,1 milhões e R\$ 6.103,6 milhões, respectivamente.

### c. Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

A totalidade do resultado da Companhia advém do segmento de produtos alimentícios, que nos exercícios de 2017, 2018 e 2019 foram de R\$ 844,3 milhões, R\$ 723,5 milhões e R\$ 556,9 milhões, respectivamente.

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

#### a. Características do processo de produção

A Companhia conta com um moderno parque industrial estrategicamente localizado nos principais mercados onde atua, com equipamentos de última geração, atendendo aos mais rigorosos padrões de qualidade.

A tabela abaixo relaciona as plantas industriais da Companhia em 31 de dezembro de 2019:

Unidade	Localização	Área do Terreno (em m <sup>2</sup> )	Área Construída (em m <sup>2</sup> )	Titularidade da Planta
Moinho de Trigo e Fábrica de Biscoitos, Massas e Torradas	Eusébio - CE	697.725,66	190.923,91	Companhia
Fábrica de Gorduras e Margarinas	Fortaleza - CE	53.332,48	39.945,18	Companhia
Moinho de trigo	Fortaleza - CE	9.885,00	38.963,80	Companhia (arrendatária)
Fábrica de Biscoitos, Massas, Bolos e Snacks	Maracanaú-CE	148.724,00	49.710,21	Companhia
Moinho de trigo e Fábrica de Massas	Natal - RN	9.107,00	22.613,45	Companhia
Moinho de Trigo e Fábrica de Biscoitos, Massas e Mistura para bolos	Salvador - BA	243.883,94	116.565,77	Companhia
Moinho de Trigo e Fábrica de Massas	Cabedelo - PB	37.993,00	26.820,91	Companhia (arrendatária)
Fábrica de Massas	São Caetano do Sul - SP	9.777,00	14.671,00	Companhia
Moinho de trigo	Rolândia - PR	56.770,61	18.441,78	Companhia
Fábrica de Biscoitos	Lençóis Paulistas - SP	9.600,00	10.427,60	Companhia
Fábrica de Biscoitos e Massas	Bento Gonçalves - RS	133.242,00	94.265,44	Companhia
Fábrica de Biscoitos e Massas	Jaboatão dos Guararapes - PE	268.673,90	126.981,60	Companhia
Fábrica de Biscoitos, Massas e Gráfica	Rio de Janeiro – RJ	8.885,00	31.997,20	Companhia
Fábrica de Gorduras e Margarinas	Rio de Janeiro – RJ	6.945,00	20.014,00	Companhia
Fábrica de Biscoitos	Queimados – RJ	72.509,92	37.672,00	Companhia

O processo de produção da Companhia não depende significativamente de nenhum dos seus equipamentos considerados individualmente.

No quadro abaixo, são apresentados os principais detentores da tecnologia utilizada no seu processo industrial:

Linha de Produto	Principais Fornecedores de Equipamentos
Biscoitos	Haas do Brasil, H. Tech Ind. e Com. de Máquinas Ltda, Bühler, Robert Bosch, Gonçalo Gonzaga Fabricação e Montager Industriais EIRELI, Imaformi Intl S.P.A, CAMA 1 S.P.A, Peerless – Peters – Fedco, Sermotec Ltda, Varpe Brasil Tecnologia em Inspeção e Pesagem, Gotesp, Vantecis Industrial Service Ltda, Mettler – Toledo Safeline e Ramontec Ltda – EPP, Atlas Copco Brasil Ltda, Beheng Máquinas e Equipamentos Ltda, Cavanna Máquinas e Sistemas para Embalagens Ltda, Copi Industrial Ltda, Flexlink Systems Ltda, Fortress Technology Sistemas de Inspeção Ltda, GEA Imaformi S.P.A, AERZEN d Brasil Ltda, LITEQ Indústria e Comércio Ltda, Rital Brasil Ltda, DANFOSS, Allen Bradley Automação, Dematic Bras Ltda, Toledo do Brasil, FAVA S.P.A, TroCalor Indústria Mecânica Ltda, Ricefer Equipamentos Inox Ltda, Otis Elevadore Europromec S.R.L.

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Linha de Produto	Principais Fornecedores de Equipamentos
<b>Massas</b>	FAVA S.P.A, Gonçalo Gonzaga Fabricação e Montagens Industriais EIRELI, Landucci S.R.L, AET Engenharia e Soluções Tecnológicas Avançadas S.A, Forteserv Peças e Serviços Industriais Ltda – ME, Masipack Ind. e Com. de Máquinas Automáticas S.A, T. Freemantle Limited, Sangati Berga S.A e Robert Bosch, Forteusi Maq Alimenticias Ltda EPP, Weishaupt do Brasil Ind e Com Ltda, Baker Perkins, Bühler, AltoPack S.P.A, Dematic Brasil Ltda, Alfa Laval Ltda, Martini SRL Packaging Machines, Demag Cranes &Componentes Ltda, Pavan S.P.A, Alpina Equipmentos, Sabroe Do Brasil Ltda.
<b>Farinha e Farelo</b>	Sangati Berga S.A, Bühler, AET Engenharia e Soluções Tecnológicas Avançadas S.A, MRP International Group LLC, Haver & Boecker Latino Americana Máquinas Limitada e Ramontec Ltda – EPP, ABB Ltda, Brabender GMBH & CO KG, Granolab do Brasil SA Tecnologia para a Ind. Alimentícia, Vazflux Sopradores, Vacuo e Dosadoras Ltda, Fawema GMBH, Aerzen do Brasil, Bmont engenharia Eireli.
<b>Margarinas e Gorduras</b>	FTA Serviços em Máq.Industriais Ltda, Hollbras Filtros e Equip Industriais Ltda, TCA Tubos e Conexões de Aço Ltda, Varpe Brasil Tecnologia em Inspeção e Pesagem, Hiper Centrifugation Ltda, Springer Carrier, JAV Distribuição de Materiais Elétricos e Automação Ltda, Isotermas Ltda – ME, Endress + Hauser Controle e Automação Ltda, VTR Vettor Equip. Industriais Ltda e Mettler – Toledo Safeline, DE Smet do Brasil Comércio e Indústria Ltda, Alfa Laval Ltda, HOLSTEIN KAPPERT S.A, Otis elevadores, Weg S.A, Alpina Equipamentos, Grundfos do Brasil Ltda, Siemens Brasil Ltda.

As manutenções dos equipamentos utilizados no processo de produção são realizadas de forma sistemática e preventiva, de acordo com um calendário desenhado pela área de engenharia de manutenção, considerando as especificações de cada fornecedor. Antes ou quando necessário, durante as substituições dos elementos que constituem as máquinas, os manuais de manutenção do fabricante sempre são consultados. Os intervalos de substituição dos elementos que constituem as máquinas são efetuados por técnicos de manutenção qualificados ou por técnicos do próprio fabricante. Os programas de manutenção são preparados de forma a restringir ao máximo o tempo de paradas dos equipamentos.

A Companhia possui apólices de seguro contratadas para prédios, mercadorias, matérias-primas, produtos em elaboração, embalagens, maquinismos, ferramentas, móveis, utensílios e instalações com as seguintes coberturas:

Descrição	Limite máximo de indenização	Vigência da apólice
Incêndio (inclusive decorrente de tumultos), queda de raio no local e explosão de qualquer natureza	300.000	04/12/19 a 04/12/20
Queda de aeronaves ou quaisquer outros engenhos aéreos ou especiais	300.000	04/12/19 a 04/12/20
Vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, impacto de veículos terrestres e fumaça	20.000	04/12/19 a 04/12/20
Desmoronamento	10.000	04/12/19 a 04/12/20
Tumultos, greves e <i>lock-out</i>	5.000	04/12/19 a 04/12/20
Quebra de máquinas	4.500	04/12/19 a 04/12/20
Derrame ou vazamento de chuveiros automáticos (sprinklers) e rede de hidrantes	2.000	04/12/19 a 04/12/20
Fermentação própria e combustão espontânea	2.000	04/12/19 a 04/12/20

Ao longo de sua história, a Companhia nunca passou por grandes paralisações do seu processo produtivo, seja por problemas com equipamentos ou por greve dos seus funcionários. Para maiores informações sobre o relacionamento com os sindicatos de empregados, veja o item 14.4 - *Descrever as relações entre o emissor e sindicatos* deste documento.

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

A tabela abaixo mostra a capacidade de produção, a produção anual total, em mil toneladas, e o nível de utilização em cada uma das unidades industriais da Companhia, nos períodos indicados:

Capacidade Produtiva / Produção Efetiva	Biscoitos		Massas		Farinha de Trigo e Farelo		Margarinas e Gorduras		Outras linhas de produtos		Total	
	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019
Moinho de Trigo e Fábrica de Biscoito, Massas e Mistura para bolos (Salvador - BA)	89,1	93,0	51,9	52,2	498,2	498,3	-	-	10,8	10,8	650,0	654,3
Moinho de trigo (Fortaleza - CE)	-	-	-	-	440,7	440,6	-	-	-	-	440,7	440,6
Moinho de Trigo e Fábrica de Massas (Cabedelo - PB)	-	-	45,0	46,6	288,7	288,7	-	-	-	-	333,7	335,3
Moinho de Trigo e Fábrica de Biscoitos, Massas e Torradas (Eusébio - CE)	173,1	167,4	73,3	72,1	203,8	203,8	-	-	12,3	12,3	462,5	455,6
Fábrica de Biscoitos e Massas (Jaboatão dos Guararapes-PE)	279,7	273,3	94,1	89,1	-	-	-	-	-	-	373,8	362,4
Moinho de trigo e Fábrica de Massas (Natal - RN)	-	-	26,3	26,1	354,8	354,8	-	-	-	-	381,1	380,9
Fábrica de Gorduras e Margarinas (Fortaleza - CE)	-	-	-	-	-	-	360,0	360,0	-	-	360,0	360,0
Moinho e Fábrica de Biscoitos e Massas (Bento Gonçalves - RS)	71,4	71,9	39,1	38,6	-	50,9	-	-	-	-	110,5	161,4
Fábrica de Massas (São Caetano do Sul - SP)	-	-	98,1	102,2	-	-	-	-	-	-	98,1	102,2
Fábrica de Biscoitos (Lencóis Paulistas - SP)	46,8	39,0	-	-	-	-	-	-	-	-	46,8	39,0
Fábrica de Biscoitos, Massas, Bolos e Snacks (Maracanã - CE)	93,1	92,2	54,0	49,7	-	-	-	-	20,3	16,4	167,4	158,3
Moinho de trigo (Rolândia - PR)	-	-	-	-	125,8	125,8	-	-	-	-	125,8	125,8
Fábrica de Biscoitos, Massas e Gráfica (Rio de Janeiro-RJ)	47,8	96,8	28,9	80,0	-	-	-	-	-	-	76,7	176,8
Fábrica de Gorduras e Margarinas (Rio de Janeiro - RJ)	-	-	-	-	-	-	18,3	41,3	-	-	18,3	41,3
Fábrica de Biscoitos (Queimados - RJ)	17,5	35,0	-	-	-	-	-	-	-	-	17,5	35,0
<b>Capacidade Total de Produção</b>	<b>818,5</b>	<b>868,6</b>	<b>510,7</b>	<b>556,6</b>	<b>1.912,0</b>	<b>1.962,9</b>	<b>378,3</b>	<b>401,3</b>	<b>43,4</b>	<b>39,5</b>	<b>3.662,9</b>	<b>3.828,9</b>
<b>Produção Total</b>	<b>568,8</b>	<b>550,8</b>	<b>398,4</b>	<b>391,0</b>	<b>1.477,5</b>	<b>1.503,5</b>	<b>175,4</b>	<b>185,2</b>	<b>16,5</b>	<b>15,2</b>	<b>2.636,6</b>	<b>2.645,7</b>
<b>Nível de Utilização da Capacidade</b>	<b>69,5%</b>	<b>63,4%</b>	<b>78,0%</b>	<b>70,2%</b>	<b>77,3%</b>	<b>76,6%</b>	<b>46,4%</b>	<b>46,2%</b>	<b>38,0%</b>	<b>38,5%</b>	<b>72,0%</b>	<b>69,1%</b>

No desenvolvimento e na execução de suas atividades industriais, a Companhia busca adotar as melhores práticas de gestão ambiental disponíveis. Atualmente, suas unidades operacionais encontram-se em operação com as devidas licenças ambientais em vigor ou em processo de renovação.

#### *Processo Produtivo*

Para melhor compreensão do processo de produção da Companhia as informações são detalhadas por linha de produtos.

#### *Biscoitos*

A principal linha de produtos na geração de receitas para a Companhia é o Biscoito. Dentre um universo diversificado de produtos, os biscoitos são agrupados da seguinte forma: secos, doces, salgados, *crackers*, recheados, cobertos e *wafers*.

O processo de produção do biscoito varia quanto aos grupos acima mencionados, e estando assim dividido: Recepção e estocagem de matérias-primas, ingredientes e material de

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

embalagem, Moagem e Peneiração de açúcar, Inversão de açúcar, Preparação de cobertura, Dosagem de matérias-primas e ingredientes, Mistura dos ingredientes, Fermentação, Adição de Farofa, Laminação / Estampagem / Corte, Moldagem ,deposição, e corte por arame, Forneamento, adição de spray óleo Adição de recheio, Resfriamento natural, Adição de cobertura, resfriamento forçado, Empilhamento, Empacotamento, Encaixotamento, Palletização, Estocagem e Distribuição.

O início do supracitado processo se dá com a pesagem dos ingredientes e preparação das massas, de acordo com as formulações e especificações técnicas referentes a cada tipo de produto. Nesta etapa os ingredientes utilizados são divididos em três categorias, a saber:

- Microingredientes, que são aqueles utilizados em pequena quantidade, até aproximadamente 3 kg, com exceção de alguns ingredientes que compõem as soluções, estes podem chegar até 8 kg;
- Ingredientes intermediários, que são aqueles dosados em médias quantidades, acima de 3 kg até 45 kg;
- Macroingredientes, que são os ingredientes utilizados em grandes quantidades, controlados e dosados de forma automatizada.

Após o fracionamento dos ingredientes, estes são misturados e homogeneizados por mixers (masseira). A massa proveniente desta mistura é acondicionada em carros/cubas de aço inox e seguem para a etapa de fermentação ou tombamento.

Para os biscoitos fermentados, a etapa de preparação de massas é dividida em duas fases de processo: a primeira fase é denominada de esponja e a segunda fase reforço de acordo com o tipo de biscoito fermentado a ser produzido podendo ser produzido em uma única fase.

O processo de fermentação é biológico, realizado por microrganismos, que com a presença de açúcares e farinha, transformam amidos e açúcares em álcool e ácido, na primeira fase. Na fase reforço, se dar a estruturação destas reações, tendo como pontos fundamentais o controle do pH com a adição do bicarbonato de sódio. O tempo de fermentação é um fator importante para determinação do sabor e aeração do produto final, este tempo pode variar de acordo com a formulação.

Após o término da mistura ou da fermentação, a massa que está em um carro de aço inox e levada ao alimentador do tombador, que consiste em dois garfos que elevam o carrinho, tombando-o para dentro de um reservatório com saída para um sistema automático de lonas alimentadoras, seguindo daí para a etapa de laminação ou estampagem dependendo do tipo de biscoito a ser produzido.

Na laminação, a massa é trabalhada por banco de cilindros que tem a função de laminar o lençol de massa (formação de lâminas) para obter a espessura desejada para a formação da peça (biscoito cru). Para cada tipo de produto, pode ser aplicada uma camada de farofa entre as camadas de massa. Para os folhados, há sobreposição de camadas de massa (até 10 camadas) e esta etapa é de suma importância para conferir a textura e aspecto de folheado (ex.: Crackers)

Ao atingir a espessura padrão final, a massa passa por um sistema com rolos cortadores e marcadores correspondentes a cada produto que conferem o formato da peça. Neste ponto tem-se rígido controle de processo (peso) para que o produto tenha suas características definidas e padronizadas. Seguindo, então, para o forno, resfriamento natural e embalagem.

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

A moldagem caracteriza o formato que é dado para os biscoitos rotativos, como biscoitos amanteigados e recheados. Funciona através de um conjunto de três cilindros: Rolo Estriado (rolo de força), molde (estampo formador) e extração (rolo de borracha) o conjunto utiliza uma faca para retirar o excesso de massa no estampo formador. A massa é pressionada nas cavidades do molde para formar as peças individuais. No caso do biscoito *wafers*, a massa de consistência bem líquida, sai do misturador e é bombeada e depositada por meio de uma tubulação com alguns pontos com abertura para alimentação da massa fluida, diretamente sobre as placas de cozimento do forno.

Passado o processo de laminação, corte, ou moldagem, os biscoitos, caso faça parte de sua especificação, podem receber aplicação de granulados (sal, açúcar, confeitos), posteriormente seguem para o processo de forneamento, onde é realizado o seu cozimento seguindo uma curva de cozimento padrão, obedecendo aos padrões de qualidade preestabelecidos, em conformidade com cada linha de produção e produto. Dependendo do tipo de produto, após esta etapa as peças recebem a adição de creme vegetal em spray por meio de pulverização/ aspersão em sua superfície. O biscoito já cozido passa por um processo de resfriamento.

Para produto recheado é usado o resfriamento natural podendo ser utilizado também o forçado. Isto se faz necessário pois para o processo de aplicação do recheio tem-se temperaturas indicadas para a peça (base) (temperatura ideal para o processo). Os demais produtos possuem um sistema de resfriamento natural que é feito através de troca de calor do produto com o ar ambiente.

Os produtos do tipo recheado recebem após o forneamento e resfriamento uma quantidade de recheio entre as bases, formando um produto do tipo sanduíche. A alimentação de creme nas recheadoras é feita automaticamente através de bombas dosadoras. Após formação do sanduíche o produto segue através de lonas transportadoras por túnel de resfriamento (resfriamento forçado) onde ocorre a cristalização do recheio.

Os produtos cobertos de chocolate são alimentados em cobrideiras recebendo uma cobertura de chocolate previamente aquecida, passando aí por uma “cortina de chocolate” (totalmente coberto) ou por uma “superfície” de chocolate (parcialmente cobertos).

Depois do resfriamento, os biscoitos (exceto biscoitos à granel) seguem para o processo de empilhamento por meio de calhas que funcionam como guias, para em seguida serem conduzidos ao setor de embalagem. Ressaltamos que no decorrer de todo o processo de produção, os biscoitos passam por detectores de metais, com vista a garantir a segurança do produto que chega ao consumidor, como também utilizamos *checkweight* para garantir o controle de peso conforme a legislação.

O processo de empacotamento do biscoito é todo automatizado. As empacotadoras trabalham com velocidade e temperatura adequadas para atender toda a produção gerada na linha. O produto já embalado segue para o processo de encaixotamento/enfardamento manual ou automático depois são organizados em “*pallets*” em quantidades definidas para serem conduzidos para o setor de expedição de produtos acabados para posterior distribuição, respeitando o sistema FIFO (First In, First off).

Para os wafers, após mistura, a massa é bombeada por tubulações até a aplicação sobre as placas do forno (depósito). Antes da deposição, realizada através do bico aplicador, a massa passa por uma boia que evita a formação de bolhas. Após assada, a placa (casquinha) equaliza a temperatura e umidade em torre de resfriamento natural para facilitar a aplicação de recheio. O

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

bloco (casquinhas mais camadas de recheio) são resfriados em túnel de resfriamento (forçado) para cristalização do recheio e encaminhados para corte, onde a peça tem seu formato definido. Posteriormente segue para o processo de embalagem.

Todo o processo produtivo ocorre em condições controladas e obedecendo as boas práticas de fabricação. Há registros de controles de processos, bem como do controle de qualidade dos insumos e produtos acabados.

#### *Massas*

A Companhia produz diversos produtos à base de 04 (quatro) tipos de massas: Massa de Sêmola ou Farinha de trigo comum, Massa de Sêmola com Corantes naturais e Massa de Sêmola com Ovo em Pó e Corantes Naturais e Massa de Sêmola instantânea (Lámen).

O processo produtivo das referidas massas é o mesmo, diferenciando-se, somente, pelos ingredientes adicionados.

O supracitado processo de produção é iniciado com o transporte (por sistema pneumático) da farinha de trigo dos silos de estocagem para os mini-silos, que são depósitos entre os silos e as masseiras, já localizados na área de produção.

Em outra etapa do processo, no misturador de “pré-mix” ou micro dosadoras, são dosados e misturados ingredientes como o ovo em pó e/ou os corantes naturais, farinha de trigo e micro-ingredientes. Essa mistura ou micro-ingredientes, são transportados para mini-silos onde fica até ser misturada à farinha de trigo. A quantidade de micro-ingredientes a ser misturado à farinha, é controlada por um equipamento chamado dosador ou micro dosadoras.

Posteriormente, um sistema pneumático transfere a farinha e o micro-ingrediente para o dosador das masseiras. Nesse dosador, a farinha já misturada aos micro-ingredientes e a água são dosados em quantidades pré-determinadas e proporcionais para seguirem para a próxima etapa do processo.

Na masseira ocorre a mistura e homogeneização dos ingredientes com a água. Através da rosca de extrusão a massa segue para trafila (molde). O sistema a vácuo permite a retirada de ar, com a finalidade de se prevenir a oxidação, o aspecto áspero e a coloração não característica da massa depois de processada, além de interferir na qualidade durante o cozimento. No caso do lámen a massa é homogeneizada e depositada em uma esteira de maturação.

Ocorrendo a mistura e extrusão da massa, onde a mesma é prensada, seguindo então para a “trafila” que possui certo número de pastilhas que definem o formato do produto. Antes de passar pela trafila, a massa passa pelo pré-molde e por uma tela (filtro) para não danificar as pastilhas e reter possíveis contaminantes físicos. No caso do lámen, a massa segue para laminação e corte.

Uma vez extrusados nas trafilas, o macarrão é recebido por canas/varas e cortado. Então segue para a etapa de pré-secagem, que é a primeira etapa de secagem do macarrão, onde a massa tomará sua forma definitiva sofrendo uma forte ventilação acompanhada de calor para que não colem entre si, ficando adequada para a secagem final que se dá na “Galeria de secagem”, que também se dá com forte ventilação e calor. No caso do lámen, a massa segue para o corte e dobra e depois para o cozimento.

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

A próxima etapa do processo é o resfriamento para ter sua temperatura equiparada com a externa, evitando choque térmico ao entrar em contato com o ambiente. As condições de secagem variam para os diferentes tipos de massa alimentícia e conforme velocidade da máquina.

Após o resfriamento, as massas longas passam por uma serra de corte para que fique no tamanho ideal para ser embalada. As sobras que são geradas no processo de corte da massa são levadas para um moinho e voltam para o processo de produção.

O processo de embalagem é automático, sendo realizado em “empacotadeiras”. Neste processo, os pacotes devidamente pesados e checados automaticamente são submetidos a detectores de metais, utilizados para detectar possíveis partículas metálicas no produto, realizando a rejeição do mesmo, atendendo assim às normas de Segurança de Alimentos. Em seguida, os pacotes passam pelas “enfardadeiras”, onde serão agrupados em fardos e depois colocados em “pallets” que são conduzidos ao setor de expedição de produtos acabados para posterior distribuição, respeitando o sistema FIFO (First In, First off).

Todo o processo produtivo ocorre em condições controladas e obedecendo as boas práticas de fabricação e o sistema HACCP e FSSC2200. Há registros de controles de processos, bem como de controle de qualidade dos insumos e produto acabado.

#### *Farinha de Trigo*

O processo de produção da Farinha de Trigo está dividido nas seguintes fases: Recepção do Trigo, Preparação do Trigo para Moagem, Moagem do Trigo e Produtos Acabados.

O trigo é recebido por via marítima e é transferido para os silos de armazenagem do moinho, sendo esta operação realizada por descarregadores mecânicos (Portalino). Trata-se de um equipamento de concepção moderna, composto de uma torre que se movimenta no sentido longitudinal do cais, operacionalizado em uma cabine de comando, composto também, por um transportador de corrente móvel para movimentação nos porões do navio e sistema próprio de aspiração, filtragem e recolhimento de resíduos, possuindo ainda uma cabine acústica que abriga o compressor e o sistema hidráulico, para a minimização dos ruídos.

Após a descarga do navio, o trigo passa por uma pré-limpeza. Nesta fase, são retiradas impurezas com dimensões maiores e menores que o trigo, materiais ferrosos e impurezas mais leves que o grão, constituídas basicamente de pó e palha que são adicionadas ao Farelo (subproduto do trigo). Este então será armazenado em silos e entre silos de concreto.

Os silos possuem instalações de transporte e válvulas pneumáticas que permitem operações de transilagem entre os mesmos, gerando uma otimização da capacidade de armazenamento e aeração dos lotes armazenados por mais tempo.

Todos os processos de movimentação do trigo são submetidos a sistemas de aspiração, compostos de dutos de diâmetros diversos, filtros de manga, ventiladores de média e alta pressão, que recolhem e filtram partículas, o que garante retorno de ar limpo à atmosfera. Vale ressaltar ainda que, o produto aspirado é decantado no filtro e dosado por uma esclusa no silo de resíduo, para que seja adicionado ao farelo.

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Antecedendo a moagem, o trigo passa por um processo de “preparação” composto por duas etapas de limpeza, intercalado por uma etapa de umidificação e descanso. A fase de preparação irá garantir a qualidade e um melhor aproveitamento do trigo no processo de moagem.

A moagem de trigo é um processo físico de redução gradual e seletiva que tem como objetivo principal separar a parte interna do grão do trigo, denominada endosperma, da sua casca, reduzindo os produtos intermediários até a obtenção da farinha, que é o produto, e do farelo que é um subproduto do trigo.

O supracitado processo consiste em submeter o trigo e seus produtos intermediários às sucessivas etapas de fragmentação, intercaladas por fases de peneiração e classificação granulométrica e dessimétrica, até a redução das sêmolos em granulometria de farinha.

Nas diferentes passagens de peneiração, ocorridas no processo de moagem, são produzidas farinhas de características qualitativas distintas. Através de transportadores helicoidais, as referidas farinhas são mescladas, resultando em dois tipos de farinhas intermediárias, denominadas “F1” e “F2”. A primeira farinha é mais clara, com baixo teor de matéria mineral retirada da parte mais interna do grão. A segunda farinha, mais escura, tem maior teor de matéria mineral, sendo composta de farinhas retiradas da parte do endosperma mais próxima da casca.

Ambas são transportadas até os silos de farinha através de transportes pneumáticos à pressão, e serão matérias-primas para a mistura e produção de farinhas finais. Ressaltamos que todas as movimentações de farinha são controladas por balanças eletrônicas de fluxo, que em conjunto com as demais balanças de trigo e farelo, são integradas em um sistema on-line de controle de rendimento do processo.

Em um momento seguinte as farinhas “F1” e “F2” são misturadas em diferentes proporções, em conjunto com microingredientes corretores de farinha e complexos de vitaminas. Todas as misturas são comandadas e monitoradas via computador que, em conjunto com um moderno sistema de automação e de balanças eletrônicas, garantem alta precisão e confiabilidade na dosagem, tornando-se um dos grandes diferenciais da farinha produzida pela M. Dias Branco.

Das linhas de mistura, as farinhas seguem para os silos de produto acabado onde serão envasados em diferentes cortes de produção, seguindo então para a expedição.

O processo produtivo da farinha de trigo gera um subproduto, denominado de farelo. Os farelos produzidos no moinho são: Farelo Grosso e Farelo Fino. Os farelos produzidos possuem linhas de transporte independentes e podem ser armazenados em silos. Como no armazenamento do trigo, as instalações permitem uma transilagem contínua do farelo, garantindo assim a sua movimentação contínua, o que evita a sua estagnação no silo.

O ensacamento do farelo pode ser efetuado em linhas distintas, em sacos de 30 ou 40 kg, que podem ser expedidos diretamente aos caminhões ou estocados em área exclusiva para este fim.

#### *Margarinas e Gorduras Vegetais*

No processo de produção das gorduras, a matéria-prima básica utilizada é o óleo vegetal. Os mais comumente utilizados são os óleos de soja - obtido através do esmagamento dos grãos de soja -, o de palma - extraído da polpa da palma - e o de algodão - extraído do caroço deste. Adquirimos estes óleos no mercado nacional e internacional. A soja é normalmente adquirida no mercado nacional, podendo ser importada algumas vezes. O óleo de palma normalmente é

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

adquirido no Brasil ou importado da Colômbia, Venezuela e Ásia. O óleo de algodão é adquirido no mercado nacional.

A primeira etapa do referido processo é constituída pelo refino do óleo bruto, compreendendo as operações de: neutralização, branqueamento, hidrogenação, interesterificação e desodorização. A neutralização consiste na remoção da acidez livre do óleo bruto, através de procedimentos químicos e mecânicos de centrifugação. No branqueamento, é feita a remoção de impurezas indesejáveis e de pigmentos para clarificar o produto.

Em um momento seguinte, o óleo irá para o processo de hidrogenação que consiste na injeção de gás hidrogênio num reator, em condições determinadas e na presença de um catalisador. Outro processo utilizado é a interesterificação. Neste processo são misturados gorduras totalmente ou parcialmente hidrogenadas com óleos líquidos e com a adição de um catalisador se obtém a reação. O produto final deste processo é conhecido como gordura zero trans. Obtemos assim as gorduras hidrogenadas e/ou interesterificadas (zero trans) que são as bases para a produção das gorduras vegetais.

Na fase de desodorização é feita a remoção de ácidos graxos residuais, responsáveis pelo odor e paladar próprios dos óleos e/ou gorduras, por meio de um processo de destilação com a injeção direta de vapor. Obtém-se, assim, as gorduras vegetais desodorizadas, que são a base para a fabricação das gorduras vegetais para usos industriais diversos como panificação, fabricação de biscoitos, bolos, sorvetes, chocolates e para a fabricação das margarinas.

As gorduras vegetais para uso industrial podem ter diferentes especificações, de acordo com a sua utilização final e às especificações de clientes que precisam de um produto diferenciado.

A margarina é um produto elaborado a partir de óleos e gorduras desodorizados, de origem vegetal, e outros ingredientes tais como: sal, leite, aromas, corantes naturais, estabilizantes, emulsificantes, vitaminas e água. Cada um dos ingredientes é pesado em tanques-balança, sendo adicionados na quantidade correta de acordo com a fórmula do produto, para a obtenção da emulsão.

A mencionada emulsão é composta de uma fase aquosa, com ingredientes hidrossolúveis (sal e conservantes) e uma fase oleosa, constituída de óleo vegetal e/ou gordura vegetal hidrogenada e/ou interesterificada (zero trans), com os ingredientes lipossolúveis (emulsificantes, aromas etc.). Esta emulsão é direcionada para o processo de cristalização e homogeneização, do qual surgirá a margarina. Em seguida, a margarina segue para o acondicionamento, que pode ser em potes ou baldes no caso de consumo doméstico, ou em caixas, no caso de utilização industrial ou institucional.

Após o acondicionamento, a margarina deverá ser estocada em câmaras frias à temperatura entre 8°C e 16°C, dependendo do produto e sua destinação, por no mínimo, 24 horas para sua devida estabilização.

#### *Bolos*

O processo produtivo ocorre em diversas etapas, sendo estas: Pesagem de Ingredientes, Preparação da Massa, Dosagem de Massa em Formas, Forneamento, Resfriamento, Injeção de recheio, Empacotamento, Encaixotamento, Paletização, Expedição/Estocagem/Distribuição.

A primeira etapa ocorre com a pesagem de todos os ingredientes de acordo com a receita padrão.

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

A etapa de preparação da massa se dá com a adição de ingredientes no pré-mixer. O pré-mixer tem a função de homogeneizar os ingredientes. Após a homogeneização a massa segue refrigerada para o turbo mixer que transforma a massa em emulsão. A emulsão é transportada automaticamente para o dosador de massa.

O dosador é um sistema eletrônico de dosagem de massa com ajuste do peso do produto automático. O controle de peso cru do produto é feito nesta etapa de forma manual por amostragem.

Após a dosagem, as assadeiras seguem em transportadores automáticos para o forneamento, etapa em que o produto é cozido, obedecendo a padrões de temperatura e tempo pré-estabelecidos. O bolo já cozido passa pelo processo de resfriamento natural, em uma torre de resfriamento, onde o produto troca calor com o ar ambiente enquanto segue em transportadores automáticos.

Depois do resfriamento, o produto é recheado, ou seja, recebe a quantidade de recheio específico para cada produto por um sistema de agulhas. Após injeção do recheio, os bolos são retirados das assadeiras por um processo automático e segue em lonas até o processo de embalagem. Antes de embalar, o produto passa por um detector de metais, a fim de se garantir a segurança do alimento e em seguida recebe o conservante (anti-mofo), para garantir o shelf-life desejado do produto.

Depois de embalados os produtos (40g) são acondicionados em displays com doze unidades e posteriormente em caixas de papelão com seis displays e organizados em pallets para serem conduzidos para o setor de expedição de produtos acabados.

Atualmente são produzidas as marcas Pelágio, Antenados, Adria, Vitarella, Richester e Isabela.

#### *Snacks*

##### *Snacks de milho*

Os snacks de milho são embalados com gramatura 32g e 25g.

O processo ocorre através de extrusão da farinha de milho, onde esta é colocada em um misturador com ingredientes específicos para cada produto até obter uma mistura homogênea. Na sequência, é transportada até um dosador. Nele a farinha de milho é misturada com água e conduzida por um sistema de roscas a altas pressões e temperaturas por um equipamento chamado de extrusora. É nessa etapa que os snacks ficam leves e aerados, em consequência da diferença de temperatura e pressão de dentro da extrusora para o meio ambiente. A massa cozida de farinha de milho é expandida pela diferença de pressão do equipamento com o meio exterior. No ato da expansão, o formato é dado por uma peça localizada na extrusora chamada matriz e facas rotativas.

Após a extrusão, o produto é transportado por uma tubulação pneumática até a esteira secadora, a fim de se retirar umidade do produto e deixá-lo crocante. Após a secagem, o produto passa por um túnel misturador, onde aroma, sal e gordura são adicionados a fim de conferir sabor ao produto. A quantidade de cada ingrediente é específica para cada produto.

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Durante o processo, os produtos são inspecionados por colaboradores treinados, que realizam análises de controle de qualidade, como: umidade, análise sensorial e quantidade de aroma adquirido no processo. Todos esses aspectos são padronizados para cada produto.

O produto agora é transportado para o empacotamento por canecas elevatórias e, em seguida, empacotado automaticamente por balanças dotadas com detectores de metais. Após o empacotamento, os produtos são enfardados através de enfardadeiras automáticas e agrupados em fardos maiores manualmente. Em seguida os fardos são palletizados e conduzidos ao setor de expedição de produtos acabados.

#### *Snacks de trigo*

A linha de snacks de trigo produz salgadinhos com o mesmo padrão de massa, diferindo apenas o sabor, ou seja, o aroma adicionado ao produto.

O processo ocorre da seguinte forma: inicialmente a massa é preparada, adicionando os ingredientes de forma manual, com exceção da água, de acordo com as especificações técnicas; em uma batadeira com tempo e rotação determinados, eles são homogeneizados; logo após, a massa segue para a etapa de fermentação.

O processo de fermentação ocorre em temperatura ambiente, com controle de tempo. Decorrido o tempo ideal de fermentação, a massa é cortada manualmente e levada para laminadores, passando por um sistema de laminação com rolos e cortador ao fim da laminação, onde o produto é cortado de acordo com o padrão preestabelecido.

Após laminação, o produto entra em uma câmara de descanso, para posteriormente ser mergulhado em gordura aquecida à temperatura estabelecida. Após a fritura, o produto passa por exaustores para retirar o excesso de gordura.

Logo após, o produto entra em um túnel aromatizador e recebe a quantidade específica de aroma para cada produto. Nessa etapa, há um colaborador treinado para fazer a inspeção do produto em processo e que fará a liberação destes para o empacotamento.

O empacotamento é feito em balanças automáticas com detectores de metais, e os produtos são acondicionados em caixas de papelão de forma manual por colaboradores treinados, que verificam conformidades na selagem dos produtos antes do encaixotamento. Em seguida, as caixas devidamente seladas e datadas são organizadas em pallets para serem conduzidos para o setor de expedição de produtos acabados.

#### *Mistura para Bolos*

Na fábrica de mistura para bolos são produzidos sete tipos de produtos, sendo os sete de Misturas Finna - linha tradicional (Laranja, Chocolate, Baunilha, Milho cremoso, Brownie, Festa e Coco).

O processo de produção tem como ponto de partida o transporte da farinha de trigo do moinho para o silo de armazenamento na fábrica de misturas para bolo. Em seguida, os outros macro-ingredientes também são transportados para seus respectivos silos, através do sistema de transporte automatizado que fica na expedição do moinho.

Em outra etapa do processo, já na Fábrica de Mistura para Bolo, no misturador são dosados e misturados os diversos ingredientes micros, médios e gordura que atendem a cada tipo de

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

mistura para bolo. Exemplo: aromas, fermentos, amido de milho, emulsificantes, açúcar, creme de milho, cacau em pó, farinha de trigo e gordura.

Após todos os ingredientes passarem por um tempo de mistura, obtém-se o pó da mistura pronta que logo em seguida é despejada em uma moega e transportada para os carrinhos e levada até as máquinas do empacotamento. Nesta etapa é retirada uma amostra para análise laboratorial de liberação (performance) e monitoramento.

No empacotamento, o envaze é feito através de um processo automático por máquinas “empacotadeiras”, sendo cada pacote pesado e checado automaticamente por detectores de metais, utilizados para detectar possíveis partículas metálicas no produto ou fora do peso desejado, realizando a rejeição do mesmo se necessário, atendendo assim, as normas de Segurança Alimentar. Em seguida, os pacotes passam pelas “encaixotadoras”, onde serão agrupadas doze unidades por caixa e montados em “pallets”. Em seguida são transferidos para o armazenamento para posterior distribuição, respeitando o sistema FIFO (First In, First out).

Todo o processo produtivo ocorre em condições controladas e obedecendo as boas práticas de fabricação. Há registros de controles de processos, bem como de controle de qualidade dos insumos e produto acabado.

#### *Torradas*

O processo de produção de Torradas é assim dividido: Recepção e estocagem de matérias-primas, ingredientes e material de embalagem, Dosagem de matérias-primas e ingredientes, Mistura dos ingredientes, Laminação, Fermentação, Forno de Cozimento, Câmara de Climatização, Fatiadeira, Forno de Tostagem, Resfriamento, Empacotamento, Encaixotamento, Paletização, Estocagem e Distribuição.

O início do supracitado processo se dá com a pesagem dos ingredientes e preparação das massas, de acordo com as formulações e especificações técnicas referentes a cada tipo de produto. Os ingredientes utilizados são dosados de forma automatizada nas Masseuras, onde os ingredientes são misturados e homogeneizados, a massa segue para a etapa de laminação.

A laminação é iniciada pela formação de camadas de massa. Essas camadas passam por cilindros, resultando em uma espessura padrão final, passando por um sistema de enrolamento da massa e colocado de forma automática nas formas que seguem para fermentação.

O processo de fermentação é realizado por microorganismos que vai gerar volume na massa para a próxima etapa do processo.

Após a fermentação, a massa vai para o forno de cozimento onde é realizado o cozimento da massa com uma curva de cozimento padrão, obedecendo aos padrões de qualidade preestabelecidos, nesta etapa ocorre o processo de assar o pão que depois é retirado das formas e segue para câmara de climatização.

Na câmara de climatização o pão vai estabilizar, sua temperatura e umidade são controlados obedecendo padrões de qualidade preestabelecidos.

Após a estabilização, o pão vai ser fatiado seguindo padrões de qualidade preestabelecidos para seguir para o Forno de Tostagem.

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Após a Tostagem das fatias as torradas seguem para o processo de empilhamento por meio de esteiras, para serem conduzidas as embaladoras no setor de embalagem.

O processo de empacotamento da Torrada é todo automatizado. As embaladoras trabalham com velocidade e temperatura adequadas para atender toda a produção gerada na linha. O produto já embalado segue para o processo de encaixotamento onde são organizados em ‘pallets’ em quantidades definidas para serem conduzidos para o setor de expedição de produtos acabados para posterior distribuição, respeitando o sistema FIFO (First In, First off).

Todo o processo produtivo ocorre em condições controladas e obedecendo as boas práticas de fabricação. Há registros de controles de processos, bem como do controle de qualidade dos insumos e produtos acabados. Ressaltamos que no decorrer de todo o processo de produção, as Torradas passam por detectores de metais e RX com vista a garantir a segurança do produto que chega ao consumidor.

#### b. Características do processo de distribuição

As vendas da Companhia são preponderantemente efetuadas no Brasil. Nos anos de 2017, 2018 e 2019, 99,5%, 99,4% e 99,2%, respectivamente, da sua receita operacional advieram de vendas realizadas no território nacional.

No Brasil, suas vendas são realizadas por meio da combinação de canais de vendas diretos e indiretos. Vendas diretas compreendem as vendas realizadas por meio de seus representantes comerciais, do sistema de pronta-entrega e também por meio da equipe de pré-venda. As vendas indiretas compreendem as vendas realizadas por distribuidores e atacados. A Companhia possui 36 centros de distribuição localizados em 16 Estados do país e no Distrito Federal, os quais são responsáveis pela comercialização e distribuição de todos os produtos. Não existe comercialização dos produtos da Companhia por empresas de propriedade do acionista controlador.

Nesse contexto, o mix de faturamento da Companhia, líquido de descontos, relativo às vendas diretas a consumidores e às vendas a intermediários é a seguinte:

Tipo de canal de vendas	Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de		
	2017	2018	2019
Vendas diretas	46,6%	49,3%	51,6%
Vendas a intermediários	53,4%	50,7%	48,4%
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

A incorporação dos clientes da Piraquê, aliada a estratégia comercial da Companhia, influenciou para o crescimento da representatividade das vendas diretas em 2019 com relação a 2018 e consequente redução da representatividade dos canais de vendas a intermediários.

Ademais, a distribuição dos produtos da Companhia é realizada, predominantemente, através de transporte rodoviário, onde conta com uma frota própria de 329 veículos, dentre eles 69 kombis utilizadas na pronta entrega em Fortaleza-CE e, em média, 19.935 saídas terceirizadas para entrega em clientes por mês. Além desses veículos de carga, a Companhia também apresenta 116 motocicletas utilizadas pelos vendedores de pré-venda.

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

#### c. Características dos mercados de atuação, em especial:

##### *A Indústria de Trigo e de Moagem de Trigo no Brasil*

##### *Breve Histórico da Indústria de Trigo e Moagem de Trigo no Brasil*

Em 22 de novembro de 1990, entrou em vigor a Lei 8.096, que revogou o Decreto-Lei 210/1967. A Lei 8.096/90 declarou livres, em todo território nacional, a comercialização e a industrialização do trigo de qualquer procedência, liberando, como consequência, a comercialização e a industrialização do trigo no Brasil, sem os agentes econômicos estarem mais presos a limites, cotas e controles do governo, inclusive para a importação do grão. Em razão dessa mudança sensível, o setor passou por intensa transformação como resultado da abrupta desregulamentação e abertura ao comércio exterior, notadamente à Argentina, cujos custos de produção eram inferiores aos verificados no Brasil e, por consequência, produzia trigo a preços mais competitivos que o Brasil.

##### *Aspectos mais Recentes da Indústria de Moagem de Trigo no Brasil*

Atualmente, o Governo adota medidas intervencionistas direcionadas ao setor, seja por meio de Empréstimos do Governo Federal (EGF), da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), do Prêmio de Escoamento da Produção (PEP). Na prática, o PEP representa um subsídio nas duas pontas. Na do produtor, onde cobre a diferença entre o preço mínimo e o preço de mercado, e na das empresas, com o subsídio no transporte do trigo da região produtora até o moinho.

A produtividade da triticultura nacional, apesar de ter apresentado considerável evolução nos últimos anos ainda é baixa em relação aos principais produtores mundiais de trigo. As desvantagens envolvem condições climáticas desfavoráveis à cultura de inverno na maior parte do território nacional o que, associado às características do solo, influencia a qualidade do trigo brasileiro e/ou os custos de produção do grão.

Apesar do esforço do Estado em garantir a renda do produtor, os fornecedores, em especial a Argentina, conseguem desembarcar o grão a custos inferiores aos custos nacionais e/ou em padrões da qualidade superiores.

A tabela a seguir apresenta o consumo brasileiro de trigo nos últimos 5 períodos:

<b>Produção, Importação e Consumo de Trigo no Brasil</b>						
	<b>Produção</b>	<b>Var (%)</b>	<b>Importação</b>	<b>Var (%)</b>	<b>Consumo</b>	<b>Var (%)</b>
<b>2015/16</b>	5.540	-7,67%	5.922	25,51%	11.100	3,74%
<b>2016/17</b>	6.730	21,48%	7.788	31,51%	12.200	9,91%
<b>2017/18</b>	4.264	-36,64%	6.702	-13,94%	12.000	-1,64%
<b>2018/19</b>	5.428	27,30%	7.442	11,04%	12.100	0,83%
<b>2019/20</b>	5.200	-4,20%	7.100	-4,60%	12.100	0,00%

Fonte: United States Department of Agriculture – USDA

A produção doméstica continua sendo insuficiente para suprir o consumo. Desta forma, o Brasil ainda é extremamente dependente da importação de trigo em grão, principalmente, da Argentina. A necessidade de importação imputa aos moinhos uma forte vulnerabilidade quanto às oscilações dos preços internacionais da *commodity*, que absorve a influência de fatores

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

externos, inclusive movimentos especulativos. Atualmente, as importações correspondem a cerca de metade do consumo nacional.

#### *Aspectos Gerais da Concorrência da Indústria de Moagem de Trigo*

De acordo com o USDA (*United States Department of Agriculture*), a produção mundial de trigo referente à safra 2019/20 foi estimada em 764,3 milhões de toneladas, quantidade 4,6% maior que no período de 2018/19. Destacam-se como grandes produtores de trigo, a China, a União Européia, a Índia, a Rússia e os Estados Unidos, sendo a Rússia e a União Européia são os maiores exportadores do mundo. O Brasil é classificado entre os 5 maiores importadores do mundo.

Em 2019 a Argentina, com base nos dados divulgados pela Associação Brasileira da Indústria de Trigo – Abitrigo, foi responsável em fornecer a maior parte da demanda de trigo importada pelos moinhos brasileiros.

As tabelas abaixo mostram os maiores produtores, consumidores e exportadores mundiais de trigo, bem como a produção e consumo do Brasil:

**Maiores Produtores Mundiais de Trigo**

Ano	União Europeia	China	Índia	Estados Unidos	Rússia	Produção Mundial
<i>(Em Mil Toneladas)</i>						
2015/16	160.480	132.639	86.527	56.117	61.044	738.144
2016/17	145.369	133.271	87.000	62.832	72.529	756.313
2017/18	151.125	134.334	98.510	47.380	85.167	763.049
2018/19	136.685	131.430	99.870	51.306	71.685	730.536
2019/20	154.776	133.590	103.600	52.258	73.610	764.318

Fonte: United States Department of Agriculture – USDA (Production, Supply and Distribution – PSD)

**Maiores Consumidores Mundiais de Trigo**

Ano	União Europeia	China	Índia	Rússia	Estados Unidos	Consumo Mundial
<i>(Em Mil Toneladas)</i>						
2015/16	129.850	117.500	88.548	37.000	31.943	715.919
2016/17	128.000	119.000	97.234	40.000	31.865	738.334
2017/18	130.400	121.000	95.677	43.000	29.250	741.959
2018/19	121.050	125.000	95.629	40.500	30.024	735.243
2019/20	123.000	126.000	96.112	40.000	31.489	748.549

Fonte: United States Department of Agriculture – USDA (Production, Supply and Distribution – PSD)

**Maiores Exportadores Mundiais de Trigo**

Ano	Estados Unidos	União Europeia	Canadá	Rússia	Ucrânia	Exportação Mundial
<i>(Em Mil Toneladas)</i>						
2015/16	21.817	34.760	22.099	25.546	17.431	171.744
2016/17	29.318	27.439	20.297	27.815	18.107	182.436
2017/18	23.226	23.383	22.019	41.431	17.775	184.000
2018/19	26.069	23.310	24.476	35.838	16.019	175.387
2019/20	26.500	35.000	22.800	33.500	20.500	183.204

Fonte: United States Department of Agriculture – USDA (Production, Supply and Distribution – PSD)

Conforme dados da ABITRIGO, dados atualizados até o fevereiro de 2019, havia, no Brasil, 165 moinhos de trigo em atividade. Boa parte encontra-se concentrada nas regiões Sul e Sudeste do País (e, assim, próximas aos principais fornecedores da matéria-prima).

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

#### *Perspectivas para a Indústria de Moagem de Trigo*

De acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a safra de 2019 encerrou o ano com uma produção de 5,15 milhões de toneladas, 5,1% abaixo comparado com o período de 2018. Já em relação a área plantada (em 1.000 ha), em 2019 houve redução de 0,1% frente a 2018 (2.040,5 vs 2.042,4).

De acordo com a previsão apontada no 8º Levantamento de Safra de Grãos 2019/2020, a estimativa de produção realizada em Maio para 2020 é de 5,43 milhões de toneladas.

O trigo brasileiro sofre concorrência dos subsídios concedidos pela União Europeia, Estados Unidos e Canadá. Na ausência de subsídios, o Brasil seria competitivo neste setor, pois apesar de sofrer com aspectos climáticos, que são menos favoráveis que o clima de outros países, e preços mais caros para alguns insumos, possui mão-de-obra relativamente barata e pode contar com duas safras anuais.

#### *A Indústria de Massas no Brasil*

##### *Breve Descrição do Setor de Massas no Brasil*

O processo produtivo das massas permite ao produtor de um tipo de massa, produzir qualquer outro tipo com pequenas adaptações no processo produtivo e baixos investimentos, permitindo ao produtor oferecer uma grande variedade de massas alimentícias. Assim, a indústria de massas apresenta uma baixa barreira de entrada em termos de diversidade de produto.

A massa é um produto de baixo valor agregado, e o frete tem peso significativo em seu preço final, justificando, desta forma, o estabelecimento de núcleos regionais de produção, consumo e distribuição.

##### *Desempenho Recente do Setor de Massas no Brasil*

O processo de abertura econômica vivenciado pelo país, a partir dos anos 90, introduziu novos desafios no mercado brasileiro de bens de consumo e resultou em mudanças estruturais na indústria.

No setor de massas alimentícias, este processo assumiu contornos decisivos em termos de consolidação mercadológica e impulsionou as empresas a investir em tecnologia, equipamentos de última geração e capacitação de seus profissionais. O resultado destes investimentos é um parque industrial entre os mais modernos do mundo e perfeitamente apto a fornecer produtos de qualidade.

As massas alimentícias secas no Brasil, são produzidas a partir de trigo soft e estão segmentadas em: massa de sêmola com ovos, massa de sêmola, massa comum e massa tipo caseira. A designação "macarrão" é popularmente utilizada, inclusive nas embalagens, como sinônimo de "massa alimentícia".

Muitas empresas do setor possuem processo integrado com moinho de trigo e, em geral, possuem um amplo portfólio com outros produtos derivados do trigo, como farinha, mistura para bolo, biscoitos, bolo pronto, etc. O macarrão instantâneo é um dos produtos oferecidos pelas empresas, com possibilidade de adequação de sabores ao mercado alvo.

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

De acordo com dados da AC Nielsen, publicados na ABIMAPI, as massas secas têm atualmente a maior representatividade do setor de massas alimentícias, sendo que em 2019, a categoria representou 50,7% dos volumes vendidos. Conforme dados da AC Nielsen, as vendas em volume de massas secas, em 2019, subdividiram-se em: (i) 34,97% do tipo sêmola sem ovos; (ii) 33,8% sêmola com ovos; (iii) 28,9% do comum; e (iv) 2,6% do grão duro.

Até 1997, o mercado brasileiro de massas era bastante disperso, sendo que as duas principais representantes do setor, a então Adria Alimentos do Brasil (adquirida pela M Dias Branco em 2003) e a Santista Alimentos, detinham respectivamente 6,8% e 6,7% do consumo. Este setor se tornou mais concentrado com a intensificação das fusões e aquisições. Atualmente, mais da metade do mercado, em termos de volume vendido, é dominado por seis empresas: M. Dias Branco, J. Macedo, Selmi, Santa Amália e Vilma. A tabela abaixo mostra a participação de mercado dos competidores no setor de massas alimentícias nacional e o das regiões Nordeste e Sudeste do País para o período indicado:

Setor de Massas			
Participação de mercado em termos de Volume vendido			
	Brasil	Nordeste	Sudeste
M. Dias Branco	35,71%	63,58%	26,21%
J. Macedo	13,29%	13,55%	18,04%
Selmi	8,69%	1,38%	10,41%
Santa Amália	6,64%	0,25%	13,79%
Vilma	4,43%	2,14%	7,92%
Outros	31,24%	19,10%	23,63%

Fonte: AC Nielsen (Ano de 2019)

Setor de Massas			
Participação de mercado em termos de Faturamento			
	Brasil	Nordeste	Sudeste
M. Dias Branco	32,1%	62,4%	24,8%
J. Macedo	12,0%	14,0%	15,4%
Selmi	10,5%	2,2%	11,5%
Santa Amália	8,0%	0,4%	15,5%
Vilma	4,8%	2,8%	8,0%
Outros	32,6%	18,1%	24,8%

Fonte: AC Nielsen (Ano de 2019)

#### ***A Indústria de Biscoitos no Brasil***

##### *Breve Descrição do Setor de Biscoitos no Brasil*

Os biscoitos são segmentados em Recheados, Crackers e Água e Sal, Wafers, Maria e Maisena, Secos e Doces, Amanteigados, Salgados, Rosquinhas e outros. Em consumo per capita, atualmente o Brasil consome cerca de 7,021 kg por habitante ao ano conforme dados da AC Nielsen & IBGE – Elaborados e divulgados pela ABIMAPI.

Em 2019, de acordo com dados da AC Nielsen, o Sudeste foi responsável pelo maior volume de vendas de biscoitos no Brasil, cerca de 46,5%, já que possui a maior renda *per capita* do país e que o consumo destes produtos são fortemente influenciados pelo poder aquisitivo das famílias.

O Brasil ocupa a posição de 4º maior vendedor mundial de biscoitos em toneladas, com registro de 1,27 (milhões de ton), comercializadas em 2019, segundo os dados da ABIMAPI e Euromonitor.

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Venda Mundial de Biscoito (milhões ton)

<u>Países</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>
1º Estados Unidos	2,58	2,62	2,66
2º Índia	2,47	2,54	2,62
3º China	1,38	1,38	1,38
4º <b>Brasil</b>	<b>1,33</b>	<b>1,29</b>	<b>1,27</b>
5º Rússia	1,07	1,08	1,10
6º México	0,69	0,71	0,73
7º Itália	0,65	0,66	0,67
8º Reino Unido	0,66	0,65	0,64
9º Argentina	0,56	0,56	0,55
10º Alemanha	0,51	0,51	0,52

Fonte: Abimap

Até o início do Plano Real (implementado em meados de 1994), o setor era caracterizado como sendo predominantemente de capital nacional e dirigido por empresas familiares. O setor passou por um acentuado crescimento, levando ao início de um processo de compra das empresas menores pelas grandes marcas internacionais. Em 2003, com o controle da Adria passando para a Companhia (que a incorporou posteriormente), a liderança do mercado brasileiro voltou a pertencer a uma empresa de capital nacional. Atualmente, a Bauducco encontra-se em segundo lugar com participação de 8,6%, a Nestle ocupa o terceiro lugar com participação de 8,5%, e assim sucessivamente com Marilan (8,0%), Mondelez (8,0%) e Pepsico (5,4%), enquanto que a M. Dias Branco lidera o mercado, com 29,6%, de acordo com dados da AC Nielsen do acumulado do ano de 2019. O restante do mercado encontra-se fragmentado entre um grande número de empresas.

#### *Performance Recente do Setor de Biscoitos no Brasil*

A ascensão social da população está incentivando o consumo de biscoitos, inclusive com maior valor agregado. Os biscoitos tidos como saudáveis também estão apresentando taxas de crescimento bastante expressivas, evidenciando uma oportunidade de expansão da produção.

A tabela abaixo mostra a participação de mercado dos competidores no setor de biscoitos nacional e o das regiões Nordeste e Sudeste do País para o período indicado, em termos de volume e faturamento:

#### Setor de Biscoitos

##### Participação de mercado em termos de Volume vendido

	<b>Brasil</b>	<b>Nordeste</b>	<b>Sudeste</b>
M. Dias Branco	33,8%	58,8%	21,7%
Marilan	8,5%	5,9%	10,7%
Nestlé	7,2%	3,0%	9,5%
Bauducco	6,7%	3,1%	9,0%
Pepsico	5,0%	1,6%	6,3%
Mondelez	4,5%	1,7%	5,9%
Outros	34,3%	25,8%	36,9%

Fonte: AC Nielsen (Varejo + Cash & Carry: 2019)

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

**Setor de Biscoitos**  
**Participação de mercado em termos de Faturamento**

	<b>Brasil</b>	<b>Nordeste</b>	<b>Sudeste</b>
M. Dias Branco	29,6%	53,7%	22,0%
Marilan	8,0%	5,9%	9,4%
Nestlé	8,5%	4,4%	10,1%
Bauducco	8,6%	5,3%	10,4%
Pepsico	5,4%	2,2%	6,2%
Mondelez	8,0%	4,2%	9,4%
Outros	32,0%	24,2%	32,5%

Fonte: AC Nielsen (Varejo + Cash & Carry: 2019)

#### *Participação em cada um dos mercados*

A tabela abaixo apresenta o *mix* de receita operacional líquida de descontos da Companhia por linha de produto e por região nos períodos indicados:

<b>Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de</b>						
	<b>2017</b>	<b>%</b>	<b>2018</b>	<b>%</b>	<b>2019</b>	<b>%</b>
<b>Biscoitos</b>	<b>3.634,0</b>	<b>100,0</b>	<b>4.237,7</b>	<b>100,0</b>	<b>4.179,6</b>	<b>100,0</b>
Nordeste	2.307,5	63,5	2.392,7	56,5	2.175,6	52,1
Sudeste	698,9	19,2	1.154,8	27,3	1.319,3	31,6
Sul	281,3	7,7	310,1	7,3	303,6	7,3
Norte	160,5	4,4	171,3	4,0	163,6	3,9
Centro-Oeste	163,3	4,5	180,1	4,2	179,4	4,3
Exportação	22,6	0,7	28,7	0,7	38,1	0,9
<b>Massas</b>	<b>1.328,2</b>	<b>100,0</b>	<b>1.448,2</b>	<b>100,0</b>	<b>1.486,3</b>	<b>100,0</b>
Nordeste	857,1	64,5	846,3	58,4	854,5	57,5
Sudeste	303,1	22,8	419,4	29,0	454,7	30,6
Sul	106,1	8,0	113,5	7,8	120,6	8,1
Norte	38,6	2,9	43,7	3,0	31,1	2,1
Centro-Oeste	18,5	1,4	18,4	1,3	19,4	1,3
Exportação	4,8	0,4	6,9	0,5	6,0	0,4
<b>Farinha e farelo</b>	<b>1.050,1</b>	<b>100,0</b>	<b>1.111,0</b>	<b>100,0</b>	<b>1.204,5</b>	<b>100,0</b>
Nordeste	960,4	91,5	992,7	89,3	1.078,0	89,5
Sudeste	34,5	3,3	68,5	6,2	70,5	5,9
Norte	34,9	3,3	22,5	2,0	23,8	2,0
Centro-Oeste	11,5	1,1	14,4	1,3	13,6	1,1
Sul	7,7	0,7	12,9	1,2	17,2	1,4
Exportação	1,2	0,1	0,0	0,0	1,4	0,1
<b>Margarinas e gorduras</b>	<b>386,4</b>	<b>100,0</b>	<b>381,1</b>	<b>100,0</b>	<b>391,3</b>	<b>100,0</b>
Nordeste	355,8	92,1	347,5	91,2	351,0	89,7
Norte	25,4	6,6	28,0	7,3	28,2	7,2
Exportação	3,1	0,8	4,9	1,3	9,9	2,5
Sudeste	2,0	0,5	0,7	0,2	2,2	0,6
<b>Outras linhas de produtos</b>	<b>182,9</b>	<b>100,0</b>	<b>199,2</b>	<b>100,0</b>	<b>179,2</b>	<b>100,0</b>
Nordeste	105,6	57,7	116,6	58,5	104,2	58,1
Sudeste	47,5	26,0	51,6	25,9	46,5	26,0
Sul	20,8	11,4	20,9	10,5	18,4	10,2

**7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais**

Centro-Oeste	4,7	2,6	5,2	2,6	4,6	0,1
Norte	3,5	1,9	4,0	2,0	2,9	0,0
Exportação	0,8	0,4	0,9	0,5	2,6	0,0
<b>Consolidado</b>	<b>6.581,7</b>	<b>100,0</b>	<b>7.377,2</b>	<b>100,0</b>	<b>7.440,9</b>	<b>100,0</b>
Nordeste	4.586,7	69,7	4.695,8	63,7	4.563,3	61,3
Sudeste	1.085,9	16,5	1.695,0	22,9	1.893,2	25,4
Sul	415,8	6,3	457,4	6,2	459,8	6,2
Norte	262,9	4,0	269,5	3,6	249,6	3,4
Centro-Oeste	198,0	3,0	218,1	3,0	217,0	2,9
Exportação	32,4	0,5	41,4	0,6	58,0	0,8

Os volumes de vendas da Companhia são apresentados na tabela abaixo, para os períodos indicados, por linha de produto e por região:

Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de						
	2017	%	2018	%	2019	%
<b>Biscoitos</b>	<b>540,8</b>	<b>100,0</b>	<b>563,2</b>	<b>100,0</b>	<b>522,9</b>	<b>100,0</b>
Nordeste	341,1	63,1	333,3	59,2	295,1	56,4
Sudeste	104,1	19,2	131,8	23,4	134,2	25,7
Sul	39,3	7,3	39,7	7,0	37,8	7,2
Norte	26,2	4,8	26,9	4,8	24,3	4,6
Centro-Oeste	25,1	4,6	25,7	4,6	24,3	4,6
Exportação	5,0	1,0	5,8	1,0	7,2	1,4
<b>Massas</b>	<b>365,3</b>	<b>100,0</b>	<b>394,6</b>	<b>100,0</b>	<b>375,9</b>	<b>100,0</b>
Nordeste	235,3	64,4	234,2	59,3	220,9	58,8
Sudeste	82,8	22,7	109,9	27,9	110,6	29,4
Sul	29,1	8,0	30,2	7,7	30,2	8,0
Norte	11,5	3,1	13,0	3,3	8,1	2,2
Centro-Oeste	4,4	1,2	4,0	1,0	3,9	1,0
Exportação	2,2	0,6	3,3	0,8	2,2	0,6
<b>Farinha e farelo</b>	<b>858,4</b>	<b>100,0</b>	<b>784,6</b>	<b>100,0</b>	<b>792,9</b>	<b>100,0</b>
Nordeste	772,9	90,0	694,2	88,5	699,6	88,2
Sudeste	41,3	4,8	53,1	6,7	51,0	6,4
Norte	22,3	2,6	12,3	1,6	12,7	1,6
Centro-Oeste	9,0	1,0	11,0	1,4	9,9	1,2
Sul	12,1	1,4	14,0	1,8	19,0	2,4
Exportação	0,8	0,1	0,0	0,0	0,7	0,1
<b>Margarinas e gorduras</b>	<b>84,7</b>	<b>100,0</b>	<b>80,6</b>	<b>100,0</b>	<b>84,9</b>	<b>100,0</b>
Nordeste	77,8	91,9	73,4	91,1	75,8	89,3
Norte	5,7	6,7	6,0	7,4	6,1	7,2
Exportação	0,8	0,9	1,1	1,4	2,5	2,9
Sudeste	0,4	0,5	0,1	0,1	0,5	0,6
<b>Outras linhas de produtos</b>	<b>16,7</b>	<b>100,0</b>	<b>17,1</b>	<b>100,0</b>	<b>15,0</b>	<b>100,0</b>
Nordeste	9,7	58,1	9,9	57,9	8,5	56,7
Sudeste	4,2	25,1	4,4	25,7	3,9	26,0
Sul	2,0	12,0	1,9	11,1	1,7	11,3

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Centro-Oeste	0,5	3,0	0,5	2,9	0,4	2,7
Norte	0,2	1,2	0,3	1,8	0,2	1,3
Exportação	0,1	0,6	0,1	0,6	0,3	2,0
<b>Consolidado</b>	<b>1.865,9</b>	<b>100,0</b>	<b>1.840,1</b>	<b>100,0</b>	<b>1.791,6</b>	<b>100,0</b>
Nordeste	1.436,8	77,0	1.345,0	73,1	1.299,9	72,6
Sudeste	232,8	12,5	299,3	16,3	300,2	16,8
Sul	82,5	4,4	85,8	4,7	88,7	5,0
Norte	66,0	3,5	58,5	3,2	51,4	2,9
Centro-Oeste	39,0	2,1	41,2	2,2	38,5	2,1
Exportação	8,8	0,5	10,3	0,5	12,9	0,7

#### ii. Condições de competição nos mercados

##### Concorrência

A M. Dias Branco atua no mercado em categorias bastante competitivas e com a presença de outras empresas tradicionais, nacionais e multinacionais, tais como Nestlé, J. Macedo, Mondelez, Bunge, Bauducco, Arcor, Brasil Foods e Marilan, dentre outras. A Companhia enfrenta, também, concorrência de pequenos fabricantes locais que possuem boa aceitação em certos mercados em vários segmentos. Para o melhor entendimento sobre o mercado de atuação da M. Dias Branco, apresentamos seus principais concorrentes nas categorias mais importantes:

- Biscoitos: Marilan, Nestlé, Mondelez, Bauducco, Bagley e Pepsico;
- Massas: Selmi, J. Macedo, Santa Amália, Vilma, Piraquê, Barilla, Tondo e Parati;
- Farinha de trigo: Bunge, J. Macedo, Moinhos Cruzeiro do Sul, Moinho Cearense e Grupo Motrisa;
- Margarinas e gorduras vegetais: Bunge, BRF, JBS e Unilever;
- Bolos: Bauducco e Bimbo;
- Snacks: Pepsico e São Braz;
- Mistura para bolo: Dona Benta, Fleishmann, Renata, Sarandir e Vitamilho; e
- Torradas: Bauducco, Wickbold, Marilan e Visconti.

#### d. Eventual sazonalidade

De modo geral, a demanda pelos produtos da Companhia não está sujeita à sazonalidade.

#### e. Principais insumos e matérias primas, informando:

As principais matérias-primas utilizadas no processo produtivo da Companhia são o trigo, a farinha de trigo, o óleo vegetal, a gordura, o açúcar que contribuíram no ano de 2019, com 56,5% dos seus custos dos produtos vendidos no referido período. Vale destacar também a importância das embalagens no processo produtivo da Companhia, que representou no ano de 2019, 9,7% dos custos dos produtos vendidos.

*i. Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável*

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

A Companhia não mantém contratos de exclusividade com fornecedores dessas matérias primas. No entanto muitos de seus fornecedores têm relacionamento de longo prazo com a mesma.

Os prazos de pagamentos de matérias-primas variam entre 28 e 45 dias após a entrega das mesmas, exceto no que se refere à aquisição de trigo em grão e óleos vegetais, para cuja aquisição é realizada à vista ou através de financiamento com prazo de pagamento de até 360 dias, para o açúcar temos prazos que variam de 5 a 35 dias, e poucos casos de pagamento antecipado. Já para óleo vegetal nacional, os prazos variam entre 10 e 28 dias. No ano de 2019, 76,68% do volume do trigo importado pela Companhia foi pago à vista enquanto que no caso do óleo vegetal 100,0% do volume foi comprado à vista.

As relações entre a Companhia e seus fornecedores não estão sujeitas a controles ou regulamentações governamentais.

#### *ii. Eventual dependência de poucos fornecedores*

A Companhia não é dependente de qualquer fornecedor específico.

#### *iii. Eventual volatilidade em seus preços*

O trigo, o óleo vegetal e o açúcar são considerados *commodities* e seu valor varia de acordo com os preços internacionais de mercado, que oscilam de acordo com a oferta e demanda, condições climáticas, etc. Desta forma, a Companhia não controla os seus preços.

O preço das embalagens é relativamente volátil, uma vez que tende a acompanhar o preço do petróleo que, historicamente, sofreu grandes flutuações.

A oscilação nos preços do trigo e do óleo vegetal (de soja ou de palma), nos mercados interno e externo, afeta significativamente os custos de produtos vendidos da Companhia, uma vez que são as principais matérias-primas utilizadas no seu negócio.

Ademais, dentre as principais matérias primas da Companhia, parte do trigo e do óleo vegetal são comprados de fornecedores no exterior, o que expõe os seus preços a variação cambial. Em 2019, 91,57% do trigo e 36,02% do óleo consumido na Companhia foi adquirido através de importações.

As relações entre a Companhia e seus fornecedores não estão sujeitas a controles ou regulamentações governamentais. Como estratégia para prevenção e redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio nos resultados, a Companhia tem procurado evitar ou minimizar o descasamento entre ativos e passivos indexados em moeda estrangeira, mediante avaliação de contratação de operações de proteção cambial, mais usualmente operações de *swap*.

## 7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

A tabela abaixo indica a representatividade de seus clientes em relação à receita bruta deduzida de descontos:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2017	2018	2019
1 Maior	10,3%	11,0%	10,8%
10 Maiores <sup>(1)</sup>	23,9%	25,6%	25,3%
50 Maiores <sup>(2)</sup>	36,8%	38,5%	37,7%
100 Maiores <sup>(3)</sup>	44,2%	45,8%	45,0%
Demais	55,8%	54,2%	55,0%
<b>Total <sup>(4)</sup></b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

<sup>(1)</sup> Inclui o Maior;

<sup>(2)</sup> Inclui os 10 Maiores;

<sup>(3)</sup> Inclui os 50 Maiores;

<sup>(4)</sup> Soma dos 100 Maiores com os Demais.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia contava com, aproximadamente, 123 mil clientes ativos dos mais diversos ramos de atividades, predominantemente, empresas de médio e pequeno porte.

A dispersão da sua base de clientes tem colaborado para minimizar a sua exposição ao risco de impacto de redução de receita em razão de eventual perda de um ou alguns dos seus maiores clientes. Em 2019, seus 10 maiores clientes representaram, aproximadamente, 25,3% do total de sua receita líquida de descontos e seu maior cliente representou 10,8% do total da sua receita líquida de descontos.

A tabela abaixo demonstra a representatividade, em termos de receita bruta deduzida de descontos, dos principais clientes da Companhia, agrupados conforme seu segmento:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2017	2018	2019
Varejo	24,8%	27,2%	29,8%
Atacado	28,2%	25,3%	24,2%
Key Account/Rede Regional	20,5%	21,0%	20,6%
Cash & Carry	17,9%	19,4%	18,9%
Distribuidores	6,9%	5,5%	4,5%
Indústria	1,0%	0,9%	0,9%
Outros	0,7%	0,7%	1,1%
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

### a. Montante total de receitas provenientes do cliente

Em 2019, 10,8% da receita líquida foi originada do maior cliente da Companhia cujo valor total foi R\$ 805,1 milhões.

### b. Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

A origem da receita do maior cliente foi decorrente da venda de todas as linhas produtos da Companhia.

## 7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

### a. Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

As atividades da Companhia estão sujeitas à abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal.

O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra a Companhia por eventual inobservância da legislação – a exemplo da ausência de licença ambiental para operação de atividade potencialmente poluidora - tais como a aplicação de multas de até R\$50 milhões (aplicáveis em dobro ou no seu triplo, em caso de reincidência) e suspensão temporária ou definitiva de atividades.

Violações à Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/98) podem, ainda, caracterizar crime ambiental, resultando na aplicação de sanções penais, tais como: a suspensão ou interdição de atividades do respectivo empreendimento; a perda de benefícios, tais como suspensão de financiamentos e não habilitação para certificação e concorrência, e incentivos fiscais.

Os diretores, administradores e outras pessoas físicas que atuem como prepostos ou mandatários da Companhia, e que concorram para a prática de crimes ambientais atribuídos a ela, estão também sujeitos, na medida de sua culpabilidade, a penas restritivas de direitos e privativas de liberdade.

Adicionalmente, a Lei de Crimes Ambientais prevê a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica, relativamente à pessoa jurídica causadora da infração ambiental, sempre que essa for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.

Ressalte-se que as sanções administrativas e penais serão aplicadas independentemente da obrigação de reparar a degradação causada ao meio ambiente e a terceiros afetados, haja vista que as três esferas de responsabilidade ambiental – administrativa, criminal e civil - são diversas e independentes.

Na esfera civil, os danos ambientais podem implicar responsabilidade solidária e objetiva, direta e indireta. Isto significa que a obrigação de reparar a degradação causada poderá afetar a todos, direta ou indiretamente envolvidos, independentemente da comprovação de culpa dos agentes. Como consequência, a contratação de terceiros para proceder a qualquer intervenção nas operações da Companhia, como, por exemplo, a disposição final de resíduos, não exime sua responsabilidade por eventuais danos ambientais causados pela contratada.

A legislação ambiental brasileira determina que o regular funcionamento de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental. Este procedimento é necessário tanto para a instalação inicial e operação do empreendimento quanto para as ampliações nele procedidas, sendo que as licenças emitidas precisam ser renovadas periodicamente.

O licenciamento ambiental de atividades cujos impactos ambientais são considerados significativos está sujeito ao Estudo Prévio de Impacto Ambiental e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), ou outros estudos ambientais, assim como a implementação de medidas mitigadoras e compensatórias dos impactos ambientais causados pelo empreendimento. O processo de licenciamento ambiental dessas atividades está sujeito, ainda, ao pagamento de compensação ambiental, correspondente a 0,5% do custo total previsto para a implantação do empreendimento, conforme o impacto ambiental causado pelo empreendimento e identificado no EIA/RIMA, para a criação e manutenção de uma Unidade de Conservação.

## 7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

O processo de licenciamento ambiental, de acordo com a legislação aplicável, é trifásico e compreende, basicamente, a emissão de três licenças, todas com prazo determinado de validade: Licença Prévia (“LP”), Licença de Instalação (“LI”) e Licença de Operação (“LO”). Cada uma dessas licenças é emitida conforme a fase em que se encontra a implantação do empreendimento e a manutenção de sua validade depende do cumprimento das condicionantes estabelecidas pelo órgão ambiental licenciador.

A ausência de licença ambiental, independentemente, de a atividade estar ou não causando danos efetivos ao meio ambiente, caracteriza a prática de crime ambiental, além de sujeitar o infrator a penalidades administrativas tais como multas que, no âmbito federal, podem chegar a R\$10 milhões (aplicáveis em dobro ou no seu triplo, em caso de reincidência) e interdição de atividades.

Ademais, é importante ressaltar que a Resolução nº 237/97 do CONAMA prevê que a solicitação de renovação de uma LO deve ser realizada em até 120 (cento e vinte) dias antes do prazo de validade, para que a validade da licença seja prorrogada automaticamente até que o órgão ambiental manifeste-se acerca da renovação.

As demoras ou indeferimentos, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão ou renovação dessas licenças, assim como a eventual impossibilidade da Companhia de atender às exigências estabelecidas por tais órgãos ambientais no curso do processo de licenciamento ambiental, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a instalação e a operação dos seus empreendimentos.

A Companhia procura executar todas as suas atividades com a observância da legislação ambiental vigente, incluindo a obtenção das licenças e autorizações ambientais exigidas pelos órgãos competentes.

Todas as suas unidades operacionais foram submetidas a processo de licenciamento ambiental e encontram-se em operação com as devidas licenças ambientais em vigor ou em processo de renovação. Especificamente quanto à unidade industrial instalada na Paraíba (Grande Moinho Tambaú), o processo de licenciamento ambiental aprovado foi objeto de discussão em ações judiciais, mas os pedidos de tais ações foram julgados improcedentes, de forma definitiva, com êxito total para a Companhia.

### **b. Política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental**

No desenvolvimento e na execução de suas atividades industriais, a Companhia busca adotar as melhores práticas de gestão ambiental.

A conservação do meio ambiente sempre esteve presente em sua filosofia empresarial, direcionando muitas de suas ações, especialmente na tentativa de equilibrar o crescimento socioeconômico com a conservação ambiental, com vista à materialização de um efetivo desenvolvimento sustentável. Em 2019, a Companhia investiu R\$ 9,5 milhões para o cumprimento da regulação ambiental e em ações voltadas para a conservação e gestão ambiental.

Vale destacar que as unidades da Companhia localizadas no Eusébio (CE) e em Jaboatão dos Guararapes (PE) possuem Sistema de Gestão Ambiental implantado e certificado conforme NBR ISO 14001:2015. A Companhia não assinou nenhum contrato de adesão a padrões internacionais de proteção ambiental.

#### *Recursos hídricos*

## 7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

A Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9.433/97) determina que o uso de corpos d'água para fins de captação ou lançamento de efluentes deverá ser previamente autorizado pelas autoridades competentes, por meio de documento de outorga de direito de uso.

Em suas atividades, a Companhia utiliza recursos hídricos provenientes de captação superficial, subterrânea, captação pluvial ou, ainda, de abastecimento público por empresas concessionárias. A Companhia procura obter outorga de direito de uso de recursos hídricos para todas as captações de água superficial e subterrânea que realiza em seus empreendimentos.

Algumas unidades da Companhia dispõem de Estação de Tratamento de Efluentes em função de sua localização e tipo de efluente gerado. Outras unidades localizadas em áreas urbanas ou industriais que dispõem de rede pública coletora de esgotos, e lançam seus efluentes nestas. A Companhia busca, com isso, observar os padrões de emissão estabelecidos na legislação aplicável.

### *Resíduos sólidos*

O transporte, tratamento e destinação final adequados de um resíduo dependem da classe a que ele pertence e os projetos nesse sentido estão sujeitos à prévia aprovação do órgão ambiental competente. Vale observar que a atividade de tratamento de resíduos é passível de licenciamento, de maneira que as empresas contratadas para realizar essa atividade devem demonstrar sua regularidade quanto ao licenciamento ambiental, sob pena de, inclusive, o gerador de resíduos ser responsabilizado administrativamente, caso não destine os resíduos para entidade devidamente licenciada.

A disposição inadequada, bem como os acidentes decorrentes do transporte de resíduos sólidos, pode ser um fator de contaminação de solo e águas subterrâneas e, portanto, ensejar a aplicação de sanções nas esferas administrativa e penal, e a responsabilidade pela reparação do dano causado na esfera cível.

As penalidades administrativas aplicáveis incluem: advertência, multa, embargo, suspensão de financiamentos e benefícios fiscais, dentre outras.

As atividades industriais da Companhia geram resíduos sólidos que devem ser gerenciados, segundo a legislação ambiental aplicável, desde seu armazenamento temporário, até sua destinação final. Tais resíduos incluem materiais recicláveis como papel e papelão, plásticos, metais ferrosos e não ferrosos, e ainda lodos de estações de tratamento de efluentes, produtos fora dos padrões de qualidade da Companhia ou com prazo de validade vencido e embalagens vazias, entre outros.

Dependendo do tipo de resíduo, a Companhia os envia para o tratamento mais adequado, dentre estes, coprocessamento, incineração, reutilização, descontaminação, devolução ao fornecedor, reciclagem ou para aterros sanitários devidamente licenciados. Apesar de essa ser uma exigência no processo de contratação, algumas das empresas que recebem seus resíduos sólidos, mais especificamente os resíduos orgânicos, não se encontram na sua totalidade licenciadas, o que significa que podemos ser responsabilizados administrativamente pela não observância da legislação ambiental aplicável. Em 2015, a empresa implantou procedimento de qualificação destes destinadores de resíduos, a fim de minimizar riscos relacionados a essa atividade. NN VC

Ademais, apesar de remota, a Companhia não descarta a eventual possibilidade de a Companhia ser responsabilizada solidariamente por danos ocasionados pelas empresas terceirizadas para gerenciamento de seus resíduos sólidos. Ver a seção "4.1 "h" Fatores de riscos inerentes à regulação dos setores em que o emissor atue".

## 7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

### *Produtos controlados*

Em suas atividades industriais, a Companhia utiliza produtos controlados pela Polícia Federal, como, hidróxido de sódio, entre outros, que são empregados no processo de tratamento de seus efluentes. Para o uso de tais produtos, a Companhia mantém as licenças exigidas pela legislação aplicável e protocola mensalmente a demanda utilizada.

### *Regulação de Vigilância Sanitária*

A Companhia desenvolve atividades relacionadas à produção, armazenamento, distribuição e comercialização de alimentos, estando, portanto, sujeita à regulação e fiscalização do Poder Público, em especial da MS - ANVISA e do MAPA.

A Companhia também está sujeita às leis trabalhistas, ambientais, comerciais, tributárias e outras leis no curso normal de seu negócio.

Visando fornecer os elementos necessários à compreensão das suas atividades, apresentamos, a seguir, os principais aspectos da atual regulamentação a que se sujeitam os produtores e comercializadores, em relação aos seguintes produtos alimentícios: (i) farinha de trigo e farelo; (ii) bolachas/biscoitos; (iii) massas; (iv) margarinas; e (v) cremes, gorduras e óleos vegetais, (vi) bolos e mistura para bolos, (vii) snacks (salgadinhos de milho, salgadinhos de trigo e batatas fritas), (viii) cereal bits e (ix) preparado sólido para refrescos.

A Lei nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999, que criou a ANVISA, define entre as suas competências a regulamentação, o controle e a fiscalização de produtos e serviços que envolvam risco à saúde pública, sendo que entre os bens e produtos submetidos ao controle e fiscalização sanitária temos os alimentos, inclusive bebidas, seus insumos, suas embalagens, aditivos alimentares e contaminantes.

A Resolução ANVISA nº 23/00, posteriormente complementada pela Resolução RDC ANVISA nº 240/18, elenca os produtos alimentícios que devem ser registrados perante a ANVISA e aqueles que são dispensados da obrigatoriedade de registro. De forma geral, os produtos destinados a segmentos especiais, tais como: alimentos com alegação de propriedade funcional e ou de saúde, alimentos para nutrição enteral, alimentos infantis, novos alimentos e novos ingredientes, embalagens novas tecnologias (recicladas), substâncias bioativas e probióticos isolados com alegação de propriedades funcional e ou de saúde dependem obrigatoriamente de registro perante a ANVISA para início da sua produção e comercialização. Os demais produtos alimentícios são isentos de registro sanitário sendo necessário somente realizar o Comunicado de Início de Fabricação.

Independentemente da obrigatoriedade, ou não, de registro do produto perante a ANVISA ou MAPA, as empresas produtoras e comercializadoras de produtos alimentícios devem observar a regulamentação específica relacionada aos requisitos técnicos para a produção e embalagem de cada produto, adotando as práticas constantes do Manual de Boas Práticas de Fabricação e Programa de Pré Requisitos e Manual de Diretrizes de Segurança de Alimentos, bem como a manutenção de informações atualizadas referentes às fórmulas dos produtos dispensados de registro, que deverão estar disponíveis para análise da autoridade sanitária, sempre que solicitado.

Adicionalmente, as empresas produtoras e comercializadoras de alimentos devem observar a regulamentação referente à rotulagem de produtos, tanto com relação aos aspectos técnicos, definidos pela MINISTÉRIO DA SAÚDE-ANVISA, MAPA, INMETRO, MINISTÉRIO DA

## 7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

JUSTIÇA, conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 986/69, quanto com relação à defesa do consumidor, nos termos da Lei nº 8.078/90, que instituiu o Código de Defesa do Consumidor.

Vale ressaltar, ainda, que as empresas que desenvolvem atividades relacionadas à produção, industrialização, distribuição, armazenagem, transporte e comercialização de alimentos, previamente ao início de suas atividades, deverão estar devidamente licenciadas pela autoridade sanitária estadual ou municipal competente, nos termos da legislação aplicável, que expedirá Alvará Sanitário ou Licença de Funcionamento ou ainda registradas perante ao MAPA com a expedição do Registro de Estabelecimento. As fábricas e estabelecimentos da Companhia relacionados à produção, armazenamento, distribuição, manipulação e transporte de alimentos observam as regras de licenciamento impostas pelas autoridades locais competentes.

Ainda, de acordo com a legislação sanitária, e sem prejuízo das sanções de natureza civil ou penal cabíveis, a não observância da legislação sanitária, em especial a operação de unidades sem o devido licenciamento sanitário e a comercialização de produtos sem os respectivos registros ou notificações poderão ser consideradas infrações puníveis, alternativa ou cumulativamente, com as penalidades de advertência, multa, apreensão de produto, inutilização de produto, interdição de produto, suspensão de vendas e/ou fabricação de produto, cancelamento de registro de produto, interdição parcial ou total do estabelecimento, proibição de propaganda, cancelamento de autorização para funcionamento de empresa, e/ou cancelamento do alvará de licenciamento de estabelecimento, nos termos da Lei nº 6.437/77, garantidos os direitos constitucionais da ampla defesa e do contraditório em regular processo administrativo a ser instaurado pela autoridade competente.

### **c. Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades**

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía 59 pedidos e 1.581 registros de marcas no Brasil e 86 pedidos e 147 registros de marcas no exterior. As marcas mais relevantes da Companhia estão devidamente registradas no Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI, no segmento de mercado de atuação da Companhia, sendo elas: Fortaleza, Richester, Adria, Isabela, Basilar, Zabet, Vitarella, Treloso, Pilar, Estrela, Pellagio, Piraquê, Salsitos, Delicitos, Predilieto, Bonsabor, Finna, Puro Sabor e Amorela.

Em adição, a Companhia possui diversos pedidos de registro de marcas secundárias em análise perante o INPI, que garantem à Companhia o lançamento e divulgação de novos produtos ou novas marcas no mercado. Desta forma, a Companhia atinge os diferentes perfis de consumidores, abrangendo todas as regiões e camadas sociais da população brasileira e, conseqüentemente, aumenta o faturamento da Companhia, razão pela qual as marcas e os pedidos de registro de marcas são fundamentais para o desenvolvimento das atividades da Companhia.

Além de buscar a proteção das marcas no Brasil, a Companhia busca proteger suas principais marcas em outros países, como a Argentina, Bolívia, Chile, Costa Rica, Equador, Estados Unidos, Panamá, Peru, Uruguai, Austrália e outros. As principais marcas registradas no exterior são Adria, Basilar, Elaine, Isabela, Piraquê, Nikito, Zabet, dentre outras.

Para maiores informações sobre as marcas da Companhia veja a seção 9.1.b deste Formulário de Referência.

## 7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

### Patentes

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía 2 (dois) pedidos de registro de patentes depositados perante o INPI e 1 (uma) patente concedida relacionados ao processo de fabricação de tipos específicos de biscoitos e margarina. Para maiores informações sobre as marcas da Companhia veja a seção 9.1.b deste Formulário de Referência.

### Desenhos industriais

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía um conjunto de, aproximadamente, 62 registros de desenhos industriais concedidos pelo INPI, que visam proteger a forma dos seus produtos. Dentre os desenhos industriais, destacam-se diferentes tipos de configurações aplicadas em biscoitos e salgadinhos, essenciais para o desenvolvimento das atividades diárias da Companhia e para a proteção da identidade dos produtos por ela fabricados e comercializados.

### Licenças de uso de software

A Companhia possui licenças de uso de software adquiridos no mercado e usualmente utilizados pela maior parte das empresas do país, como Microsoft e Oracle, além de possuir as licenças de uso dos softwares de prateleira. Por meio da funcionalidade das licenças de uso de software adquiridos no mercado, a Companhia dispõe de ferramentas necessárias para a gestão das suas atividades diárias.

### Domínios

A Companhia é titular de, aproximadamente, 200 domínios registrados no Brasil e 5 no exterior, sendo os mais relevantes: (i) “www.mdiasbranco.com.br”; (ii) “www.adria.com.br”; (iii) “www.vitarella.com.br”; (iv) “www.treloso.com.br”; (v) www.pilar.ind.br; (vi) www.fabricaestrela.com.br; e (vii) “www.piraque.com.br”. Os nomes de domínio consistem em um mecanismo que facilita a memorização e a utilização dos endereços na Internet, proporcionando, desta forma, mais exposição e notoriedade para os produtos fabricados pela Companhia.

### Direitos autorais

A Companhia é titular de, aproximadamente, 147 registros de direitos autorais junto à Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que visam proteger, principalmente, figuras (desenhos) que se destacam nas embalagens de seus produtos e que também são utilizados como marcas figurativas ou mistas perante o INPI. Referidos registros de direitos autorais são essenciais para o desenvolvimento das atividades diárias da Companhia em razão dos referidos desenhos ser utilizados nas embalagens dos produtos da Companhia, criando, desta maneira, uma identidade visual, permitindo aos consumidores diferenciar os produtos da Companhia dos demais produtos expostos nas prateleiras dos supermercados do país. A Companhia é titular também de 5 (cinco) registros de músicas junto a Biblioteca Nacional.

### Concessões

Não aplicável, pois a Companhia não depende de concessões para o desenvolvimento das suas atividades.

## **7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades**

### **Franquias**

Não aplicável, pois a Companhia não se utiliza de franquias para o desenvolvimento das suas atividades.

### **Contratos de Royalties**

A Companhia possui um contrato de royalties para a utilização de imagens de personagens da Disney nas embalagens de alguns produtos das marcas Pelaggio, Estrela e Salsitos.

Para mais informações relacionadas às marcas, patentes, desenhos industriais, domínios, direitos autorais e licenças de uso de software relevantes para o desenvolvimento das atividades da Companhia, veja o item 9.1."b" deste Formulário de Referência.

## 7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

### a. Receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor:

	Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de					
	2017		2018		2019	
	R\$ milhões	%	R\$ milhões	%	R\$ milhões	%
Receita líquida de descontos dos clientes atribuídos ao país sede do emissor	6.549,1	99,5%	7.332,9	99,4%	7.381,4	99,2%

### b. Receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

As vendas nos países estrangeiros não são relevantes ao negócio da Companhia. Nos anos de 2017, 2018 e 2019, representaram 0,5%, 0,6% e 0,8%, respectivamente, da receita operacional líquida de descontos.

### c. Receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor

Conforme mencionada no item acima, as receitas provenientes dos países estrangeiros não são relevantes aos negócios da Companhia.

## **7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades**

Conforme mencionado no item 7.6, a atuação da Companhia em países estrangeiros não é relevante em suas operações e não produz efeitos relevantes nos seus negócios.

## 7.8 - Políticas Socioambientais

### a. Se o emissor divulga informações sociais e ambientais

A Companhia possui vários projetos no âmbito da responsabilidade social e ambiental, com foco tanto em públicos internos quanto externos. Pelo 5º ano consecutivo a M. Dias Branco apresenta o seu Relatório Anual, e desde 2014, considera a divulgação unificada das nossas realizações nos aspectos econômico-financeiros e socioambientais. O relatório reflete a decisão da M. Dias Branco de definir e divulgar sua Agenda Estratégica de Sustentabilidade, elaborada com a participação do corpo diretivo e gerencial, a partir da análise de macrotendências globais que impactam o setor de alimentos, bem como do estudo setorial.

Em adição, a Companhia possui um Comitê de Sustentabilidade, que acompanha a implantação e disseminação da cultura de sustentabilidade e as iniciativas dos Grupos de Trabalho (GTs) relacionados aos temas estratégicos de sustentabilidade, e em 2019 implantou um Comitê de Governança Corporativa, com o intuito de aprimorar os controles internos e mecanismos de governança corporativa da Companhia, mantendo-os compassados com a legislação aplicável e as melhores práticas do mercado.

Em 2019, publicamos nossa Política de Sustentabilidade alinhada aos princípios do Pacto Global, aos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Aderimos ao Pacto Global das Nações Unidas, reforçando o compromisso voluntário de alinhar cada vez mais nossas estratégias e operações aos dez princípios definidos pela ONU para promoção do crescimento sustentável e da cidadania.

No mês de março 2020 foi publicado o Relatório Anual da Companhia referente ao exercício de 2019.

### b. A metodologia seguida na elaboração dessas informações

A Companhia elabora o seu Relatório Anual, com base na metodologia da Global Reporting Initiative (GRI STANDARDS).

Em 2019, publicamos nossa Política de Sustentabilidade alinhada aos princípios do Pacto Global, aos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

Os ODS são compostos por 17 objetivos, sendo que em 2019, realizamos uma revisão da materialidade de cada ODS para o nosso negócio, e confirmamos que as iniciativas internas e externas endereçam 14 deles, sendo que os ODS 05, 11 e 17 não tiveram iniciativas durante o ano de 2019. Os detalhes sobre as iniciativas realizadas são descritos ao longo do Relatório Anual. Abaixo são descritos os 17 ODS.

**ODS 01.** Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;

**ODS 02.** Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;

**ODS 03.** Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;

**ODS 04.** Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;

**ODS 05.** Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;

**ODS 06.** Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e do saneamento para todos;

**ODS 07.** Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos;

**ODS 08.** Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos;

**ODS 09.** Construir infraestruturas robustas, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;

## 7.8 - Políticas Socioambientais

**ODS 10.** Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;

**ODS 11.** Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;

**ODS 12.** Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;

**ODS 13.** Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos;

**ODS 14.** Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;

**ODS 15.** Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade;

**ODS 16.** Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;

**ODS 17.** Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

### **c. Se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente**

As informações sobre sustentabilidade constantes no Relatório Anual Integrado 2019, são asseguradas conforme Carta de Asseguração emitida pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

### **d. A página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações**

As informações relativas às ações e estratégias de sustentabilidade realizadas pela Companhia estão disponíveis no site <http://www.mdiasbranco.com.br/ri/> na seção “A Companhia | Sustentabilidade” e na seção “Destaques | Relatório Anual” ou no site <http://www.mdiasbranco.com.br> na seção “Sustentabilidade | Cultura de Sustentabilidade”.

## 7.9 - Outras Informações Relevantes

### Pontos Fortes e Vantagens Competitivas

#### Os principais pontos fortes e vantagens competitivas da Companhia incluem:

Liderança nos mercados de biscoitos e de massas no Brasil e posição relevante no mercado nacional de farinha de trigo. Desde 2003, a Companhia é líder nos mercados de biscoitos e de massas no Brasil, tanto em volume (medido em toneladas), como em valor de vendas, com base na pesquisa de *market share* realizada pela Nielsen. A Companhia apresentou um crescimento consistente nessa liderança no Brasil em termos de *market share* em volume de vendas, passando de 13,5% para 33,7% em biscoitos, e de 17,8% para 35,7% em massas, conforme dados divulgados pela Nielsen para os anos de 2003 e 2019, respectivamente, contemplando Piraquê em 2019. Importante mencionar que até o ano de 2016, os dados de *market share* da Nielsen consideravam os estabelecimentos varejistas, e a partir de 2017, passaram a considerar os estabelecimentos varejistas mais o *cash&carry*. A Companhia acredita que essa liderança e posição relevante nas linhas de produtos em que atua, estão associadas, principalmente: (i) à força de seu portfólio de marcas que é reconhecido junto ao seu público consumidor, tais como Vitarella, Fortaleza, Richester, Pilar e Estrela, líderes no Norte e Nordeste do Brasil e Adria, Basilar, Isabela, Zabet e Piraquê, líderes no Sudeste e Sul, em volumes vendidos, de acordo com a Nielsen; (ii) à alta qualidade de seus produtos, juntamente com sua abrangência para atender os mais diferentes mercados (de populares a *Premium*); (iii) ao seu modelo de distribuição – que permite uma grande abrangência especialmente no pequeno e médio varejo; e (iv) à logística de produção de âmbito nacional.

Alto nível de integração do processo produtivo. A Companhia produz a maior parte de duas das suas principais matérias-primas para a produção de seus produtos: farinha de trigo e gorduras vegetais. Em 2019, a Companhia consumiu em seu processo produtivo 86,7% de toda a farinha de trigo e 97,8% de toda a gordura vegetal fabricada internamente. A Companhia acredita que tal nível de verticalização não encontra paralelo entre quaisquer de seus concorrentes no Brasil. Além disso, algumas de suas plantas possuem moinho no mesmo complexo, eliminando custos de transporte da farinha de trigo utilizada na produção. Sua cadeia produtiva integrada também lhe proporciona condições para um melhor planejamento da sua produção, da maior qualidade de seus produtos (incluindo saudabilidade), da utilização de seus principais insumos, da prática de preços mais competitivos para seus produtos e da melhor administração dos seus custos de produção.

Portfólio de marcas fortes com abrangência nacional e distribuição pulverizada. Por meio de suas principais marcas, as quais são altamente reconhecidas junto a seus consumidores, a Companhia atua em todo país, tanto com marcas nacionais (como Vitarella, Adria e Piraquê), como com marcas regionais (como Fortaleza, Richester, Isabela, Pilar e Estrela), as quais ocupam posição de liderança de mercado. Sua distribuição permite uma grande penetração no pequeno varejo, seja por meio do seu sistema de distribuição direta, seja por meio de distribuidores e atacadistas, contribuindo substancialmente para a baixa dependência das grandes redes de supermercados.

Em 2019, considerando a receita líquida de descontos, a Companhia realizou suas vendas conforme o seguinte agrupamento de seus clientes:

## 7.9 - Outras Informações Relevantes

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
	2017	2018	2019
Varejo	24,8%	27,2%	29,8%
Atacado	28,2%	25,3%	24,2%
Key Account/Rede Regional	20,5%	21,0%	20,6%
Cash & Carry	17,9%	19,4%	18,9%
Distribuidores	6,9%	5,5%	4,5%
Indústria	1,0%	0,9%	0,9%
Outros	0,7%	0,7%	1,1%
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

A Companhia acredita que desta forma é possível chegar aos consumidores de diferentes perfis, inclusive nas mais distantes localidades do Brasil, proporcionando os mesmos diferenciais de atendimento aos seus clientes em localidades onde ela não possui plantas industriais. No mesmo período, a Companhia vendeu para, aproximadamente, 123 mil clientes ativos, sendo que seu maior cliente representou no ano de 2019, 10,8% da sua receita líquida de descontos, enquanto que os cinquenta maiores representaram 37,7%.

Moderno parque de produção, com plantas estrategicamente localizadas. A Companhia possui atualmente 15 unidades industriais, dotadas do que há de mais moderno em tecnologia de produção de produtos alimentícios no mundo. Todas as plantas estão estrategicamente localizadas e próximas de seus principais mercados de atuação (oito no Nordeste, cinco no Sudeste e duas no Sul). Tal estrutura de produção permite ampla flexibilidade na escolha da melhor planta de produção para atender cada mercado que a Companhia atende, além de contribuir para: (i) a redução de custos de transporte até seus clientes; (ii) a agilidade na entrega; (iii) o maior conhecimento e abastecimento regular dos mercados locais; e (iv) maior amplitude do portfólio de produtos.

A Companhia tem realizado expansões estratégicas ao longo dos anos, por meio da construção programada de novas unidades industriais e comerciais espalhadas por todo o País. Em 2018, os investimentos totalizaram R\$ 301,1 milhões (incluindo licença de uso de *softwares*, marcas e patentes), com destaque para a construção em curso da nova unidade moageira em Bento Gonçalves (RS), modernização dos silos na unidade de Cabedelo (PB) e ampliação da capacidade de armazenagem do centro de distribuição da unidade de Maracanaú (CE). Em 2019, os investimentos totalizaram R\$ 321,3 milhões, com destaques para: (i) finalização da construção da nova unidade moageira, construção do centro de distribuição e compra de equipamentos em Bento Gonçalves (RS); (ii) redesenho logístico, compreendendo novos centros de distribuição; (iii) ampliação de capacidade dos silos metálicos (PR); e (iv) atualização tecnológica do nosso datacenter (CE).

Solidez financeira e forte geração de caixa para sustentar estratégia de crescimento. O EBITDA da Companhia atingiu R\$ 772,1 milhões em 2019, 3,1% de CAGR quando comparado com 2012. Ao final de 2019, a Companhia possuía uma relação dívida líquida/EBITDA igual a 0,8. A Companhia acredita que a expansão orgânica e as aquisições lhe possibilitará prosseguir com sua estratégia de crescimento e lhe qualifica como um importante candidato para consolidação do mercado nacional de biscoitos e massas. A Companhia acredita que seus vários diferenciais competitivos têm permitido administrar sua estratégia de vendas e política de preços para adequar oscilações conjunturais em seus custos de produção, mantendo seu histórico de geração de lucros.

Linhas de produção predominantemente localizadas em regiões de incentivo fiscal. As unidades industriais localizadas no Nordeste do Brasil são contempladas com incentivos fiscais estaduais

## 7.9 - Outras Informações Relevantes

e incentivos fiscais federais, uma vez que tais unidades foram construídas e implantadas nos termos de Projetos de Investimento de novos empreendimentos econômicos apresentados e aprovados pelos respectivos estados ou, no caso federal, pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), no âmbito das políticas públicas estaduais ou federais de fomento ao desenvolvimento. Tais incentivos, concedidos como subvenções para investimento, nos garantem recursos de capital para investimento na expansão e modernização dos negócios. Os incentivos e benefícios fiscais concedidos proporcionaram à Companhia uma geração adicional de caixa no valor aproximado de R\$ 321,1 milhões, R\$ 338,1 milhões e R\$ 401,4 milhões, nos anos de 2017, 2018 e 2019. Para mais informações sobre os referidos benefícios fiscais, veja a seção “7.1 Atividades do Emissor – Incentivos Fiscais” deste documento.

*Equipe experiente de administradores e quadro qualificado de colaboradores.* Sua equipe de administradores possui ampla e sedimentada experiência nos setores em que atua, o que a Companhia acredita ter contribuído para o consistente crescimento de sua liderança de mercado, suas receitas e resultados, a despeito de condições econômicas instáveis e ocasionalmente adversas. A Companhia acredita que o crescimento histórico das suas receitas e a expansão bem sucedida dos negócios é resultado direto de estratégias executadas por sua experiente equipe de administradores. Adicionalmente, a Companhia conta com um quadro de colaboradores formado por mais de 17 mil profissionais, com base em dezembro de 2019, treinados, motivados e envolvidos num plano de participação nos resultados, conforme alcancem metas específicas, alinhadas ao seu plano estratégico e orçamentário.

### **Estratégia**

#### **As principais estratégias da Companhia são:**

*Expansão da liderança de mercado.* A Companhia está comprometida em expandir e fortalecer sua posição de liderança nos mercados onde atua e em aumentar sua rentabilidade e lucratividade. Para isso, pretende: (i) prosseguir com o processo de fortalecimento de suas marcas, por meio de investimento em marketing na mídia e esforço institucional em pontos de venda; (ii) aumentar sua já significativa base de clientes e, concomitantemente, diversificá-la mediante expansão geográfica, seja por crescimento orgânico, especialmente em áreas onde não tem market share relevante ou por meio de aquisições no Brasil ou exterior; (iii) ampliar as vendas para o mercado de serviços de alimentação fora do lar e transformação de alimentos (food service), tais como restaurantes, hotéis, bares, hospitais, clubes, confeitarias e padarias; (iv) fortalecer sua estrutura de vendas a pequenos comércios visando o crescimento da pulverização da base de clientes e a venda de novos produtos mediante uma identificação com os seus produtos líderes de mercado, por meio, inclusive, da política de remuneração da equipe de vendas pautada no incentivo à venda de produtos de maior valor agregado e os recém-lançados.

*Melhoria da eficiência operacional e Controle de Custos.* A Companhia está comprometida em melhorar a eficiência de seus processos e em avançar na sua estratégia de verticalização a fim de agregar maiores margens. Para isso, pretende aumentar sua produtividade mediante: (i) a otimização do uso de sua infraestrutura; (ii) a otimização da flexibilização de sua cadeia produtiva; (iii) a manutenção de um parque industrial moderno com tecnologias de ponta e operações *state-of-the-art*; (iv) o aumento do fornecimento de farinha de trigo e gordura vegetal para suas unidades industriais produtoras de biscoitos e massas, com o objetivo de atender 100% de sua necessidade; e (v) o aumento da eficiência de sua rede de distribuição no país. Além disso, a Companhia continuará a implementar controles de custos cada vez mais rígidos e modernos, visando aumentar sua lucratividade, inclusive pelo fortalecimento de programas

## 7.9 - Outras Informações Relevantes

voltados à otimização do consumo de energia e do tempo de estocagem de insumos pelo uso ainda mais intenso das ferramentas de planejamento de compras e produção.

Desenvolvimento e lançamento de novos produtos e produtos complementares às linhas existentes. A Companhia pretende continuar focando suas atividades no desenvolvimento, produção e marketing de produtos com maior valor agregado, tais como novas linhas ou linhas complementares de produtos voltadas para áreas de mercados onde já atua. A Companhia também está atenta a oportunidades de entrar em novas linhas de produtos do setor de alimentos que apresentem sinergias com os que a mesma já atua.

Crescimento orgânico e busca por novas aquisições. No tocante ao crescimento orgânico, a Companhia pretende: (i) aumentar sua capacidade de produção com a realização dos investimentos necessários para o atendimento da demanda de seus clientes por seus produtos; (ii) utilizar as estruturas de suas atuais plantas para absorver novos equipamentos rapidamente e sem custos significativos; e (iii) utilizar seus terrenos disponíveis em praticamente todas as suas plantas para ampliação rápida da sua estrutura física. Pela sua liderança nacional nas linhas de produtos de biscoitos e massas, a Companhia acredita que é um importante candidato para consolidação desses mercados. Assim, a Companhia continua atenta às oportunidades de expansão por aquisições de empresas, seja nas linhas de produtos atuais ou outros correlatas. Poderemos acelerar a implantação de estratégias de negócios aproveitando oportunidades de aquisições de empresas que apresentem características tais como: (i) marcas fortes em suas regiões de atuação; (ii) sólida base de clientes; (iii) extensa rede de distribuição ou possibilidades de seu desenvolvimento; (iv) presença em regiões onde a Companhia não atua ou onde tem menor presença; ou (v) possibilidade de aproveitamento de sinergias operacionais e de distribuição.

Manutenção da Política de Dividendos. A Companhia pretende manter, sempre que possível e sem afetar a sua qualidade operacional e estratégica, sua política de distribuição de dividendos dos últimos anos, que foi consistentemente acima do mínimo exigido pelas normas aplicáveis à M. Dias Branco.

### Incentivos Fiscais Federais

A Companhia é beneficiária de subvenções para investimentos equivalentes a 75,0% do Imposto de Renda sobre lucros operacionais derivados de suas atividades principais (lucro da exploração) nas unidades industriais sediadas no Nordeste do Brasil, conforme detalhado na tabela a seguir:

Unidades industriais	Índice de redução do IRPJ (%)	Período de validade
Moinho de trigo, fábrica de biscoitos e massas (Eusébio - CE)	75	Jan de 2016 até Dez de 2025
Fábrica de torradas (Eusébio - CE)	75	Jan de 2016 até Dez de 2025
Moinho de trigo (Fortaleza - CE)	75	Jan de 2018 até Dez de 2027
Fábrica de gorduras e margarinas especiais (Fortaleza - CE)	75	Jan de 2018 até Dez de 2027
Moinho de trigo (Natal - CE)	75	Jan de 2018 até Dez de 2027
Fábrica de massas (Natal - RN)	75	Jan de 2014 até Dez de 2023
Fábrica de massas e de biscoitos (Salvador - BA)	75	Jan de 2016 até Dez de 2025
Moinho de trigo e mistura pronta para bolo (Salvador - BA)	75	Jan de 2015 até Dez de 2024
Fabricação de massas e biscoitos (Jaboatão dos Guararapes - PE)	75	Jan de 2018 até Dez de 2027
Fabricação de biscoitos, bolos e <i>snacks</i> (Maracanaú - CE)	75	Jan de 2016 até Dez de 2025
Fabricação de massas (Maracanaú - CE)	75	Jan de 2014 até Dez de 2023

## 7.9 - Outras Informações Relevantes

### Incentivos Fiscais Estaduais

As subvenções para investimento estaduais de que a Companhia usufrui podem ser descritos conforme tabela a seguir:

Incentivos fiscais estaduais / Unidade incentivada	Percentual de redução do ICMS	Válido até
<b>DESENVOLVE - Bahia: desconto no pagamento de parte do ICMS devido sobre a aquisição do trigo em grão para o moinho de trigo.</b>		
Moinho de trigo e fábrica de massas e de biscoitos (Salvador-BA)	Até 81%	Jun/2025
<b>PROVIN – Ceará: diferimento do pagamento de parte do ICMS devido sobre a aquisição do trigo em grão para os moinhos de trigo e sobre o ICMS devido pelas operações com margarinas e gorduras especiais, quitados com recursos do FDI – Fundo de Desenvolvimento Industrial para ambas as unidades</b>		
Moinho de trigo (Fortaleza-CE)	74,25%	Nov/2024
Moinho de trigo integrado à fábrica de biscoitos e massas (Eusébio-CE)	74,25%	Jul/2025
Fábrica de gorduras e margarinas especiais (Fortaleza-CE)	56,25%	Nov/2024
<b>PROADI – Rio Grande do Norte: diferimento do pagamento de parte do ICMS devido sobre a aquisição do trigo em grão e quitação desse ICMS com recursos do Proadi</b>		
Moinho de trigo e fábrica de massas (Natal-RN)	74,25%	Jul/2019
<b>PROEDI – Rio Grande do Norte: crédito presumido sobre o saldo devedor de ICMS mensal</b>		
Moinho de trigo e fábrica de massas (Natal-RN)	76,60%	Jun/2032
<b>FAIN – Paraíba: desconto de parte do ICMS sobre as aquisições do trigo em grão para o moinho de trigo</b>		
Moinho de trigo e fábrica de massas (Cabedelo-PB)	81%	Dez/2032
<b>PRODEPE – Pernambuco: aplicação de 45% quando a saída subsequente dos produtos derivados da farinha de trigo for destinada à região nordeste ou 51% quando a saída subsequente dos produtos derivados da farinha de trigo for destinada às regiões norte, centro-oeste, sul ou sudeste, sobre o valor do ICMS incidente sobre o trigo em grão consumido pela indústria em equivalente de farinha de trigo.</b>		
Fábrica de biscoitos e de massas (Jaboatão dos Guararapes-PE)	75% ou 85%	Mar/2024
<b>Tratamento Tributário Especial - Rio de Janeiro (Unidade Piraquê) - Redução do imposto de forma que a carga tributária resulte em percentual igual a 3% do valor das saídas de produção própria em operações internas e interestaduais, por venda e transferência.</b>		
Fábrica de biscoitos e de massas (Queimados-RJ)	75% ou 85%	Set/2038

A Administração da Companhia cumpre todas as exigências para obtenção dessas subvenções (Federal e Estadual), especialmente as relacionadas à comprovação dos investimentos e obrigações exigidas pelos órgãos competentes, geração dos empregos, volume de produção, bem como não distribui na forma de dividendos os valores deles decorrentes.

Até o momento, entende-se que não foi descumprida qualquer condição cuja inobservância impeça a continuidade do direito de usufruir os benefícios das subvenções governamentais concedidas.

## **8.1 - Negócios Extraordinários**

A Companhia não adquiriu ou alienou qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal em seus negócios nos três últimos exercícios sociais.

## **8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor**

Não houve alterações significativas na formação de condução dos negócios da Companhia nos três últimos exercícios sociais.

### **8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais**

Não existem contratos relevantes celebrados entre a Companhia e suas Controladas com terceiros que não estejam relacionados com suas atividades operacionais nos três últimos exercícios sociais.

**8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.**

Não existem outras informações relevantes que não tenham sido comentadas nos demais itens dessa seção, relativas aos três últimos exercícios sociais.

## 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

### *Desenhos industriais*

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía um conjunto de, aproximadamente, 62 registros de desenhos industriais concedidos pelo INPI, que visam proteger a forma dos seus produtos. Dentre os desenhos industriais, destacam-se diferentes tipos de configurações aplicadas em biscoitos e salgadinhos, essenciais para o desenvolvimento das atividades diárias da Companhia e para a proteção da identidade dos produtos por ela fabricados e comercializados.

#### *i. Duração*

De acordo com a legislação brasileira, o registro de Desenho Industrial vigora por 10 anos contados da data do depósito, prorrogáveis por mais 03 períodos sucessivos de 05 anos, até atingir o prazo máximo de 25 anos contados da data do depósito.

#### *ii. Abrangência Territorial*

Os registros de desenhos industriais no Brasil asseguram à Companhia a proteção dos desenhos industriais e uso exclusivo em todo o território nacional.

#### *iii. Eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos*

A extinção do registro dos desenhos industriais é causada pela: (i) expiração do prazo de vigência; (ii) pela renúncia do seu titular, ressalvado o direito de terceiros; ou (iii) pela falta de pagamento da retribuição prevista.

#### *iv. Possíveis consequências da perda de tais direitos para o emissor*

O desenho industrial proporciona um resultado novo e original na configuração externa dos produtos em que são aplicados. A perda da proteção dos desenhos industriais conferida pelos registros perante o INPI acarreta na possibilidade de terceiros produzir, usar, colocar a venda ou vender produtos com a mesma forma ornamental dos produtos fabricados pela Companhia. Desta forma, na hipótese de perda destes direitos, os concorrentes da Companhia poderão colocar no mercado produtos com a mesma forma ornamental, o que poderá gerar confusão aos consumidores no momento da escolha dos produtos, causando um efeito adverso nos resultados financeiros da Companhia.

### *Domínios*

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia era titular de, aproximadamente, 200 domínios registrados no Brasil e 5 no exterior, sendo os mais relevantes: (i) “www.mdiasbranco.com.br”; (ii) “www.adria.com.br”; (iii) “www.vitarella.com.br”; (iv) “www.treloso.com.br”; (v) “www.pilar.ind.br”; (vi) “www.fabricaestrela.com.br” e (vii) “www.piraque.com.br”.

#### *Duração*

O prazo de vigência dos registros de domínios no Brasil pode ser contratado pelo período de um, três, quatro ou dez anos mediante o pagamento da retribuição correspondente, podendo ser indefinidamente renovados por qualquer dos prazos acima descritos.

#### *i. Abrangência Territorial*

Os registros de domínios no Brasil asseguram à Companhia a proteção dos domínios e uso exclusivo em todo o território nacional, com efeitos no mundo inteiro, salvo países com restrição de conteúdo, onde houver acesso à Internet. Com relação aos registros dos domínios no exterior, a extensão de sua proteção é determinada de acordo com as normas do país ou região em que os domínios encontram-se registrados, embora possam ser acessados no mundo inteiro, salvo países com restrição de conteúdo.

#### *ii. Eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos*

## 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Os domínios da Companhia registrados no Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br) estão inseridos na categoria “com.br” e “net.br”, utilizados para fins comerciais. Não podem ser registrados nomes de domínio que (i) desrespeitem a legislação em vigor; (ii) induzam terceiros a erro; (iii) violem direitos de terceiros; (iv) representem conceitos predefinidos na rede Internet; (v) conceituem palavras de baixo calão ou abusivas; (vi) que simbolize siglas de Estados, Ministérios, dentre outras vedações.

A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.

### *iii. Possíveis consequências da perda de tais direitos para o emissor*

Os nomes de domínio consistem em um mecanismo que facilita a memorização e a utilização dos endereços na Internet. Conseqüentemente, duas pessoas interessadas em registrar o mesmo nome para permitir que usuários da Internet possam lhes visitar as páginas na rede poderão entrar em uma potencial disputa.

Não obstante, o registro de nomes de domínio que refletem, de forma direta ou indireta, pedidos de registro de marcas ou marcas registradas por terceiros tornou-se conduta reiterada na Internet. Essa situação foi proporcionada pelo sistema adotado para o registro de nomes de domínio. Por meio deste sistema, o indivíduo que primeiro apresentar o requerimento para registro do nome de domínio será, salvo algumas exceções, o seu titular. Em uma disputa, no entanto, o detentor do pedido de registro de marca ou da marca registrada tem preferência no registro do domínio. Desta forma, a Companhia pode não obter o registro de novos nomes de domínios relacionados aos novos produtos a serem lançados no mercado, na hipótese destes nomes dos domínios já estarem registrados no NIC.br, pois é vedada a solicitação de registro do domínio já registrado por terceiros, salvo se for detentora de pedidos de registro de marcas ou de marcas registradas correspondentes a esses domínios.

### ***Direitos autorais***

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia era titular de, aproximadamente, 147 registros de direitos autorais junto à Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que visam proteger, principalmente, figuras (desenhos) que se destacam nas embalagens de seus produtos e que também são utilizados como marcas figurativas ou mistas perante o INPI. A Companhia é titular também de 5 (cinco) registros de músicas junto a Biblioteca Nacional.

#### *i. Duração*

Em regra, a duração dos direitos patrimoniais do autor perdura por 70 anos contados de 1º de janeiro do ano subsequente ao de seu falecimento. Após esse período, a obra cai em domínio público. A cessão dos direitos patrimoniais das obras de direitos autorais à Companhia vigora por prazo indeterminado.

#### *ii. Abrangência Territorial*

Os registros de obras de direitos autorais no Brasil asseguram à Companhia a sua proteção em todo o território nacional. Estas obras também podem ser utilizadas em embalagens, anúncios e

## 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

demais materiais de natureza promocional de produtos alimentícios fabricados e/ou comercializados pela Companhia destinados à exportação.

### *iii. Eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos*

O registro das obras de direitos autorais permite o reconhecimento de sua autoria, especifica direitos morais e patrimoniais e estabelece prazos de proteção, tanto para o titular quanto para seus sucessores. A exploração dos direitos de autor poderá ser total ou parcialmente transferida a terceiros, por ele ou por seus sucessores, a título universal ou singular, pessoalmente ou por meio de representantes com poderes especiais, por meio de licenciamento, concessão, cessão ou por outros meios admitidos em Direito. Em regra, as hipóteses de descumprimento contratual e a utilização das obras de direitos autorais sem a anuência do autor, ferem os direitos de terceiros e ensejam na perda dos direitos relativos a tais ativos, com o possível pagamento de indenização por perdas e danos.

### *iv. Possíveis consequências da perda de tais direitos para o emissor*

Os desenhos obtidos por meio da cessão dos direitos autorais à Companhia são utilizados em embalagens, anúncios e demais materiais de natureza promocional de produtos alimentícios fabricados e/ou comercializados pela Companhia, e que também são utilizados como marcas figurativas ou mistas perante o INPI. Dessa forma, estes desenhos criam uma identidade visual aos produtos da Companhia. Na hipótese da Companhia utilizar estes desenhos sem a autorização do seu criador, isso poderá causar um efeito adverso para a Companhia, podendo, inclusive, a Companhia figurar no polo passivo de demandas judiciais na esfera penal e cível.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados**

<b>Descrição do bem do ativo imobilizado</b>	<b>País de localização</b>	<b>UF de localização</b>	<b>Município de localização</b>	<b>Tipo de propriedade</b>
Moinho de Trigo e Fábrica de Biscoitos, Massas e Torradas	Brasil	CE	Eusébio	Própria
Fábricas de Gorduras e Margarinas	Brasil	CE	Fortaleza	Própria
Moinho de Trigo	Brasil	CE	Fortaleza	Arrendada
Fábrica de Biscoitos, Massas, Snacks e Bolos	Brasil	CE	Maracanaú	Própria
Moinho de Trigo e Fábrica de Massas	Brasil	RN	Natal	Própria
Moinho de Trigo e Fábrica de Biscoitos, Massas e Mistura para Bolos	Brasil	BA	Salvador	Própria
Moinho de Trigo e Fábricas de Massas	Brasil	PB	Cabedelo	Arrendada
Fábrica de Biscoitos e Massas	Brasil	PE	Jaboatão dos Guararapes	Própria
Fábrica de Massas	Brasil	SP	São Caetano do Sul	Própria
Fábrica de Biscoitos	Brasil	SP	LENÇÓIS PAULISTAS	Própria
Fábrica de Biscoitos e Massas	Brasil	RS	Bento Gonçalves	Própria
Moinho de Trigo	Brasil	PR	Rolândia	Própria
Fábricas de Gorduras e Margarinas	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Fábrica de Biscoitos e Massas	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Fábrica de Biscoitos	Brasil	RJ	Queimados	Própria

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Nome Richester / Território atingido - Brasil	até 18/12/2027	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - "Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.
Marcas	Fábrica Fortaleza / Território atingido - Brasil	até 10/07/2026	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - "Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Fortinho/ Território atingido -Brasil	até 25/01/2029	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - "Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.
Marcas	Nome Richester/ Território atingido - Argentina	até 27/12/2020	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - "Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro Nominativo da Adria/ Território atingido -Brasil	até 04/04/2030	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - "Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.
Marcas	Registro Misto da Adria / Território atingido -Brasil	até 13/07/2026	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - "Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Nome Isabela/ Território atingido - Brasil	até 01/08/2020	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - "Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.
Marcas	Registro Misto da Adria/ Território atingido -Brasil	Até 27/03/2022	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - "Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro Misto da Zabet/ Território atingido -Brasil	até 02/01/2028	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - "Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.
Marcas	Registro Misto da Basilar/ Território atingido -Brasil	até 02/10/2027	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - "Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro Misto Treloso/ Território atingido - Brasil	até 31/10/2020	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - "Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.
Marcas	Amori/ Território atingido -Brasil	até 26/08/2024	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - "Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Escureto/ Território atingido -Brasil	até 14/10/2024	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - "Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.
Marcas	Puro Sabor/Território atingido -Colômbia	até 30/10/2028	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - "Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Adria/ Território atingido -Bolívia	até 14/06/2021	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - "Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.
Marcas	Registro Misto da Adria/ Território atingido -Canadá	até 14/06/2022	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - "Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Nome Richester/ Território atingido - Paraguai	Até 26/05/2023	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - "Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.
Marcas	NIKITO/ Território atingido -Uruguay	Até 18/03/2027	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - "Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro Misto da Zabet/ Território atingido -Costa Rica	até 23/03/2029	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - "Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.
Marcas	Registro Misto da Adria/ Território atingido -Equador	até 12/03/2027	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - "Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro Misto da Isabela/ Território atingido -Moçambique	até 07/07/2025	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - "Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.
Marcas	Registro Misto da Basilar/ Território atingido -México	até 19/04/2027	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - "Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro Misto da Adria/ Território atingido -Nova Zelândia	até 23/07/2028	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - "Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.
Marcas	Registro Misto da Adria/ Território atingido - Panamá	até 19/03/2027	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - "Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro Misto da Isabela/ Território atingido -Brasil	até 13/03/2027	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - "Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.
Marcas	Nome Zabet / Território atingido -Paraguai	até 28/11/2024	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - "Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro Misto da Adria/ Território atingido -Republica Dominicana	até 01/03/2028	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - "Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.
Marcas	Registro Misto da Isabela /Território atingido - Uruguai	até 10/03/2025	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - "Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro Misto da Adria/Território atingido - Zambia	até 01/06/2026	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - "Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.
Marcas	Registro Misto da Zabet/Território atingido -Uruguai	até 12/03/2028	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - "Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro Misto da Zabet/ Território atingido -EUA	até 29/08/2026	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - "Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.
Marcas	Registro Misto da Adria/Território atingido -Paraguai	até 12/11/2027	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - "Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro Misto da Isabela/Território atingido -Bolívia	Até 23/04/2022	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - "Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.
Marcas	Registro Misto da Basilar/Território atingido -Uruguai	até 12/03/2028	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - "Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro Misto da Basilar/Território atingido -República Dominicana	até 01/03/2028	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - "Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.
Marcas	Registro Misto da Adria/Território atingido -Chile	até 03/02/2024	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - "Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro Misto da Zabet/Território atingido -Chile	até 24/01/2026	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - "Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.
Marcas	Registro Misto da Isabela/Território atingido -Barbados	até 28/09/2020	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - "Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro Misto da Zabet/Território atingido -Barbados	até 26/10/2020	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - "Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.
Marcas	Finna/ Território atingido -Brasil	até 18/12/2027	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - "Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Medalha de Ouro/ Território atingido - Brasil	até 06/09/2021	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - "Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.
Marcas	Registro Nominativo da Isabela/Território atingido -Chile	até 28/08/2028	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - "Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro Misto da Isabela/Território atingido -México	até 19/04/2027	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - "Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.
Marcas	Registro Misto da Isabela/Território atingido -OAPI	até 03/06/2029	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - "Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Adria-Chef/ Território atingido -Brasil	até 26/10/2020	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - "Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.
Marcas	Nome Basilar / Território atingido - Paraguai	até 22/11/2026	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - "Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Estrela/ Território atingido -Brasil	até 12/06/2022	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - "Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.
Marcas	Salsito/ Território atingido -Brasil	até 01/03/2021	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - "Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Elaine /Território atingido -Paraguai	até 06/12/2024	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - "Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.
Marcas	Registro Misto da Adria/Território atingido -Costa Rica	até 10/06/2026	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - "Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro Nominativo Pilar/ Território atingido -Brasil	até 25/05/2022	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - "Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.
Marcas	Nikito/Território atingido -Uruguai	até 13/06/2021	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - "Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Medalha de Ouro/Território atingido -Bolívia	até 22/02/2022	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - "Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.
Marcas	Puro Sabor/Território atingido -OAPI	até 12/06/2029	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - "Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Bonsabor/ Território atingido -Brasil	até 22/11/2021	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - "Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.
Marcas	ADRIA/Território atingido -Moçambique	Até 07/07/2025	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - "Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	ZABET NIKITO/Território atingido -Paraguai	Até 26/04/2027	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - "Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.
Marcas	ADRIA/Território atingido -Porto Rico	Até 26/04/2027	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - "Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	ZABET NIKITO/Território atingido -Porto Rico	Até 26/04/2027	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - "Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.
Marcas	ZABET NIKITO/Território atingido -Chile	Até 02/06/2028	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - "Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	ZABET NIKITO/Território atingido -República Dominicana	Até 01/03/2028	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - "Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.
Marcas	Símbolo da Fábrica Fortaleza-Atual / Território atingido - Brasil	até 25/09/2027	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - "Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Nome Fortaleza/ Território atingido - Brasil	até 22/06/2030	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - "Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.
Marcas	Nome Fortaleza/ Território atingido - Uruguai	até 12/05/2030	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - "Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Medalha de Ouro/ Território atingido -Chile	até 17/04/2028	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - "Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.
Marcas	Registro Misto da Isabela/ Território atingido -Australia	até 09/02/2027	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - "Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Nome Piraque / Territorio atingido - Brasil	até 12/03/2025	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - "Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.
Marcas	Simbolo Piraque / Territorio atingido - Brasil	até 20/03/2027	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - "Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Piraquê - Território atingido - Argentina	até 12/04/2027	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - "Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.
Marcas	Piraquê - Território atingido - Paraguai	até 03/03/2028	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - "Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Piraquê - Território atingido - Rep. Dominicana	até 30/09/2026	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - "Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.
Marcas	Piraquê - Território atingido - Reino Unido	até 10/11/2027	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - "Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Piraquê - Território atingido - Portugal	até 10/11/2027	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - "Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.
Marcas	Piraquê - Território atingido - Chile	até 17/03/2027	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - "Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Piraquê - Território atingido - Bolívia	até 16/01/2027	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - "Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.
Marcas	Piraquê - Território atingido - Peru	até 21/02/2027	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - "Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Piraquê - Território atingido - EUA	até 04/07/2027	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - "Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.
Marcas	Piraquê - Território atingido - Colômbia	até 17/03/2028	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - "Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca Richester/ Território atingido - Brasil	até 04/09/2020	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - "Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.
Marcas	Piraquê - Território atingido - Trinidad e Tobago	até 17/03/2028	Pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro. Na esfera judicial, terceiros podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação de abstenção de uso de uma marca, objetivando anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular.	Caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas. Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1.g - "Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso – deste Formulário de Referência.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades**

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
M.Dias Branco Argentina S.A	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Argentina			Aquisição de moagem de trigo e comercialização ou exportação ou exportação de farinha de trigo em grão e seus derivados	98,330000
				<b>Valor mercado</b>				
<b>31/12/2019</b>	0,000000	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2019	861,49		
<b>31/12/2018</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>31/12/2017</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Otimizar o processo de aquisição da compra de trigo importado através da intermediação.								
M.Dias Branco International Trading LLC	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Estados Unidos			Comercialização de Trigo em Grão	100,000000
				<b>Valor mercado</b>				
<b>31/12/2019</b>	0,000000	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2019	131.206,64		
<b>31/12/2018</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>31/12/2017</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Otimizar o processo de aquisição da compra de trigo importado através da intermediação								
Tergran - Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	01.591.524/0001-67	-	Coligada	Brasil	CE	Fortaleza	Operadora Portuária, podendo, para tanto, arrendar e explorar instalações portuárias especializadas, atuar como agente de navegação e realizar operações portuárias previstas em lei e mais especificamente, o trânsito intermodal, transporte de cargas em geral, representações e armazéns gerais, importação, exportação e comercialização de grãos e subprodutos em geral.	33,330000
				<b>Valor mercado</b>				
<b>31/12/2019</b>	-10,830000	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2019	2.402.800,50		
<b>31/12/2018</b>	-4,940000	0,000000	0,00					
<b>31/12/2017</b>	-6,082295	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades**

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
<b>Exercício social</b>	<b>Valor contábil - variação %</b>	<b>Valor mercado - variação %</b>	<b>Montante de dividendos recebidos (Reais)</b>		<b>Data</b>	<b>Valor (Reais)</b>		
Redução de custos por compartilhamento de serviço de descarga de trigo.								
Terminal de Trigo do Rio de Janeiro - Logística S. A	18.245.532/0001-54	-	Coligada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Atividades de Operador Portuário	50,000000
				<b>Valor mercado</b>				
<b>31/12/2019</b>	-2,620000	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2019	51.984.848,35		
<b>31/12/2018</b>	-11,400000	0,000000	0,00					
<b>31/12/2017</b>	-11,420000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Aprimoramento logístico para abastecimento de insumos destinados às unidades industriais.								

## 9.2 - Outras Informações Relevantes

### Outras informações relevantes patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía 15 unidades industriais e 38 centros de distribuição, onde parte deles são integrados às unidades industriais. O ativo imobilizado de todas as unidades industriais e centros de distribuição da Companhia estão apresentados na tabela abaixo:

Descrição	Taxa (*) depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
				Imobilizado Líquido	Imobilizado Líquido	Imobilizado Líquido
<b>Imobilizado Operacional</b>		<b>5.060.066</b>	<b>(2.049.477)</b>	<b>3.010.589</b>	<b>2.659.065</b>	<b>1.912.458</b>
Edificações	1,61	1.349.350	(256.458)	1.092.892	816.030	525.339
Máquinas e equipamentos	5,92	2.821.915	(1.412.081)	1.409.834	1.351.869	1.027.079
Móveis e utensílios	8,19	103.213	(68.016)	35.197	30.532	26.619
Veículos	6,91	99.735	(54.969)	44.766	20.043	23.062
Instalações	5,33	391.037	(161.299)	229.738	218.281	173.912
Outros	4,95	294.816	(96.654)	198.162	222.310	136.447
<b>Imobilização em Andamento</b>		<b>341.021</b>	<b>-</b>	<b>341.021</b>	<b>531.423</b>	<b>555.503</b>
<b>Imobilizado Total</b>		<b>5.401.087</b>	<b>(2.049.477)</b>	<b>3.351.610</b>	<b>3.190.488</b>	<b>2.467.961</b>

\* Taxa média anual de depreciação atual (% a.a).

Abaixo apresentamos a distribuição do imobilizado por localização:

Período	Valor líquido (em R\$ mil)	Distribuição por Estado (%)												
		AL	BA	CE	MA	MG	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RS	SP
<b>Edificações</b>														
2017	525.339	0,3	21,4	40,1	0,2	-	0,2	26,5	-	4,6	-	1,8	1,6	3,3
2018	816.030	0,2	13,5	29,9	0,2	-	-	16,8	-	4,1	30,8	1,1	1,1	2,2
2019	852.207	0,2	14,1	34,2	0,2	0,0	1,4	16,7	0,5	4,0	0,0	1,1	23,2	4,3
<b>Máquinas e Equipamentos</b>														
2017	966.589	-	12,0	34,8	-	-	4,0	30,2	0,2	3,9	-	5,8	3,9	5,2
2018	1.351.869	-	8,4	30,9	-	-	2,8	22,5	0,1	4,2	16,9	4,1	6,2	3,9
2019	1.409.835	0,0	7,8	30,2	0,0	0,0	3,0	22,5	0,1	4,4	13,9	3,8	10,7	3,6
<b>Instalações</b>														
2017	173.912	0,1	14,8	37,5	0,1	0,1	3,2	29,6	0,7	0,3	-	3,9	3,6	6,1
2018	218.281	0,2	9,5	42,9	-	-	2,6	27,0	0,3	1,8	6,0	7,2	0,9	1,6
2019	229.733	0,1	9,1	43,0	0,0	0,0	3,3	27,6	0,2	1,6	5,3	7,0	1,1	1,5
<b>Imobilização em Andamento</b>														
2017	555.503	0,2	3,1	43,1	-	2,4	8,7	-	5,8	-	1,1	32,6	3,0	
2018	531.423	-	2,7	31,7	-	2,6	11,5	-	1,5	1,4	0,6	46,6	1,5	
2019	341.020	0,2	5,4	40,8	0,0	0,0	0,0	17,2	-0,0	-0,0	11,4	1,3	17,3	6,3
<b>Outras imobilizações</b>														
2017	186.128	-	2,4	42,5	-	17,4	26,9	-	5,1	-	2,0	-1,2	4,9	
2018	272.886	-	2,6	31,0	-	8,8	16,8	0,5	2,9	32,6	1,7	0,1	2,9	
2019	278.127	0,0	2,9	28,1	0,0	0,0	8,0	11,1	0,4	4,5	38,4	1,8	0,7	2,9

## 9.2 - Outras Informações Relevantes

### ***Marcas***

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía, aproximadamente, 1581 marcas registradas e 59 pedidos de registro de marcas perante o INPI no Brasil, e 86 pedidos e 147 registros de marcas no exterior. As principais marcas da Companhia são Fortaleza, Richester, Adria, Isabela, Basilar, Zabet, Vitarella, Treloso, Pilar, Estrela, Pellagio, Piraquê, Salsitos, Delicitos, Predilieto, Bonsabor, Finna, Puro Sabor e Amorela.

A Companhia opta por manter diversas marcas para muitos produtos idênticos em virtude de sua reputação e notoriedade, que têm por alvo atender os diferentes perfis de consumidores, abrangendo todas as camadas sociais da população brasileira. Isto permite que a Companhia atue em todo país, sendo reconhecidas tanto pelas marcas nacionais (como a Adria, Vitarella, Finna e Piraquê), quanto pelas marcas regionais (como Fortaleza, Richester, Isabela, Pilar, Estrela, Predilieto e Bonsabor).

Além disso, as marcas de titularidade da Companhia são altamente reconhecidas junto a seus consumidores, razão pela qual a Companhia adota uma forte política de proteção das marcas de sua titularidade. Nesse sentido, a proteção das marcas não se limita, apenas, a assegurar os direitos e interesses da Companhia, mas também a do público consumidor, que poderá associar a qualidade dos produtos fabricados às marcas da Companhia, diferenciando os seus produtos daqueles comercializados e fabricados pelas empresas concorrentes.

Além de buscar a proteção das marcas no Brasil, a Companhia busca proteger suas principais marcas em outros países, como a Argentina, Bolívia, Chile, Costa Rica, Equador, Estados Unidos, Panamá, Peru, Uruguai, Austrália e outros. As principais marcas registradas no exterior são Adria, Basilar, Elaine, Isabela, Piraquê, Nikito, Zabet, dentre outras.

#### *i. Duração*

No Brasil, a propriedade de uma marca adquire-se somente pelo registro validamente expedido pelo INPI, órgão responsável pelo registro de marcas e patentes, sendo assegurado ao titular seu uso exclusivo em todo o território nacional por um prazo determinado de 10 anos, passível de sucessivas renovações por períodos iguais. Durante o processo de registro, o depositante tem apenas uma expectativa de direito para utilização das marcas depositadas aplicadas para a identificação de seus produtos ou serviços. O prazo de vigência e os requisitos para a prorrogação dos registros de marca no exterior são determinados de acordo com as normas do país em que as marcas encontram-se registradas.

#### *ii. Abrangência Territorial*

Os registros de marcas no Brasil asseguram à Companhia a proteção das marcas e uso exclusivo em todo o território nacional. Os registros de marca no exterior têm a extensão de sua proteção determinada de acordo com as normas do país ou região em que a marca encontra-se registrada.

#### *iii. Eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos*

De acordo com a Lei nº 9.279/96 (Lei de Propriedade Industrial), o direito sobre a marca decorre da concessão do registro validamente expedido, que pode ser extinto (i) pela expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; (ii) pela renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; (iii) pela caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; (iv) ou utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 05 anos, contados a qualquer tempo a partir da data da concessão do registro.

## 9.2 - Outras Informações Relevantes

Em sede administrativa, o INPI ex officio ou terceiros legitimamente interessados podem instaurar procedimento administrativo de nulidade contra o registro, no prazo de até 180 dias contados da data da concessão do registro.

Na esfera judicial, o INPI ou terceiros interessados podem propor ação objetivando a nulidade de um registro de marca perante a Justiça Federal, dentro do prazo prescricional de 05 anos da data de sua concessão. Na esfera da Justiça Estadual, terceiros legitimados podem ingressar com ação pleiteando a abstenção de uso de uma marca, que, em que pese não anular o ato administrativo que concedeu o registro da marca em favor do titular, o impede de usar a marca no território nacional, podendo, inclusive, requerer indenização decorrente do uso indevido de marca.

Ressalta-se que os pedidos de registro de marca em análise perante o INPI não garantem a seu titular o direito de uso exclusivo no Brasil e podem, inclusive, ao final do procedimento de exame ser indeferidos pela autoridade marcária. Da mesma forma, não garantem que terceiros não possam se opor a utilização da marca, sob alegação de violar seus supostos direitos anteriores.

Não obstante, as marcas e pedidos de registro de marcas da Companhia estão sujeitas a pedidos de oposição formulada por terceiros, pedidos administrativos de nulidade de marca e, na esfera judicial, a demandas pleiteando a nulidade do registro de marca e a abstenção de sua utilização, em razão da Companhia possuir uma vasta gama de registros e pedidos de registro de marcas perante o INPI. Porém, a Companhia acredita nunca ter violado marcas de titularidade de terceiros.

### *iv. Possíveis consequências da perda de tais direitos para o emissor*

A Companhia acredita nunca ter violado marcas de titularidade de terceiros, razão pela qual acredita que não sofrerá nenhum efeito adverso decorrente de questionamentos de propriedade intelectual. Em contrapartida, em razão do grande número de marcas registradas e de pedidos de registro de marcas detidas, a Companhia não pode assegurar que não está sujeita a figurar no pólo passivo de processos de oposição e pedidos de nulidade de marca e/ou abstenção da utilização da marca, tanto na esfera administrativa quanto na esfera judicial. Nessa hipótese, caso seja impedida de fabricar determinado produto ou utilizar determinada marca, isso poderá causar um efeito adverso em suas vendas.

Para mais informações relacionada a possíveis consequências da perda do direito de utilização das marcas relevantes da Companhia, veja o item 4.1. - *“Fatores de Risco - Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as suas marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia ou suas Controladas podem ser impedidas de utilizar suas marcas mais conhecidas, o que poderia lhe causar um efeito adverso”* deste Formulário de Referência.

### **Patentes**

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía 2 (dois) pedidos de registro de patentes depositados perante o INPI e 1 (uma) patente concedida relacionados ao processo de fabricação de tipos específicos de biscoitos e margarina.

### *Duração*

No Brasil, as patentes de invenção possuem prazo de vigência de 20 anos contados da data de depósito. A legislação brasileira determina que o prazo de vigência não será inferior a 10 anos para a patente de invenção, a contar da data de concessão, ressalvada a hipótese de o INPI estar impedido de proceder ao exame de mérito do pedido, por pendência judicial comprovada ou por motivo de força maior. Após este período, a patente cai em domínio público, não sendo possível a obtenção de nova proteção.

## 9.2 - Outras Informações Relevantes

### *i. Abrangência Territorial*

Os registros de patentes no Brasil asseguram à Companhia a proteção das marcas e uso exclusivo em todo o território nacional.

### *ii. Eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos*

A concessão da carta-patente é a afirmação de que o pedido de registro de patente cumpriu todas as exigências e requisitos legais. O depósito de pedido de patente constitui ao depositante uma mera "expectativa de direito", que pode lograr êxito ou não. Após a publicação do pedido de patente, este é examinado tecnicamente mediante o chamado requerimento de exame técnico. O prazo para a apresentação deste requerimento tem início no depósito e segue por até 36 meses. A não apresentação deste requerimento enseja no arquivamento simples do depósito do pedido. Da mesma forma, o indeferimento ou mesmo abandono do pedido podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos.

### *iii. Possíveis consequências da perda de tais direitos para o emissor*

A proteção à patente é concedida desde a data do seu depósito perante o INPI. Portanto, a Companhia somente sofrerá efeitos adversos na venda de produtos que utilizam as patentes citadas na hipótese de violação de direitos de terceiros. Ainda que tais biscoitos patenteados deixassem de ser vendidos não traria um efeito adverso relevante para a Companhia.

## **Licenças de uso de software**

A Companhia possui licenças de uso de software adquiridos no mercado e usualmente utilizados pela maior parte das empresas do país, como Microsoft e Oracle, além de possuir as licenças de uso de software de prateleira. Por meio da funcionalidade dos *softwares* adquiridos no mercado, a Companhia dispõe de ferramentas necessárias para a gestão das suas atividades diárias.

Neste sentido, a política adotada pela Companhia não fere os direitos autorais de terceiros. Ainda nesta linha, a Companhia implementa a política de não reproduzir, instalar, utilizar e/ou distribuir cópias não autorizadas de *software* ou programas aplicativos, produtos, informações, e *e-mails* a pessoas não autorizadas bem como a instalação, uso e/ou manuseio de *software* não homologado pela área de Tecnologia da Informação nos servidores e estações de trabalho da Companhia.

### *i. Duração*

A duração das licenças de uso dos *softwares* depende dos aspectos gerais de cada licença de uso de *software* contratada. Desta forma, as principais licenças de uso de programas de computador da Companhia, vigoram, em geral, entre 12 e 36 meses, com possibilidade de renovação. Não obstante, algumas licenças de uso de softwares vigoram por prazo indeterminado.

### *ii. Abrangência Territorial*

A abrangência territorial das licenças dos programas de computador é limitada na forma específica de cada licença concedida à Companhia. Algumas licenças de programas de computador são destinadas à uma quantidade limitada de usuários ou de máquinas em que serão instaladas.

### *iii. Eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos*

A perda do direito sobre as licenças de uso dos softwares dependerá dos aspectos gerais de cada licença correspondente. Em regra, as hipóteses de descumprimento contratual e utilização dos *softwares* sem a aquisição das respectivas licenças ou fora dos seus parâmetros, ferem os direitos de terceiros, ensejam a interrupção do uso desses ativos e o pagamento de indenização por perdas e danos.

## 9.2 - Outras Informações Relevantes

### *iv. Possíveis consequências da perda de tais direitos para o emissor*

A perda do direito sobre as licenças dos programas de computador principais da Companhia implica na impossibilidade de utilização dos referidos programas nas atividades da Companhia e na possível necessidade de substituição dos mesmos. Existe ainda, a possibilidade do usuário do programa de computador com licença de uso expirada ou que o utilize fora dos parâmetros especificados na licença de uso sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

O ano de 2019 foi bastante desafiador, com a conjunção de fatores desfavoráveis, como os elevados custos de *commodities*, matérias-primas e alguns insumos, aliados a um ambiente de consumo retraído e elevados níveis de estoque nos clientes.

Diante desse cenário, foram adotadas medidas com vistas à retomada do crescimento de volume e com maior lucratividade, além da solidificação da posição de liderança da M. Dias Branco nos mercados de biscoitos e massas no Brasil, cuja participação de mercado em volume de vendas no ano de 2019 foi de 33,7% em biscoitos (34,0% em 2018 e 32,5% em 2017) e 35,7% em massas (36,0% em 2018 e 32,4% em 2017), conforme dados divulgados pela Nielsen para o período acumulado, contemplando Piraquê a partir de maio de 2018.

Com o objetivo de simplificar a estrutura societária da Companhia e auferir maiores ganhos de sinergias pela redução de custos operacionais, buscando maximizar benefícios de natureza patrimonial, legal e financeira, foi aprovada em 27 de dezembro de 2019 a incorporação da Indústria de Produtos Alimentícios Piraquê S.A. (Piraquê), adquirida em 2018, diante da estratégia de participar ativamente do processo de consolidação do setor.

Uma característica geral importante da Companhia, com reflexos relevantes em sua condição financeira e patrimonial, reside no fato de ser verticalizada, isto é, produzir a maior parte das duas principais matérias-primas utilizadas na produção dos biscoitos e massas: farinha de trigo e gorduras vegetais. No ano de 2019, a Companhia fabricou 86,7% de toda a farinha de trigo e 97,8% de toda a gordura vegetal utilizadas no seu processo produtivo. Nesse sentido, destaca-se o início das operações do moinho de Bento Gonçalves (RS), que passou a abastecer as regiões Sul e Sudeste.

A receita líquida da Companhia atingiu R\$ 6,1 bilhões em 2019, tendo o Brasil como principal mercado, responsável por 99,2% da receita líquida de descontos no ano. Ademais, 29,8% das vendas foram destinadas ao varejo e 28,7% a atacadistas e distribuidores, enquanto apenas 20,6% foram para grandes redes e redes regionais. De um universo de, aproximadamente, 123,0 mil clientes ativos, o maior cliente da Companhia no ano de 2019 representou 10,8% da receita líquida de descontos, enquanto que os cinquenta maiores representaram apenas 37,7%.

Nesse contexto, para a operação de seus negócios, desenvolvimento e lançamento de novos produtos, bem como a expansão de suas atividades, as principais fontes de recursos financeiros utilizados pela Companhia residem no próprio volume de recursos advindos da comercialização dos seus produtos – com a característica de forte geração de caixa e baixa inadimplência – além dos valores recebidos a título de subvenções para investimento estaduais e federais (associadas à implantação/expansão de unidades industriais). Somam-se a este montante os rendimentos de aplicações advindas das disponibilidades de caixa.

As principais necessidades de recursos financeiros da Companhia advêm de investimentos para a expansão e modernização de sua estrutura de produção e logística, para aquisição de outras empresas e para a amortização do seu endividamento, pagamento de tributos, pesquisa e desenvolvimento de novos produtos, distribuição de dividendos e outros desembolsos operacionais.

A Diretoria entende que a Companhia continua apresentando sólidas condições financeiras e patrimoniais, suficientes para implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto e médio prazo. No sentido de refletir tais condições financeiras, a Companhia destaca alguns indicadores baseados em índices de liquidez, os quais revelam capacidade satisfatória de saldar as suas obrigações.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
Índices de liquidez	2017	2018	2019
Liquidez geral	2,49	1,27	1,41
Liquidez corrente	4,33	1,91	2,01
Liquidez seca	3,24	1,31	1,32
Liquidez imediata	1,57	0,35	0,30

### b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$ 6.034,9 milhões frente a R\$ 5.561,8 milhões em 31 de dezembro de 2018, apresentando um acréscimo de 8,5%. Deste aumento, R\$ 471,9 milhões foram provenientes do lucro do exercício deduzido dos juros sobre o capital próprio. Nesta mesma data, a Companhia tinha caixa e equivalentes de caixa no valor de R\$ 348,4 milhões e aplicações de curto e longo prazo no total de R\$ 20,2 milhões. No final do período, a dívida líquida foi de R\$ 605,0 milhões frente a R\$ 767,4 milhões em 31 de dezembro de 2018, apresentando uma redução de 21,2%, principalmente pela redução do endividamento da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2018, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$ 5.561,8 milhões frente a R\$ 4.992,0 milhões em 31 de dezembro de 2017, apresentando um acréscimo de 11,4%. Deste aumento, R\$ 584,5 milhões foram provenientes do lucro do exercício deduzido dos juros sobre o capital próprio. Nesta mesma data, a Companhia tinha caixa e equivalentes de caixa no valor de R\$ 451,0 milhões e aplicações de longo prazo no total de R\$ 13,1 milhões, registrando uma queda substancial em decorrência da compra da Piraquê. No final do período, a dívida líquida foi de R\$ 763,5 milhões, frente a dívida líquida negativa em R\$ 596,6 milhões em 31 de dezembro de 2017, apresentando crescimento em função da necessidade de captação para recomposição do caixa da Companhia.

### c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

O Ebitda em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 772,1 milhões, 17,2% menor do que o Ebitda de 31 de dezembro de 2018, e os juros e variações cambiais e *swap* pagos foram de R\$ 56,4 milhões em 2019. Desta forma, o Ebitda apresentou índice de cobertura de 13,68 vezes dos juros, variações cambiais e *swap* pagos pela devedora no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.

O Ebitda em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 933,0 milhões, 3,5% menor do que o Ebitda de 31 de dezembro de 2017, e os juros e variações cambiais e *swap* pagos foram de R\$ 36,8 milhões em 2018. Desta forma, o Ebitda apresentou índice de cobertura de 25,33 vezes dos juros, variações cambiais e *swap* pagos pela devedora no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

A tabela abaixo apresenta a dívida líquida da Companhia e a sua relação com o Ebitda dos últimos 3 exercícios

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
Endividamento	2017	2018	2019	2018/2017 (%)	2019/2018 (%)
Endividamento Total <sup>(1)</sup>	(341,6)	(1.252,8)	(979,7)	n/a	(21,8)
Caixa <sup>(2)</sup>	938,2	464,1	368,6	(50,5)	(20,6)
Instrumentos financeiros <sup>(3)</sup>	-	21,3	6,1	n/a	(71,2)
<b>Caixa Líquido (Dívida Líquida)</b>	<b>596,6</b>	<b>(767,4)</b>	<b>(605,0)</b>	<b>n/a</b>	<b>(21,2)</b>
<b>Ebitda</b>	<b>966,4</b>	<b>933,0</b>	<b>772,1</b>	<b>(3,5)</b>	<b>(17,2)</b>
<b>Caixa (Dívida) Líquido / Ebitda dos últimos 12 meses <sup>(4)</sup></b>	<b>0,6</b>	<b>(0,8)</b>	<b>(0,8)</b>	<b>n/a</b>	<b>(0,0)</b>

Nota: As informações apresentadas referem-se às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

(1) Contempla os financiamentos e empréstimos com instituições financeiras, financiamentos de impostos e financiamentos diretos.

(2) Contempla o caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto prazo e longo prazo.

(3) Contempla os instrumentos financeiros do ativo circulante e não circulante.

(4) Conforme a Instrução CVM nº 527/12, o Lajida/Ebitda consiste no resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões. O art. 4º da Instrução CVM nº 527/12 dispõe também que a companhia pode optar por divulgar os valores do Lajida e do Lajir excluindo os resultados líquidos vinculados às operações descontinuadas e ajustado por outros itens que contribuam para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa.

Considerando o seu perfil de endividamento, com base no índice Dívida Líquida/Ebitda, o fluxo de caixa significativo gerado pelas atividades operacionais e a posição de liquidez corrente e geral, a Diretoria acredita que a Companhia possui liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não possa garantir que tal situação permanecerá igual.

### d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Em regra, a Companhia não tem necessidade de capital de giro adicional, contudo, se e quando necessário, a estratégia adotada pela Companhia consiste em procurar obter recursos a menor custo junto a bancos de fomento e organismos multilaterais, inclusive com o propósito de minimizar seu custo médio ponderado de capital.

Durante o ano de 2019, a Companhia optou por financiamentos de capital de giro e financiamentos de importação de matéria-prima. Essa decisão foi tomada para recompor o caixa da Companhia, após a liquidação de alguns financiamentos adquiridos em 2018, após a aquisição da Piraquê.

Para os investimentos de ativos não circulantes, utilizamos os financiamentos do BNDES e BNB, que usualmente oferecem prazos mais longos e taxas de juros mais competitivas.

Em todos os casos acima, considerando os fluxos de caixa significativos gerados pelas atividades operacionais, sempre que as condições propostas pelas instituições contatadas não sejam compatíveis em termos de prazos e custos ou no caso dos investimentos que não sejam elegíveis para financiamento pelo BNDES ou BNB, a Companhia sempre faz a opção pelo pagamento com recursos próprios.

### e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia tem limites aprovados em bancos de primeira linha. Entretanto, esses limites aprovados estão destinados para a cobertura de investimentos e não para a cobertura de deficiência de liquidez da Companhia, visto que não tem esta indicação. Caso a Companhia venha a ter, poderá utilizar financiamentos para capital de giro, através de Instituições Financeiras Privadas, como empréstimo em moeda estrangeira (Lei n. 4.131, de 3 de setembro de 1962), Cédula de

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Crédito Bancário, Finimp (Financiamento de Importações) Crédito Rotativo ou outros, por elas apresentadas.

### f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

A tabela abaixo demonstra a composição do endividamento da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019:

Indexador	2017	2018	2019		
	R\$	R\$	Juros (a.a.)	R\$	
<i>(Em milhões de Reais)</i>					
<b>Moeda nacional</b>					
BNDES-FINAME	TJLP	11	24,5	2,17%	18,3
BNDES-PSI	R\$	221,7	236,1	2,99%	105,6
BNDES-PSI	URTJLP	0,2	0,1	-	-
Financiamentos de Tributos Estaduais (RN)	TR	-	0,1	-	-
Financiamentos de Tributos Estaduais (CE)	TJLP	7,9	9,4	-	10,1
Financiamentos de Tributos Estaduais (BA)	TJLP	0,3	-	-	0,6
BNB – FNE	-	44,9	35,1	-	-
Instrumento de Cessão de Quotas da Pilar	100% CDI	15,4	3,3	-	2,2
Instrumento de Cessão de Ações da Estrela	100% CDI	7,5	8,3	-	5,1
Instrumento de Cessão de Quotas do Moinho Santa Lúcia	100% CDI	32,3	4,9	-	-
Instrumento de Cessão de Quotas da Piraquê	-	-	224,6	-	231,5
BNDES-FINEM	IPCA	-	59,2	8,65%	49,4
BNDES-PROGEREN	IPCA	-	78,7	6,28%	57,7
Arrendamento mercantil financeiro	-	0,4	-	-	-
		<b>341,6</b>	<b>684,3</b>		<b>480,5</b>
<b>Moeda estrangeira</b>					
Financiamentos de importação de insumos	USD	-	347,9	3,14%	365,3
Capital de Giro (Lei nº 4.131)	USD	-	220,6	0,18%	133,9
		-	<b>568,5</b>		<b>499,2</b>
		<b>341,6</b>	<b>1.252,8</b>		<b>979,70</b>
<b>Parcela a amortizar classificada no passivo circulante</b>		<b>(113,5)</b>	<b>(697,0)</b>		<b>(608,2)</b>
<b>Passivo não circulante</b>		<b>228,1</b>	<b>555,8</b>		<b>371,5</b>

Em 31 de dezembro de 2019, o endividamento da Companhia totalizava R\$ 979,7 milhões (62,1% no curto prazo e 37,9% no longo prazo), 21,8% menor que o saldo registrado em 31 de dezembro de 2018, principalmente pela liquidação antecipada de financiamentos de Finame e FNE.

A tabela a seguir apresenta o cronograma de pagamento das obrigações de longo prazo contratadas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2017	2018	2019
<i>(Em milhões de reais)</i>			
<b>Vencimento</b>			
2019	58,3	-	-
2020	54,5	99,3	-
2021	46,9	137,6	120,9
2022	37,7	124,8	113,7
2023	23,1	82,7	75,7
2024 a 2025	7,6	111,4	61,2
<b>Total</b>	<b>228,1</b>	<b>555,8</b>	<b>371,5</b>

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

#### 1. Com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía contratos financeiros em moeda nacional e estrangeira, que totalizavam R\$ 730,2 bilhões. Dentre esses, 22 contratos são considerados, no montante, relevantes, e representam o total de R\$ 632,5 milhões. Esses contratos foram celebrados com diversas instituições financeiras, tais como Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Itaú BBA, The Bank of Nova Scotia e Banco Santander Brasil. A maioria de seus contratos a Sra. Maria Consuelo Saraiva Leão Dias Branco, Presidente do Conselho de Administração, figura como garantidora em conjunto com alguns dos diretores estatutários.

A tabela abaixo indica detalhes dos 31 contratos financeiros, que podemos destacar com maiores saldos vigentes, em 31 de dezembro de 2019, mantidos pela Companhia:

Contrato	Instituição Financeira	Valor da Contratação (em milhões de R\$)	Juros	Data da Contratação	Vencimento	Saldo Devedor em 31/12/2019 (em milhões de R\$)
4131 – Capital de giro	Banco Itau BBA.	130,0	0,18% a.a.	17/04/2019	07/05/2020	133,90
17.02.0401.1	BNDES	70,0	6,28% a.a.	02/10/2017	15/10/2022	57,70
14.2.1298.1 A e B	BNDES	68,0	8,51% a.a.	10/02/2015	17/06/2024	44,10
Santander - 4121395	Banco Santander Brasil S.A	28,7	2,977% a.a.	05/04/2019	27/03/2020	30,80
DC/30007/MDB/0156	The Bank of Nova Scotia	27,2	3,39588% a.a.	11/03/2019	05/03/2020	29,60
DC/30007/MDB/0153	The Bank of Nova Scotia	26,3	3,56088% a.a.	09/01/2019	03/01/2020	29,60
Santander - 4122089	Banco Santander Brasil S.A.	27,8	2,944% a.a.	25/04/2019	15/04/2020	29,20
DC/30007/MDB/0161	The Bank of Nova Scotia	26,9	3,21375% a.a.	30/04/2019	23/04/2020	28,10
Santander - 4121762	Banco Santander Brasil S.A.	26,1	2,9764% a.a.	12/04/2019	02/04/2020	27,70
Santander - 4121460	Banco Santander Brasil S.A.	24,9	2,978% a.a.	08/04/2019	25/03/2020	26,90
Santander - 4121805	Banco Santander Brasil S.A.	24,8	2,9740% a.a.	16/04/2019	14/04/2020	26,40
Santander - 4121724	Banco Santander Brasil S.A.	24,4	2,982% a.a.	11/04/2019	18/03/2020	26,30
Santander - 4121640	Banco Santander Brasil S.A.	23,8	2,9665% a.a.	10/04/2019	06/04/2020	25,50
Santander - 4121916	Banco Santander Brasil S.A	23,7	2,988% a.a.	22/04/2019	08/04/2020	25,00
DC/30007/MDB/0155	The Bank of Nova Scotia	16,4	3,456% a.a.	13/02/2019	07/02/2020	18,40
14.2.1298.1 C	BNDES	28,5	2,17% a.a.	10/02/2015	17/06/2024	16,50
DC/30007/MDB/0154	The Bank of Nova Scotia	10,6	3,456% a.a.	13/02/2019	07/02/2020	11,90
DC/30007/MDB/0160	The Bank of Nova Scotia	8,6	3,337% a.a.	13/03/2019	06/03/2020	9,20
000050003557100 (PSI)	Banco Itau BBA.	15,6	3,50%a.a.	23/12/2013	15/01/2024	8,00
DC/30007/MDB/0158	The Bank of Nova Scotia	6,9	3,3370%a.a.	13/03/2019	06/03/2020	7,40
DC/30007/MDB/0157	The Bank of Nova Scotia	6,4	3,3370%a.a.	13/03/2019	06/03/2020	6,90
DC/30007/MDB/0159	The Bank of Nova Scotia	6,0	3,3370%a.a.	13/03/2019	06/03/2020	6,40
15.2.0531.1 A e B	BNDES	7,0	9,84%a.a.	10/02/2015	15/08/2024	5,30
15.2.0531.1 C	BNDES	2,9	2,17%a.a.	10/02/2015	15/08/2024	1,70

A seguir, encontram-se descritos os contratos celebrados pela Companhia com seus principais credores.

#### **Banco Itaú BBA**

Em 31 de dezembro de 2019, estavam vigentes 91 contratos com o Banco Itaú BBA, totalizando R\$ 198 milhões, com vencimentos até janeiro de 2024. Existem financiamentos através de linhas de repasses do BNDES, na modalidade FINAME PSI e BNDES FINAME com taxa média de 3,01%, sendo contraídos para inovação e ampliação dos parques industriais.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### ***Banco do Brasil***

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantinha 16 contratos vigentes com o Banco do Brasil, que totalizam R\$ 14,7 milhões, com vencimentos até julho de 2023. Esses financiamentos são através de linhas de repasses do BNDES, na modalidade FINAME PSI, com taxa média de 2,95% a.a.. Esses financiamentos foram contraídos para a renovação e ampliação de nosso parque industrial. No que tange à prestação de garantias em alguns contratos financeiros vigentes da Companhia, a Sra. Maria Consuelo Saraiva Leão Dias Branco, Presidente do Conselho de Administração, figura como garantidora destes contratos. Há também como garantia a transferência da propriedade fiduciária dos bens descritos nos respectivos contratos.

### ***Banco Bradesco***

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia tinha 15 contratos vigentes com essa instituição, totalizando R\$ 17,9 milhões. Esses financiamentos foram adquiridos através do BNDES, na modalidade FINAME PSI, para a renovação e ampliação de nosso parque industrial, com taxa média de 3% a.a. Como garantia, há a transferência da propriedade fiduciária dos bens descritos nos respectivos contratos.

### ***Banco Santander Brasil***

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia tinha 16 contratos vigentes com essa instituição, totalizando R\$ 224,2 milhões. Desses contratos, 08 são considerados relevantes e foram adquiridos para financiamentos de insumos importados, totalizando R\$ 217,7 milhões, vencimentos até abril de 2020 e taxa média de 2,97% a.a. mais variação cambial. O restante foi financiado através do BNDES, na modalidade FINAME PSI, com taxa média de 2,97% a.a. No que tange à prestação de garantias, em alguns contratos financeiros vigentes da Companhia, a Sra. Maria Consuelo Saraiva Leão Dias Branco, Presidente do Conselho de Administração, figura como garantidora em conjunto com alguns dos diretores estatutários. Há também como garantia a transferência da propriedade fiduciária dos bens descritos nos respectivos contratos.

### ***The bank of Nova Scotia***

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia tinha 9 contratos vigentes e considerados relevantes com essa instituição, totalizando R\$ 147,5 milhões. Estes contratos foram adquiridos para financiamentos de insumos importados, com vencimentos até abril de 2020 e taxa média de 3,39% a.a. mais variação cambial.

### ***Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social***

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantinha 3 contratos vigentes e relevantes com o BNDES, que totalizam R\$ 125,4 milhões, com vencimentos até agosto de 2024. Esses financiamentos são através de linhas de repasses do BNDES, nas modalidades PROGEREN, com indexador IPCA, taxa média de 6,28% a.a.. e FINEM, com indexador IPCA, taxa média de 8,65% a.a. e indexador TJLP, taxa média de 2,17% a.a.. Esses financiamentos foram contraídos pela empresa Piraquê S.A. para a Implantação de Unidade Industrial e Capital de Giro. No que tange à prestação de garantias, existe hipoteca dos bens descritos nos respectivos contratos e uma Fiança bancária.

## **2. Outros endividamentos relevantes**

### ***Financiamentos diretos - Aquisição de Quotas/Ações do capital das controladas NPAP Alimentos, Pelágio Oliveira, J. Brandão, Moinho Santa Lúcia e Industria de Produtos Alimentícios Piraque S. A.***

A Companhia possui endividamento em decorrência de operações de aquisição de empresas com antigos quotistas/acionistas detentores de 100% do capital adquirido, dentre os quais destaca-se como mais relevante o da aquisição da Piraquê, no valor de R\$ 231,5 milhões, composto por parcela retida do preço de aquisição vinculadas às garantias das contingências que porventura

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

venham a surgir, atualizados pela taxa equivalente a 100% da variação do CDI, e pela parcela do preço contingente na aquisição da Piraquê, conforme segue:

i) parcela retida do preço no montante de R\$ 165.505 que será liquidada em 5 parcelas, com vencimentos em 16/05/2020, 16/05/2021, 16/05/2022, 16/05/2023 e 31/12/2023, descontado das contingências pagas de responsabilidades dos vendedores;

ii) parcela contingente do preço de aquisição, na ordem de R\$ 66.039, decorrente da expectativa de realização de créditos tributários passíveis de reembolso aos vendedores, que serão pagos à medida que forem convertidos em renda em favor da Piraquê ou compensados. Durante o exercício de 2018 e 2019, do total reconhecido de preço contingente (R\$ 75.137) foi liquidado R\$ 9.098.

### ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

As relações de longo prazo com instituições financeiras já foram comentadas em outras seções do documento.

### iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Nossos contratos de financiamentos são garantidos por meio de diversos instrumentos, incluindo alienação fiduciária, garantia hipotecária para algumas operações e aval prestado pela presidente do conselho de administração, Sra. Maria Consuelo Saraiva Leão Dias Branco.

Considerando a totalidade do passivo circulante e não circulante da Companhia, a composição de acordo com o grau de subordinação era a seguinte nas datas indicadas, com base em nossas demonstrações financeiras consolidadas:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2017	2018	2019
	<i>(Em milhões de reais)</i>		
Obrigações com garantia quirografárias	776,1	1.809,7	1.828,5
Obrigações com garantia real	331,8	435,9	237,6
<b>Total do passivo circulante e não circulante</b>	<b>1.097,9</b>	<b>2.245,6</b>	<b>2.066,1</b>

### iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Os contratos de financiamento de importação de mercadorias, financiamentos externos, financiamentos através das linhas de crédito do BNDES e FNE, contêm cláusulas restritivas, habituais para esses tipos de operação, que caso não sejam atendidas, podem fazer com que algumas dessas operações sofram vencimentos antecipados.

Essas cláusulas contratuais, dentre outras condições, restringem a autonomia da Companhia nos casos de alteração da estrutura societária, pois vedam expressamente qualquer alteração ou modificação da composição do seu capital social, incorporação, cisão ou fusão, transferência ou cessão, direta ou indireta, de seu controle societário sem a prévia e expressa concordância das respectivas instituições financeiras credoras; e exigem que a Companhia não possua (i) protestos legítimos, (ii) ações, demandas ou processos pendentes ou em vias de serem propostos, que, se decididos em desfavor da Companhia, teriam efeito prejudicial sobre a sua condição financeira ou prejudicariam sua capacidade de cumprir as obrigações contratuais; bem como exigem que a transferência ou cessão de direitos e obrigações decorrentes dos contratos sejam aprovadas pelas respectivas instituições financeiras credoras e pelo Finame. No caso mais específico dos contratos firmados pela empresa incorporada Piraquê, além das cláusulas supracitadas, deve-se (i) manter durante a vigência do contrato determinados percentuais dos índices: Dívida Líquida / Ebitda e

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Patrimônio Líquido/Passivo Total e (ii) manutenção de quadro de pessoal apresentado em projeto de liberação de financiamento.

Atualmente, a Companhia não está incorrendo em nenhuma das hipóteses de restrição previstas em seus contratos.

Conclusivamente, a Companhia, ainda que se utilize de recursos de terceiros, não tem dependência de contratos financeiros relevantes para a realização de suas atividades operacionais.

### g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em 31 de dezembro de 2019, todos os recursos das operações já contratadas com instituições financeiras através de linha de crédito do BNDES - PSI, para ampliação e renovação do seu parque industrial foram liberados.

### h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Os resumos das demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019 que serão apresentados a seguir, foram extraídos das demonstrações financeiras consolidadas. Essas demonstrações foram preparadas em conformidade com o International Financial Reporting Standards (“IFRS”) emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Princípios Contábeis (CPC), homologados pelos órgãos reguladores e auditadas pelos Auditores Independentes, de acordo com as normas internacionais de auditoria e normas de auditoria aplicáveis no Brasil, e que refletem adequadamente o resultado das operações e da situação patrimonial e financeira da Companhia nos respectivos exercícios.

As tabelas abaixo apresentam um sumário do balanço patrimonial consolidado, demonstração de resultado consolidado, demonstração dos fluxos de caixa e outras informações financeiras para os períodos indicados, inclusive os percentuais de variação entre os períodos para cada item das respectivas demonstrações, bem como a representatividade de cada item, seja em relação ao ativo total no balanço patrimonial, seja em relação à receita líquida na demonstração de resultados:

### *Análise da demonstração do resultado, balanço patrimonial e fluxo de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018*

Demonstração do resultado	2018	AV%	2019	AV%	2019/ 2018 (%)
<i>(Em milhões de reais, exceto percentagens)</i>					
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>6.025,1</b>	<b>100,0</b>	<b>6.103,6</b>	<b>100,0</b>	<b>1,3</b>
Custos dos produtos vendidos	(4.007,0)	(66,5)	(4.250,5)	(69,6)	6,1
Subvenções para investimentos estaduais	276,2	4,6	308,2	5,0	11,6
<b>Lucro bruto</b>	<b>2.294,3</b>	<b>38,1</b>	<b>2.161,3</b>	<b>35,4</b>	<b>(5,8)</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>					
Despesas de vendas	(1.186,2)	(19,7)	(1.333,9)	(21,9)	12,5
Despesas administrativas	(269,5)	(4,5)	(293,3)	(4,8)	8,8
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(86,4)	(1,4)	5,3	0,1	n/a
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos</b>	<b>752,2</b>	<b>12,5</b>	<b>539,4</b>	<b>8,8</b>	<b>(28,3)</b>
Receitas financeiras	233,1	3,9	252,9	4,1	8,5
Despesas financeiras	(186,8)	(3,1)	(222,4)	(3,6)	19,1
<b>Resultado operacional - após resultado financeiro</b>	<b>798,4</b>	<b>13,3</b>	<b>569,9</b>	<b>9,3</b>	<b>(28,6)</b>

**10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais**

Resultado da equivalência patrimonial	(1,4)	0,0	(0,9)	0,0	(35,7)
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>797,0</b>	<b>13,2</b>	<b>569,0</b>	<b>9,3</b>	<b>(28,6)</b>
Imposto de renda e contribuição social	(73,5)	(1,2)	(12,1)	(0,2)	(83,5)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>723,5</b>	<b>12,0</b>	<b>556,9</b>	<b>9,1</b>	<b>(23,0)</b>

Conciliação para o EBITDA

<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>723,5</b>	<b>12,0</b>	<b>556,9</b>	<b>9,1</b>	<b>(23,0)</b>
Imposto de renda e contribuição social	73,5	1,2	12,1	0,2	(83,5)
Receitas financeiras	(233,1)	(3,9)	(252,9)	(4,1)	8,5
Despesas financeiras	186,8	3,1	222,4	3,6	19,1
Depreciação e amortização incluídas no CPV	141,4	2,3	165,9	2,7	17,3
Depreciação e amortização incluídas em despesas administrativas e comerciais	40,9	0,7	67,7	1,1	65,5
<b>EBITDA <sup>(1)</sup></b>	<b>933,0</b>	<b>15,5</b>	<b>772,1</b>	<b>12,6</b>	<b>(17,2)</b>

Nota: A análise vertical (AV%) é a representação de cada rubrica sobre a receita líquida.

- (1) Conforme a Instrução CVM nº 527/12, o LAJIDA/EBITDA consiste no resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas, das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões. O art. 4º da Instrução CVM nº 527/12 dispõe também que a companhia pode optar por divulgar os valores do LAJIDA e do LAJIR excluindo os resultados líquidos vinculados às operações descontinuadas e ajustado por outros itens que contribuam para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa.

Balço patrimonial	2018	AV%	2019	AV%	2019/2018 (%)
	<i>(Em milhões de reais, exceto percentagens)</i>				
<b>Ativo circulante</b>	<b>2.449,2</b>	<b>31,4</b>	<b>2.321,7</b>	<b>28,7</b>	<b>(5,2)</b>
Caixa e equivalentes de caixa	451,0	5,8	348,4	4,3	(22,7)
Contas a receber de clientes	1.043,0	13,4	957,5	11,8	(8,2)
Estoques	765,6	9,8	799,1	9,9	4,4
Tributos a recuperar	132,2	1,7	162,4	2,0	22,8
Aplicações financeiras	0,0	0,0	16,4	0,2	n/a
Instrumentos financeiros derivativos	23,9	0,3	8,0	0,1	(66,5)
Outros créditos	25,7	0,3	22,1	0,3	(14,0)
Despesas antecipadas	7,8	0,1	7,8	0,1	-
<b>Ativo não circulante</b>	<b>5.358,2</b>	<b>68,6</b>	<b>5.779,3</b>	<b>71,3</b>	<b>7,9</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>	<b>399,5</b>	<b>5,1</b>	<b>597,2</b>	<b>7,4</b>	<b>49,5</b>
Aplicações financeiras	13,1	0,2	3,8	0,0	(71,0)
Depósitos judiciais	243,0	3,1	257,4	3,2	5,9
Tributos a recuperar	77,1	1,0	273,9	3,4	n/a
Contas a receber de clientes	2,7	0,0	0,3	0,0	(88,9)
Incentivos fiscais/outros créditos	7,8	0,1	4,0	0,0	(31,0)
Ativos de indenização	55,8	0,7	57,8	0,7	0,0
<b>Investimentos</b>	<b>15,8</b>	<b>0,2</b>	<b>52,9</b>	<b>0,7</b>	<b>234,8</b>
<b>Propriedade para investimento</b>	<b>22,3</b>	<b>0,3</b>	<b>55,2</b>	<b>0,7</b>	<b>147,5</b>
<b>Imobilizado</b>	<b>3.190,5</b>	<b>40,9</b>	<b>3.351,6</b>	<b>41,4</b>	<b>5,0</b>
<b>Intangível</b>	<b>1.730,1</b>	<b>22,2</b>	<b>1.722,4</b>	<b>21,3</b>	<b>(0,4)</b>
<b>Ativo total</b>	<b>7.807,4</b>	<b>100,0</b>	<b>8.101,0</b>	<b>100,0</b>	<b>3,8</b>
<b>Passivo circulante</b>	<b>1.280,9</b>	<b>16,4</b>	<b>1.153,6</b>	<b>14,2</b>	<b>(9,9)</b>
Fornecedores	152,4	2,0	149,0	1,8	(2,0)
Financiamentos e emprést. c/ instit. financ.	678,8	8,7	568,7	7,0	(16,2)
Financiamento de impostos	3,1	0,0	5,3	0,1	71,0
Financiamentos diretos	15,1	0,2	34,2	0,4	126,5
Arrendamento mercantil	0,0	0,0	15,1	0,2	n/a
Obrigações sociais e trabalhistas	166,1	2,1	167,4	2,1	0,8
Obrigações fiscais	106,9	1,4	83,8	1,0	(21,6)
Adiantamentos de clientes	8,2	0,1	10,2	0,1	24,4
Instrumentos financeiros derivativos	2,7	0,0	1,9	0,0	(29,6)
Outras contas a pagar	46,8	0,6	76,3	0,9	63,0
Dividendos	87,3	1,1	36,9	0,5	(57,7)
Subvenções governamentais	13,5	0,2	4,8	0,1	(64,4)

**10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais**

<b>Passivo não circulante</b>	<b>964,7</b>	<b>12,4</b>	<b>912,5</b>	<b>11,3</b>	<b>(5,4)</b>
<b>Exigível a longo prazo</b>	<b>964,7</b>	<b>12,4</b>	<b>912,5</b>	<b>11,3</b>	<b>(5,4)</b>
Financiamentos e emprést. c/ instit. financeiras	323,4	4,1	161,5	2,0	(50,1)
Financiamento de impostos	6,4	0,1	5,3	0,1	(17,2)
Financiamentos diretos	226,0	2,9	204,7	2,5	(9,4)
Arrendamento mercantil	0,0	0,0	86,9	1,1	n/a
Obrigações fiscais	1,0	0,0	1,0	0,0	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	208,7	2,7	205,2	2,5	(1,7)
Outras contas a pagar	10,9	0,1	34,4	0,4	n/a
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	188,3	2,4	213,5	2,6	13,4
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>5.561,8</b>	<b>71,2</b>	<b>6.034,9</b>	<b>74,5</b>	<b>8,5</b>
Capital social	2.258,6	28,9	2.508,4	31,0	11,1
Reservas de capital	21,5	0,3	26,3	0,3	22,3
Ajustes acumulados de conversão	0,1	0,0	0,1	0,0	-
Reservas de lucros	3.229,9	41,4	3.452,0	42,6	6,9
Dividendos adicionais	51,7	0,7	48,1	0,6	(7,0)
<b>Passivo total e patrimônio líquido</b>	<b>7.807,4</b>	<b>100,0</b>	<b>8.101,0</b>	<b>100,0</b>	<b>3,8</b>

Nota: A análise vertical (AV%) é a representação de cada rubrica sobre o ativo total.

<b>Demonstração do fluxo de caixa – Método Indireto</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2019/ 2018 (%)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	797,1	569,0	(28,6)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	182,3	233,5	28,1
Custo na venda de ativos permanentes	1,8	7,4	n/a
Equivalência patrimonial	1,4	0,9	(35,7)
Atualização dos financiamentos e das aplicações financeiras, variações cambiais ativas e passivas	89,8	79,4	(11,6)
Créditos tributários e atualizações	(47,4)	(285,0)	n/a
Atualização de depósitos judiciais	(7,5)	(8,3)	10,7
Atualização provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	8,3	23,8	n/a
Atualização de arrendamento mercantil	0	8,3	n/a
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	34,8	44,2	27,0
Ações outorgadas reconhecidas	3,5	4,8	37,1
Provisão / perda do valor recuperável de clientes	17,4	30,6	75,9
Provisão de IR sobre financiamentos	2,7	3,1	14,8
Provisão(Reversão) do valor recuperável dos estoques	(0,8)	6,5	n/a
Provisão decorrente dos contratos de operações com derivativos	(36,4)	(12,5)	(65,7)
<b>Variações nos ativos e passivos</b>			
(Aumento) redução em contas a receber de clientes	(166,7)	57,3	n/a
(Aumento) nos estoques	(70,9)	(27,9)	(60,6)
(Aumento) nas aplicações financeiras	-	(16,4)	n/a
Redução nos impostos a recuperar	67,8	73	7,7
(Aumento) em outros créditos	(47,1)	(3,3)	(93,0)
(Redução) em fornecedores	(11,6)	(3,3)	(71,6)
Aumento (redução) nos impostos e contribuições	27,8	(5,9)	n/a
Aumento (redução) nas subvenções governamentais	5,9	(8,7)	n/a
Aumento (redução) em contas a pagar e provisões	(15,0)	13,4	n/a
Juros pagos	(31,1)	(45,3)	45,7
Variações cambiais pagas	(13,0)	(36,4)	n/a
Imposto de renda e contribuição social pagos	(52,3)	(45,4)	(13,2)
Recebimentos de recursos por liquidação de operações com derivativos	7,3	25,3	n/a
Liberação de incentivos para reinvestimentos	5,8	0	(100,0)
<b>Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais</b>	<b>753,9</b>	<b>682,1</b>	<b>(9,5)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>			
Aquisição de imobilizado e intangível	(300,0)	(319,6)	6,5

**10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais**

Amortização de dívida da aquisição de empresas	(23,8)	(6,8)	(71,4)
Aquisição de participação societária	(1.306,4)	-	(100,0)
Aplicação financeira a longo prazo	-	(6,2)	n/a
Resgate de aplicação financeira a longo prazo	-	9,6	n/a
Aplicações em investimentos	(7,7)	(38,0)	n/a
Caixa e equivalentes de caixa adquirido	113,7	-	(100,0)
<b>Disponibilidades líquidas (aplicadas) nas atividades de investimentos</b>	<b>(1.524,2)</b>	<b>(361,0)</b>	<b>(76,3)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Juros sobre capital próprio pagos	(132,4)	(139,0)	5,0
Financiamentos tomados	779,9	401,5	(48,5)
Pagamentos de financiamentos	(352,1)	(663,5)	88,4
Pagamentos de arrendamento mercantil	0	(22,7)	n/a
<b>Disponibilidades líquidas geradas (aplicadas) nas atividades de financiamentos</b>	<b>295,4</b>	<b>(423,7)</b>	<b>n/a</b>
<b>Demonstrações do aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>			
<b>No início do período</b>	<b>925,9</b>	<b>451,0</b>	<b>(51,3)</b>
<b>No final do período</b>	<b>451,0</b>	<b>348,4</b>	<b>(22,7)</b>
<b>Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(474,9)</b>	<b>(102,6)</b>	<b>(78,4)</b>

Nota: As informações apresentadas referem-se às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

**Principais itens de resultados auferidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 comparado com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018****Receita líquida**

No comparativo 2019 versus 2018, a receita líquida cresceu 1,3%, em função do aumento do preço médio de 4,2%, que compensou a retração dos volumes de 2,9%.

As receitas de biscoitos, massas, farinha e farelo, margarinas e gorduras vegetais e outras linhas de produtos representaram 53,8%, 21,6%, 16,8%, 5,5% e 2,3%, respectivamente, da receita operacional líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparada com 55,2%, 21,1%, 15,8%, 5,3% e 2,6%, respectivamente, da receita operacional líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

A contribuição de cada uma das linhas de produtos: (i) biscoitos; (ii) massas; (iii) farinha e farelo; (iv) margarinas e gorduras vegetais; e (v) outras linhas de produtos, para a formação e o crescimento da receita operacional líquida se deu conforme o quadro abaixo e comentários que se seguem.

Linhas de Produto	2018			2019			2019/2018 (%)		
	Receita líquida*	Peso*	Preço Médio*	Receita líquida *	Peso*	Preço Médio*	Receita líquida*	Peso*	Preço Médio*
Biscoitos	3.327,7	556,9	5,98	3.287,0	514,5	6,39	(1,2)	(7,6)	6,9
Massas	1.274,1	388,8	3,28	1.318,2	369,7	3,57	3,5	(4,9)	8,8
Farinha e Farelo	953,1	781,2	1,22	1.025,7	789	1,3	7,6	1,0	6,6
Margarinas e Gorduras	318,9	80	3,99	334,5	84,1	3,98	4,9	5,1	(0,3)
Outras linhas de produtos**	150,5	16,5	9,12	138,2	14,5	9,53	(8,2)	(12,1)	4,5
Diversos	0,8	0,6	1,33	-	-	-	n/a	n/a	n/a
<b>TOTAL</b>	<b>6.025,1</b>	<b>1.824,0</b>	<b>3,3</b>	<b>6.103,6</b>	<b>1.771,8</b>	<b>3,44</b>	<b>1,3</b>	<b>(2,9)</b>	<b>4,2</b>

\* Receita líquida em R\$ milhões, Peso em mil toneladas e o Preço Médio em R\$/kg.

\*\* Bolos, Snacks, Mistura para Bolos, Refrescos e Torradas.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### Biscoitos

Na linha de biscoitos, a receita líquida decresceu 1,2% em 2019 frente a 2018, resultado da redução de 7,6% dos volumes e aumento do preço médio em 6,9%.

A retração dos volumes aconteceu principalmente na região Nordeste, nas famílias de água e sal/cream cracker e recheados. Em contraponto, é importante mencionar que crescemos os volumes das famílias de doces/amanteigados, nas regiões Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste, e da família de wafer no exterior e nas regiões Sul e Centro-Oeste.

Na linha de biscoitos funcionais, destacamos a ampliação do portfólio da linha Adria Plus Life com biscoitos e bolinhos sem glúten, produtos mais focados em consumidores que necessitam de cuidados especiais em suas dietas.

### Massas

Em 2019, a receita líquida de massas aumentou 3,5% frente a 2018, com aumento do preço médio de 8,8% e diminuição dos volumes em 4,9%.

Observando as regiões, destacamos o Sudeste e Nordeste com os principais aumentos de receita, Nordeste com a categoria de massas comum para as marcas Bonsabor, Vitarella e Imperador, e no Sudeste com a categoria de massas comum para as marcas Aldente e Basilar e com ovos nas marcas Piraquê e Vitarella. Já o decréscimo dos volumes se deve principalmente às categorias de massas comum e sêmola.

### Farinha e farelo

Em 2019, a receita líquida de farinha e farelo apresentou crescimento de 7,6% frente a 2018, impulsionado pelo aumento do preço médio de 6,6% e aumento dos volumes vendidos em 1,0%.

Em farinhas, o aumento do preço médio é observado tanto para a categoria doméstica quanto para a industrial, com destaque para o crescimento em volume de farinha doméstica. A região que mais se destaca é o Nordeste, principalmente com as marcas Finna para farinha doméstica e Medalha de Ouro para farinha industrial.

Destacamos a ampliação do portfólio da marca Finna com o lançamento da embalagem de 5Kg, produto de maior valor agregado.

### Margarinas e gorduras

Em margarinas e gorduras, a receita líquida cresceu 4,9% no ano de 2019 em comparação com o ano anterior, com aumento nos volumes de vendas em 5,1% e leve redução de 0,3% nos preços médios.

O aumento de volume é observado, principalmente, na região Nordeste, tanto para a categoria doméstica com a marca Vitarella, quanto para a industrial com as marcas Puro Sabor e Medalha de Ouro. Vale ressaltar que também houve crescimento das vendas para o exterior, influenciado principalmente pela categoria doméstica.

### Custo dos produtos vendidos

O custo dos produtos vendidos apresentou um crescimento de 6,1% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 em comparação com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e um aumento de 3,1 pontos percentuais na representatividade sobre a receita operacional líquida. Isto decorreu principalmente em função dos seguintes fatores: (i) aumento de 13,5% no custo médio do trigo consumido (BRL); (ii) aumento do custo com mão de obra, em função dos reajustes salariais por acordos coletivos, em linha com a inflação; (iii) aumento de gastos gerais de fabricação, em razão da alta nas tarifas de gás e energia elétrica, além de maiores custos com manutenção; (iv) aumento do custo com depreciação e amortização, em função da depreciação da

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

mais-valia de ativos da Piraquê e início da operação de novas linhas de produção, como o novo moinho de Bento Gonçalves (RS), entre outras; (v) redução de 8% no custo médio do óleo consumido (BRL); e (vi) redução no consumo de farinha de terceiros e aumento da verticalização nas unidades produtivas da Piraquê, Bento Gonçalves (RS), São Caetano do Sul (SP) e Lençóis Paulista (SP).

A tabela abaixo apresenta a composição do custo dos produtos vendidos nos períodos indicados:

	2018	AV%	2019	AV%	2019/2018 (%)
	<i>(Em milhões de reais, exceto porcentagens)</i>				
<b>Matérias-Primas</b>	<b>2.530,4</b>	<b>42,0</b>	<b>2.688,9</b>	<b>44,1</b>	<b>6,3</b>
Trigo	1.541,0	25,6	1.729,2	28,3	12,2
Óleo	408,8	6,8	380,3	6,2	(7,0)
Açúcar	148,1	2,5	147,5	2,4	(0,4)
Farinha adquirida de Terceiros	143,7	2,4	139,9	2,3	(2,6)
Gordura adquirida de Terceiros	3,6	0,1	5,0	0,1	38,9
Outros insumos	285,2	4,7	287,0	4,7	0,6
<b>Embalagens</b>	<b>419,0</b>	<b>7,0</b>	<b>414,4</b>	<b>6,8</b>	<b>(1,1)</b>
<b>Mão de Obra</b>	<b>541,3</b>	<b>9,0</b>	<b>568,1</b>	<b>9,3</b>	<b>5,0</b>
<b>Gastos Gerais de Fabricação</b>	<b>374,1</b>	<b>6,2</b>	<b>412,2</b>	<b>6,8</b>	<b>10,2</b>
<b>Depreciação e Amortização</b>	<b>141,4</b>	<b>2,3</b>	<b>165,9</b>	<b>2,7</b>	<b>17,3</b>
<b>Custo das mercadorias vendidas</b>	<b>0,8</b>	<b>0,0</b>	<b>1,0</b>	<b>0,0</b>	<b>25,0</b>
<b>CPV total</b>	<b>4.007,0</b>	<b>66,5</b>	<b>4.250,5</b>	<b>69,6</b>	<b>6,1</b>

Nota: A análise vertical (AV%) é a representação dos custos dos produtos vendidos sobre a receita líquida.

### Subvenções estaduais para investimentos

As subvenções para investimentos estaduais passaram de R\$ 276,2 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 308,2 milhões em 31 de dezembro de 2019, um aumento de 11,6%, em decorrência, principalmente, do aumento do custo de aquisição do trigo.

### Lucro operacional bruto

A Companhia atingiu um lucro bruto de R\$ 2.161,3 milhões em 31 de dezembro de 2019, registrando redução em relação a 2018 de 5,8% em valores nominais e redução da margem bruta em 2,7 pontos percentuais, em decorrência, principalmente, do menor volume de vendas e da elevação dos custos, sobretudo do custo do trigo em grão.

### Despesas operacionais

#### *Despesas de vendas e administrativas*

As despesas com vendas apresentaram, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, um crescimento de 11,1% e 1,9 ponto percentual na representatividade sobre a receita líquida e as despesas administrativas registraram um aumento de 8,0% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento decorreu, principalmente, da menor diluição das despesas fixas face a retração dos volumes vendidos, das despesas não recorrentes com a integração da Piraquê, readequação do quadro de colaboradores e outras despesas com reestruturação e implantação do novo modelo logístico.

#### *Outras despesas (receitas) operacionais líquidas*

As outras despesas (receitas) operacionais passaram de uma despesa de R\$ 40,7 milhões em 31 de dezembro de 2018 para uma receita de R\$ 56,2 milhões em 31 de dezembro de 2019. Dentre os eventos registrados em 2019, destaca-se receita de crédito tributário extemporâneo no valor de R\$ 191,0 milhões (R\$ 36,8 milhões em 2018), principalmente, pela exclusão de ICMS e das bonificações da base de cálculo do PIS/Cofins, do reconhecimento de crédito de PIS/Cofins sobre frete de insumos e de crédito de contribuição previdenciária sobre aviso prévio indenizado e 1/3 de férias.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### Resultado financeiro

O resultado financeiro passou de uma receita de R\$ 46,3 milhões em 2018 para uma receita de R\$ 30,5 milhões em 2019, redução de 34,1%. A variação foi influenciada principalmente pelos seguintes fatores: (i) complemento da atualização monetária das provisões trabalhistas pelo IPCA-E, (ii) redução dos rendimentos sobre as aplicações financeiras da Companhia, decorrente do resgate de aplicações para pagamento da aquisição da Piraquê e da redução na taxa do CDI, (iii) aumento de juros sobre financiamentos, decorrente da parcela retida da aquisição da Piraquê e da captação de recursos no 2T18, e (iv) reconhecimento dos juros de arrendamento no montante de R\$ 8,3 milhões em 2019, em cumprimento ao Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil.

Além disso, em 2019, foram reconhecidas atualizações de créditos tributários, no montante de R\$ 95,7 milhões, fruto principalmente de processos de crédito de PIS/Cofins em função da exclusão do ICMS e das bonificações da base de cálculo, e a atualização do crédito de contribuição previdenciária sobre aviso prévio indenizado e 1/3 de férias.

	Exercício social encerrado em				
	2018	AV%	2019	AV%	2019/2018 (%)
	<i>(Em milhões de reais, exceto porcentagens)</i>				
Receitas financeiras sem variação cambial	120,1	2,0	151,6	2,5	(26,2)
Despesas financeiras sem variação cambial	(63,6)	(1,1)	(105,1)	(1,7)	65,3
Resultado da variação cambial	(46,6)	(0,8)	(28,6)	(0,5)	(38,6)
Perdas / Ganhos com <i>swap</i>	36,4	0,6	12,6	0,2	(65,4)
<b>Total</b>	<b>46,3</b>	<b>0,8</b>	<b>30,5</b>	<b>0,5</b>	<b>(34,1)</b>

Nota: A análise vertical (AV%) é a representação das receitas e despesas financeiras e o resultado da variação cambial sobre a receita líquida.

Destacamos também que a M. Dias Branco continua reafirmando seu compromisso com a política conservadora manifestada pela utilização de contratos de swap, que consiste na troca do risco cambial mais taxa prefixada por percentual do CDI, para proteção dos financiamentos de importação de insumos e capital de giro, os quais são registrados pelo valor justo e contabilizados no resultado financeiro.

### Imposto de renda e contribuição social

	Exercício social encerrado em				
	2018	AV%	2019	AV%	2019/2018 (%)
	<i>(Em milhões de reais, exceto porcentagens)</i>				
Imposto de renda e contribuição social	135,4	2,2	41,7	0,7	(69,2)
Incentivo fiscal federal	(61,9)	(1,0)	(29,6)	(0,5)	(52,2)
<b>Total</b>	<b>73,5</b>	<b>1,2</b>	<b>12,1</b>	<b>0,2</b>	<b>83,5</b>

Nota: A análise vertical (AV%) é a representação dos impostos e incentivos fiscais sobre a receita líquida.

A redução do imposto de renda e a contribuição social em 69,2% frente a 2018 decorreu, principalmente, de: (i) menor resultado em 2019 vs. 2018; (ii) maior representatividade dos incentivos fiscais estaduais que são excluídos da base de cálculo dos impostos e (iii) reconhecimento de crédito presumido/outorgado de ICMS como subvenção para investimento, em conformidade com a Lei Complementar nº 160, de 7 de agosto de 2017, no montante de R\$ 63,6 milhões, o que repercutiu na redução da parcela do lucro tributável.

Os incentivos federais de imposto de renda apresentaram decréscimo de 52,2% em relação ao ano de 2018, em decorrência da redução da provisão de imposto de renda, pelas as razões já destacadas.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### **Lucro do exercício**

Diante do exposto, o lucro líquido passou de R\$ 723,5 milhões no exercício de 2018 para R\$ 556,9 milhões em 2019 (representando 12,0% da receita líquida em 2018 e 9,1% em 2019), registrando uma queda de 23,0%.

### **EBITDA**

O Ebitda alcançou R\$ 772,1 milhões em 2019 (12,6% da receita líquida), apresentando redução de 17,2% em relação a 2018.

### **Análise das principais variações nas contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 comparado a 31 de dezembro de 2018**

#### **Ativo**

##### **Circulante**

###### *Caixa e equivalentes de caixa*

O saldo de caixa e equivalentes de caixa, em 31 de dezembro de 2018, somava R\$ 451,0 milhões, e passou para R\$ 348,4 milhões em 31 de dezembro de 2019, o que representou uma redução de 22,7%. Tal redução ocorreu em virtude da menor geração de caixa das atividades operacionais, aliada à liquidação de financiamentos acima do volume captado e maiores investimentos. Em 31 de dezembro de 2018 e 2019, o saldo de caixa e equivalentes de caixa representava 5,8% e 4,3% do ativo total, respectivamente.

###### *Contas a receber de clientes*

As contas a receber de clientes, em 31 de dezembro de 2018, somavam R\$ 1.043,0 milhões, e em 31 de dezembro de 2019, passaram para R\$ 957,5 milhões, representando uma redução de 8,2%. Essa redução deve-se, principalmente, ao menor faturamento do mês de dezembro de 2019 em relação ao mesmo período do ano anterior. Em 31 de dezembro de 2018 e 2019, as contas a receber de clientes representavam 13,4% e 11,8% do ativo total, respectivamente.

###### *Estoques*

O saldo de estoques passou de R\$ 765,6 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 799,1 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um crescimento de 4,4%, dada a estratégia de aumento dos níveis de estoques visando a sua recomposição. Em 31 de dezembro de 2018 e 2019, o saldo de caixa e equivalentes de caixa representava 9,8% e 9,9% do ativo total, respectivamente.

###### *Tributos a recuperar*

O saldo de tributos a recuperar passou de R\$ 132,2 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 162,4 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de 22,8%. Esse aumento decorreu, principalmente, da reclassificação do longo para o curto prazo de crédito decorrente de trânsito em julgado de ação judicial do IPI sobre embalagem. Em 31 de dezembro de 2018, os tributos a recuperar representavam 1,7% do ativo total, e em 31 de dezembro de 2019, representavam 2,0% do ativo total.

##### **Não circulante**

###### *Realizável a longo prazo*

###### *Tributos a recuperar*

O saldo de tributos a recuperar passou de R\$ 77,1 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 273,9 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando crescimento de R\$ 196,8 milhões. Esse aumento decorreu, principalmente, de crédito decorrente de trânsito em julgado de ações judiciais,

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

com destaque para a ação de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins, exclusão das bonificações também na base de cálculo desses tributos, além de crédito de contribuição previdenciária sobre aviso prévio indenizado e 1/3 de férias. Em 31 de dezembro de 2018, os tributos a recuperar representavam 1,0% do ativo total, e em 31 de dezembro de 2019, representavam 3,4% do ativo total, tendo apresentado um aumento de 2,4 pontos percentuais no período.

### ***Imobilizado***

Em 31 de dezembro de 2018, o imobilizado era de R\$ 3.190,5 milhões, e passou para R\$ 3.351,6 milhões em 31 de dezembro de 2019, apresentando um aumento de 5,0%, em virtude, principalmente, dos investimentos no Moinho de Bento Gonçalves e redesenho logístico e do reconhecimento de ativo de direito de uso em cumprimento ao Pronunciamento Contábil CPC 06 (R2), Arrendamentos. Em 31 de dezembro de 2018, o imobilizado representava 40,9% do ativo total, e em 31 de dezembro de 2019, representava 41,4% do ativo total.

### ***Investimentos***

Em 31 de dezembro de 2018, os investimentos totalizavam R\$ 15,8 milhões, e passaram para R\$ 52,9 milhões em 31 de dezembro de 2019, apresentando um aumento de R\$ 37,1 milhões, em função de aporte de capital social no Terminal de Trigo do Rio de Janeiro - Logística S. A. A representatividade dos investimentos sobre o ativo total passou de 0,2% em 31 de dezembro de 2018 para 0,7% em 31 de dezembro de 2019, com acréscimo de 0,5 ponto percentual.

### ***Propriedades para investimento***

As propriedades para investimento, em 31 de dezembro de 2018, somavam R\$ 22,3 milhões, e passou para R\$ 55,2 milhões em 31 de dezembro de 2019, o que representou um crescimento de R\$ 32,9 milhões. Este crescimento decorreu do encerramento das atividades operacionais da unidade Pilar/PE e decisão de não instalação do parque fabril em Juiz de Fora/MG. Em 31 de dezembro de 2018 e 2019, as propriedades para investimento representavam 0,3% e 0,7% do ativo total, respectivamente.

## **Passivo**

### **Circulante**

#### ***Financiamentos e empréstimos com instituições financeiras***

O saldo de financiamentos e empréstimos com instituições financeiras somava R\$ 678,8 milhões em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2019 passou para R\$ 568,7 milhões, apresentando redução de 16,2%. A redução resulta, principalmente, da liquidação de financiamento para aquisição de capital de giro. Em 31 de dezembro de 2018, os financiamentos representavam 8,7% do ativo total e, em 31 de dezembro de 2019, representavam 7,0% do ativo total, tendo apresentado queda de 1,7 ponto percentual no período.

### **Não Circulante**

#### ***Exigível a longo prazo***

#### ***Financiamentos e empréstimos com instituições financeiras***

O saldo de financiamentos e empréstimos com instituições financeiras passou de R\$ 323,4 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 161,5 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de 50,1%, influenciada pela liquidação antecipada de financiamentos de Finame e FNE. Em 31 de dezembro de 2018, os financiamentos e empréstimos com instituições financeiras representavam 4,1% do ativo total e em 31 de dezembro de 2019, representavam 2,0% do ativo total, tendo apresentado um decréscimo de 2,1 pontos percentuais no período.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### *Arrendamento mercantil*

No processo de análise das mudanças introduzidas pelo Pronunciamento Contábil CPC 06 (R2), Arrendamentos, conforme exposto no tópico 10.4, a Companhia reconheceu passivos de arrendamento, apresentando saldo de R\$ 86,9 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando 1,1% do ativo total.

### *Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários*

O saldo de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários passou de R\$ 188,3 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 213,5 milhões em 31 de dezembro de 2019, um aumento de 13,4%, decorrente principalmente da atualização monetária das provisões trabalhistas pelo IPCA-E. Em 31 de dezembro de 2018, as provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários representavam 2,4% do ativo total e em 31 de dezembro de 2019, representavam 2,6% do ativo total, tendo apresentado um aumento de 0,2 ponto percentual no período.

### **Análise das variações no fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2019 comparado a 31 de dezembro de 2018**

O fluxo de caixa da Companhia é gerado, principalmente, pelas atividades operacionais, oriundas das receitas de vendas de produtos, e pelas atividades de financiamentos, quando há a tomada de financiamentos pela Companhia.

O fluxo de caixa da Companhia é utilizado, basicamente, pelas atividades de investimentos, decorrente de aquisição de outras empresas que atuam no mesmo negócio, expansões e modernizações de linhas de produção, assim como pelas atividades de financiamentos, quando amortizado o endividamento e remunerado os acionistas com o pagamento de dividendos.

A tabela abaixo demonstra o caixa líquido gerado pela Companhia nos exercícios sociais de 2019 e 2018.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2018	2019	2019/2018 (%)
	<i>(Em milhões de reais, exceto percentagens)</i>		
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	753,9	682,1	(9,5)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimentos	(1.524,2)	(361,0)	(76,3)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos	295,4	(423,7)	n/a
<b>Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(474,9)</b>	<b>(102,6)</b>	<b>(78,4)</b>

### *Atividades operacionais*

As disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais passaram de R\$ 753,9 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 682,1 milhões em 31 de dezembro de 2019, uma redução de 9,5%, decorrente, principalmente, da redução do lucro líquido.

### *Atividades de investimentos*

As disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos passaram de R\$ 1.524,2 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 361,0 milhões em 31 de dezembro de 2019, uma redução de 76,3%, em virtude, principalmente, da aquisição da Piraquê em 2018, em que foi investido R\$ 1,3 bilhão.

### *Atividades de financiamentos*

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Em 31 de dezembro de 2018, foram geradas disponibilidades líquidas pelas atividades financiamentos de R\$ 269,4 milhões. Já em 31 de dezembro de 2019, as disponibilidades líquidas aplicadas foram de R\$ 423,7 milhões. Tal variação ocorreu em função da liquidação de financiamentos, após a captação de recursos realizada em 2018.

### *Análise da demonstração do resultado, balanço patrimonial e fluxo de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017*

Demonstração do resultado	2017	AV%	2018	AV%	2018/ 2017 (%)
<i>(Em milhões de reais, exceto percentagens)</i>					
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>5.415,4</b>	<b>100,0</b>	<b>6.025,1</b>	<b>100,0</b>	<b>11,3</b>
Custos dos produtos vendidos	(3.379,8)	(62,4)	(4.007,0)	(66,5)	18,6
Subvenções para investimentos estaduais	213,5	3,9	276,2	4,6	29,4
<b>Lucro bruto</b>	<b>2.249,1</b>	<b>41,5</b>	<b>2.294,3</b>	<b>38,1</b>	<b>2,0</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>					
Despesas de vendas	(1.101,3)	(20,3)	(1.186,2)	(19,7)	7,7
Despesas administrativas	(203,7)	(3,8)	(269,5)	(4,5)	32,3
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(104,7)	(1,9)	(86,5)	(1,4)	(17,4)
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos</b>	<b>839,4</b>	<b>15,5</b>	<b>752,1</b>	<b>12,5</b>	<b>(10,4)</b>
Receitas financeiras	161,7	3,0	233,1	3,9	44,1
Despesas financeiras	(85,0)	(1,6)	(186,8)	(3,1)	n/a
<b>Resultado operacional - após resultado financeiro</b>	<b>916,1</b>	<b>16,9</b>	<b>798,4</b>	<b>13,3</b>	<b>(12,9)</b>
Resultado da equivalência patrimonial	(0,5)	0,0	(1,4)	0,0	n/a
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>915,6</b>	<b>16,9</b>	<b>797,0</b>	<b>13,2</b>	<b>(13,0)</b>
Imposto de renda e contribuição social	(71,3)	(1,3)	(73,5)	(1,2)	3,1
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>844,3</b>	<b>15,6</b>	<b>723,5</b>	<b>12,0</b>	<b>(14,3)</b>
Conciliação para o EBITDA					
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>844,3</b>	<b>15,6</b>	<b>723,5</b>	<b>12,0</b>	<b>(14,3)</b>
Imposto de renda e contribuição social	71,3	1,3	73,5	1,2	3,1
Receitas financeiras	(161,7)	(3,0)	(233,1)	(3,9)	44,1
Despesas financeiras	85,0	1,6	186,8	3,1	n/a
Depreciação e amortização incluídas no CPV	102,2	1,9	141,4	2,3	38,4
Depreciação e amortização incluídas em despesas administrativas e comerciais	25,3	0,5	40,9	0,7	61,7
<b>EBITDA <sup>(1)</sup></b>	<b>966,4</b>	<b>17,8</b>	<b>933,0</b>	<b>15,5</b>	<b>(3,5)</b>

Nota: A análise vertical (AV%) é a representação de cada rubrica sobre a receita líquida.

- (1) Conforme a Instrução CVM nº 527/12, o LAJIDA/EBITDA consiste no resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas, das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões. O art. 4º da Instrução CVM nº 527/12 dispõe também que a companhia pode optar por divulgar os valores do LAJIDA e do LAJIR excluindo os resultados líquidos vinculados às operações descontinuadas e ajustado por outros itens que contribuam para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa.

**10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais**

Balanco patrimonial	2017	AV%	2018	AV%	2018/2017 (%)
<i>(Em milhões de reais, exceto percentagens)</i>					
<b>Ativo Circulante</b>	<b>2.551,7</b>	<b>41,9</b>	<b>2.449,2</b>	<b>31,4</b>	<b>(4,0)</b>
Caixa e equivalentes de caixa	925,9	15,2	451,0	5,8	(51,3)
Contas a receber de clientes	806,4	13,2	1.043,0	13,4	29,3
Estoques	640,3	10,5	765,6	9,8	19,6
Tributos a recuperar	149,0	2,4	132,2	1,7	(11,3)
Instrumentos financeiros derivativos	0,0	0,0	23,9	0,3	n/a
Outros créditos	23,5	0,4	25,7	0,3	9,4
Despesas antecipadas	6,6	0,1	7,8	0,1	18,2
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>3.538,1</b>	<b>58,1</b>	<b>5.358,2</b>	<b>68,6</b>	<b>51,4</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>	<b>181,9</b>	<b>3,0</b>	<b>399,5</b>	<b>5,1</b>	<b>n/a</b>
Aplicações financeiras	12,3	0,2	13,1	0,2	6,5
Depósitos judiciais	125,7	2,1	243,0	3,1	93,3
Tributos a recuperar	30,3	0,5	77,1	1,0	n/a
Contas a receber de clientes	5,0	0,1	2,7	0,0	(46,0)
Incentivos fiscais/outros créditos	8,6	0,1	5,8	0,1	(32,6)
Ativo de indenizações	0,0	0,0	57,8	0,7	n/a
<b>Investimentos</b>	<b>8,7</b>	<b>0,1</b>	<b>15,8</b>	<b>0,2</b>	<b>81,6</b>
<b>Propriedade para investimento</b>	<b>22,7</b>	<b>0,4</b>	<b>22,3</b>	<b>0,3</b>	<b>(1,8)</b>
<b>Imobilizado</b>	<b>2.468,0</b>	<b>40,5</b>	<b>3.190,5</b>	<b>40,9</b>	<b>29,3</b>
<b>Intangível</b>	<b>856,8</b>	<b>14,1</b>	<b>1.730,1</b>	<b>22,2</b>	<b>n/a</b>
<b>Ativo Total</b>	<b>6.089,8</b>	<b>100,0</b>	<b>7.807,4</b>	<b>100,0</b>	<b>28,2</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>589,2</b>	<b>9,7</b>	<b>1.280,9</b>	<b>16,4</b>	<b>n/a</b>
Fornecedores	136,3	2,2	152,4	2,0	11,8
Financiamentos e emprést. c/ instit. financ.	56,2	0,9	678,8	8,7	n/a
Financiamento de impostos	2,1	0,0	3,1	0,0	47,6
Financiamentos diretos	55,2	0,9	15,1	0,2	(72,6)
Obrigações sociais e trabalhistas	138,1	2,3	166,1	2,1	20,3
Obrigações fiscais	76,4	1,3	106,9	1,4	39,9
Adiantamentos de clientes	6,8	0,1	8,2	0,1	20,6
Instrumentos financeiros derivativos	0,0	0,0	2,7	0,0	n/a
Outras contas a pagar	47,9	0,8	46,8	0,6	(2,3)
Dividendos	62,6	1,0	87,3	1,1	39,5
Subvenções governamentais	7,6	0,1	13,5	0,2	77,6
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>508,6</b>	<b>8,4</b>	<b>964,7</b>	<b>12,4</b>	<b>89,7</b>
<b>Exigível a longo prazo</b>	<b>508,6</b>	<b>8,4</b>	<b>964,7</b>	<b>12,4</b>	<b>89,7</b>
Financiamentos e emprést. c/ instit. financeiras	222,0	3,6	323,4	4,1	45,7
Financiamento de impostos	6,1	0,1	6,4	0,1	4,9
Financiamentos diretos	0,0	0,0	226,0	2,8	n/a
Obrigações fiscais	1,0	0,0	1,0	0,0	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	162,7	2,7	208,7	2,7	28,3
Outras contas a pagar	4,7	0,1	10,9	0,2	n/a
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	112,1	1,8	188,3	2,4	68,0
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>4.992,0</b>	<b>82,0</b>	<b>5.561,8</b>	<b>71,2</b>	<b>11,4</b>
Capital social	1.765,3	29,0	2.258,6	28,9	27,9
Reservas de capital	18,0	0,3	21,5	0,3	19,4
Ajustes acumulados de conversão	0,1	0,0	0,1	0,0	-
Reservas de lucros	3.138,8	51,5	3.229,9	41,4	2,9
Dividendos adicionais	69,8	1,1	51,7	0,7	(25,9)
<b>Passivo Total e Patrimônio Líquido</b>	<b>6.089,8</b>	<b>100,0</b>	<b>7.807,4</b>	<b>100,0</b>	<b>28,2</b>

Nota: A análise vertical (AV%) é a representação de cada rubrica sobre o ativo total.

**10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais**

<b>Demonstração do fluxo de caixa – Método Indireto</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2018/ 2017 (%)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	915,5	797,1	(12,9)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	127,6	182,3	42,9
Custo na venda de ativos permanentes	0,3	1,8	n/a
Equivalência patrimonial	0,5	1,4	n/a
Atualização dos financiamentos e das aplicações financeiras, variações cambiais ativas e passivas	15,4	97,7	n/a
Créditos tributários de IPI s/ Embalagem e INSS s/ aviso prévio indenizado	0,0	(47,4)	n/a
Atualização de depósitos judiciais	(27,9)	(7,5)	(73,1)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	32,7	34,8	6,4
Perdas estimadas por redução ao valor recuperável de tributos	27,8	-	(100,0)
Ações outorgadas reconhecidas	1,5	3,5	n/a
Provisão / perda do valor recuperável de clientes	16,6	17,4	4,8
Perda do valor recuperável dos estoques	3,6	(0,8)	n/a
<b>Variações nos ativos e passivos</b>			
(Aumento) em contas a receber de clientes	(102,6)	(166,7)	62,5
(Aumento) nos estoques	(49,2)	(70,9)	44,1
Redução nas aplicações financeiras	0,2	-	(100,0)
Redução nos impostos a recuperar	45,1	60,0	33,0
(Aumento) em outros créditos	(35,3)	(78,3)	n/a
(Redução) em fornecedores	(6,1)	(11,6)	90,2
Aumento nos impostos e contribuições	28,6	30,5	6,6
Aumento nas subvenções governamentais	2,9	5,9	n/a
(Redução) em contas a pagar e provisões	(34,4)	(4,1)	(88,1)
Juros e variações cambiais pagos	(23,4)	(44,1)	88,5
Imposto de renda e contribuição social pagos	(68,6)	(52,9)	(22,9)
Liberação de incentivos para reinvestimentos	0,0	5,8	n/a
<b>Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais</b>	<b>870,8</b>	<b>753,9</b>	<b>(13,4)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>			
Aquisição de imobilizado e intangível	(320,0)	(300,0)	(6,3)
Amortização de dívida da aquisição de empresas	(11,4)	(23,8)	n/a
Aquisição de participação societária	(9,1)	(1.306,4)	n/a
Aplicação financeira a longo prazo	(1,1)	-	(100,0)
Aplicações em investimentos	-	(7,7)	n/a
Caixa e equivalentes de caixa adquirido	-	113,7	n/a
<b>Disponibilidades líquidas (aplicadas) nas atividades de investimentos</b>	<b>(341,6)</b>	<b>(1.524,2)</b>	<b>n/a</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Juros sobre capital próprio pagos	(176,3)	(132,4)	(24,9)
Financiamentos tomados	47,5	779,9	n/a
Pagamentos de financiamentos	(334,6)	(352,1)	5,2%
<b>Disponibilidades líquidas geradas (aplicadas) nas atividades de financiamentos</b>	<b>(463,4)</b>	<b>295,4</b>	<b>n/a</b>
<b>Demonstrações do aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>65,8</b>	<b>(474,9)</b>	<b>n/a</b>
No início do período	<b>860,1</b>	<b>925,9</b>	<b>7,7</b>
No final do período	<b>925,9</b>	<b>451,0</b>	<b>(51,3)</b>
<b>Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>65,8</b>	<b>(474,9)</b>	<b>n/a</b>

Nota: As informações apresentadas referem-se às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### Principais itens de resultados auferidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 comparado com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017

#### Receita líquida

Em 2018, a receita líquida totalizou R\$ 6.025,1 milhões, apresentando um crescimento de 11,3% em relação a 2017, com aumento de preço médio em 11,9% e redução de volumes em 0,7%.

A aquisição da Piraquê e o aumento do preço médio em todas as linhas de produtos são os principais fatores que explicam o crescimento da receita líquida, apesar da retração dos volumes nas linhas de produtos “farinha e farelo” e “margarinas e gorduras”. No ano de 2018, em função do cenário de alta do custo do trigo e do câmbio, foram implementados reajustes de preços de forma mais dinâmica e em níveis superiores aos normalmente praticados pela Companhia.

As receitas de biscoitos, massas, farinha e farelo, de margarinas e gorduras vegetais e outras linhas de produtos representaram 55,2%, 21,1%, 15,8%, 5,3% e 2,6%, respectivamente, da receita operacional líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparada com 53,0%, 21,4%, 17,0%, 6,0% e 2,6%, respectivamente, da receita operacional líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

A contribuição de cada uma das linhas de produtos: (i) biscoitos; (ii) massas; (iii) farinha e farelo; (iv) margarinas e gorduras vegetais; e (v) outras linhas de produtos, para a formação e o crescimento da receita operacional líquida se deu conforme o quadro abaixo e comentários que se seguem.

Linhas de Produto	2017			2018			2018/2017 (%)		
	Receita líquida*	Peso*	Preço Médio*	Receita líquida *	Peso*	Preço Médio*	Receita líquida*	Peso*	Preço Médio*
Biscoitos	2.870,1	528,8	5,43	3.327,7	556,9	5,98	15,9	5,3	10,1
Massas	1.160,6	356,8	3,25	1.274,1	388,8	3,28	9,8	9,0	0,9
Farinha e Farelo	918,6	850,7	1,08	953,1	781,2	1,22	3,8	(8,2)	13,0
Margarinas e Gorduras	326,7	83,6	3,91	318,9	80	3,99	-2,4	(4,3)	2,0
Outras linhas de produtos**	139,4	16,2	8,6	150,5	16,5	9,12	8,0	1,9	6,0
Diversos	-	-	-	0,8	0,6	1,33	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>5.415,4</b>	<b>1.836,1</b>	<b>2,95</b>	<b>6.025,1</b>	<b>1.824,0</b>	<b>3,3</b>	<b>11,3</b>	<b>(0,70)</b>	<b>11,9</b>

\* Receita líquida em R\$ milhões, Peso em mil toneladas e o Preço Médio em R\$/kg.

\*\* Bolos, Snacks, Mistura para Bolos, Refrescos e Torradas.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### Biscoitos

A receita líquida de biscoitos apresentou crescimento de 15,9% em 2018 frente a 2017, em decorrência do aumento do preço médio em 10,1%, combinado com o aumento de volume de 5,3%, em especial nas famílias maria/maizena, recheados e salgados. Mantivemos crescimento de dois dígitos na categoria de biscoitos com maior valor agregado, como cookies, e registramos aumento do preço médio, em função dos reajustes de preços ocorridos no ano, e da aquisição da Piraquê, que contempla um portfólio de biscoitos com maior valor agregado.

Destacamos também as iniciativas voltadas para a nossa linha de biscoitos funcionais Adria Plus Life, que tem mantido um ritmo acelerado de crescimento e expansão de market share desde o seu lançamento (maio de 2017). Em 2018, realizamos ativações nos pontos de vendas, degustações dos produtos, campanhas promocionais de compre e ganhe e ampliamos a divulgação dos produtos em plataformas digitais, esportivas e de nutricionistas.

Conforme dados Nielsen, a Companhia fechou 2018 com crescimento de 1,5 p.p. no seu market share em relação a 2017 (de 32,5% para 34,0%), contemplando a participação da Piraquê a partir de mai-jun/18.

### Massas

A receita líquida de massas registrou crescimento de 9,8% no comparativo 2018 vs. 2017, com aumento de volume (9,0%) e preço médio (0,9%). O crescimento de volume de venda foi mais acentuado nas categorias comum, grão duro e massas com ovos.

No ano, destaque para o aumento do volume de vendas em massa comum nas regiões Sudeste e Nordeste, bem como nas exportações. Ainda em relação ao Sudeste, registrou-se aumento no volume de vendas nas famílias grão duro e ovos, categorias de massas com maior valor agregado. Assim, a Companhia manteve a posição de líder de mercado, com expansão de market share, passando de 32,4% em 2017 para 36,0% em 2018.

### Farinha e farelo de trigo

Em 2018, a receita líquida de farinha e farelo evidenciou crescimento de 3,8% frente a 2017, impulsionado pelo aumento do preço médio de 13,0%. Em contraponto, ocorreu redução no volume de vendas de 8,2%.

O preço médio da farinha de trigo foi reajustado ao longo de 2018 decorrente do aumento do custo do trigo em grão e a redução dos volumes de farinha de trigo aconteceu na categoria industrial. O volume de farelo também registrou queda, visto que foi reduzida a produção de farinha de trigo no ano de 2018, sendo disponibilizada uma menor quantidade do subproduto ao mercado. Já a farinha de trigo doméstica registrou crescimento de 4,8%, e encerramos o ano de 2018 com 28,8% de market share volume na Região Nordeste (27,7% em 2017), como resultado das acertadas iniciativas comerciais e mercadológicas aplicadas ao longo do ano, como as campanhas promocionais de compre e ganhe.

### Margarinas e gorduras vegetais

Em margarinas e gorduras, a receita líquida reduziu 2,4% em 2018 em comparação com o ano anterior, com queda nos volumes de vendas em 4,3% e aumento de 2,0% nos preços médios. A retração dos volumes foi resultado do nosso posicionamento de preços frente aos concorrentes.

No âmbito do desenvolvimento de novos produtos, foi lançado o creme vegetal Adorita Tropical, exclusivo para exportação, com a vantagem de não necessitar de refrigeração, que intensificou as vendas para o exterior.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### Custo dos produtos vendidos

O custo dos produtos vendidos apresentou um crescimento de 18,6% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 em comparação com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 e um aumento de 4,1 pontos percentuais na representatividade sobre a receita operacional líquida. Isto decorreu principalmente em função dos seguintes fatores: (i) aumento de 30,3% no custo médio do trigo consumido, em função da elevação dos preços em dólar e da desvalorização do Real no período; (ii) aumento no custo médio do óleo vegetal consumido (3,7%), em razão da elevação nos preços do óleo de palma; (iii) redução de 16,6% no custo médio do açúcar; (iv) maior consumo de farinha de terceiros, em função basicamente da necessidade de consumo das unidades industriais da Piraquê; (v) redução no consumo de gorduras de terceiros em função de aumento da capacidade da refinaria na unidade produtiva de margarinas e gorduras em Fortaleza (CE) e a introdução de mais uma unidade de produção de gordura vegetal com a aquisição da Piraquê; (vi) elevação dos gastos com mão de obra, em decorrência, principalmente, dos reajustes salariais definidos nos acordos coletivos ao longo de 2018; (vii) aumento dos gastos gerais de fabricação, em razão de alta nas tarifas de gás, energia elétrica e gastos com manutenção; e (viii) crescimento da depreciação, resultante da amortização de mais-valia de ativos reconhecida com a aquisição da Piraquê e início da operação de novas linhas de produção.

A tabela abaixo apresenta a composição do custo dos produtos vendidos nos períodos indicados:

	2017	AV%	2018	AV%	2018/2017 (%)
<i>(Em milhões de reais, exceto porcentagens)</i>					
<b>Matérias-Primas</b>	<b>2.135,3</b>	<b>39,4</b>	<b>2.530,4</b>	<b>42,0</b>	<b>18,5</b>
Trigo	1.245,4	23,0	1.541,0	25,6	23,7
Óleo	357,9	6,6	408,8	6,8	14,2
Açúcar	166,9	3,1	148,1	2,5	(11,3)
Farinha adquirida de Terceiros	59,5	1,1	143,7	2,4	n/a
Gordura adquirida de Terceiros	45,9	0,8	3,6	0,1	(92,2)
Outros insumos	259,7	4,8	285,2	4,7	9,8
<b>Embalagens</b>	<b>382,3</b>	<b>7,1</b>	<b>419,0</b>	<b>7,0</b>	<b>9,6</b>
<b>Mão de Obra</b>	<b>467,4</b>	<b>8,6</b>	<b>541,3</b>	<b>9,0</b>	<b>15,8</b>
<b>Gastos Gerais de Fabricação</b>	<b>292,6</b>	<b>5,4</b>	<b>374,1</b>	<b>6,2</b>	<b>27,9</b>
<b>Depreciação e Amortização</b>	<b>102,2</b>	<b>1,9</b>	<b>141,4</b>	<b>2,3</b>	<b>38,4</b>
<b>Custo das mercadorias vendidas</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>0,8</b>	<b>-</b>	<b>n/a</b>
<b>CPV total</b>	<b>3.379,8</b>	<b>62,4</b>	<b>4.007,0</b>	<b>66,5</b>	<b>18,6</b>

Nota: A análise vertical (AV%) é a representação dos custos dos produtos vendidos sobre a receita líquida.

### Subvenções estaduais para investimentos

As subvenções para investimentos estaduais passaram de R\$ 213,5 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 276,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, um aumento de 29,4%, em decorrência, principalmente, do aumento do custo de aquisição do trigo.

### Lucro operacional bruto

A Companhia atingiu um lucro bruto de R\$ 2.294,3 milhões em 31 de dezembro de 2018, registrando um aumento de 2,0%, apresentando redução da margem bruta em 3,4 pontos percentuais, em decorrência, principalmente, da redução dos volumes de vendas e da elevação dos custos, sobretudo do custo do trigo em grão.

Vale destacar que os reajustes de preços realizados ao longo do ano, somados aos impactos da aquisição da Piraquê, contribuíram para compensar parcialmente os efeitos do aumento substancial do custo do trigo.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### Despesas operacionais

#### *Despesas de vendas*

As despesas com vendas apresentaram, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, uma redução de 0,7 pontos percentuais na representatividade sobre a receita líquida, justificada principalmente pela gestão mais rigorosa das despesas, fruto principalmente de menores investimentos em marketing e contratação de armazenagem externa. Além disso, gastos com ações comerciais de pontos extras, que até 2017 eram reconhecidos como despesas comerciais, passaram a ser classificados como item de redução da receita bruta em 2018. Já o crescimento em valores absolutos de 7,5% é atribuído, principalmente, ao incremento das despesas da Piraquê e reajustes das tarifas de frete.

#### *Despesas administrativas*

As despesas administrativas registraram um aumento de 34,9%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, decorrente, principalmente, dos gastos com o processo de integração da Piraquê (R\$ 6,4 milhões), Comitê Independente (R\$ 19,5 milhões) e inclusão das despesas da Piraquê (R\$ 30,8 milhões).

#### *Outras despesas (receitas) operacionais líquidas*

As outras despesas (receitas) operacionais passaram de uma despesa de R\$ 75,5 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 40,7 milhões em 31 de dezembro de 2018, uma redução de 46,1%. Dentre os eventos registrados em 2018, destacam-se: (i) Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários, bem como honorários advocatícios de êxitos e perdas estimadas de créditos tributários, no montante de R\$ 22,4 milhões (R\$ 50,7 milhões em 2017); (ii) Contribuição ao Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal (FEEF) no valor de R\$ 15,5 milhões (R\$ 17,4 milhões em 2017); e (iii) Em contraponto, houve reconhecimento de créditos extemporâneos de tributos, no montante de R\$ 36,8 milhões (R\$ 17,3 milhões em 2017).

### Resultado financeiro

O resultado financeiro passou de uma receita de R\$ 76,7 milhões em 2017 para R\$ 46,3 milhões em 2018. A variação foi influenciada principalmente pela redução dos rendimentos sobre as aplicações financeiras da Companhia, decorrente do resgate de aplicações para pagamento da aquisição da Piraquê e da redução na taxa do CDI, bem como aumento de juros sobre financiamentos, decorrente, principalmente, da captação de recursos para aquisição dos principais insumos.

Para uma melhor compreensão das variações ocorridas no resultado financeiro, as variações cambiais e operações com swap do período são evidenciadas de forma segregada das demais receitas e despesas financeiras, como demonstrado no quadro abaixo:

	Exercício social encerrado em				
	2017	AV%	2018	AV%	2018/2017 (%)
	<i>(Em milhões de reais, exceto porcentagens)</i>				
Receitas financeiras sem variação cambial	141,5	2,6	120,1	2,0	(15,1)
Despesas financeiras sem variação cambial	(54,4)	(1,0)	(63,6)	(1,1)	16,9
Resultado da variação cambial	6,3	0,1	(46,6)	(0,8)	n/a
Perdas / Ganhos com <i>swap</i>	(16,7)	(0,3)	36,4	0,6	n/a
<b>Total</b>	<b>76,7</b>	<b>1,4</b>	<b>46,3</b>	<b>0,8</b>	<b>(39,6)</b>

Nota: A análise vertical (AV%) é a representação das receitas e despesas financeiras e o resultado da variação cambial sobre a receita líquida.

Além disso, em 2018, foram reconhecidas atualizações de créditos tributários, no montante de R\$ 50,4 milhões, com destaque para os créditos de IPI sobre embalagem e PIS/Cofins sobre importação.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Importante destacar que a Companhia utiliza contratos de swap para proteção de risco cambial existente nas transações de importação de insumos e ativo fixo. Essas operações são registradas pelo valor justo no resultado e consistem na troca do risco cambial mais taxa prefixada por percentual de CDI, com efeito positivo no ano.

### Imposto de renda e contribuição social

	Exercício social encerrado em				
	2017	AV%	2018	AV%	2018/ 2017 (%)
	<i>(Em milhões de reais, exceto porcentagens)</i>				
Imposto de Renda e Contribuição Social	178,9	3,3	135,4	2,2	(24,3)
Incentivo Fiscal Federal	(107,6)	(2,0)	(61,9)	(1,0)	(42,5)
<b>Total</b>	<b>71,3</b>	<b>1,3</b>	<b>73,5</b>	<b>1,2</b>	<b>3,1</b>

Nota: A análise vertical (AV%) é a representação dos impostos e incentivos fiscais sobre a receita líquida.

O imposto de renda e a contribuição social cresceram 3,1% frente a 2017, em função da redução do incentivo fiscal federal.

### Incentivo fiscal de imposto de renda

Os incentivos federais de imposto de renda apresentaram decréscimo de 42,5% em relação ao ano de 2017, em decorrência da redução do lucro líquido antes dos tributos, além do aumento da representatividade dos incentivos fiscais estaduais, excluídos da base de cálculo do incentivo fiscal.

### Lucro do exercício

O lucro líquido passou de R\$ 844,3 milhões no exercício de 2017 para R\$ 723,5 milhões em 2018 (representando 15,6% da receita líquida em 2017 e 12,0% em 2018), registrando uma queda de 14,3%.

### EBITDA

O Ebitda alcançou R\$ 933,0 milhões em 2018 (15,5% da receita líquida), apresentando redução de 3,5% em relação a 2017.

### Análise das principais variações nas contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 comparado a 31 de dezembro de 2017

#### Ativo

##### Circulante

##### *Caixa e equivalentes de caixa*

O caixa e equivalentes de caixa, em 31 de dezembro de 2017, somavam R\$925,9 milhões, e em 31 de dezembro de 2018 passou para R\$451,0 milhões, o que representou um decréscimo de 51,3%. Esse decréscimo adveio das aplicações em atividades de investimentos, com destaque para a aquisição da Piraquê. Em 31 de dezembro de 2017 e 2018, o caixa e equivalentes de caixa representavam 15,2% e 5,8% do ativo total, respectivamente.

##### *Contas a receber de clientes*

O contas a receber de clientes, em 31 de dezembro de 2017, somavam R\$ 806,4 milhões, e em 31 de dezembro de 2018, passou para R\$ 1.043,0 milhões, representando um aumento de 29,3%. Esse acréscimo deve-se, principalmente, pela consolidação das contas a receber da Piraquê e pela concessão de maior prazo de pagamento aos clientes durante o quarto trimestre do ano. Em 31 de

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

dezembro de 2017 e 2018, o contas a receber de clientes representavam 13,2% e 13,4% do ativo total, respectivamente.

### *Estoques*

O saldo de estoques passou de R\$ 640,3 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 765,6 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um crescimento de 19,6%. Esse acréscimo, deve-se, essencialmente, ao maior estoque de matéria-prima, em função do aumento de estoque e preço do trigo.

### **Não circulante**

#### ***Realizável a longo prazo***

##### *Depósitos judiciais*

O saldo dos depósitos judiciais passou de R\$ 125,7 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 243,0 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de 93,3%. Esse acréscimo deve-se, principalmente, à inclusão dos depósitos judiciais da Piraquê. Em 31 de dezembro de 2017, os depósitos judiciais representavam 2,1% do ativo total, e em 31 de dezembro de 2018, representavam 3,1% do ativo total, tendo apresentado um aumento de 1,0 ponto percentual no período.

##### *Tributos a recuperar*

O saldo de tributos a recuperar passou de R\$ 30,3 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 77,1 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R\$ 46,8 milhões. Esse crescimento decorreu, principalmente, de crédito de IPI pago sobre embalagem referente ao período de 1993 a 1998. Em 31 de dezembro de 2017, os tributos a recuperar representavam 0,5% do ativo total, e em 31 de dezembro de 2018, representavam 1,0% do ativo total, tendo apresentado um aumento de 0,5 ponto percentual no período.

### ***Imobilizado***

Em 31 de dezembro de 2017, o imobilizado era de R\$ 2.468,0 milhões, e em 31 de dezembro de 2018 passou para R\$ 3.190,5 milhões, apresentando um aumento de 29,3%, em razão, primordialmente, do incremento de imobilizado da Piraquê, além de mais-valia de ativos fixos da Piraquê, com base no laudo de avaliação de valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição.

### **Passivo**

#### **Circulante**

##### *Financiamentos e empréstimos com instituições financeiras*

O saldo de financiamentos e empréstimos com instituições financeiras somava R\$ 56,2 milhões em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2018 passou para R\$ 678,8 milhões. A ampliação da alavancagem financeira da Companhia resulta das contratações de financiamentos para aquisição de insumos (trigo e óleo) e capital de giro. Em 31 de dezembro de 2017, os financiamentos representavam 0,9% do ativo total e, em 31 de dezembro de 2018, representavam 8,7% do ativo total, tendo apresentado um aumento de 7,8 pontos percentual no período.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### Não Circulante

#### *Exigível a longo prazo*

##### *Financiamentos e empréstimos com instituições financeiras*

O saldo de financiamentos e empréstimos com instituições financeiras passou de R\$ 222,0 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 323,4 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de 45,7%. Esse aumento foi decorrente da consolidação dos financiamentos realizados pela Piraquê. Em 31 de dezembro de 2017, os financiamentos e empréstimos com instituições financeiras representavam 3,6% do ativo total e em 31 de dezembro de 2018, representavam 4,1% do ativo total, tendo apresentado um aumento de 0,5 ponto percentual no período.

##### *Imposto de renda e contribuição social diferidos*

O saldo dos impostos diferidos em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 162,7 milhões, e em 31 de dezembro de 2018 passou para R\$ 208,7 milhões, representando um aumento de 28,3%. Esse aumento adveio, principalmente, da constituição de impostos diferidos sobre a amortização do ágio pago por rentabilidade futura para fins fiscais e ajustes decorrentes das diferenças temporárias entre as despesas de depreciação, a partir das estimativas de vida útil, e aquelas baseadas pelas taxas fiscais. Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2018, os impostos diferidos representavam 2,7% do ativo total.

##### *Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários*

O saldo de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários passou de R\$ 112,1 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 188,3 milhões em 31 de dezembro de 2018, um aumento de 68,0%, em virtude de processos da Piraquê. Em 31 de dezembro de 2017, as provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários representavam 1,8% do ativo total e em 31 de dezembro de 2018, representavam 2,4% do ativo total, tendo apresentado um aumento de 0,6 ponto percentual no período.

### **Análise das variações no fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2018 comparado a 31 de dezembro de 2017**

O fluxo de caixa da Companhia é gerado, principalmente, pelas atividades operacionais, oriundas das receitas de vendas de produtos, e pelas atividades de financiamentos, quando há a tomada de financiamentos pela Companhia.

O fluxo de caixa da Companhia é utilizado, basicamente, pelas atividades de investimentos, decorrente de aquisição de outras empresas que atuam no mesmo negócio, expansões e modernizações de linhas de produção, assim como pelas atividades de financiamentos, quando amortizado o endividamento e remunerado os acionistas com o pagamento de dividendos.

A tabela abaixo demonstra o caixa líquido gerado pela Companhia nos exercícios sociais de 2018 e 2017.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2017	2018	2018/2017 (%)
	<i>(Em milhões de reais, exceto percentagens)</i>		
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	870,8	753,9	(13,4)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimentos	(341,6)	(1.524,2)	n/a
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos	(463,4)	295,4	n/a
<b>Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>65,8</b>	<b>(474,9)</b>	<b>n/a</b>

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### *Atividades operacionais*

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais passou de R\$ 870,8 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 753,9 milhões em 31 de dezembro de 2018, uma redução de 13,4%. A Companhia registrou redução nas disponibilidades decorrente, principalmente, do aumento das contas a receber de clientes, em virtude do maior volume de negociações de vendas a prazo, adicionado ao maior volume dos estoques.

### *Atividades de investimentos*

O caixa líquido utilizado pelas atividades de investimentos passou de R\$ 341,6 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 1.524,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, em virtude, principalmente, da aquisição da Piraquê e investimentos em intangível com implantação dos softwares Automatic Data Processing (ADP) e Oracle Human Capital Management Cloud (HCM).

### *Atividades de financiamentos*

Em 31 de dezembro de 2017, o caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos foi de R\$ 463,4 milhões. Já em 31 de dezembro de 2018, foi gerado um caixa líquido na ordem de R\$ 295,4 milhões. Tal variação ocorreu em função da ampliação da alavancagem financeira, como resultante dos financiamentos dos insumos, aumentando, assim, o nível de capitalização da Companhia.

## 10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

### a. Resultados das operações do emissor, em especial:

#### i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

As receitas advêm da fabricação e comercialização das seguintes linhas de produtos: (i) biscoitos; (ii) massas; (iii) farinha e farelo de trigo; (iv) margarinas e gorduras vegetais e (v) outras linhas de produtos, com ampla presença nacional e alta proximidade com o mercado consumidor.

Linhas de Produto	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2017	2018	2019
Biscoitos	2.870,1	3.327,7	3.287,0
Massas	1.160,6	1.274,1	1.318,2
Farinha e Farelo	918,6	953,1	1.025,7
Margarinas e Gorduras	326,7	318,9	334,5
Outras linhas de produtos*	139,4	151,3	138,2
<b>TOTAL</b>	<b>5.415,4</b>	<b>6.025,1</b>	<b>6.103,6</b>

\*Bolos, snacks, mistura para bolos, refrescos e torradas.

Os principais motivos de variações nas receitas em 2017, 2018 e 2019 estão descritos e comentados na seção 10.1 item h.

#### ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os principais fatores que afetaram nossos resultados nos exercícios de 2017, 2018 e 2019 estão descritos e comentados na seção 10.1 item h.

### b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As variações nas receitas da Companhia que possam ser atribuídas a modificações em preços, taxas de câmbio, inflação, alterações em volumes e introdução de novos produtos, estão comentadas no item 10.1.h, anterior, e no item 10.8.c, em relação aos anos de 2017, 2018 e 2019, para cada linha de produto comercializada pela Companhia.

### c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A Companhia está exposta a riscos de mercado, principalmente, em virtude das oscilações dos preços dos seus principais insumos, e flutuações na taxa de câmbio e de juros, em função das suas obrigações de empréstimos e financiamentos.

#### Preços dos insumos

O custo dos produtos vendidos e o lucro bruto são afetados diretamente pelo preço das principais matérias-primas da Companhia, que incluem *commodities*, tais como o trigo, o óleo vegetal e o açúcar, que representaram 40,7%, 8,9% e 3,5% do total do custo dos produtos vendidos em 2019, respectivamente. Em 2018, o custo médio do trigo apresentou um aumento de 30,3%, o custo médio do óleo vegetal um aumento de 3,7% e o custo médio do açúcar uma redução de 16,6% em relação a 2017. Em 2019, o custo médio do trigo apresentou um aumento de 13,5%, o custo médio do óleo vegetal uma redução de 8,0% e o custo médio do açúcar um aumento de 7,6% em relação a 2018.

## 10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

### Variação cambial

Os resultados operacionais e a situação financeira da Companhia têm sido e continuarão sendo afetados pela depreciação ou apreciação do Real em relação ao Dólar, pois parte relevante de seus custos – tais como o trigo em grão, o óleo vegetal de soja ou de palma, e o açúcar - é vinculada, direta ou indiretamente, ao Dólar.

Além do mais, a Companhia pode manter passivos indexados à moeda estrangeira, principalmente o dólar, decorrentes de importações das principais matérias primas, trigo em grão e óleo vegetal de soja e de palma. Contudo, como estratégia para prevenção e redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio nos resultados, a Companhia tem procurado evitar ou minimizar o descasamento entre ativos e passivos indexados em moeda estrangeira, mediante avaliação de contratação de operações de proteção cambial, mais usualmente operações de swap, que consiste na troca do risco cambial por variação do CDI.

Nesse sentido, em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía 26 contratos vigentes de operações de swap para proteção dos financiamentos de importação de trigo (Finimp) e de capital de giro, com diversos vencimentos, até 07 de maio de 2020, em que na ponta ativa recebe, em média, dólar mais 2,83% e na ponta passiva paga, em média, 101,47% do CDI. Os valores de referência (nocial) totalizaram R\$ 469,8 milhões e o valor justo bruto a receber desses instrumentos derivativos em 31 de dezembro de 2019 totalizava R\$ 8,2 milhões.

Dessa forma, em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não apresentou descasamentos relevantes na posição de ativos e passivos sensíveis à variação cambial, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Empréstimos/financiamentos em moeda estrangeira (a)	499,2	568,5	499,2	568,5
Contratos de <i>swap</i> (b)	(499,2)	(568,5)	(499,2)	(568,5)
Ativos em moeda estrangeira (b)	-	-	-	-
Superávit apurado (a-b)	-	-	-	-

### Taxa de juros

A Companhia está exposta, principalmente, às variações nas taxas de juros CDI e TJLP nas aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
<b>Ativos financeiros</b>				
Aplicações financeiras indexadas ao CDI	365,3	357,6	365,3	457,4
<b>Passivos financeiros</b>				
Operações em moeda estrangeira com derivativos atrelados ao CDI	(499,2)	(540,8)	(499,2)	(540,8)
Financiamentos indexados ao CDI e TJLP	(267,8)	(248,8)	(267,8)	(271,1)
<b>Ativos – Passivos</b>	<b>(401,7)</b>	<b>(432,0)</b>	<b>(401,7)</b>	<b>(354,5)</b>

## 10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

### Análise de sensibilidade à variação do CDI

O quadro abaixo mostra a projeção de perda que seria reconhecida nos próximos 12 meses, caso fosse mantida a posição dos ativos indexados ao CDI líquidos dos passivos atrelados ao CDI e à TJLP em R\$ 401,7 milhões.

Descrição	Posição em risco	Risco	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
<b>Passivos líquidos</b>	(401,7)	Aumento do CDI	-	(4,4)	(8,8)

O cenário provável considerou a manutenção da cotação do CDI em 31 de dezembro de 2019 em 4,40% a.a. Os demais cenários, possível e remoto, consideraram um acréscimo da cotação em 25% (5,50% a.a.) e 50% (6,60% a.a.), respectivamente.

A Administração da Companhia entende que é baixo o risco de grandes variações no CDI em 2020, levando-se em conta o histórico e as projeções do mercado.

### Despesas financeiras

As despesas financeiras passaram de R\$ 63,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 105,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, apresentando um aumento de 65,3%. O aumento dessas despesas deveu-se, principalmente, ao complemento da atualização monetária das provisões trabalhistas pelo IPCA-E, ao aumento de juros sobre financiamentos, decorrente da parcela retida da aquisição da Piraquê e da captação de recursos no 2T18, e ao reconhecimento dos juros de arrendamento, em cumprimento ao Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Arrendamentos.

As despesas financeiras passaram de R\$ 54,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 63,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, apresentando um aumento de 16,9%. O aumento dessas despesas deveu-se, principalmente, pelo aumento de juros sobre financiamentos, decorrente, principalmente, da captação de recursos para aquisição dos principais insumos.

### **10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras**

#### **a. Introdução ou alienação de linha de produto operacional**

A Companhia não tem, no presente momento, a intenção de realizar nenhuma alteração (alienação ou introdução) relevante nas linhas de produtos operacionais.

#### **b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Em 29 de janeiro de 2018, foi celebrado o “Contrato de Compra e Venda de Ações e outras avenças”, entre a M. Dias Branco S.A. e o conjunto de Acionistas da Indústria de Produtos Alimentícios Piraquê S.A. pelo valor de R\$ 1,5 bilhão, que passou a ter 100% do controle acionário, tornando-se controladora subsidiária integral. Após a conclusão de determinadas condições contratuais suspensivas, finalizou o processo de aquisição em 16 de maio de 2018. A empresa adquirida que atua sob o nome fantasia “Piraquê” iniciou sua história em 1950 com a construção da primeira fábrica de biscoitos em Madureira na cidade do Rio de Janeiro, e ao longo dos anos, desenvolveu suas marcas que são reconhecidas como referências em sua região e no segmento alimentício. A operação foi inserida na estratégia da Companhia de participar ativamente do processo de consolidação do setor, ampliando a liderança nacional nos segmentos de massas e biscoitos com crescimento acelerado nas regiões Sul e Sudeste, incluindo no portfólio produtos de maior valor agregado.

Com o objetivo de simplificar a estrutura societária da Companhia e auferir maiores ganhos de sinergias pela redução de custos operacionais, promovidos pelo compartilhamento de estruturas, sobretudo administrativas, buscando maximizar benefícios de natureza patrimonial, legal e financeira, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária a incorporação da Piraquê, em 27 de dezembro de 2019. Por se tratar de controlada integral, a incorporação não produziu qualquer alteração na posição patrimonial consolidada, no resultado ou composição societária da Companhia.

#### **c. Eventos ou operações não usuais**

Não aplicável.

## **10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do**

### **Auditor a. Mudanças significativas nas práticas contábeis**

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas aos exercícios de 2017, 2018 e 2019 foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), emitidas pelo IASB, e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

No exercício de 2019, ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas pela Companhia em virtude da entrada em vigor do Pronunciamento Contábil CPC 06 (R2), Arrendamentos, norma que determinou que os arrendatários reconhecessem a partir da data de transição, o direito de uso do ativo arrendado e o passivo dos pagamentos futuros para os contratos de arrendamento mercantil e para as operações com contratos que possuem características de arrendamento, ou seja, aquelas que transmitem o direito de controlar e obter os benefícios sobre o uso de ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. A norma traz ainda como isenção de reconhecimento os arrendamentos de curto prazo, que são aqueles que possuem o prazo remanescente na data de adoção igual ou inferior a doze meses e os contratos para os quais o ativo subjacente é de baixo valor. No registro inicial foi adotada abordagem de transição retrospectiva simplificada, que consiste nos seguintes critérios de reconhecimento e mensuração inicial dos ativos e passivos: i) os passivos de arrendamento mercantil foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados à taxa incremental sobre os seus empréstimos, agrupadas de forma geral por natureza de ativo e prazo contratual; e ii) ativos de direito de uso foram mensurados pelo valor equivalente ao passivo de arrendamento mercantil, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial.

No exercício de 2018, ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas pela Companhia em virtude da entrada em vigor do Pronunciamento Contábil CPC 47, Receitas de Contratos de Clientes, que começou a reconhecer as vendas de bens no momento em que o controle sobre os produtos é transferido, seguindo as condições de reconhecimento do exercício anterior, desde que não haja nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos ao cliente. Vale destacar que a entrega ocorre quando os produtos são enviados para o local especificado, o cliente aceita os produtos, de acordo com o contrato de venda, e as disposições de aceite tenham prescritos ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios de aceite das mercadorias foram atendidos. Também a partir de 1º de janeiro de 2018, com a entrada em vigor o CPC 48 – Instrumentos Financeiros, a Companhia passou a adotar um novo modelo de impairment, híbrido de perdas esperadas e incorridas, com abordagem simplificada, registrando perdas esperadas durante todo o ciclo das contas a receber de clientes. O modelo parte da avaliação das vendas realizadas em um período de 12 meses e o montante considerado incobrável relacionado a esse período, levanta-se o perfil de pagamento dos clientes para chegar nas taxas de inadimplência. As taxas de inadimplência por faixa de recebimento são aplicadas sobre o saldo de clientes.

### **b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

No processo de análise das mudanças introduzidas pelo Pronunciamento Contábil CPC 06 (R2), Arrendamentos, a Companhia reconheceu ativos e passivos decorrentes dos contratos de áreas portuárias onde estão instaladas três unidades fabris, contratos de aluguéis de imóveis, impressoras e locação de veículos.

## 10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

Os efeitos patrimoniais e de resultado no reconhecimento de arrendamento são apresentados a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro	01 de janeiro	31 de dezembro	01 de janeiro
<b>Ativo de direito de uso</b>				
Imóveis	72,7	33,4	72,7	34,6
Veículos	26,5	7,1	26,5	36,6
Computadores e periféricos	0,9	2,0	0,9	2,8
<b>Total</b>	<b>100,1</b>	<b>42,5</b>	<b>100,1</b>	<b>74,0</b>
<b>Passivos de arrendamento</b>				
Circulante	15,1	8,0	15,1	15,7
Não circulante	86,9	31,8	86,9	55,6
<b>Total</b>	<b>102,0</b>	<b>39,8</b>	<b>102,0</b>	<b>71,3</b>

Detalhamento da movimentação de resultado	Controladora	Consolidado
Amortizações de direito de uso	10,1	18,9
Juros sobre passivos de arrendamento	5,6	8,3
Pagamentos variáveis não incluídos na mensuração do passivo de arrendamento	1,5	1,5
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>17,2</b>	<b>28,7</b>

No exercício de 2018, em decorrência das alterações nas práticas contábeis a Companhia verificou que algumas transações com clientes não contempladas no contrato principal de fornecimento de produtos, tais como ações comerciais de pontos extras, inauguração de lojas, dentre outras, até então reconhecidas como despesas comerciais, por não satisfazer as condições específicas da norma para serem reconhecidas como despesas, passaram a ser classificadas como itens redutores das receitas. Dessa forma, no período findo em 31 de dezembro de 2018, foi reconhecido o montante de R\$ 43,5 milhões na dedução de receitas de gastos antes considerados despesas comerciais, representando uma queda na receita líquida de 0,8% e na despesa comercial de 4,0% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Com relação aos efeitos da mudança no reconhecimento de perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa foi realizada uma reversão no montante de R\$ 1,5 milhão.

### c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

As demonstrações financeiras dos anos de 2017, 2018 e 2019 foram auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

Os relatórios dos auditores independentes, referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, não contêm parágrafo de ênfase nem ressalvas.

## 10.5 - Políticas Contábeis Críticas

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as IFRS e práticas contábeis adotadas no Brasil requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Desta forma, os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, nos baseamos em estimativas e premissas derivadas de nossa experiência histórica e de vários outros fatores que entendemos ser razoáveis e relevantes. As “Políticas e Estimativas Contábeis Críticas” são aquelas consideradas importantes para a determinação da posição financeira da Companhia e dos resultados de suas operações e cuja determinação é mais difícil, subjetiva e complexa de se calcular, exigindo, frequentemente, que adotemos estimativas sobre questões futuras que são inerentemente incertas. A aplicação das “Políticas e Estimativas Contábeis Críticas” geralmente requer julgamento por parte da administração com relação ao valor de determinados itens do ativo e passivo e dos resultados das operações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá afetar a situação patrimonial e financeira da Companhia, bem como os resultados das suas operações, caso as estimativas não se confirmem.

Estimativas e premissas são continuamente revistas, e tais revisões são reconhecidas nos períodos em que são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem: valor residual do ativo imobilizado, perdas para redução do valor recuperável de contas a receber, estoques e intangíveis com vida útil indefinida, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisão para litígios e demandas judiciais, valor justo de ativos e passivos em combinação de negócios e mensuração de instrumentos financeiros.

### **Alocação de valores justos em combinação de negócios**

Combinações de negócios são registradas na data de aquisição, que representa o momento em que o controle é transferido para a Companhia. Os ativos adquiridos e passivos assumidos numa combinação de negócios são reconhecidos pelos seus respectivos valores justos na data de aquisição.

A Companhia mensura o ágio na data de aquisição como:

- o valor justo da contraprestação transferida que inclui a contraprestação contingente do preço; mais
- o montante reconhecido de qualquer participação não-controladora na adquirida; mais
- se a aquisição foi realizada em estágios, o valor justo de qualquer participação na adquirida antes da aquisição; menos
- ativos de indenização; menos
- o montante líquido (a valor justo) dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável.

Quando o excedente é negativo, um ganho decorrente do acordo da compra vantajosa é reconhecido imediatamente na demonstração de resultados do exercício.

Os custos de transação, que não sejam aqueles associados com a emissão de títulos de dívida ou de participação acionária, nos quais a Companhia incorre em relação a uma combinação de negócios, são reconhecidos como despesas à medida que são incorridos.

## 10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Reconhecemos as despesas de depreciação dos ativos imobilizados e a amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida de acordo com o método linear às taxas estabelecidas, e leva em conta o tempo de vida útil estimado dos bens, refletindo, assim, o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo. O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação e amortização são revistos no final de cada exercício e ajustados de forma prospectiva.

Devido à natureza dos negócios da companhia, a determinação do tempo de vida útil dos ativos requer um grau de julgamento considerável. Se formos requeridos a alterar materialmente as premissas utilizadas, as despesas de depreciação e amortização, as perdas por redução ao valor recuperável e o valor contábil dos ativos imobilizados e intangíveis poderão ser materialmente diferentes.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perdas de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída perda para redução ao valor recuperável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando a circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Já o teste de perda por redução do valor recuperável de ativos intangíveis com vida útil indefinida é feito anualmente (em 31 de dezembro), por unidade geradora de caixa, independente se houver ou não uma indicação de desvalorização do valor contábil.

### **Imposto de renda e contribuição social diferido**

O imposto de renda e a CSLL diferidos ativos e passivos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

O reconhecimento dos impostos diferidos é baseado em projeções elaboradas por nossa administração, que envolvem premissas e julgamento. Se formos requeridos a alterar materialmente as premissas utilizadas o valor contábil dos impostos diferidos pode ser materialmente diferente.

O valor contábil dos impostos e da contribuição social diferidos ativos é revisto a cada data do balanço e é reduzido até o limite em que não se torna mais provável que os lucros tributáveis disponíveis poderão permitir a utilização do crédito fiscal.

### **Mensuração de instrumentos financeiros**

#### *Ativos e passivos financeiros não derivativos*

A Companhia, a partir de 01 de janeiro de 2018, alterou a classificação de seus ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias, dependendo da finalidade para a qual foram adquiridos ou contratados: (i) mensurados ao custo amortizado e (ii) ao valor justo por meio do resultado. A Companhia não mantém instrumentos financeiros classificados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os passivos financeiros não derivativos são mensurados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros, quando aplicável.

#### *Instrumento financeiros derivativos*

## 10.5 - Políticas Contábeis Críticas

A Companhia e suas controladas mantêm instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições ao risco de variação de moeda estrangeira e taxa de juros nos contratos de financiamento para de insumos (trigo e óleo) e capital de giro. Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo e são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo dos derivativos durante o período são registrados diretamente na demonstração do resultado.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão integralmente reconhecidas na contabilidade e são restritas ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, outras contas a receber, empréstimos, financiamentos, fornecedores, contas a pagar e contratos de *swap*.

a. **Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no**

**10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras**

A Companhia não possui ativos e passivos que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas.

b. **Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não aplicável.

**a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado**  
**10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras**

Conforme mencionado no item 10.6, não há itens que não estejam evidenciados nas demonstrações financeiras.

**b. Natureza e o propósito da operação**

Conforme mencionado no item 10.6, não há itens que não estejam evidenciados nas demonstrações financeiras.

**c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Conforme mencionado no item 10.6, não há itens que não estejam evidenciados nas demonstrações financeiras.

## 10.8 - Plano de Negócios

### a. Investimentos, incluindo: (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; (iii) Fontes de financiamento dos investimentos; (v) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia manteve seu orçamento em projetos de investimentos voltados para expansão, diversificação e modernização da capacidade de produção e correspondente aumento de sua eficiência. Tais investimentos se destinam, principalmente, a conclusão do projeto de construção da nova unidade de moagem no estado do Rio Grande do Sul, melhorias de eficiência e qualidade nos moinhos, bem como investimentos para a modernização dos equipamentos industriais, incremento de capacidade, produtividade e atendimento aos requisitos legais nas unidades fabris de biscoitos e massas.

A Diretoria estima que serão investidos cerca de R\$ 280,4 milhões em 2020. Os investimentos estimados estão subdivididos em categorias e incluem toda a expansão e modernização das plantas industriais:

	2020
	(Em milhões de reais)
Instalações	46,5
Máquinas e equipamentos	146,3
Obras civis	72,9
Veículos	0,4
Computadores e periféricos	5,3
Móveis e utensílios	2,9
Licença de uso de <i>software</i>	3,3
Outros	2,8
<b>Total</b>	<b>280,4</b>

Os investimentos elencados acima constituem projeções da Companhia e se baseiam em nossas estimativas. A Companhia não está obrigada a investir as quantias elencadas acima, e os montantes efetivamente investidos podem ser significativamente diferentes em função de fatores variados, como a evolução do mercado e os índices inflacionários, emissão de licenças, entre outros.

A Companhia obterá os recursos necessários para realização dos investimentos através da sua geração de caixa (recursos próprios) e de crédito a ser obtido junto a bancos de desenvolvimento, especialmente junto à linha de financiamento do BNDES (Finame). Não há qualquer desinvestimento relevante em andamento e nem qualquer previsão nesse sentido.

Essas projeções de investimentos não incluem eventuais valores a serem aplicados em futuras aquisições de empresas.

### b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável, visto que os investimentos destinam-se, em sua maioria, para ganho de eficiência produtiva, manutenção da capacidade e conclusão do projeto de construção do Moinho instalado no Rio Grande do Sul, que entrou em operação no segundo semestre de 2019, ampliando a capacidade de moagem.

### c. Novos produtos e serviços:

As pesquisas em andamento representam informações confidenciais não divulgadas antes do efetivo lançamento do produto.

No período de 2017 a 2019, a Companhia lançou 178 novos produtos no mercado, abaixo seguem os destaques para cada período:

Em 2017, foram lançados: (i) os cookies de baunilha e chocolate na marca Isabela; (ii) snacks de milho da marca Salsito; (iii) misturas para bolo Finna; (iv) biscoitos wafer coberto e triwafer

## 10.8 - Plano de Negócios

coberto Isabela e wafer mega Vitarella Treloso; (v) massas espaguete, penne e parafuso da marca Vitarella; e (vi) linha Adria Plus Life com biscoitos doces e salgados, cookies e bits de cereais.

Em 2018, foram lançados: (i) biscoito recheado sabor baunilha Treloso Power da marca Vitarella; (ii) biscoitos Antenados da marca Estrela; (iii) biscoito tradicional, integral e cristal Delicitá da marca Vitarella; (iv) Adorita Tropical, um creme vegetal exclusivo para exportação, com o benefício de não necessitar de conservação em geladeira; (v) biscoitos cookies, mini roladinho de goiaba e mini maizena, e torradas da marca Piraquê.

Em 2019, foram lançados: (i) farinha de trigo da marca Finna, na embalagem de 5 Kg, para pastel, pizza e Tipo 1; (ii) biscoito wafer coberto com chocolate Pirachoko da marca Piraquê; (iii) bolinho Toons da marca Isabela; (iv) massas Adria Grano Duro Integral; (v) biscoitos e bolinhos sem glúten nos sabores cacau e baunilha da marca Adria Plus Life; (vi) biscoitos Maria e Maizena Integrais da marca Vitarella; e (vii) creme Vegetal Bel Campo, criado para exportação.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, investimos R\$ 11,6 milhões em pesquisa e desenvolvimento de produtos (R\$ 8,7 milhões investidos em 2018 e R\$ 8,6 milhões investidos em 2017). Tais valores representaram da nossa receita líquida 0,19%, 0,14% e 0,16% da nossa receita líquida nos anos de 2019, 2018 e 2017, respectivamente.

Para 2020, a Companhia trabalhará com um portfólio de 59 projetos, com foco nas tendências de alimentos e alinhados com a estratégia de inovação estabelecida.

## **10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

## **11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas**

A Companhia não tem como prática divulgar projeções operacionais e financeiras.

## **11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas**

Não aplicável, pois conforme mencionado no tópico 11.1 a Companhia não tem como prática divulgar projeções operacionais e financeiras.

## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

De acordo com seu Estatuto Social, elaborado sob as regras da Lei das Sociedades por Ações e segundo as exigências contidas no Regulamento do Novo Mercado da B3, a Companhia é administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Estatutária. Além do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, a Companhia possui um Comitê de Auditoria para assessoramento ao Conselho de Administração, além do Comitê Executivo, Comitê de Ética, Comitê de Sustentabilidade e Comitê de Saúde e Segurança do Trabalho para assessoramento à Diretoria.

A gestão da Companhia está estruturada de forma que o Conselho de Administração e a Diretoria Estatutária atuem com forte visão estratégica e colegiada, apoiados por diretorias executivas (não estatutária), que são responsáveis pela gestão das diversas áreas da Companhia e pelo cumprimento das diretrizes definidas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Estatutária.

### a. Atribuições de cada órgão e comitê

#### *Conselho de Administração*

O Conselho de Administração é um órgão de deliberação colegiada, responsável pela orientação geral dos negócios da Companhia, incluindo a sua estratégia de longo prazo. É responsável, também, dentre outras atribuições, pela eleição de seus diretores e fiscalização da respectiva gestão. As decisões do Conselho de Administração são tomadas pelo voto favorável da maioria dos seus membros presentes nas respectivas reuniões, devendo prevalecer, no caso de empate, o voto do Presidente ou de seu substituto, na forma prevista no Regimento do Conselho.

Além das atribuições previstas em lei, segundo o Estatuto Social da Companhia compete ao seu Conselho de Administração:

- Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- Fiscalizar a gestão da Diretoria e examinar, a qualquer tempo, os livros e documentos da Companhia;
- Convocar as Assembleias Gerais;
- Manifestar-se previamente sobre o Relatório da Administração, as contas da Diretoria, as Demonstrações Financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;
- Distribuir a remuneração fixada pela Assembleia Geral entre os administradores da Companhia;
- Eleger e destituir os diretores, bem como fixar as suas atribuições e remunerações;
- Fixar critérios pelos quais a alienação de bens só possa ser praticada após aprovação prévia do próprio Conselho de Administração ou da Diretoria Colegiada, bem como autorizar a prestação de garantias de qualquer natureza a obrigações de terceiros;
- Escolher e destituir os auditores independentes da Companhia;
- Autorizar a aquisição pela Companhia de ações de sua própria emissão, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, e a alienação posterior das mesmas.
- Manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM;

## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- Definir lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, nos casos de OPA para cancelamento de registro de companhia aberta ou para saída do Novo Mercado;
- Aprovar o plano estratégico da Companhia, bem como o respectivo plano para sua execução;
- Aprovar o orçamento anual e plurianual da Companhia;
- Aprovar programas ou planos de participação de gestores e empregados nos resultados;
- Fixar critérios de valor, tempo de duração, extensão de efeitos, natureza da operação e outros, pelos quais determinados atos, inclusive aquisição de bens e direitos e a contratação de empréstimos ou financiamentos ativos ou passivos, só possam ser praticados após aprovação prévia do próprio Conselho de Administração ou da Diretoria Colegiada, conforme seja estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;
- Fixar critérios de valor, tempo de duração, extensão de efeitos, natureza da operação e outros, pelos quais a prática de atos que impliquem em alienar, mesmo fiduciariamente, ou onerar bens sociais do ativo permanente, inclusive hipotecar, empenhar, caucionar, dar em anticrese, dar aval ou fiança, confessar, renunciar a direito, transigir ou acordar só possam ser praticados após aprovação prévia do próprio Conselho de Administração ou da Diretoria Colegiada, conforme seja estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;
- Fixar limites máximos para a realização de doações ou para a prática de qualquer ato gracioso, inclusive os relacionados com benefícios ou deduções fiscais, bem como aprovar a realização destes mesmos atos quando superarem os limites fixados;
- Autorizar a aquisição de empresas, a participação em outras sociedades, bem assim, a formação de consórcios, "joint ventures" e/ou alianças estratégicas, respeitada a competência da Assembleia Geral;
- Fixar diretrizes, posicionamentos e votos a serem observados e exercidos pelos representantes da Companhia em quaisquer reuniões de grupo de controle e ou de acionistas/quotistas ou Assembleias Gerais de empresas coligadas ou controladas, ou outras que envolvam consórcios, "joint ventures" ou alianças estratégicas de que a Companhia participe; e
- Deliberar a criação de comitês específicos, a ele vinculados, com ou sem a participação de Conselheiros, Diretores, empregados da Companhia, ou terceiros contratados, com o fim de acompanhar e ou orientar determinados processos ou operações sociais.

Para maiores informações sobre o Conselho de Administração da Companhia veja o item 12.3 – *Descrição das regras, políticas e práticas do emissor relativas ao Conselho de Administração*, deste Formulário de Referência.

### ***Diretoria Estatutária***

Os diretores da Companhia são os seus representantes legais, responsáveis, principalmente, pela administração cotidiana e pela implementação das políticas e diretrizes gerais estabelecidas pela Assembleia Geral dos seus acionistas e pelo seu Conselho de Administração.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, cada membro da sua Diretoria deve ser residente e domiciliado no País, podendo ser acionista ou não. Além disso, no máximo um terço dos membros do Conselho de Administração poderá ser eleito para a Diretoria da Companhia.

Os diretores são eleitos pelo Conselho de Administração da Companhia, para mandato de três anos, permitida a reeleição, podendo, a qualquer tempo, ser por ele destituídos. De acordo com o seu Estatuto Social, a Diretoria é composta de seis membros efetivos, sendo um diretor presidente, um diretor vice-presidente industrial – biscoitos, massas e margarinas, um

## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

diretor vice-presidente industrial – moinhos, um diretor vice-presidente comercial, um diretor vice-presidente de administração e desenvolvimento, um diretor vice-presidente financeiro e um diretor vice-presidente de investimentos e controladoria, podendo haver acúmulo de funções. Desde 09 de maio de 2014, a Diretoria passou a ser composta por seis membros, quando o Sr. Francisco Ivens de Sá Branco Júnior passou a exercer o cargo de Diretor Presidente e de Diretor Vice-Presidente industrial-biscoitos, massas e margarinas. A Diretoria Estatutária foi reeleita na reunião do Conselho de Administração realizada em 07 de maio de 2018.

O Regulamento do Novo Mercado também prevê que todos os diretores devem subscrever um termo de anuência dos administradores, condicionando a posse nos respectivos cargos à assinatura de tal documento. Por meio da assinatura deste termo os seus diretores assumiram expressamente responsabilidade pessoal pelo cumprimento das regras constantes do Contrato de Participação no Novo Mercado, do Regulamento do Novo Mercado e do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia compete à Diretoria exercer as atribuições que a lei, a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e este Estatuto Social lhe conferirem para a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, incumbindo-lhe a administração da companhia e a prática de todo e qualquer ato que não seja de competência privativa da Assembleia Geral, na forma do artigo 122 da Lei das Sociedades por Ações. Segundo o artigo 17 do seu Estatuto, compete ainda a Diretoria da Companhia:

- Zelar pela observância da lei e deste estatuto social;
- Administrar, gerir e supervisionar os negócios sociais;
- Elaborar o relatório e as demonstrações financeiras de cada exercício; e
- Praticar os atos de sua competência, conforme estabelecido neste estatuto social e no Regimento Interno da Diretoria.

### *Conselho Fiscal*

O Estatuto Social da Companhia prevê a possibilidade de, por decisão da Assembleia de Acionistas, vir a ser instalado um Conselho Fiscal de caráter não-permanente, podendo ter seus membros eleitos pela Assembleia Geral a qualquer momento, desde que requerida a sua instalação na forma da legislação aplicável. O seu Conselho Fiscal, quando instalado, será composto de três a cinco membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não. Somente poderão ser eleitos para o Conselho Fiscal pessoas residentes no Brasil, diplomadas em curso universitário, ou que tenham exercido, pelo prazo mínimo de três anos, cargo de administrador de empresa ou de membro de conselho fiscal. De acordo com as regras do Novo Mercado, os membros do Conselho Fiscal deverão subscrever, previamente à sua investidura no cargo, termo de anuência dos membros do Conselho Fiscal previsto no Regulamento do Novo Mercado.

Não podem ser eleitos para o Conselho Fiscal da Companhia as pessoas inelegíveis para cargo de administrador, e, ainda, aquelas que façam parte do Conselho de Administração, da Diretoria ou do quadro de empregados da Companhia, de empresa controlada ou de empresa do mesmo grupo, tampouco um cônjuge ou parente, até o terceiro grau, de administrador da Companhia.

### **Comitês**

No âmbito das iniciativas de melhoria dos níveis de governança da Companhia foram criados sete comitês de caráter não estatutário:

Os comitês de Auditoria, Executivo, de Ética, de Saúde e Segurança do Trabalho, de Sustentabilidade, de Imagem e de Governança Corporativa, Remuneração e Indicação participam do processo de decisão dos órgãos da administração na qualidade de consultores.

## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

### Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria foi criado em 16 de março de 2007 e é um órgão de assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia. Nesse sentido, o Comitê deverá avaliar continuamente o trabalho da auditoria interna e externa, os sistemas de identificação de riscos e os controles internos da Companhia e de suas controladas, bem como assegurar as condições de controle de gerenciamentos dos riscos que a Companhia e suas controladas estão sujeitas e deverá avaliar a qualidade e efetividade das decisões tomadas para mitigar tais riscos.

Em reunião do Conselho de Administração, em 10 de maio de 2019, foram eleitos quatro membros efetivos e independentes para compor o Comitê de Auditoria, com mandato de um ano a encerrar-se na data da reunião do Conselho de Administração que deliberar sobre as demonstrações financeiras do primeiro trimestre de 2020.

### Comitê Executivo

O Comitê Executivo, criado em 12 de abril de 2010, é um órgão de assessoramento à Diretoria Estatutária, sendo de caráter permanente e tem como objetivo analisar cenários e oportunidades de crescimento, propor o direcionamento estratégico, coordenar o desdobramento das metas corporativas em metas setoriais e facilitar o processo de monitoramento de resultado. É composto pelos membros da Diretoria Não Estatutária.

### Comitê de Ética

Em 2013 foi criado o Comitê de Ética que tem como objetivo assessorar o Comitê de Auditoria na supervisão dos comunicados recebidos através do Canal Ético. O Comitê tem caráter permanente, com reuniões ordinárias mensais e extraordinárias sempre que necessário, e possui as seguintes competências:

- apreciar e emitir pareceres sobre os comunicados recebidos através do Canal Ético;
- monitorar o cumprimento das ações corretivas propostas pelas áreas;
- fomentar a difusão e a aplicação do Código de Ética por toda a Companhia;
- reportar aos níveis hierárquicos devidos todos os casos que julgue relevantes para a perenidade do negócio.

### Comitê de Saúde e Segurança do Trabalho

Em 2014 foi criado o Comitê de Saúde e Segurança do Trabalho O Comitê tem caráter permanente, com reuniões ordinárias mensais e extraordinárias sempre que necessário, e possui as seguintes competências:

- Liderar o Programa de Gestão de Excelência em SSO;
- Definir e Gerenciar os objetivos e metas do programa e das unidades;
- Garantir o cumprimento dos programas estratégicos de SSO.

### Comitê de Sustentabilidade

Em 2015 foi estruturado o Comitê de Sustentabilidade que tem por objetivo assessorar o Conselho Executivo na execução das práticas de Sustentabilidade da Companhia. O Comitê tem caráter permanente, com reuniões semestrais, e possui as seguintes competências:

## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- Estabelecer uma política de sustentabilidade para a Companhia.
- Gerenciar os resultados dos grupos de trabalhos estabelecidos para ações de sustentabilidade.
- Acompanhar a elaboração do Relatório Anual da Companhia.
- Propor projetos relacionados ao tema de sustentabilidade para apreciação do Comitê Executivo.

### Comitê de Gestão de Imagem

O Comitê de Gestão de Imagem foi criado em 2017, e tem por objetivo estabelecer um relacionamento construtivo com os stakeholders por meio de comunicações direcionadas junto à imprensa, bem como minimizar impactos negativos na imagem da Companhia em decorrência de situações de crise.

Compete ao Comitê de Gestão de Imagem:

- Acompanhar as aparições das marcas M. Dias Branco, especialmente a marca institucional, na imprensa e veículos de comunicação;
- Deliberar sobre o posicionamento da Companhia nas interações com a imprensa;
- Atualizar as informações sobre a Companhia nos canais de comunicação acessíveis aos stakeholders (site, mídias sociais, etc);
- Interagir com a imprensa, respondendo as demandas de informações, bem como propondo pautas para a imprensa sobre as realizações da Companhia.

### Comitê de Governança Corporativa

O Comitê de Gestão de Governança Corporativa foi criado em 2019, e é um órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, de caráter permanente, com o intuito de aprimorar os controles internos e mecanismos de governança corporativa da Companhia, mantendo-os compassados com a legislação aplicável e as melhores práticas do mercado. O Comitê reportar-se-á diretamente ao Conselho de Administração, atuando com independência em relação à Diretoria da Companhia. O órgão é composto por 3 (três) membros, eleitos pelo Conselho de Administração no dia 10 de maio de 2019, com mandato de 01 (um) ano, sendo um deles escolhido dentre os membros independentes do Conselho de Administração da Companhia.

Para maiores informações sobre os membros dos comitês, consultar o tópico *12.7/8 Composição dos Comitês* deste Formulário.

### Comitê de Indicação e de Remuneração

Comitê de Remuneração e Indicação foi criado em 2019 e assessora o Conselho de Administração com recomendações para indicação dos membros do Conselho de Administração, de seus Comitês e da Diretoria Estatutária da Companhia, bem como para remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

Suas principais atividades são:

- Examinar os candidatos indicados aos “Cargos Elegíveis”.
- Formular recomendações relativas à remuneração dos Administradores.

### b. Data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

Em reunião de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária em 29 de abril de 2008 foi requerida e aprovada a instalação do Conselho Fiscal. Contudo, na reunião de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, de 24 de abril de 2009, não foi requerida a sua continuidade. Assim, atualmente, não temos Conselho Fiscal instalado. O Comitê de Auditoria foi criado em 16 de março de 2007, o Comitê Executivo em 12 de abril de 2010, o Comitê de Ética em 2013, o Comitê de Saúde e Segurança

## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

do Trabalho em 2014, o Comitê de Sustentabilidade em 2015, o Comitê de Gestão de Imagem em 2017 e Comitê de Governança Corporativa em 2019.

### c. Mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê

Os membros da Diretoria Estatutária e Não Estatutária da Companhia são avaliados através de indicadores de desempenho setoriais atrelados a metas corporativas, definidos anualmente no planejamento estratégico da Companhia, que são utilizados para o pagamento do plano de participação dos lucros.

Foi aprovada pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 13 de abril de 2017, a concessão de incentivo a longo prazo – outorga de ações restritas à Diretoria Não Estatutária da Companhia e em 27 de dezembro de 2019 foram incluídos também como beneficiários os Diretores Estatutários Celetistas contratados em 2019. As concessões do incentivo serão realizadas anualmente por um período de 4 (quatro) anos de vigência do plano e dependerão do desempenho da Companhia em termos de ROIC (retorno sobre o capital investido).

Em 26 de março de 2021, foi aprovado pelo Conselho de Administração, o modelo de avaliação de performance dos membros do Conselho de Administração, Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária que passará a vigorar a partir de abril de 2021. Esses membros se autoavaliaram e se avaliaram como colegiado em cada um dos órgãos/comitês. Os critérios de avaliação foram propostos com base nas recomendações do IBGC (Instituto Brasileiro de Governança corporativa) e atribuições de cada fórum definidas nos estatutos e/ou regimentos internos da M.Dias Branco.

### d. Em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

Segundo o Estatuto da Companhia, os membros da sua Diretoria têm as seguintes atribuições individuais:

**Compete ao Presidente:** (a) definir, implementar e coordenar ações que objetivem a preservação da visão, missão e valores da Companhia; (b) superintender e promover ações coordenadas e integradas do processo produtivo e de desenvolvimento das atividades da companhia; (c) supervisionar e controlar os níveis de produção e de rentabilidade de cada Divisão; (d) representar a Companhia, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele; (e) assinar contratos, contrair empréstimos e financiamentos, alienar, adquirir, hipotecar, ou, de qualquer modo, onerar bens da sociedade, móveis, imóveis e outros direitos; (f) aceitar, sacar, endossar e avalizar documentos cambiais, duplicatas, cheques, notas promissórias e quaisquer outros títulos de créditos que impliquem responsabilidade para a sociedade; (g) abrir, movimentar e encerrar contas bancárias; Acompanhar as atividades de auditoria interna.

**Vice-Presidente Industrial - Biscoitos, Massas e Margarinas:** (a) Definir políticas e promover a gestão corporativa dos processos produtivos de biscoitos, massas e margarinas, zelando pelo seu aperfeiçoamento contínuo, de acordo com as diretrizes estratégicas estabelecidas pelo Presidente; (b) Dirigir as atividades de produção, embalagem e estocagem de produtos acabados, bem como desenvolver projetos de engenharia da produção, nos segmentos de biscoitos, massas e margarinas; (c) Assegurar excelência no processo de manutenção dos parques industriais de biscoitos, massas e margarinas, mediante adoção de procedimentos preventivos e corretivos; (d) Propor e coordenar a execução de projetos de atualização tecnológica, de renovação e de expansão dos parques fabris de biscoitos, massas e margarinas; (e) Estabelecer políticas e gerir o processo de compras corporativas de insumos produtivos, nos segmentos de biscoitos, massas e margarinas, torradas, bolos e snacks assegurando qualidade dos produtos adquiridos e competitividade nas condições negociadas com os fornecedores; (f) Comandar as atividades de gerenciamento dos sistemas da qualidade, segurança alimentar e meio ambiente, nos segmentos de biscoitos, massas e margarinas, de forma a assegurar o cumprimento da legislação vigente e intensificar as certificações por organismos especializados; (g) Impulsionar os níveis de produção e rentabilidade das unidades fabris de biscoitos, massas, margarinas, torradas, bolos e snacks em consonância com as estratégias corporativas; (h) Prestar ao Presidente, mediante relatórios gerenciais, informações sistematizadas das atividades desenvolvidas e resultados gerados nas unidades fabris de biscoitos, massas e margarinas, e (i) Cooperar com o Presidente na formulação de estratégias de desenvolvimento e monitoramento dos resultados da Companhia, contribuindo para a melhoria contínua da performance empresarial, em integração com os demais Vice-Presidentes.

## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

**Vice-Presidente Industrial - Moinhos:** (a) Definir políticas e promover a gestão corporativa dos processos produtivos de derivados de trigo, de milho e de outros cereais, nas unidades moageiras da Companhia, zelando pelo seu aperfeiçoamento contínuo, de acordo com as diretrizes estratégicas estabelecidas pelo Presidente; (b) Dirigir as atividades de produção, embalagem e estocagem de produtos acabados, bem como desenvolver projetos de engenharia da produção, no segmento de moinhos; (c) Assegurar excelência no processo de manutenção dos parques industriais das unidades moageiras, mediante adoção de procedimentos preventivos e corretivos; (d) Propor e coordenar a execução de projetos de atualização tecnológica, de renovação e de expansão dos parques fabris nas unidades moageiras; (e) Estabelecer políticas e gerir o processo de compras corporativas de insumos produtivos no segmento de moinhos, assegurando qualidade dos produtos adquiridos e competitividade nas condições negociadas com os fornecedores; (f) Comandar as atividades de gerenciamento dos sistemas da qualidade, segurança alimentar e meio ambiente, no segmento de moinhos, de forma a assegurar o cumprimento da legislação vigente e intensificar as certificações por organismos especializados; (g) Impulsionar os níveis de produção e rentabilidade das unidades moageiras, em consonância com as estratégias corporativas; (h) Prestar ao Presidente, mediante relatórios gerenciais, informações sistematizadas das atividades desenvolvidas e resultados gerados nas unidades moageiras, e (i) Cooperar com o Presidente na formulação de estratégias de desenvolvimento e monitoramento dos resultados da Companhia, contribuindo para a melhoria contínua da performance empresarial, em integração com os demais Vice-Presidentes.

**Vice-Presidente Comercial:** (a) Dirigir o processo corporativo de comercialização dos produtos fabricados pela Companhia, implementando ações de desenvolvimento de mercado, de acordo com as diretrizes estratégicas estabelecidas pelo Presidente; (b) Planejar as vendas de produtos, estabelecendo estratégias, objetivos e metas, bem como monitorar a execução do Plano Comercial; (c) Assegurar excelência no processo de vendas de produtos da Companhia, mediante gestão das equipes próprias e dos operadores e distribuidores; (d) Coordenar as atividades de estudos de mercado e concorrência, de forma a subsidiar a proposição de estratégias mercadológicas corporativas; (e) Gerir as atividades corporativas de Marketing, estabelecendo os Planos de Marketing e monitorando a sua implementação, com o objetivo de incrementar os negócios da Companhia; (f) Prestar ao Presidente, mediante relatórios gerenciais, informações sistematizadas das atividades desenvolvidas e resultados gerados nas unidades comerciais, e (g) Cooperar com o Presidente na formulação de estratégias de desenvolvimento e monitoramento dos resultados da Companhia, contribuindo para a melhoria contínua da performance empresarial, em integração com os demais Vice-Presidentes.

**Vice-Presidente de Administração e Desenvolvimento:** (a) Dirigir e exercer a coordenação das atividades de administração e desenvolvimento, no âmbito corporativo, de acordo com as diretrizes estratégicas estabelecidas pelo Presidente; (b) Promover o desenvolvimento da tecnologia da informação, a nível corporativo, buscando disponibilizar soluções compatíveis com os objetivos estratégicos da Companhia; (c) Assegurar a infra-estrutura adequada de tecnologia da informação, bem como adotar política de segurança da informação e prestar suporte de hardware e software; (d) Definir políticas corporativas e implementar ações de desenvolvimento de pessoas, incluindo recrutamento e seleção, treinamento, gestão do desempenho, cargos e salários, benefícios, cultura e clima organizacional, de forma a impulsionar o alcance dos resultados empresariais estabelecidos; (e) Instituir políticas corporativas e ações de desenvolvimento de processos, aplicando normas e procedimentos de racionalização e melhoria contínua dos fluxos de trabalho, com o objetivo de impulsionar a performance empresarial; (f) Coordenar as atividades corporativas de administração de pessoal, contemplando a gestão da folha de pagamentos, encargos trabalhistas, concessão de benefícios e segurança e medicina do trabalho, em consonância com a legislação e políticas de desenvolvimento de pessoas vigentes; (g) Prestar suporte administrativo às diversas unidades da Companhia, envolvendo serviços corporativos de portaria, recepção, manutenção predial, segurança patrimonial, controle de bens móveis, gestão de arquivos e compras administrativas; (h) Impulsionar os níveis de produtividade e eficiência das atividades administrativas e de desenvolvimento, em consonância com as estratégias corporativas; (i) Prestar ao Presidente, mediante relatórios gerenciais, informações sistematizadas das atividades administrativas e de desenvolvimento, (j) Cooperar com o Presidente na formulação de estratégias de desenvolvimento e monitoramento dos resultados da Companhia, contribuindo para a melhoria contínua da performance empresarial, em integração com os demais Vice-Presidentes; (l) Comandar o processo corporativo de logística de distribuição dos produtos, envolvendo a gestão dos centros de distribuição, do estoque, dos operadores logísticos e da estrutura de transporte, de forma a alcançar máxima eficiência, menor custo e qualidade na distribuição; (m) Promover estudos periódicos de capacidade e de localização da rede logística de distribuição, propondo melhorias monitorando sua implementação, e (n) Impulsionar os níveis de produtividade e rentabilidade das unidades comerciais, em consonância com as estratégias corporativas.

## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

**Vice-Presidente Financeiro:** (a) Dirigir e exercer a coordenação das atividades financeiras, no âmbito corporativo, de acordo com as diretrizes estratégicas estabelecidas pelo Presidente; (b) Definir e implementar política corporativa de concessão de crédito, incluindo a avaliação de crédito e de garantias apresentadas, de forma a minimizar riscos financeiros para a Companhia; (c) Estabelecer critérios e gerir o processo corporativo de contas a receber, adotando ações que assegurem eficiência nas atividades de faturamento, controle de recebimentos e cobrança; (d) Coordenar as atividades corporativas de contas a pagar, mediante controle de vencimentos das obrigações, preparação de pagamentos, controle de contratos e administração da posição financeira; (e) Desenvolver as atividades corporativas de tesouraria, por meio da administração do fluxo de caixa, das movimentações bancárias e do controle de numerários e cheques; (f) Impulsionar os níveis de produtividade e eficiência das atividades financeiras, em consonância com as estratégias corporativas do Grupo; (g) Prestar ao Presidente, mediante relatórios gerenciais, informações sistematizadas das atividades financeiras, e (h) Cooperar com o Presidente na formulação de estratégias de desenvolvimento e monitoramento dos resultados da Companhia, contribuindo para a melhoria contínua da performance empresarial, em integração com os demais Vice-Presidentes.

**Vice-Presidente de Investimentos e Controladoria:** (a) Dirigir e exercer a coordenação das atividades de investimentos e controladoria, no âmbito corporativo, de acordo com as diretrizes estratégicas estabelecidas pelo Presidente; (b) Definir e implementar a política corporativa de investimentos, captar fontes alternativas de recursos e desenvolver estudos de viabilidade econômico-financeira de empreendimentos; (c) Desenvolver as atividades de relações com investidores, no âmbito corporativo, contemplando a preparação de documentos institucionais, realização de apresentações e encaminhamento de negociações, em consonância com os dispositivos legais e estratégias da Companhia; (d) Coordenar as atividades corporativas de controladoria gerencial e societária, incluindo a elaboração de demonstrativos gerenciais e demonstrações contábeis, suporte a auditorias externas, gestão da documentação societária, controle de custos e gestão orçamentária; (e) Dirigir as atividades corporativas de controladoria fiscal, mediante planejamento tributário, assessoramento fiscal, gestão das obrigações tributárias e do contencioso fiscal, bem como suporte às auditorias fiscais; (f) Coordenar as atividades jurídicas consultiva e contenciosa; (g) Impulsionar os níveis de produtividade e eficiência das atividades de investimentos e controladoria, em consonância com as estratégias corporativas do Grupo; (h) Prestar ao Presidente, mediante relatórios gerenciais, informações sistematizadas das atividades de investimentos e controladoria, e (i) Cooperar com o Presidente na formulação de estratégias de desenvolvimento e monitoramento dos resultados da Companhia, contribuindo para a melhoria contínua da performance empresarial, em integração com os demais Vice-Presidentes.

### **e. Mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria**

Como já mencionado no item c deste tópico, a Companhia não possui nenhum mecanismo específico de avaliação de desempenho para os membros do Conselho de Administração e dos comitês.

Os membros da Diretoria Estatutária e Não Estatutária da Companhia são avaliados através de indicadores de desempenho estratégicos atrelados a metas corporativas, definidos anualmente no planejamento estratégico da Companhia que são utilizados para o pagamento do plano de participação dos lucros. Foi aprovada pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 13 de abril de 2017, a concessão de incentivo a longo prazo – outorga de ações restritas à Diretoria Não Estatutária da Companhia e em 27 de dezembro de 2019 a inclusão do benefício para a Diretoria Estatutária Celetista eleita em 2019. As concessões do incentivo serão realizadas anualmente por um período de 4 (quatro) anos de vigência do plano e dependerão do desempenho da Companhia em termos de ROIC (retorno sobre o capital investido).

## 12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

### a. Prazos de convocação

A Assembleia Geral da Companhia reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses subsequentes ao término do exercício social para fins previstos em lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

A Lei das Sociedades por Ações exige que todas as Assembleias Gerais sejam convocadas mediante três publicações no Diário Oficial da União ou do Estado em que esteja situada a sede da companhia, e em outro jornal de grande circulação. As publicações da Companhia são atualmente feitas no Diário Oficial do Estado do Ceará e no jornal “O Povo”, do Estado do Ceará; sendo a primeira convocação realizada, no mínimo, 15 dias antes da data da assembleia, e a segunda convocação realizada com oito dias de antecedência, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações. A CVM poderá, todavia, em determinadas circunstâncias, determinar que a primeira convocação para assembleias gerais de acionistas seja feita com até 30 dias de antecedência da data em que os documentos relativos às matérias a serem deliberadas forem colocados à disposição dos acionistas. A CVM poderá ainda, a pedido de qualquer acionista, interromper, por até 15 dias, o curso do prazo de antecedência de convocação da assembleia geral, a fim de conhecer e analisar as propostas a serem submetidas à assembleia geral. A Companhia, quando possível, busca antecipar o prazo da primeira convocação da Assembleia Geral, de forma que os acionistas tenham acesso à informação da realização da Assembleia Geral com antecedência superior à exigida em lei.

A assembleia geral que tiver por objeto deliberar sobre o cancelamento do registro de companhia aberta ou a saída do Novo Mercado deverá ser convocada com, no mínimo, 30 dias de antecedência.

O edital de convocação da assembleia geral deverá conter o local, a data, hora e ordem do dia da assembleia geral, e, no caso de reforma do estatuto social, indicação da matéria.

### b. Competências

De acordo com a Lei das Sociedades por ações e regulamentos aplicáveis, compete a assembleia geral, exclusivamente, discutir sobre as matérias abaixo, sem prejuízo de outras matérias de sua competência:

- reforma do seu Estatuto Social;
- eleição e destituição dos membros do seu Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, se instalado;
- fixação da remuneração global dos membros do seu Conselho de Administração e da sua Diretoria, assim como da remuneração dos membros do Conselho Fiscal, quando instalado;
- atribuição de bonificações em ações;
- aprovação de grupamentos ou desdobramentos de ações de sua emissão;
- aprovação de planos de opção de subscrição ou compra de ações aos seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia;
- tomada das contas dos administradores e deliberação sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;
- destinação do lucro líquido do exercício e pagamento de dividendos, de acordo com proposta apresentada pela sua administração;

## 12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

- saída do Novo Mercado, ressalvada a hipótese de a mesma ocorrer em razão do descumprimento do Regulamento do Novo Mercado;
- cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM, ressalvada a hipótese de a mesma ocorrer em razão do descumprimento da regulamentação aplicável;
- escolha de sociedade especializada responsável pela determinação do seu valor econômico para fins das ofertas públicas previstas no em seu Estatuto Social e no Regulamento do Novo Mercado, dentre as sociedades indicadas, em lista tríplice, pelo seu Conselho de Administração;
- autorizar a emissão de partes beneficiárias.
- emissão de debêntures conversíveis e/ou com garantia real de sua emissão;
- suspensão do exercício dos direitos de acionista que deixar de cumprir obrigação prevista em lei ou em seu Estatuto Social;
- nomeação de peritos ou empresa especializada para avaliação de bens com os quais um acionista pretende subscrever ações do seu capital social;
- a transformação da Companhia em uma sociedade limitada ou qualquer outra forma prevista na legislação societária;
- a sua fusão, incorporação em outra sociedade ou de qualquer sociedade da Companhia ou cisão;
- sua dissolução e liquidação, bem como eleição e destituição do liquidante e aprovação das contas por ele apresentadas;
- autorização para que seus administradores confessem sua falência ou requeiram sua recuperação judicial ou extrajudicial; e
- outras matérias que lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração.

### c. Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Os documentos relativos às assembleias gerais da Companhia estarão disponíveis na sua sede, na Rodovia BR 116 - Km 18, CEP 61760-000, Município de Eusébio, no Estado do Ceará. Eletronicamente a Companhia disponibiliza estes documentos na rede mundial de computadores no seu endereço ([www.mdiasbranco.com.br/ri](http://www.mdiasbranco.com.br/ri)), no site da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e no site da B3(<http://www.b3.com.br>).

### d. Identificação e administração de conflitos de interesses

Conforme disposto no artigo 32 do Estatuto Social, a Companhia, seus acionistas, administradores, membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, e em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei nº 6.404/76, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo CMN - Conselho Monetário Nacional, pelo BCB - Banco Central do Brasil e pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de valores mobiliários em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do contrato de participação no Novo Mercado.

## 12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

### **e. Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto**

O acionista que não puder comparecer às Assembleias pode ser representado por Procurador, constituído há menos de 1 (um) ano e na forma prevista no parágrafo 1º do artigo 126 da Lei nº. 6.404/1976 (“Lei das S.A.”).

As procurações, nos termos do parágrafo 1º do artigo 126 da Lei das S.A., somente poderão ser outorgadas a pessoas que atendam, pelo menos, um dos seguintes requisitos: (i) ser acionista ou administrador da Companhia, (ii) ser advogado ou (iii) ser instituição financeira. Para os acionistas que sejam pessoas jurídicas, conforme entendimento proferido pelo Colegiado da CVM, em reunião realizada em 4 de novembro de 2014 (Processo CVM RJ2014/3578), não há a necessidade de o mandatário ser (i) acionista ou administrador da Companhia, (ii) advogado ou (iii) instituição financeira, devendo tais acionistas serem representados na forma de seus documentos societários.

### **f. Formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico**

As procurações outorgadas no Brasil devem contar com a firma do outorgante ou de seu representante devidamente reconhecida por cartório de títulos e documentos. Se emitidas no exterior, deverão ser notariadas por Tabelião Público devidamente habilitado para este fim, consularizadas em consulado brasileiro e traduzidas para o português por tradutor juramentado.

A Companhia não admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico.

### **g. Manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias**

A Companhia não mantém fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

### **h. Transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias**

A Companhia não transmite ao vivo o vídeo e/ou o áudio das assembleias.

### **i. Mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas**

Não há, visto que até a presente data nunca foi solicitada à Companhia tal inclusão. A Companhia poderá atender tais solicitações, caso apresentadas e observadas às disposições legais e regulamentares, em cada caso específico.

## 12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

### a. Número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias

O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, a cada trimestre, de acordo com previsão do Calendário Anual de Eventos Corporativos da Companhia, e, extraordinariamente, mediante convocação de seu Presidente ou de dois de seus membros, sendo necessária, para sua realização, a presença, no mínimo, da maioria de seus membros em exercício. No exercício social de 2019 foram realizadas quatro reuniões ordinárias e quatro extraordinárias do Conselho de Administração.

### b. Se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Até a presente data não existe na sede da Companhia nenhum acordo de acionista arquivado.

### c. Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, qualquer membro do seu Conselho de Administração está proibido de votar em qualquer assembleia ou reunião do Conselho, ou de atuar em qualquer operação ou negócios nos quais tenha interesses conflitantes com os da Companhia.

A Companhia dispõe de Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesse, disponível em site:

<https://ri.mdiasbranco.com.br/governanca-corporativa/politica-de-contratacao-de-partes-relacionadas/>

## **12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem**

Conforme artigo 32 do Estatuto Social, a Companhia, seus acionistas, administradores, membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, e em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei nº 6.404/76, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo CMN – Conselho Monetário Nacional, pelo BCB – Banco Central do Brasil e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de valores mobiliários em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do contrato de participação no Novo Mercado.

**12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal**

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Gustavo Lopes Theodozio	04/07/1975	Pertence apenas à Diretoria	07/05/2021	3 anos	1
620.569.564-20	Administrador de empresas	12 - Diretor de Relações com Investidores	07/05/2021	Não	0.00%
Vice-Presidente de Investimentos e Controladoria, e Diretor de Relações com Investidores (Data de eleição: 07/05/2021, Data da posse: 07/05/2021, Prazo do mandato: 3 anos)					
Rômulo Ruberti Calmon Dantas	21/07/1963	Pertence apenas à Diretoria	07/05/2021	3 anos	2
742.287.497-04	Administrador	11 - Diretor Vice Presidente/ Superintendente	07/05/2021	Não	0.00%
Vice-Presidente Comercial (Data de eleição: 07/05/2021, Data da posse: 07/05/2021, Prazo do mandato: 3 anos)					
Fernando Fontes lunes	22/09/1962	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2021	1 ano	4
077.518.888-30	Engenheiro	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	07/05/2021	Não	100.00%
Membro (Efetivo) do Comitê de Governança Corporativa					
MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	23/10/1934	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2021	1 Ano	5
272.898.853-68	Empresária	20 - Presidente do Conselho de Administração	07/05/2021	Não	100.00%
Daniel Percim Funis	26/03/1976	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2021	1 ano	1
252.096.468-58	Engenheiro	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	07/05/2021	Não	100.00%
Membro (Efetivo) do Comitê de Remuneração dos Administradores					
FRANCISCO MARCOS SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	23/06/1964	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2021	1 ano	2

**12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal**

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
220.794.163-91	Empresário	23 - Conselho de Administração (Suplente)	07/05/2021	Não	100.00%
Guilherme Affonso Ferreira	09/05/1951	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2021	1 ano	2
762.604.298-00	Empresário	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	07/05/2021	Não	100.00%
Membro (Efetivo) do Comitê de Auditoria					
Luiza Andréa Farias Nogueira Ribeiro	30/11/1964	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2021	1 ano	3
231.470.753-20	Administradora de Empresa	23 - Conselho de Administração (Suplente)	07/05/2021	Não	100.00%
Diretora Executiva de Desenvolvimento Organizacional e Membro efetivo do seguintes comitês: Membro do Comitê de Ética; Membro do Comitê de Saúde e Segurança do Trabalho, Membro do Comitê de Gestão de Imagem e Membro do Comitê de Governança Corporativa e Membro do Comitê de Remuneração dos Administradores					
Luciane Nunes de Carvalho Sallas	19/01/1975	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2021	1	0
995.411.224-34	Administradora de Empresa	23 - Conselho de Administração (Suplente)	07/05/2021	Não	100.00%
Diretora Executiva de Projetos e Membro (Efetiva) do Comitê de Hedge					
Daniel Mota Gutierrez	07/04/1973	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2021	1 Ano	8
468.231.903-53	Advogado	23 - Conselho de Administração (Suplente)	07/05/2021	Não	100.00%

**12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal**

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Diretor Executivo Jurídico, Membro efetivo dos seguintes comitês: Comitê de Ética; Comitê de Saúde e Segurança do Trabalho; Comitê de Gestão de Imagem e Comitê de Governança Corporativa					
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	14/01/1967	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	30/04/2021	1 Ano	9
262.329.013-04	Empresário	32 - Vice Pres. C.A. e Vice Dir. Presidente	07/05/2021	Não	100.00%
Vice-Presidente Industrial - Moinhos (Data de eleição: 07/05/2021, Data da posse: 07/05/2021, Prazo do mandato: 3 anos), e Membro (Efetivo) do Comitê de Hedge					
Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior	08/09/1960	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	30/04/2021	3 Anos	4
155.400.143-91	Empresário	36 - Conselheiro(Suplente) e Dir. Presidente	07/05/2021	Não	100.00%
Diretor Presidente e Vice-Presidente Industrial – Biscoitos, Massas e Margarinas, Bolos e Snacks (Data de eleição: 07/05/2021, Data da posse: 07/05/2021, Prazo do mandato: 3 anos), e Presidente do Comitê de Remuneração dos Administradores					
MARIA DAS GRACAS DIAS BRANCO DA ESCÓSSIA	17/07/1959	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	30/04/2021	1 Ano	14
273.184.433-72	Advogada	34 - Conselheiro(Efetivo) e Dir. Vice Pres.	07/05/2021	Não	100.00%
Vice-Presidente Financeira (Data de eleição: 07/05/2021, Data da posse: 07/05/2021, Prazo do mandato: 3 anos)					
Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco	15/12/1961	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	30/04/2021	1 Ano	5
235.899.653-04	Empresária	37 - Conselheiro(Suplente) e Dir. Vice Pres.	07/05/2021	Não	100.00%

**12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal**

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			

Vice-Presidente de Administração e Desenvolvimento (Data de eleição: 07/05/2021, Data da posse: 07/05/2021, Prazo do mandato: 3 anos), Presidente do Comitê de Governança Corporativa, e Membro (efetivo) do Comitê de Remuneração dos Administradores

**Experiência profissional / Critérios de Independência**

Gustavo Lopes Theodozio - 620.569.564-20

O Sr. Gustavo Theodozio, 46 anos, é graduado em Administração de Empresas, com MBA em Gestão Empresarial e Pós-Graduação em Ciências Contábeis e Controladoria. Em mais de 25 anos de carreira, ocupou posições de liderança nas áreas Financeira e de Relações com Investidores em empresas como Biosev (Louis Dreyfus Company), Unipar Carbocloro (Solvay Indupa), JBS (JBS Couros, Vigor e Itambé) e Grupo JCPM (Bompreço Supermercados do NE e Sistema Jornal do Comercio de Comunicação). Exerceu, ainda, a função de Conselheiro na Solvay Indupa, Solalban Energy e Tecsis. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta. Não é membro independente.

Rômulo Ruberti Calmon Dantas - 742.287.497-04

O Sr. Rômulo Dantas, 58 anos, Administrador de Empresas com Pós Graduação em Marketing pela ESPM e MBA em Administração de Empresas pela FGV, certificado no Programa de Gestão para Dirigentes Empresarias no Insead (França), no Instituto de Certificação dos Profissionais de Seguridade Social e No Instituto Brasileiro de Governança Corporativa como Conselheiro de Administração. O Sr. Rômulo tem larga experiência como executivo de empresas de grande porte, tais como Kibon, Souza Cruz, PepsiCo Alimentos, Hypermarcas e Ontex Brasil. Atuou como Vice- Presidente Comercial da Pepsico Alimentos e Vice Presidente Comercial e de Logística da Ontex Brasil. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta. Não é membro independente.

Fernando Fontes Lunes - 077.518.888-30

O Sr. Fernando, 58 anos, é formado em Engenharia Civil pela Faculdade de Engenharia da Universidade Mackenzie e obteve o título de Mestre e Doutor pela Universidade de Londres. Foi Assessor Sênior, Sócio e Diretor Executivo responsável pela área global de Investment Banking do Banco Itaú BBA S.A. de 2010 a 2015, período em que contribuiu para estabelecer uma plataforma líder de Investment Banking na América Latina, com atividades no Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Peru e México. Anteriormente exerceu diversos cargos nos Bancos Itaú BBA S.A., onde foi Diretor responsável pelas áreas de Mercado de Capitais de 2003 a 2010, Itaú Banco de Investimento S.A., onde atuou como Diretor Executivo de 2001 a 2003, Banco BBA Creditanstalt S.A. e Creditanstalt em Nova Iorque em 1994. Durante esse período, Fernando participou de algumas das principais transações de mercado de capitais, fusões, aquisições e reorganizações societárias realizadas na América Latina. Em 2016 e 2017 Fernando foi um fellow da Universidade de Harvard no Programa Advanced Leadership Initiative em Cambridge, Estados Unidos. O programa Advanced Leadership seleciona profissionais para ajudar a preparar líderes a enfrentar novos desafios de impacto. Durante o segundo semestre de 2017, Fernando fez parte da Equipe de Ensino de um dos cursos mais prestigiados da Harvard Kennedy School - "Exercising Leadership: The Politics of Change". O curso fornece um diagnóstico e base estratégica para a prática de liderança. Fernando trabalhou ainda, por um período breve, na área de pesquisa em Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano do Banco Mundial em Washington. Foi professor de Finanças Internacionais do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – IBMEC (atualmente Insper). Desde setembro de 2015, integra o quadro de Conselheiro de Administração da Gerdau S.A. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta. É membro independente.

Para os fins da verificação do enquadramento do conselheiro independente, não é considerado conselheiro independente: (i) acionista controlador direto ou indireto da companhia; (ii) tem seu exercício de voto nas reuniões do conselho de administração vinculado por acordo de acionistas; (iii) é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até segundo grau do acionista controlador, de administrador da companhia ou de administrador do acionista controlador; e, (iv) foi, nos últimos 3 anos, empregado ou diretor da companhia ou do seu acionista controlador. Ainda para os fins da verificação, as situações descritas abaixo devem ser analisadas de modo a verificar se implicam perda de independência: (i) é afim até segundo grau do acionista controlador, de administrador da companhia ou de administrador do acionista controlador; (ii) foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor de sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum; (iii) tem relações comerciais com a companhia, o seu acionista controlador ou sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum; (iv) ocupa cargo em sociedade ou entidade que tenha relações comerciais com a companhia ou com o seu acionista controlador que tenha poder decisório na condução das atividades da referida sociedade ou entidade; (v) recebe outra remuneração da companhia, de seu acionista controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum além daquela relativa à atuação como membro do CA.

---

MARIA CONSUELO SARAIVA LEO DÍAS BRANCO - 272.898.853-68

A Sra. Consuelo, 87 anos, é Presidente do Conselho de Administração da Companhia. Idealizou o Centro Histórico M. Dias Branco e coordena ações ligadas a questões sociais em comunidades afetadas à zona de influência da Companhia. Seu primeiro mandato na Companhia iniciou-se em abril de 2006. A Sra. Consuelo não trabalhou em outras companhias abertas. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta. Não é membro independente.

---

Daniel Percim Funis - 252.096.468-58

O Sr. Daniel Funis, 45 anos, é graduado em engenharia mecânica pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo – USP e MBA pela Universidade de Cambridge, UK. Possui pós-graduação em marketing pela UF-PR e realizou cursos em diversas instituições internacionais, tais como Harvard Business School, Stanford e Universidad Austral. Com larga experiência em e-commerce, lidera a empresa de e-commerce de moda de luxo Fafetch no Brasil desde 2011 e na América Latina desde 2017. Também fez parte da equipe que introduziu as operações do Groupon no Brasil. Antes dessas experiências com comércio eletrônico, o Sr. Daniel Funis trabalhou para o Grupo Fiat, ocupou cargos nas áreas de engenharia, produção, vendas, marketing e desenvolvimento de negócios na Itália, França, Brasil e Argentina entre 2000 e 2009. Iniciou sua carreira na Unilever, onde foi estagiário e trainee na área de vendas e marketing. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargo de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta. Membro independente.

Para os fins da verificação do enquadramento do conselheiro independente, não é considerado conselheiro independente aquele que: (i) é acionista controlador direto ou indireto da companhia; (ii) tem seu exercício de voto nas reuniões do conselho de administração vinculado por acordo de acionistas que tenha por objeto matérias relacionadas à companhia; (iii) é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até segundo grau do acionista controlador, de administrador da companhia ou de administrador do acionista controlador; e, (iv) foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da companhia ou do seu acionista controlador. Ainda para os fins da verificação do enquadramento do conselheiro independente, as situações descritas abaixo devem ser analisadas de modo a verificar se implicam perda de independência do conselheiro independente em razão das características, magnitude e extensão do relacionamento: (i) é afim até segundo grau do acionista controlador, de administrador da companhia ou de administrador do acionista controlador; (ii) foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor de sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum; (iii) tem relações comerciais com a companhia, o seu acionista controlador ou sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum; (iv) ocupa cargo em sociedade ou entidade que tenha relações comerciais com a companhia ou com o seu acionista controlador que tenha poder decisório na condução das atividades da referida sociedade ou entidade; (v) recebe outra remuneração da companhia, de seu acionista controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum além daquela relativa à atuação como membro do conselho de administração ou de comitês da companhia, de seu acionista controlador, de suas sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum, exceto proventos em dinheiro decorrentes de participação no capital social da companhia e benefícios advindos de planos de previdência complementar.

---

FRANCISCO MARCOS SARAIVA LEO DÍAS BRANCO - 220.794.163-91

O Sr. Marcos, 57 anos, iniciou sua carreira empresarial na própria Companhia, em 1980. Destacando-se na área Comercial da Companhia, o Sr. Marcos foi nomeado diretor em 1989, sendo posteriormente empossado no cargo de Diretor Comercial Corporativo, em 2003. Seu primeiro mandato na Companhia iniciou em abril de 2006. Em 2006, foi eleito Vice-Presidente Comercial da Companhia, cargo que ocupou até 25 de fevereiro de 2019. O Sr. Marcos não trabalhou em outras Empresas de comércio. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta. Não é membro independente.

---

Guilherme Affonso Ferreira - 762.604.298-00

O Sr. Guilherme, 70 anos, graduado em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da USP, cursou também Economia e Política no Macalester College em St Paul/Minn. É sócio diretor da Teorema Capital, onde participa desde sua fundação em 2003. Membro do Conselho de Administração das Companhias: Arezzo (Abril/2011 – atual), B3 (Abril/2017 – atual), Bahema (Outubro/2017 – atual), M. Dias Branco (Abril/2019 – atual), Valid (2010-2017, Abril/2019 – atual), Mitre S.A (Fevereiro/2020 – atual) e T4F (Abril/2013 – atual), todas empresas listadas na B3.

Em seu histórico profissional podemos acrescentar sua participação no Conselho da entidade beneficente Instituto de Cidadania Empresarial. Nos últimos anos, foi membro do Conselho de Administração da Petrobras (2015 – 2018), Unibanco (2007 – 2008), B2W / Submarino (2006 – 2009), Gafisa (2011 – 2018), SulAmérica (2010 – 2019), Banco Indusval (2011 – 2014), dentre outras. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta. É membro independente. Para os fins da verificação do enquadramento do conselheiro independente, não é considerado conselheiro independente aquele que: (i) é acionista controlador direto ou indireto da companhia; (ii) tem seu exercício de voto nas reuniões do conselho de administração vinculado por acordo de acionistas que tenha por objeto matérias relacionadas à companhia; (iii) é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até segundo grau do acionista controlador, de administrador da companhia ou de administrador do acionista controlador; e, (iv) foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da companhia ou do seu acionista controlador. Ainda para os fins da verificação do enquadramento do conselheiro independente, as situações descritas abaixo devem ser analisadas de modo a verificar se implicam perda de independência do conselheiro independente em razão das características, magnitude e extensão do relacionamento: (i) é afim até segundo grau do acionista controlador, de administrador da companhia ou de administrador do acionista controlador; (ii) foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor de sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum; (iii) tem relações comerciais com a companhia, o seu acionista controlador ou sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum; (iv) ocupa cargo em sociedade ou entidade que tenha relações comerciais com a companhia ou com o seu acionista controlador que tenha poder decisório na condução das atividades da referida sociedade ou entidade; (v) recebe outra remuneração da companhia, de seu acionista controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum além daquela relativa à atuação como membro do conselho de administração ou de comitês da companhia, de seu acionista controlador, de suas sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum, exceto proventos em dinheiro decorrentes de participação no capital social da companhia e benefícios advindos de planos de previdência complementar.

---

Luiza Andréa Farias Nogueira Ribeiro - 231.470.753-20

A Sra. Luiza Andréa, 56 anos, brasileira, é Mestre em Administração de Empresas e Graduada em Administração de Empresas, com formação complementar em liderança, estratégia, gestão e coaching. Experiência como executiva e consultora de empresas nas áreas de Recursos Humanos, Gestão Estratégica e Gestão de Processos. Assumiu a Diretoria de Desenvolvimento Organizacional da M Dias Branco em 2006, tendo desde então sob sua responsabilidade as áreas corporativas de gestão de pessoas, administração de pessoal, comunicação, saúde ocupacional, sustentabilidade, estratégia e gestão. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta. Não é membro independente

---

Luciane Nunes de Carvalho Sallas - 995.411.224-34

A Sra. Luciane, 46 anos, brasileira, é formada em Administração de Empresas pela Universidade de Pernambuco, pós-graduada pelo IBMEC em Mercado de Capitais e com MBA em Finanças e Risco pela USP. Experiência na gestão de Finanças, Compras, TI, RH e Administrativo. Iniciou sua carreira no Grupo Pilar em Recife, depois trabalhou por 10 anos na AmBev/Ab-Inbev no headquarter em SP e na Bélgica, nesta fase liderando um projeto global de produtividades, com foco principalmente na Europa e Ásia. Retornou a Recife como CFO da Areva-Koblitz, uma empresa de atuação na América Latina no segmento de energia renovável. Em seguida, atuou por 5 anos no Sistema Jornal do Commercio de Comunicação, do grupo João Carlos Paes Mendonça à frente de toda a operação administrativo-financeira e tecnologia, também conduzindo os negócios digitais, como executiva do Portal NE10. Nos últimos 3,5 anos, comandava a Diretoria de planejamento financeiro da Solar Coca-Cola.

---

Daniel Mota Gutierrez - 468.231.903-53

O Sr. Daniel, 48 anos, é Diretor Jurídico da empresa M. Dias Branco. Ingressou na Companhia em julho de 2006, no cargo de Assessor Jurídico Corporativo. É Advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Ceará-OAB/CE, desde 1995 e na Seção São Paulo-OAB/SP, desde 2004. É especialista em Direito Processual Civil pela Universidade de Fortaleza-UNIFOR. É Mestre e Doutor também em Direito Processual Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC/SP. Ex-Gestor da Assessoria Jurídica Corporativa da Cia. de Seguros Aliança do Brasil, tendo exercido suas funções em São Paulo. Professor do Mestrado em Direito. Foi Vice-Presidente da Comissão de Seguridade Social da OAB/CE. Atuando como Advogado-Sócio de escritório de advocacia, prestou serviços a diversas empresas e entidades regionais e nacionais, no campo do Direito Empresarial, notadamente nas áreas cível, consumerista, administrativa e trabalhista. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta. Não é membro independente.

---

FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEO DIAS BRANCO - 262.329.013-04

O Sr. Cláudio, 54 anos, é Vice-Presidente Industrial – Moinhos da Companhia, da qual é acionista desde 1998. Iniciou suas atividades empresariais na própria Companhia, assumindo, em 1992, a função de Diretor Industrial do Moinho Dias Branco, a primeira unidade de moagem de trigo da Companhia. Em 2003, assumiu o cargo de Diretor Industrial Corporativo – Divisão Moinhos da Companhia e em 2013 tornou-se membro do comitê de auditoria da Companhia. À frente da implantação de todas as unidades moageiras da Companhia, o Sr. Cláudio graduou-se em Engenharia Mecânica pela Universidade de Fortaleza, em 1990, e iniciou longa trajetória de especialização em moagem de trigo, participando de inúmeros cursos em diversos países, podendo-se destacar o Curso em Tecnologia de Moagem, promovido pela Swiss Milling School, St. Gallen, em 1991. O Sr. Cláudio obteve, em 1992, junto ao Centro de Treinamento da Buhler, em Uzwil, Suíça, o certificado de Tecnologia de Moagem de Trigo. Também em 1992, o Sr. Cláudio estagiou no Weston Research, Maidenhead, Inglaterra. Em 1999, participou do Programa da Abitrito de Panificação e Moagem. Foi Diretor da Federação das Indústrias do Estado do Ceará – FIEC, entre 1999 e 2002, e Diretor da Associação Brasileira das Indústrias de Trigo – ABITRIGO, entre 2002 e 2004. Seu primeiro mandato na Companhia iniciou-se em abril de 2006. O Sr. Cláudio não trabalhou em outras companhias abertas. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta. Não é membro independente.

Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior - 155.400.143-91

O Sr. Ivens Jr., 61 anos, atualmente é Diretor Presidente da Companhia e exerce também o cargo de Vice-Presidente Industrial – Biscoitos, Massas e Margarinas, Bolos e Snacks. Iniciou suas atividades profissionais na própria Companhia, em 1976, percorrendo vários de seus setores. Em 1981, por destacar-se na área industrial, tornou-se acionista da Companhia e assumiu sua Diretoria Industrial. Em 2002, contribuiu fundamentalmente para a implantação da G.M.E. (CE), unidade industrial produtora de margarinas e gorduras vegetais da Companhia. Em 2003, o Sr. Ivens Jr. tornou-se Diretor Superintendente da Companhia, cargo que ocupou até a nomeação para seu atual cargo. Ao longo de sua carreira, o Sr. Ivens Jr. foi agraciado com diversos prêmios e títulos, destacando-se a Medalha Edson Queiroz, conferido em 2005 pela Assembleia Legislativa do Ceará. Em 2006, assumiu a Vice- Presidência Industrial da Companhia. O Sr. Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior não trabalhou em outras companhias abertas. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta. Não é membro independente.

MARIA DAS GRACAS DIAS BRANCO DA ESCÓSSIA - 273.184.433-72

A Sra. Graça, 62 anos, é Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia, figurando dentre seus acionistas desde 1998. A Sra. Graça iniciou suas atividades no meio empresarial em 1985, na administração de empresa do ramo de hotelaria, da qual tornou-se Diretora Vice-Presidente anos depois, em 1987. Em 2001, a Sra. Graça assumiu a Diretoria de Relações Institucionais da Companhia, tornando-se, mais tarde, Diretora Corporativa de Relações Institucionais, em 2003, função que exerceu até abril de 2006, quando foi nomeada para seu atual cargo na Companhia, Vice-Presidente Financeira. A Sra. Graça graduou-se em Direito pela Universidade Federal do Ceará, no ano de 1985 e MBA em Gestão Empresarial no ano de 2008. Foi membro do Comitê de Auditoria da Companhia de maio de 2010 a maio de 2013. A Sra. Graça não trabalhou em outras companhias abertas. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta. Não é membro independente.

Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco - 235.899.653-04

A Sra. Regina, 59 anos, atualmente é Vice-Presidente de Administração e Desenvolvimento da Companhia, da qual é acionista desde 1998. Iniciou suas atividades empresariais na própria Companhia, em 1980. Em 1989 assumiu a Diretoria Administrativa da Companhia, onde permaneceu até 2003, ano em que foi nomeada Diretora Administrativa Corporativa. Graduiu-se em Administração de Empresas em 1987, pela Universidade de Fortaleza – UNIFOR. Em 2008 concluiu MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas. Participa anualmente de evento direcionado para dirigentes de grandes organizações sobre liderança, estratégia e gestão. Paralelamente é Diretora Administrativa da Idibra Participações S.A., empresa integrante do mesmo grupo econômico da Companhia, atuante no mercado de incorporação imobiliária e construção civil. Seu primeiro mandato na Companhia iniciou-se em abril de 2006. A Sra. Regina não trabalhou em outras companhias abertas. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta. Não é membro independente.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Gustavo Lopes Theodozio - 620.569.564-20	N/A
Rômulo Ruberti Calmon Dantas - 742.287.497-04	N/A
Fernando Fontes lunes - 077.518.888-30	N/A
MARIA CONSUELO SARAIVA LEO DIAS BRANCO - 272.898.853-68	N/A

---

Daniel Percim Funis - 252.096.468-58

N/A

---

FRANCISCO MARCOS SARAIVA LEAO DIAS BRANCO - 220.794.163-91

N/A

---

Guilherme Affonso Ferreira - 762.604.298-00

N/A

---

Luiza Andréa Farias Nogueira Ribeiro - 231.470.753-20

N/A

---

Luciane Nunes de Carvalho Sallas - 995.411.224-34

N/A

---

Daniel Mota Gutierrez - 468.231.903-53

N/A

---

FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO - 262.329.013-04

N/A

---

Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior - 155.400.143-91

N/A

---

MARIA DAS GRACAS DIAS BRANCO DA ESCÓSSIA - 273.184.433-72

N/A

---

Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco - 235.899.653-04

N/A

**12.7/8 - Composição Dos Comitês**

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
<b>Outros cargos/funções exercidas no emissor</b>						
Guilherme Affonso Ferreira	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	09/05/1951	07/05/2021	1 ano
762.604.298-00		Empresário		07/05/2021	1	85.71%
Membro Independente Efetivo do Conselho de Administração						
Adrian Lima da Hora	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	02/02/1964	07/05/2021	1 ano
372.365.394-49		Administrador de Empresas		07/05/2021	0	0.00%
Não exerce outro cargo na Companhia.						
Carlos Roberto de Albuquerque Sá	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	31/01/1950	07/05/2021	1 ano
212.107.217-91		Economista		07/05/2021	3	100.00%
Não exerce outro cargo na Companhia.						
Elionor Jreige Weffort	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	30/07/1969	07/05/2021	1 ano
147.735.128-06		Advogada e Contadora		07/05/2021	3	100.00%
Não exerce outro cargo na Companhia.						
Daniel Mota Gutierrez	Comitê de Remuneração		Membro do Comitê (Efetivo)	07/04/1973	07/05/2021	1
468.231.903-53		Advogado		07/05/2021	1	100.00%
Membro (suplente) do Conselho de Administração , Membro (efetivo) do Comitê de Governança Corporativa, Diretor Jurídico Corporativo (A partir de 2009), e Assessor Jurídico (2006-2009).						
Daniel Percim Funis	Comitê de Remuneração		Membro do Comitê (Efetivo)	26/03/1976	07/05/2021	1
252.096.468-58		Engenheiro		07/05/2021	1	100.00%
Membro (independente) do Conselho de Administração.						
Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior	Comitê de Remuneração		Presidente do Comitê	08/09/1960	07/05/2021	1
155.400.143-91		Empresário		07/05/2021	1	100.00%
Presidente e Vice-Presidente Industrial - Biscoitos, Massas, Margarinas, Bolos e Snacks e Membro (suplente) do Conselho de Administração.						
Luiza Andréa Farias Nogueira Ribeiro	Comitê de Remuneração		Membro do Comitê (Efetivo)	30/11/1964	07/05/2021	1
231.470.753-20		Administradora de Empresa		07/05/2021	1	100.00%
Diretora de Desenvolvimento Organizacional, Membro (Efetiva) do Comitê de Governança Corporativa, e Membro (Suplente) do Conselho de Administração.						

**12.7/8 - Composição Dos Comitês**

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
<b>Outros cargos/funções exercidas no emissor</b>						
Aled Parry	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	13/01/1965	25/11/2015	Indeterminado
257.107.372-91	Comitê de Sustentabilidade	Publicitário		02/01/2015	0	100.00%
Gerente de Sustentabilidade						
Antônio Rynaldo S. Guimarães	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	14/06/1942	04/08/2014	Indeterminado
002.361.103-06	Comitê Executivo	Administrador de Empresa		04/08/2014	0	100.00%
Diretor Comercial						
Aristófares Martins de Alexandre	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	20/05/1965	01/10/2010	Indeterminado
600.487.004-87	Comitê Executivo	Administrador de Empresa		01/10/2010	0	100.00%
Diretor Comercial (Desde 2010)						
César Martins Rosa Vasconcelos Reis	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	30/10/1978	02/05/2016	Indeterminado
012.720.516-09	Comitê Executivo	Internacionalista		02/05/2016	0	100.00%
Diretor de Exportação						
Daniel Mota Gutierrez	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	07/04/1973	02/01/2013	Indeterminado
468.231.903-53	Comitê de Ética	Advogado		02/01/2013	0	100.00%
Membro (suplente) do Conselho de Administração, Diretor Jurídico Corporativo (A partir de 2009), Assessor Jurídico (2006-2009), Membro (efetivo) do Comitê de Governança Corporativa, Membro (efetivo) do Comitê de Remuneração dos Adminsração, Membro (efetivo) do Comitê Executivo, Membro (efetivo) do Comitê de Saúde e Membro (efetivo) do Comitê de Gestão de Imagem.						
Daniel Mota Gutierrez	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	07/04/1973	05/05/2010	Indeterminado
468.231.903-53	Comitê Executivo	Advogado		12/04/2010	0	100.00%
Membro (suplente) do Conselho de Administração, Diretor Jurídico Corporativo (A partir de 2009), Assessor Jurídico (2006-2009), Membro (efetivo) do Comitê de Governança Corporativa, Membro (efetivo) do Comitê de Remuneração dos Adminsração, Membro (efetivo) do Comitê de Ética, Membro (efetivo) do Comitê de Saúde, Membro (efetivo) do Comitê de Gestão de Imagem.						
Daniel Mota Gutierrez	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	07/04/1973	01/10/2014	Indeterminado
468.231.903-53	Comitê de Saúde e Segurança do Trabalho	Advogado		01/10/2014	0	100.00%
Membro (suplente) do Conselho de Administração, Diretor Jurídico Corporativo (A partir de 2009), Assessor Jurídico (2006-2009), Membro (efetivo) do Comitê de Governança Corporativa, Membro (efetivo) do Comitê de Remuneração dos Adminsração, Membro (efetivo) do Comitê de Ética, Membro (efetivo) do Comitê Executivo, Membro (efetivo) do Comitê de Gestão de Imagem.						
Daniel Mota Gutierrez	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	07/04/1973	08/12/2017	Indeterminado
468.231.903-53	Comitê de Gestão de Imagem	Advogado		08/12/2017	0	100.00%

**12.7/8 - Composição Dos Comitês**

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
<b>Outros cargos/funções exercidas no emissor</b>						
Membro (suplente) do Conselho de Administração, Diretor Jurídico Corporativo (A partir de 2009), Assessor Jurídico (2006-2009), Membro (efetivo) do Comitê de Governança Corporativa, Membro (efetivo) do Comitê de Remuneração dos Adminstração, Membro (efetivo) do Comitê de Ética, Membro (efetivo) do Comitê Executivo, e Membro (efetivo) do Comitê de Saúde.						
Daniel Mota Gutierrez 468.231.903-53	Outros Comitês Comitê de Governança Corporativa	Advogado	Membro do Comitê (Efetivo)	07/04/1973 07/05/2021	07/05/2021 1	1 ano 100.00%
Membro (suplente) do Conselho de Administração, Diretor Jurídico Corporativo (A partir de 2009), Assessor Jurídico (2006-2009), Membro (efetivo) do Comitê de Remuneração dos Adminstração, Membro (efetivo) do Comitê de Ética, Membro (efetivo) do Comitê Executivo, Membro (efetivo) do Comitê de Saúde, Membro (efetivo) do Comitê de Gestão de Imagem.						
Denis Henrique Pacheco Almeida 938.653.176-34	Outros Comitês Comitê Executivo	Administrador de Empresa	Membro do Comitê (Efetivo)	16/09/1972 06/01/2020	06/01/2020 0	Indeterminado 100.00%
Diretor Executivo de Suprimentos						
Ezequiel Leite do Nascimento 773.227.897-68	Outros Comitês Comitê de saúde e segurança do trabalho	Químico Industrial	Membro do Comitê (Efetivo)	05/03/1965 01/10/2014	01/10/2014 0	Indeterminado 100.00%
Gerente Corporativo de Qualidade de Segurança e Meio Ambiente.						
Fabio Cefaly de Campos Machado 273.203.558-09	Outros Comitês Comitê de Sustentabilidade	Administrador de Empresa	Membro do Comitê (Efetivo)	23/07/1976 27/10/2016	27/10/2016 0	Indeterminado 100.00%
Diretor de Novos Negócios e Relações com Investidores						
Fabio Cefaly de Campos Machado 273.203.558-09	Outros Comitês Comitê Executivo	Administrador de Empresa	Membro do Comitê (Efetivo)	23/07/1976 27/10/2016	27/10/2016 0	Indeterminado 100.00%
Diretor de Novos Negócios e Relações com Investidores e Membro (efetivo) do Comitê de Sustentabilidade.						
Fabio Cefaly de Campos Machado 273.203.558-09	Outros Comitês Comitê de Gestão de Imagem	Administrador de Empresa	Membro do Comitê (Efetivo)	23/07/1976 08/12/2017	08/12/2017 0	Indeterminado 100.00%
Diretor de Novos Negócios e Relações com Investidores e Membro (efetivo) Comitê Executivo.						
Fabio Luiz Pires de Melo 221.885.018-45	Outros Comitês Comitê Executivo	Administrador de Empresa	Membro do Comitê (Efetivo)	02/10/1981 17/01/2020	17/01/2020 0	Indeterminado 100.00%
Diretor Executivo e Marketing						
Fernando Bocchi 101.789.668-27	Outros Comitês Comitê Executivo	Engenheiro de Alimentos	Membro do Comitê (Efetivo)	27/10/1966 01/02/2013	01/02/2013 0	Indeterminado 100.00%

**12.7/8 - Composição Dos Comitês**

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
<b>Outros cargos/funções exercidas no emissor</b>						
Diretor de Pesquisa e Desenvolvimento e Membro (efetivo) do Comitê de Imagem.						
Fernando Bocchi	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	27/10/1966	08/12/2017	Indeterminado
101.789.668-27	Comitê de Gestão de Imagem	Engenheiro de Alimentos		08/12/2017	0	100.00%
Diretor de Pesquisa e Desenvolvimento e Membro (efetivo) do Comitê de Executivo.						
Fernando Fontes Iunes	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	22/09/1962	07/05/2021	1 ano
077.518.888-30	Comitê de Governança Corporativa	Engenheiro		07/05/2021	1	0.00%
Membro Independente do Conselho de Administração						
Júlio Borges de Carvalho	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	01/08/1977	01/10/2014	Indeterminado
033.604.546-85	Comitê de Saúde e Segurança do Trabalho	Administrador de Empresa		01/10/2014	0	100.00%
Diretor de Auditoria, Riscos e Compliance, Membro (efetivo) Comitê de Ética, Membro (efetivo) do Comitê de Executivo, Membro (efetivo) do Comitê de Sustentabilidade e Membro (efetivo) do Comitê de Imagem.						
Júlio Borges de Carvalho	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	01/08/1977	25/11/2015	Indeterminado
033.604.546-85	Comitê de Sustentabilidade	Administrador de Empresa		02/01/2015	0	100.00%
Diretor de Auditoria, Riscos e Compliance (Desde 2011)						
Júlio Borges de Carvalho	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	01/08/1977	02/01/2013	Indeterminado
033.604.546-85	Comitê de Ética	Administrador de Empresa		02/01/2013	0	100.00%
Diretor de Auditoria, Riscos e Compliance, Membro (efetivo) Comitê de Saúde, Membro (efetivo) do Comitê de Executivo, Membro (efetivo) do Comitê de Sustentabilidade e Membro (efetivo) do Comitê de Imagem.						
Júlio Borges de Carvalho	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	01/08/1977	21/11/2011	Indeterminado
033.604.546-85	Comitê Executivo	Administrador de Empresa		21/11/2011	0	100.00%
Diretor de Auditoria, Riscos e Compliance, Membro (efetivo) Comitê de Ética, Membro (efetivo) do Comitê de Saúde, Membro (efetivo) do Comitê de Sustentabilidade e Membro (efetivo) do Comitê de Imagem.						
Júlio Borges de Carvalho	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	01/08/1977	08/12/2017	Indeterminado
033.604.546-85	Comitê de Gestão de Imagem	Administrador de Empresa		08/12/2017	0	100.00%
Diretor de Auditoria, Riscos e Compliance, Membro (efetivo) Comitê de Ética, Membro (efetivo) do Comitê de Executivo, Membro (efetivo) do Comitê de Sustentabilidade e Membro (efetivo) do Comitê de Saúde.						
Luciane Nunes de Carvalho Sallas	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	19/01/1975	13/01/2020	Indeterminado
995.411.224-34	Comitê Executivo	Administradora de Empresa		13/01/2020	0	100.00%
Diretora Executiva de Projetos e Membro (Suplente) do Conselho de Administração.						
Luís Cristiano Prazeiros Albuquerque	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	19/06/1972	05/05/2010	Indeterminado

**12.7/8 - Composição Dos Comitês**

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
<b>Outros cargos/funções exercidas no emissor</b>						
426.857.963-04	Comitê Executivo	Economista		12/04/2010	0	100.00%
Diretor de Administração e Tecnologia da Informação (Desde 2009) -Diretor Administrativo (2008-2009)						
Luiza Andréa Farias Nogueira Ribeiro	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	30/11/1964	07/05/2021	1 ano
231.470.753-20	Comitê de Governança Corporativa	Administrador de Empresas		07/05/2021	1	0.00%
Diretora de Desenvolvimento Organizacional, Membro Suplente do Conselho de Administração, Membro (efetivo) do Comitê de Remuneração dos Administração, Membro (efetivo) do Comitê de Ética, Membro (efetivo) do Comitê Executivo, Membro (efetivo) do Comitê de Saúde, Membro (efetivo) do Comitê de Gestão de Imagem, e Membro (efetivo) do Comitê de Sustentabilidade.						
Luiza Andréa Farias Nogueira Ribeiro	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	30/11/1964	25/11/2015	Indeterminado
231.470.753-20	Comitê de Sustentabilidade	Administradora de Empresa		02/01/2015	0	100.00%
Diretora de Desenvolvimento Organizacional, Membro Suplente do Conselho de Administração, Membro (efetivo) do Comitê de Governança Corporativa, Membro (efetivo) do Comitê de Remuneração dos Administração, Membro (efetivo) do Comitê de Ética, Membro (efetivo) do Comitê Executivo, Membro (efetivo) do Comitê de Saúde, e Membro (efetivo) do Comitê de Gestão de Imagem.						
Luiza Andréa Farias Nogueira Ribeiro	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	30/11/1964	02/01/2013	Indeterminado
231.470.753-20	Comitê de Ética	Administradora de Empresa		02/01/2013	0	100.00%
Diretora de Desenvolvimento Organizacional, Membro Suplente do Conselho de Administração, Membro (efetivo) do Comitê de Governança Corporativa, Membro (efetivo) do Comitê de Remuneração dos Administração, Membro (efetivo) do Comitê Executivo, Membro (efetivo) do Comitê de Saúde, Membro (efetivo) do Comitê de Gestão de Imagem, e Membro (efetivo) do Comitê de Sustentabilidade.						
Luiza Andréa Farias Nogueira Ribeiro	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	30/11/1964	05/05/2010	Indeterminado
231.470.753-20	Comitê Executivo	Administradora de Empresa		12/04/2010	0	100.00%
Diretora de Desenvolvimento Organizacional, Membro Suplente do Conselho de Administração, Membro (efetivo) do Comitê de Governança Corporativa, Membro (efetivo) do Comitê de Remuneração dos Administração, Membro (efetivo) do Comitê de Ética, Membro (efetivo) do Comitê de Saúde, Membro (efetivo) do Comitê de Gestão de Imagem, e Membro (efetivo) do Comitê de Sustentabilidade.						
Luiza Andréa Farias Nogueira Ribeiro	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	30/11/1964	01/10/2014	Indeterminado
231.470.753-20	Comitê de Saúde e Segurança do Trabalho	Administradora de Empresa		01/10/2014	0	100.00%
Diretora de Desenvolvimento Organizacional, Membro Suplente do Conselho de Administração, Membro (efetivo) do Comitê de Governança Corporativa, Membro (efetivo) do Comitê de Remuneração dos Administração, Membro (efetivo) do Comitê de Ética, Membro (efetivo) do Comitê Executivo, Membro (efetivo) do Comitê de Gestão de Imagem, e Membro (efetivo) do Comitê de Sustentabilidade.						
Luiza Andréa Farias Nogueira Ribeiro	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	30/11/1964	08/12/2017	Indeterminado
231.470.753-20	Comitê de Gestão de Imagem	Administradora de Empresa		08/12/2017	0	100.00%
Diretora de Desenvolvimento Organizacional, Membro Suplente do Conselho de Administração, Membro (efetivo) do Comitê de Governança Corporativa, Membro (efetivo) do Comitê de Remuneração dos Administração, Membro (efetivo) do Comitê de Ética, Membro (efetivo) do Comitê Executivo, Membro (efetivo) do Comitê de Saúde, e Membro (efetivo) do Comitê de Sustentabilidade.						
Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco	Outros Comitês		Presidente do Comitê	15/12/1961	07/05/2021	1 ano
235.899.653-04	Comitê de Governança Corporativa	Empresária		07/05/2021	1	0.00%

**12.7/8 - Composição Dos Comitês**

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
<b>Outros cargos/funções exercidas no emissor</b>						
Vice-Presidente de Administração e Desenvolvimento, Membro (suplente) do Conselho de Administração, Presidente do Comitê de Governança Corporativa, e Membro (efetiva) do Comitê de Remuneração do Administradores						
Mark Stanley Luyt	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	02/08/1961	05/05/2010	Indeterminado
617.051.793-04	Comitê Executivo	Técnico em Moagem		12/04/2010	0	100.00%
Diretor Industrial de Moinhos.						
Maurício Freitas de Araújo	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	09/11/1955	05/05/2010	Indeterminado
198.446.384-53	Comitê Executivo	Engenheiro Mecânico		12/04/2010	0	100.00%
Diretor Industrial						
Paulo Sergio da Silva	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	16/08/1968	15/07/2019	Indeterminado
108.187.258-69	Comitê Executivo	Administrador de Empresa		15/07/2019	0	100.00%
Diretor Executivo Comercial						
Sidney Leite dos Santos	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	31/03/1967	25/11/2015	Indeterminado
062.489.078-38	Comitê de Sustentabilidade	Administrador de Empresa		02/01/2015	0	100.00%
Diretor Técnico e Operações, Membro (efetivo) do Comitê Executivo, e Membro (efetivo) do Comitê de Saúde.						
Sidney Leite dos Santos	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	31/03/1967	01/02/2013	Indeterminado
062.489.078-38	Comitê Executivo	Administrador de Empresa		01/02/2013	0	100.00%
Diretor Técnico e de Operações, Membro (efetivo) do Comitê de Saúde e Membro (efetivo) do Comitê de Sustentabilidade.						
Sidney Leite dos Santos	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	31/03/1967	01/10/2014	Indeterminado
062.489.078-38	Comitê de Saúde e Segurança do Trabalho	Administrador de Empresa		01/10/2014	0	100.00%
Diretor Técnico e de Operações, Membro (efetivo) do Comitê Executivo e Membro (efetivo) de Sustentabilidade.						
Tiago Cid Timbó	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	28/10/1980	08/12/2017	Indeterminado
856.928.833-68	Comitê de Gestão de Imagem	Comunicador Social - habilitado em Publicidade e Propaganda		08/12/2017	0	100.00%
Gerente de Comunicação						
Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco	Outros Comitês		Presidente do Comitê	15/12/1961	07/05/2021	1
235.899.653-04	Comitê de Governança Corporativa	Empresária		07/05/2021	2	100.00%

**12.7/8 - Composição Dos Comitês**

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões

**Outros cargos/funções exercidas no emissor**

Vice-Presidente de Administração e Desenvolvimento, Membro (suplente) do Conselho de Administração, e Membro (Efetivo) do Comitê de Remuneração e Administrativo.

**Experiência profissional / Critérios de Independência**

Guilherme Affonso Ferreira - 762.604.298-00

O Sr. Guilherme, 71 anos, graduado em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da USP, cursou também Economia e Política no Macalester College em St Paul/Minn. É sócio diretor da Teorema Capital, onde participa desde sua fundação em 2003. Membro do Conselho de Administração das Companhias: Arezzo (Abril/2011 – atual), B3 (Abril/2017 – atual), Bahema (Outubro/2017 – atual), M. Dias Branco (Abril/2019 – atual), Valid (2010-2017, Abril/2019 – atual), Mitre S.A (Fevereiro/2020 – atual) e T4F (Abril/2013 – atual), todas empresas listadas na B3.

Em seu histórico profissional podemos acrescentar sua participação no Conselho da entidade beneficente Instituto de Cidadania Empresarial. Nos últimos anos, foi membro do Conselho de Administração da Petrobras (2015 – 2018), Unibanco (2007 – 2008), B2W / Submarino (2006 – 2009), Gafisa (2011 – 2018), SulAmérica (2010 – 2019), Banco Indusval (2011 – 2014), dentre outras. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta. É membro independente.

Para os fins da verificação do enquadramento do conselheiro independente, não é considerado conselheiro independente aquele que: (i) é acionista controlador direto ou indireto da companhia; (ii) tem seu exercício de voto nas reuniões do conselho de administração vinculado por acordo de acionistas que tenha por objeto matérias relacionadas à companhia; (iii) é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até segundo grau do acionista controlador, de administrador da companhia ou de administrador do acionista controlador; e, (iv) foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da companhia ou do seu acionista controlador. Ainda para os fins da verificação do enquadramento do conselheiro independente, as situações descritas abaixo devem ser analisadas de modo a verificar se implicam perda de independência do conselheiro independente em razão das características, magnitude e extensão do relacionamento: (i) é afim até segundo grau do acionista controlador, de administrador da companhia ou de administrador do acionista controlador; (ii) foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor de sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum; (iii) tem relações comerciais com a companhia, o seu acionista controlador ou sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum; (iv) ocupa cargo em sociedade ou entidade que tenha relações comerciais com a companhia ou com o seu acionista controlador que tenha poder decisório na condução das atividades da referida sociedade ou entidade; (v) recebe outra remuneração da companhia, de seu acionista controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum além daquela relativa à atuação como membro do conselho de administração ou de comitês da companhia, de seu acionista controlador, de suas sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum, exceto proventos em dinheiro decorrentes de participação no capital social da companhia e benefícios advindos de planos de previdência complementar.

Adrian Lima da Hora - 372.365.394-49

O Sr. Lima da Hora é membro do Conselho Consultivo da Nutrimental S.A. Indústria e Comércio de Alimentos, do Conselho Fiscal da Alpargatas S.A. e do Conselho Fiscal da Unipar Carbocloro. Possui forte vivência na indústria de proteína animal (JBS, Rodopa e Seara), com background relevante no varejo (Bompreço) e em auditoria externa (Ernst & Young). Atuou como CFO, CAO e controller em grandes organizações multi-localizadas, sendo os últimos trabalhos de 2011 a 2015 como CAO da Rodopa Indústria e Comércio de Alimentos Ltda e de 2015 a 2016, como CFO da Seara Alimentos Ltda. Atuou como membro do Conselho de Administração da Inalca JBS e outras empresas na Itália e em Mônaco. Possui conhecimento do mercado de emissão de dívidas e de processos junto ao CADE. É fluente em inglês, italiano e espanhol. É formado em Administração de Empresas e Ciências Contábeis pela Universidade Católica de Pernambuco, com MBA intensivo na Ahold Retail Academy, Cornell (Estados Unidos) e na Provar - USP (Brasil). Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta.

Carlos Roberto de Albuquerque Sá - 212.107.217-91

O Sr. Carlos Roberto, 71 anos, brasileiro graduado em Ciências Contábeis e Ciências Econômicas, pós-graduado em Finanças (PUC/RJ). Foi professor de Gerenciamento de Riscos Corporativos & Controles Internos no MBA da FAAP. Possui as certificações de conselheiro fiscal e de conselheiro de administração do IBGC, onde é professor de Gerenciamento de Riscos Corporativos, membro da comissão de riscos e da comissão de montagem do congresso anual. Foi sócio-diretor da prática de auditoria interna, riscos e compliance na KPMG, foi controller na Det Norske Veritas e na Schlumberger, foi diretor financeiro na Castrol, na Sobremetal e na Vicom, e foi diretor de riscos e auditoria interna na Net Serviços S.A. Atualmente é consultor nas áreas de governança, riscos e compliance, com clientes como Cyrela, Valid e Correias Mercúrio; é também coordenador o comitê de auditoria da Lojas Marisa e da Camil Alimentos S.A. Este membro é Presidente do Comitê de Auditoria. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta. É membro independente.

---

Elionor Jreige Weffort - 147.735.128-06

A Sra. Elionor, 52 anos, brasileira, doutora em Controladoria e Contabilidade (FEA/USP), graduada em Direito (FD/USP) e Contabilidade (FECAP). É professora e pesquisadora do programa de mestrado em Ciências Contábeis da FECAP em temas relacionados à contabilidade financeira, governança corporativa e forensic accounting. Atua, ainda, como assessora junto a empresas e escritórios de advocacia nas frentes de compliance, forensic accounting e contabilidade financeira. Atualmente também é membro independente do Comitê de Auditoria Estatutário da BR Distribuidora, membro independente do Conselho de Administração e coordenadora do Comitê de Auditoria da CPTM. Foi consultora da ONU/UNCTAD/ISAR no projeto "Capacity-building framework for high-quality corporate reporting". Não possui condenação criminal ou administrativa que a impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta. É membro independente.

---

Daniel Mota Gutierrez - 468.231.903-53

O Sr. Daniel, 48 anos, é Diretor Jurídico da empresa M. Dias Branco. Ingressou na Companhia em julho de 2006, no cargo de Assessor Jurídico Corporativo. É Advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Ceará-OAB/CE, desde 1995 e na Seção São Paulo-OAB/SP, desde 2004. É especialista em Direito Processual Civil pela Universidade de Fortaleza-UNIFOR. É Mestre e Doutor também em Direito Processual Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC/SP. Ex-Gestor da Assessoria Jurídica Corporativa da Cia. de Seguros Aliança do Brasil, tendo exercido suas funções em São Paulo. Professor do Mestrado em Direito. Foi Vice-Presidente da Comissão de Seguridade Social da OAB/CE. Atuando como Advogado-Sócio de escritório de advocacia, prestou serviços a diversas empresas e entidades regionais e nacionais, no campo do Direito Empresarial, notadamente nas áreas cível, consumerista, administrativa e trabalhista. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta. Não é membro independente.

---

Daniel Percim Funis - 252.096.468-58

O Sr. Daniel Funis, 46 anos, é graduado em engenharia mecatrônica pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo – USP e MBA pela Universidade de Cambridge, UK. Possui pós-graduação em marketing pela UF-PR e realizou cursos em diversas instituições internacionais, tais como Harvard Business School, Stanford e Universidad Austral. Com larga experiência em e-commerce, lidera a empresa de e-commerce de moda de luxo Fafetch no Brasil desde 2011 e na América Latina desde 2017. Também fez parte da equipe que introduziu as operações do Groupon no Brasil. Antes dessas experiências com comércio eletrônico, o Sr. Daniel Funis trabalhou para o Grupo Fiat, ocupou cargos nas áreas de engenharia, produção, vendas, marketing e desenvolvimento de negócios na Itália, França, Brasil e Argentina entre 2000 e 2009. Iniciou sua carreira na Unilever, onde foi estagiário e trainee na área de vendas e marketing. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargo de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada e julgada, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta. É membro independente.

Para os fins da verificação do enquadramento do conselheiro independente, não é considerado conselheiro independente aquele que: (i) é acionista controlador direto ou indireto da companhia; (ii) tem seu exercício de voto nas reuniões do conselho de administração vinculado por acordo de acionistas que tenha por objeto matérias relacionadas à companhia; (iii) é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até segundo grau do acionista controlador, de administrador da companhia ou de administrador do acionista controlador; e, (iv) foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da companhia ou do seu acionista controlador. Ainda para os fins da verificação do enquadramento do conselheiro independente, as situações descritas abaixo devem ser analisadas de modo a verificar se implicam perda de independência do conselheiro independente em razão das características, magnitude e extensão do relacionamento: (i) é afim até segundo grau do acionista controlador, de administrador da companhia ou de administrador do acionista controlador; (ii) foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor de sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum; (iii) tem relações comerciais com a companhia, o seu acionista controlador ou sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum; (iv) ocupa cargo em sociedade ou entidade que tenha relações comerciais com a companhia ou com o seu acionista controlador que tenha poder decisório na condução das atividades da referida sociedade ou entidade; (v) recebe outra remuneração da companhia, de seu acionista controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum além daquela relativa à atuação como membro do conselho de administração ou de comitês da companhia, de seu acionista controlador, de suas sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum, exceto proventos em dinheiro decorrentes de participação no capital social da companhia e benefícios advindos de planos de previdência complementar.

---

Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior - 155.400.143-91

O Sr. Ivens Jr., 61 anos, atualmente é Diretor Presidente da Companhia e exerce também o cargo de Vice-Presidente Industrial – Biscoitos, Massas e Margarinas, Bolos e Snacks. Iniciou suas atividades profissionais na própria Companhia, em 1976, percorrendo vários de seus setores. Em 1981, por destacar-se na área industrial, tornou-se acionista da Companhia e assumiu sua Diretoria Industrial. Em 2002, contribuiu fundamentalmente para a implantação da G.M.E. (CE), unidade industrial produtora de margarinas e gorduras vegetais da Companhia. Em 2003, o Sr. Ivens Jr. tornou-se Diretor Superintendente da Companhia, cargo que ocupou até a nomeação para seu atual cargo. Ao longo de sua carreira, o Sr. Ivens Jr. foi agraciado com diversos prêmios e títulos, destacando-se a Medalha Edson Queiroz, conferido em 2005 pela Assembleia Legislativa do Ceará. Em 2006, assumiu a Vice- Presidência Industrial da Companhia. O Sr. Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior não trabalhou em outras companhias abertas. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta. Não é membro independente.

---

Luiza Andréa Farias Nogueira Ribeiro - 231.470.753-20

A Sra. Luiza Andréa, 56 anos, brasileira, é Mestre em Administração de Empresas e Graduada em Administração de Empresas, com formação complementar em liderança, estratégia, gestão e coaching. Experiência como executiva e consultora de empresas nas áreas de Recursos Humanos, Gestão Estratégica e Gestão de Processos. Assumiu a Diretoria de Desenvolvimento Organizacional da M. Dias Branco em 2006, tendo desde então sob sua responsabilidade as áreas corporativas de gestão de pessoas, administração de pessoal, comunicação, saúde ocupacional, sustentabilidade, estratégia e gestão. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta. Não é membro independente

---

Aled Parry - 257.107.372-91

O Sr, Aled Parry, 56 anos, formado em Propaganda e Publicidade, com Pós Graduação na Fundação Álvares Penteado-SP, e cursando Jornalismo na FANOR, MBA em Qualidade e Produtividade na FGV com extensão no Japão e vivência nos Estados Unidos da América. Atualmente cursando o curso de especialização em Sustentabilidade na Unicristhus .Trabalhou na área de Marketing na Lundgren Tecidos, Glasslite , Grupo Jereissati, Unimed Fortaleza , nesse caso em Responsabilidade Socio ambiental e marketing, além do Café Três Corações. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta. Não é membro independente.

---

Antônio Rynaldo S. Guimarães - 002.361.103-06

O Sr. Antônio Rynaldo, 79 anos, brasileiro, Graduado em Administração de Empresa, trabalhou 21 anos no Grupo J. Macêdo como Gerente Comercial Regional entre 1983 à 2004. Iniciou na M.Dias Branco em 2004 atuando como Gerente Comercial Regional e atualmente é Diretor Comercial. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta. Não é membro independente.

---

Aristófanos Martins de Alexandre - 600.487.004-87

O Sr. Aristófanos, 56 anos, brasileiro, Graduado em Administração de Empresa, experiência comercial adquirida em empresas de grande porte, nacionais e multinacionais dos segmentos varejo, alimentos e bebidas - 9 anos de experiência em grandes empresas do ramo de varejo (Lojas Americanas e Carrefour) e 12 anos de experiência em empresas dos ramos de alimentos e bebidas, estando há 8 anos na M. Dias Branco. Ao longo da carreira realizou diversas atividades com foco em vendas, planejamento estratégico, reestruturação comercial, projetos de melhoria e liderança de equipes, dentre outras. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta. Não é membro independente.

---

César Martins Rosa Vasconcelos Reis - 012.720.516-09

O Sr. César, brasileiro, 42 anos, é Diretor de Exportação da M. Dias Branco S/A, tendo ingressado na Companhia em maio de 2016. Graduado em Relações Internacionais e possui pós graduação em Gestão de Empresas e Comércio Exterior, bem como especialização em Negociações Econômicas Internacionais. Sua experiência profissional anterior foi na Marilan Alimentos S.A., onde trabalhou desde 2009 liderando a área de exportação, atuando em mais de sessenta países, principalmente na América Latina e EUA. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta. Não é membro independente.

---

Denis Henrique Pacheco Almeida - 938.653.176-34

Dênis Almeida, brasileiro, 48 anos, é Diretor Executivo de Suprimentos da M. Dias Branco S/A, tendo ingressado na Companhia em janeiro de 2020. Graduado em Contabilidade pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e com MBA em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), tem larga experiência envolvendo gerenciamento estratégico de categorias de compras como commodities, embalagens, serviços, MRO, operações logísticas, transporte, marketing etc. Seus principais projetos são relacionados a alavancas estratégicas de suprimento, verticalização, desenvolvimento de fornecedores e estudo de modelos de mercado. Atuou como Diretor de Suprimentos na Heineken como também desenvolveu sua carreira na Arcor do Brasil, Danone e Unilever. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta. Não é membro independente.

---

Ezequiel Leite do Nascimento - 773.227.897-68

O Sr. Ezequiel, 56 anos, é formado em Química Industrial com Pós Graduação em Engenharia Ambiental - UNICAMP, MBA em Gestão Empresarial - UNIFOR - Fortaleza. Trabalhou durante 8 anos na empresa Coca Cola - NORSA, como Gerente Corporativo de Qualidade de Segurança e Meio Ambiente. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta. Não é membro independente.

---

Fabio Cefaly de Campos Machado - 273.203.558-09

Fabio Cefaly de Campos Machado - 273.203.558-09

Fabio Cefaly de Campos Machado - 273.203.558-09

O Sr. Fabio Cefaly, brasileiro, 44 anos, é Diretor de Novos Negócios e Relações com Investidores da M. Dias Branco S/A, tendo ingressado na Companhia em outubro de 2016. Formado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e pós-graduado em Programas Executivos em Finanças, Gestão e Marketing na Fundação Getúlio Vargas (FGV), na University of Cambridge, na Universidad de los Andes e no Insper .Ex- funcionário da Natura Cosméticos, tendo ocupado o cargo de gerente de novos negócios e relações com investidores, além de posições nas áreas de auditoria interna e finanças no Brasil e na América Latina. Teve experiências anteriores também nas áreas de auditoria interna e finanças na General Motors e na Telefônica. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta. Não é membro independente.

---

Fabio Luiz Pires de Melo - 221.885.018-45

O Sr. Fabio Melo, brasileiro, 39 anos, é Diretor de Marketing da M. Dias Branco S/A, tendo ingressado na Companhia em janeiro de 2020. Formado em Comunicação Social pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM-SP), MBA executivo pelo Insper e programas executivos em Marketing, Gestão e Inovação pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT) e Hyper Island. Ex-funcionário da Mondelez Brasil, tendo ocupado o cargo de diretor de marketing. Teve experiências anteriores também na área de marketing na Pepsico, Unilever e Johnson&Johnson. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta. Não é membro independente.

---

Fernando Bocchi - 101.789.668-27

---

Fernando Bocchi - 101.789.668-27

O Sr. Fernando Bocchi, 54 anos, brasileiro, engenheiro de alimentos formado pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp e com Pós Graduação em Administração Industrial, pela Fundação Vanzolini – USP. Foi Engenheiro de Desenvolvimento de Novos Produtos e Supervisor de Produção na Nabisco – atual Mondelez, de 1992 a 1996, Gerente de Projetos na Nestlé (Nestec Biscuit Development Group, de 1996 a 2003). Atualmente é Diretor de P&D da M.Dias Branco S.A. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta. Não é membro independente.

---

Fernando Fontes lunes - 077.518.888-30

O Sr. Fernando, 59 anos, é formado em Engenharia Civil pela Universidade Mackenzie e obteve o título de Mestre e Doutor pela Universidade de Londres. Foi Assessor Sênior, Sócio e Diretor Executivo responsável pela área global de Investment Banking do Banco Itaú BBA S.A. de 2010 a 2015, período em que contribuiu para estabelecer uma plataforma líder de Investment Banking na América Latina, com atividades no Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Peru e México. Anteriormente exerceu diversos cargos nos Bancos Itaú BBA S.A., onde foi Diretor responsável pelas áreas de Mercado de Capitais de 2003 a 2010, Itaú Banco de Investimento S.A., onde atuou como Diretor Executivo de 2001 a 2003, Banco BBA Creditantalt S.A. e Creditanstalt em Nova Iorque em 1994. Durante esse período, Fernando participou de algumas das principais transações de mercado de capitais, fusões, aquisições e reorganizações societárias realizadas na América Latina. Em 2016 e 2017 Fernando foi um fellow da Universidade de Harvard no Programa Advanced Leadership Initiative em Cambridge, Estados Unidos. O programa Advanced Leadership seleciona profissionais para ajudar a preparar líderes a enfrentar novos desafios de impacto. Durante o segundo semestre de 2017, Fernando fez parte da Equipe de Ensino de um dos cursos mais prestigiados da Harvard Kennedy School - "Exercising Leadership: The Politics of Change". O curso fornece um diagnóstico e base estratégica para a prática de liderança. Fernando trabalhou ainda, por um período breve, na área de pesquisa em Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano do Banco Mundial em Washington. Foi professor de Finanças Internac. do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – IBMEC (atualmente Insper). Desde setembro de 2015, integra o quadro de Conselheiro de Administração da Gerdau S.A. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta. É membro independente. Para os fins da verificação do enquadramento do conselheiro independente, não é considerado conselheiro independente: (i) acionista controlador direto ou indireto da companhia; (ii) tem seu exercício de voto nas reuniões do conselho de administração vinculado por acordo de acionistas; (iii) é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até segundo grau do acionista controlador, de administrador da companhia ou de administrador do acionista controlador; e, (iv) foi, nos últimos 3 anos, empregado ou diretor da companhia ou do seu acionista controlador. Ainda para os fins da verificação, as situações descritas abaixo devem ser analisadas de modo a verificar se implicam perda de independência: (i) é afim até segundo grau do acionista controlador, de administrador da companhia ou de administrador do acionista controlador; (ii) foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor de sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum; (iii) tem relações comerciais com a companhia, o seu acionista controlador ou sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum; (iv) ocupa cargo em sociedade ou entidade que tenha relações comerciais com a companhia ou com o seu acionista controlador que tenha poder decisório na condução das atividades da referida sociedade ou entidade; (v) recebe outra remuneração da companhia, de seu acionista controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum além daquela relativa à atuação como membro do CA.

---

Júlio Borges de Carvalho - 033.604.546-85

O Sr. Júlio Borges de Carvalho, 43 anos, formado em Administração pela FACED, com MBA em Gerência de Projetos pela FGV, possui as certificações CIA – Certified Internal Auditor, CCSA – Certification in Control Self-Assessment, CRMA – Certification in Risk Management Assurance, emitidas pelo IIA – Institute of Internal Auditors, e também a certificação CFE – Certified Fraud Examiner, emitida pela ACFE – Association of Certified Fraud Examiners. Com sólida experiência nas áreas de governança, auditoria, riscos e compliance, atuou como auditor externo nas empresas de serviços profissionais Arthur Andersen e Deloitte. Ocupou ainda a posição de Gerente de Auditoria Interna na empresa de cimento, concreto e agregados Holcim S.A. Atualmente é Diretor de Auditoria, Riscos e Compliance da M. Dias Branco S.A., participando de diversos comitês da Companhia. Possui ainda os cursos de Conselheiro de Administração e de Comitê de Auditoria pelo IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta. Não é membro independente.

---

Luciane Nunes de Carvalho Sallas - 995.411.224-34

A Sra. Luciane, 46 anos, brasileira, é formada em Administração de Empresas pela Universidade de Pernambuco, pós-graduada pelo IBMEC em Mercado de Capitais e com MBA em Finanças e Risco pela USP. Experiência na gestão de Finanças, Compras, TI, RH e Administrativo. Iniciou sua carreira no Grupo Pilar em Recife, depois trabalhou por 10 anos na AmBev/Ab-Inbev no headquarter em SP e na Bélgica, nesta fase liderando um projeto global de produtividades, com foco principalmente na Europa e Ásia. Retornou a Recife como CFO da Areva-Koblitz, uma empresa de atuação na América Latina no segmento de energia renovável. Em seguida, atuou por 5 anos no Sistema Jornal do Commercio de Comunicação, do grupo João Carlos Paes Mendonça à frente de toda a operação administrativo-financeira e tecnologia, também conduzindo os negócios digitais, como executiva do Portal NE10. Nos últimos 3,5 anos, comandava a Diretoria de planejamento financeiro da Solar Coca-Cola.

---

Luís Cristiano Prazeires Albuquerque - 426.857.963-04

O Sr. Cristiano, 49 anos, é formado em Economia pela Universidade de Fortaleza e Pós-graduado em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas. Trabalhou em Administradoras de Cartões de Crédito, Indústrias Têxteis e de Vestuário com atuação em Gestão Financeira e de Riscos, Controladoria e Gestão de Processos. Atualmente é Diretor Administração e Tecnologia da Informação da Mdias Branco S.A. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta. Não é membro independente.

---

Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco - 235.899.653-04

---

Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco - 235.899.653-04

A Sra. Regina, 59 anos, atualmente é Vice-Presidente de Administração e Desenvolvimento da Companhia, da qual é acionista desde 1998. Iniciou suas atividades empresariais na própria Companhia, em 1980. Em 1989 assumiu a Diretoria Administrativa da Companhia, onde permaneceu até 2003, ano em que foi nomeada Diretora Administrativa Corporativa. Graduiu-se em Administração de Empresas em 1987, pela Universidade de Fortaleza – UNIFOR. Em 2008 concluiu MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas. Participa anualmente de evento direcionado para dirigentes de grandes organizações sobre liderança, estratégia e gestão. Paralelamente é Diretora Administrativa da Idibra Participações S.A., empresa integrante do mesmo grupo econômico da Companhia, atuante no mercado de incorporação imobiliária e construção civil. Seu primeiro mandato na Companhia iniciou-se em abril de 2006. A Sra. Regina não trabalhou em outras companhias abertas. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta. Não é membro independente.

---

Mark Stanley Luyt - 617.051.793-04

O Sr. Mark, brasileiro, 60 anos, não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta. Não é membro independente.

---

Maurício Freitas de Araújo - 198.446.384-53

O Sr. Maurício, 65 anos brasileiro, é graduado em Engenharia Mecânica, foi Gerente Geral, Diretor Administrativo, Industrial e Fabril na empresa Acumuladores Moura de 1985 a 2002; Entre 2002 E 2008 foi Gerente e Diretor Industrial, na Indústria de Alimen Bomgosto Ltda. Atualmente é Diretor Industrial da M.Dias Branco S.A. na Unidade de Jaboatão. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta. Não é membro independente.

---

Paulo Sergio da Silva - 108.187.258-69

O Sr. Paulo Sergio da Silva, brasileiro, 53 anos, é Diretor Executivo Comercial da M. Dias Branco S/A, tendo ingressado na Companhia em julho de 2019. Formado em Administração de Empresas pela Faculdade São Marcos e pós-graduado em Gestão e Marketing pela Business School (Unimarco). Ex-funcionário da BRF, tendo ocupado o cargo de Diretor Executivo Comercial com experiência em todos os canais de vendas em todo Brasil. Teve experiências anteriores na área comercial, treinamento e Inteligência Comercial na Pepsico do Brasil e na Fini Guloseimas. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta. Não é membro independente.

---

Sidney Leite dos Santos - 062.489.078-38

---

Sidney Leite dos Santos - 062.489.078-38

Sidney Leite dos Santos - 062.489.078-38

Sr. Sidney, 54 anos, é graduado em Administração de empresa, trabalhou 17 anos na Cervejaria Kaiser Brasil Ltda., exercendo os cargos de Coordenação à Gerente de Planta e Corporativo em Set/1989 à Jan/2006; Foi Diretor Industrial na Norsa Refrigerantes (Coca-Cola/Nordeste), de Jan/2006 à Fev/2012, na Vonpar Bebidas (Coca Cola/ Rio Grande do Sul e Santa Catarina), entre Mar/2012 à Ago/2012- Atuando como Consultor no Processo de Planejamento de Demanda, Operações e Estoques. Em Set/2012 ingressou na M. Dias Branco como Consultor Técnico Industrial e atualmente é Diretor Técnico e Operações. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta. Não é membro independente.

Tiago Cid Timbó - 856.928.833-68

O Sr. Tiago, 40 anos, é funcionário da M. Dias Branco desde outubro de 2006, foi responsável pela implantação da área de Comunicação Interna, que posteriormente expandiu suas atividades atuando na assessoria de comunicação e mídias digitais da marca institucional. É formado em publicidade e propaganda e especialista em Assessoria de Comunicação pela Unifor. Possui MBA em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas e está cursando especialização em gestão de Pessoas pela Uni7. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta. Não é membro independente.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

Guilherme Affonso Ferreira - 762.604.298-00

N/A

Adrian Lima da Hora - 372.365.394-49

N/A

Carlos Roberto de Albuquerque Sá - 212.107.217-91

N/A

Elionor Jreige Weffort - 147.735.128-06

N/A

Daniel Mota Gutierrez - 468.231.903-53

N/A

Daniel Percim Funis - 252.096.468-58

N/A

Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior - 155.400.143-91

N/A

Luiza Andréa Farias Nogueira Ribeiro - 231.470.753-20

---

N/A

---

Aled Parry - 257.107.372-91

---

N/A

---

Antônio Rynaldo S. Guimarães - 002.361.103-06

---

N/A

---

Aristófanés Martins de Alexandre - 600.487.004-87

---

N/A

---

César Martins Rosa Vasconcelos Reis - 012.720.516-09

---

N/A

---

Denis Henrique Pacheco Almeida - 938.653.176-34

---

N/A

---

Ezequiel Leite do Nascimento - 773.227.897-68

---

N/A

---

Fabio Cefaly de Campos Machado - 273.203.558-09

---

Fabio Cefaly de Campos Machado - 273.203.558-09

---

Fabio Cefaly de Campos Machado - 273.203.558-09

---

N/A

---

Fabio Luiz Pires de Melo - 221.885.018-45

---

N/A

---

Fernando Bocchi - 101.789.668-27

---

Fernando Bocchi - 101.789.668-27

---

N/A

---

Fernando Fontes Iunes - 077.518.888-30

---

N/A

---

Júlio Borges de Carvalho - 033.604.546-85

---

N/A

---

Luciane Nunes de Carvalho Sallas - 995.411.224-34

N/A

---

Luís Cristiano Prazeires Albuquerque - 426.857.963-04

N/A

---

Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco - 235.899.653-04

Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco - 235.899.653-04

N/A

---

Mark Stanley Luyt - 617.051.793-04

N/A

---

Maurício Freitas de Araújo - 198.446.384-53

N/A

---

Paulo Sergio da Silva - 108.187.258-69

N/A

---

Sidney Leite dos Santos - 062.489.078-38

Sidney Leite dos Santos - 062.489.078-38

Sidney Leite dos Santos - 062.489.078-38

N/A

---

Tiago Cid Timbó - 856.928.833-68

N/A

## 12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
------	-----	--	------	---

### Administrador do emissor ou controlada

MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	272.898.853-68	M. Dias Branco S.A. Ind e Comercio de Alimentos	07.206.816/0001-15	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
---	----------------	---	--------------------	--

Presidente do Conselho de Administração

### Pessoa relacionada

Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior	155.400.143-91	M. Dias Branco S.A. Ind e Comercio de Alimentos	07.206.816/0001-15	
--	----------------	---	--------------------	--

Diretor Presidente e Vice-Presidente Industrial – Biscoitos, Massas e Margarinas

### Observação

Os Srs. Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior, Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco, Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco, Maria das Graças Dias Branco da Escóssia e Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco Ximenes, são filhos da Sra. Maria Consuelo Saraiva Leão Dias Branco.

### Administrador do emissor ou controlada

MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	272.898.853-68	M. Dias Branco S.A. Ind e Comercio de Alimentos	07.206.816/0001-15	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
---	----------------	---	--------------------	--

Presidente do Conselho de Administração

### Pessoa relacionada

MARIA DAS GRACAS DIAS BRANCO DA ESCÓSSIA	273.184.433-72	M. Dias Branco S.A. Ind e Comercio de Alimentos	07.206.816/0001-15	
--	----------------	---	--------------------	--

Membro Suplente Conselho de Administração e Vice-Presidente Financeira

### Observação

Os Srs. Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior, Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco, Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco, Maria das Graças Dias Branco da Escóssia e Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco Ximenes, são filhos da Sra. Maria Consuelo Saraiva Leão Dias Branco.

### Administrador do emissor ou controlada

MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	272.898.853-68	M. Dias Branco S.A. Ind e Comercio de Alimentos	07.206.816/0001-15	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
---	----------------	---	--------------------	--

Presidente do Conselho de Administração

### Pessoa relacionada

FRANCISCO MARCOS SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	220.794.163-91	M. Dias Branco S.A. Ind e Comercio de Alimentos	07.206.816/0001-15	
---	----------------	---	--------------------	--

## 12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
------	-----	--	------	---

Membro efetivo do Conselho de Administração

**Observação**

Os Srs. Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior, Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco, Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco, Maria das Graças Dias Branco da Escóssia e Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco Ximenes, são filhos do Sra. Maria Consuelo Saraiva Leão Dias Branco.

**Administrador do emissor ou controlada**

MARIA CONSUELO SARAIVA LEO DIAS BRANCO	272.898.853-68	M. Dias Branco S.A. Ind e Comercio de Alimentos	07.206.816/0001-15	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
--	----------------	---	--------------------	--

Presidente do Conselho de Administração

**Pessoa relacionada**

FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEO DIAS BRANCO	262.329.013-04	M. Dias Branco S.A. Ind e Comercio de Alimentos	07.206.816/0001-15	
---	----------------	---	--------------------	--

Vice-Presidente do Conselho de Administração e Vice-Presidente Industrial – Moinhos

**Observação**

Os Srs. Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior, Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco, Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco, Maria das Graças Dias Branco da Escóssia e Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco Ximenes, são filhos da Sra. Maria Consuelo Saraiva Leão Dias Branco.

**Administrador do emissor ou controlada**

MARIA CONSUELO SARAIVA LEO DIAS BRANCO	272.898.853-68	M. Dias Branco S.A. Ind e Comercio de Alimentos	07.206.816/0001-15	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
--	----------------	---	--------------------	--

Presidente do Conselho de Administração

**Pessoa relacionada**

Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco	235.899.653-04	M. Dias Branco S.A. Ind e Comercio de Alimentos	07.206.816/0001-15	
---------------------------------------	----------------	---	--------------------	--

Membro suplente do Conselho de Administração e Vice-Presidente de Administração e Desenvolvimento

**Observação**

Os Srs. Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior, Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco, Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco, Maria das Graças Dias Branco da Escóssia e Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco Ximenes, são filhos da Sra. Maria Consuelo Saraiva Leão Dias Branco.

**12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

**Exercício Social 31/12/2019**Administrador do Emissor

MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO  
Presidente do conselho de administração

272.898.853-68

Controle

Controlador Direto

Pessoa Relacionada

Dias Branco Adm. e Participações Ltda.  
Participação societária

07.886.385/0001-85

Observação

-

Administrador do Emissor

MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO  
Presidente do conselho de administração

272.898.853-68

Controle

Fornecedor

Pessoa Relacionada

Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.  
Participação societária

07.415.391/0001-54

Observação

Serviços de hotelaria

Administrador do Emissor

MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO  
Presidente do conselho de administração

272.898.853-68

Controle

Devedor

Pessoa Relacionada

Terminal Portuário Cotegipe S.A.  
Participação societária

40.561.649/0001-04

Observação

Prestação de serviços na descarga de trigo e outros serviços

**12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros**

<b>Identificação</b>	<b>CPF/CNPJ</b>	<b>Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada</b>	<b>Tipo de pessoa relacionada</b>
<b>Cargo/Função</b>			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b>			
MARIA CONSUELO SARAIVA LEO DIAS BRANCO Presidente do conselho de administração	272.898.853-68	Controle	Fornecedor
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b>			
Companhia Industrial de Cimento Apodi Participação societária	10.260.249/0004-32		
<b><u>Observação</u></b>			
Materiais aplicados em obras civis			
-----			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b>			
MARIA CONSUELO SARAIVA LEO DIAS BRANCO Presidente do conselho de administração	272.898.853-68	Controle	Fornecedor
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b>			
Dias Branco Administração e Participações Ltda Participação societária	06.258.768/0001-46		
<b><u>Observação</u></b>			
Prestação de serviços em construção civil			
-----			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b>			
Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior Diretor Presidente e Vice-Presidente Industrial – Biscoitos, Massas e Margarinas, Bolos e Snacks	155.400.143-91	Controle	Controlador Direto
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b>			
Dias Branco Adm. e Participações Ltda. Participação societária	07.886.385/0001-85		
<b><u>Observação</u></b>			
-			
-----			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b>			
Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior	155.400.143-91	Controle	Fornecedor

**12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Cargo/Função</b>			
Diretor Presidente e Vice-Presidente Industrial – Biscoitos, Massas e Margarinas, Bolos e Snacks			
<b>Pessoa Relacionada</b>			
Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.	07.415.391/0001-54		
Participação societária			
<b>Observação</b>			
Serviços de hotelaria			
-----			
<b>Administrador do Emissor</b>			
Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior	155.400.143-91	Controle	Devedor
Diretor Presidente e Vice-Presidente Industrial – Biscoitos, Massas e Margarinas, Bolos e Snacks			
<b>Pessoa Relacionada</b>			
Terminal Portuário Cotegipe S.A.	40.561.649/0001-04		
Participação societária			
<b>Observação</b>			
Prestação de serviços na descarga de trigo e outros serviços			
-----			
<b>Administrador do Emissor</b>			
Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior	155.400.143-91	Controle	Fornecedor
Diretor Presidente e Vice-Presidente Industrial – Biscoitos, Massas e Margarinas, Bolos e Snacks			
<b>Pessoa Relacionada</b>			
Companhia Industrial de Cimento Apodi	10.260.249/0004-32		
Participação societária			
<b>Observação</b>			
Materiais aplicados em obras civis			
-----			
<b>Administrador do Emissor</b>			
Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior	155.400.143-91	Controle	Fornecedor
Diretor Presidente e Vice-Presidente Industrial – Biscoitos, Massas e Margarinas, Bolos e Snacks			
<b>Pessoa Relacionada</b>			

**12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Cargo/Função</b>			
IDIBRA Participações Ltda. Participação societária			
<b>Observação</b> Prestação de serviços em construção civil			
<hr/>			
<b>Administrador do Emissor</b>			
Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior	155.400.143-91	Controle	Fornecedor
Diretor Presidente e Vice-Presidente Industrial – Biscoitos, Massas e Margarinas, Bolos e Snacks			
<b>Pessoa Relacionada</b>			
Dias Branco Administração e Participações Ltda	06.258.768/0001-46		
Participação societária			
<b>Observação</b> Prestação de serviços em construção civil			
<hr/>			
<b>Administrador do Emissor</b>			
Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior	155.400.143-91	Controle	Fornecedor
Diretor Presidente e Vice-Presidente Industrial – Biscoitos, Massas e Margarinas, Bolos e Snacks			
<b>Pessoa Relacionada</b>			
LDB Transportes de Cargas Ltda	09.411.448/0001-72		
Participação societária			
<b>Observação</b> Serviço de transporte de cargas			
<hr/>			
<b>Administrador do Emissor</b>			
Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior	155.400.143-91	Controle	Fornecedor
Diretor Presidente e Vice-Presidente Industrial – Biscoitos, Massas e Margarinas, Bolos e Snacks			
<b>Pessoa Relacionada</b>			
LDB Logística e Transporte Ltda	16.906.199/0001-51		
Participação societária			

**12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Cargo/Função</b>			
<u>Observação</u>			
Serviço de transporte de cargas			
-----			
<u>Administrador do Emissor</u>			
FRANCISCO MARCOS SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	220.794.163-91	Controle	Controlador Direto
Membro efetivo do conselho de administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Dias Branco Adm. e Participações Ltda.	07.886.385/0001-85		
Diretor presidente			
<u>Observação</u>			
-			
-----			
<u>Administrador do Emissor</u>			
FRANCISCO MARCOS SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	220.794.163-91	Controle	Fornecedor
Membro efetivo do conselho de administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.	07.415.391/0001-54		
Participação societária			
<u>Observação</u>			
Serviços de hotelaria			
-----			
<u>Administrador do Emissor</u>			
FRANCISCO MARCOS SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	220.794.163-91	Controle	Devedor
Membro efetivo do conselho de administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Terminal Portuário Cotegipe S.A.	40.561.649/0001-04		
Participação societária			
<u>Observação</u>			
Prestação de serviços na descarga de trigo e outros serviços			
-----			

**12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Cargo/Função</b>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
FRANCISCO MARCOS SARAIVA LEAO DIAS BRANCO Membro efetivo do conselho de administração	220.794.163-91	Controle	Fornecedor
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Companhia Industrial de Cimento Apodi Participação societária	10.260.249/0004-32		
<u>Observação</u>			
Materiais aplicados em obras civis			
-----			
<u>Administrador do Emissor</u>			
FRANCISCO MARCOS SARAIVA LEAO DIAS BRANCO Membro efetivo do conselho de administração	220.794.163-91	Controle	Fornecedor
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Companhia Industrial de Cimento Apodi Participação societária	10.260.249/0004-32		
<u>Observação</u>			
Materiais aplicados em obras civis			
-----			
<u>Administrador do Emissor</u>			
FRANCISCO MARCOS SARAIVA LEAO DIAS BRANCO Membro efetivo do conselho de administração	220.794.163-91	Controle	Fornecedor
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Dias Branco Administração e Participações Ltda Participação societária	06.258.768/0001-46		
<u>Observação</u>			
Materiais aplicados em obras civis			
-----			
<u>Administrador do Emissor</u>			
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	262.329.013-04	Controle	Controlador Direto

**12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Cargo/Função</b>			
Vice-Presidente Industrial - Moinhos			
<b>Pessoa Relacionada</b>			
Dias Branco Adm. e Participações Ltda.	07.886.385/0001-85		
Diretor vice-presidente			
<b>Observação</b>			
-			
-----			
<b>Administrador do Emissor</b>			
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEO DIAS BRANCO	262.329.013-04	Controle	Fornecedor
Vice-Presidente Industrial - Moinhos			
<b>Pessoa Relacionada</b>			
Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.	07.415.391/0001-54		
Participação societária			
<b>Observação</b>			
Serviços de hotelaria			
-----			
<b>Administrador do Emissor</b>			
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEO DIAS BRANCO	262.329.013-04	Controle	Devedor
Vice-Presidente Industrial - Moinhos			
<b>Pessoa Relacionada</b>			
Terminal Portuário Cotegipe S.A.	40.561.649/0001-04		
Diretor Presidente			
<b>Observação</b>			
Prestação de serviços na descarga de trigo e outros serviços			
-----			
<b>Administrador do Emissor</b>			
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEO DIAS BRANCO	262.329.013-04	Controle	Fornecedor
Vice-Presidente Industrial - Moinhos			
<b>Pessoa Relacionada</b>			

**12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros**

<b>Identificação</b>	<b>CPF/CNPJ</b>	<b>Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada</b>	<b>Tipo de pessoa relacionada</b>
<b>Cargo/Função</b> Companhia Industrial de Cimento Apodi Participação Societaria	10.260.249/0004-32		
<b>Observação</b> Materiais aplicados em construção civil			
<hr/>			
<b>Administrador do Emissor</b> FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEO DIAS BRANCO Vice-Presidente Industrial - Moinhos	262.329.013-04	Controle	Fornecedor
<b>Pessoa Relacionada</b> Dias Branco Administração e Participações Ltda Participação societária	06.258.768/0001-46		
<b>Observação</b> Prestador de serviços em construção civil			
<hr/>			
<b>Administrador do Emissor</b> FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEO DIAS BRANCO Vice-Presidente Industrial - Moinhos	262.329.013-04	Controle	Fornecedor
<b>Pessoa Relacionada</b> AET – Engenharia e Soluções Tecnológicas Avançadas Ltda. Participação societária	12.304.942/0001-42		
<b>Observação</b> Prestação de serviços de manutenção e instalação de equipamentos			
<hr/>			
<b>Administrador do Emissor</b> MARIA DAS GRACAS DIAS BRANCO DA ESCÓSSIA Vice-Presidente Financeira		Controle	Controlador Direto
<b>Pessoa Relacionada</b> Dias Branco Adm. e Participações Ltda. Participação societária	07.886.385/0001-85		

**12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Cargo/Função</b>			
<b>Observação</b>			
-			
<b>Administrador do Emissor</b>			
MARIA DAS GRACAS DIAS BRANCO DA ESCÓSSIA Vice-Presidente Financeira	273.184.433-72	Controle	Fornecedor
<b>Pessoa Relacionada</b>			
Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda. Diretora Presidente	07.415.391/0001-54		
<b>Observação</b>			
Serviços de hotelaria			
<b>Administrador do Emissor</b>			
MARIA DAS GRACAS DIAS BRANCO DA ESCÓSSIA Vice-Presidente Financeira	273.184.433-72	Controle	Devedor
<b>Pessoa Relacionada</b>			
Terminal Portuário Cotegipe S.A. Participação societária	40.561.649/0001-04		
<b>Observação</b>			
Prestação de serviços na descarga de trigo e outros serviços			
<b>Administrador do Emissor</b>			
MARIA DAS GRACAS DIAS BRANCO DA ESCÓSSIA Vice-Presidente Financeira	273.184.433-72	Controle	Fornecedor
<b>Pessoa Relacionada</b>			
Companhia Industrial de Cimento Apodi Participação societária	10.260.249/0004-32		
<b>Observação</b>			
Materiais aplicados em construção civil			

**12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros**

<b>Identificação</b>	<b>CPF/CNPJ</b>	<b>Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada</b>	<b>Tipo de pessoa relacionada</b>
<b><u>Administrador do Emissor</u></b>			
MARIA DAS GRACAS DIAS BRANCO DA ESCÓSSIA Vice-Presidente Financeira	273.184.433-72	Controle	Fornecedor
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b>			
Dias Branco Administração e Participações Ltda Diretora Vice-Presidente	06.258.768/0001-46		
<b><u>Observação</u></b>			
Materiais aplicados em construção civil			
-----			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b>			
Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco Vice-Presidente de Administração e Desenvolvimento	235.899.653-04	Controle	Controlador Direto
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b>			
Dias Branco Adm. e Participações Ltda. Participação societária	07.886.385/0001-85		
<b><u>Observação</u></b>			
-			
-----			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b>			
Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco Vice-Presidente de Administração e Desenvolvimento	235.899.653-04	Controle	Fornecedor
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b>			
Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda. Diretora Vice-Presidente	07.415.391/0001-54		
<b><u>Observação</u></b>			
Serviços de hotelaria			
-----			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b>			
Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco	235.899.653-04	Controle	Devedor

**12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Cargo/Função</b>			
Vice-Presidente de Administração e Desenvolvimento			
<b>Pessoa Relacionada</b>			
Terminal Portuário Cotegipe S.A.	40.561.649/0001-04		
Participação societária			
<b>Observação</b>			
Prestação de serviços na descarga de trigo e outros serviços			
-----			
<b>Administrador do Emissor</b>			
Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco	235.899.653-04	Controle	Fornecedor
Vice-Presidente de Administração e Desenvolvimento			
<b>Pessoa Relacionada</b>			
Dias Branco Administração e Participações Ltda	06.258.768/0001-46		
Diretora Presidente			
<b>Observação</b>			
Prestador de serviços em construção civil			
-----			
<b>Administrador do Emissor</b>			
Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco	235.899.653-04	Controle	Fornecedor
Vice-Presidente de Administração e Desenvolvimento			
<b>Pessoa Relacionada</b>			
Companhia Industrial de Cimento Apodi	10.260.249/0004-32		
Participação societária			
<b>Observação</b>			
Materiais aplicados em construção civil			

**Exercício Social 31/12/2018****Administrador do Emissor**

MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	272.898.853-68	Controle	Controlador Direto
---	----------------	----------	--------------------

**12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Cargo/Função</b> Presidente do conselho de administração			
<b>Pessoa Relacionada</b> Dias Branco Adm. e Participações Ltda. Participação societária	07.886.385/0001-85		
<b>Observação</b>			
<hr/>			
<b>Administrador do Emissor</b> MARIA CONSUELO SARAIVA LEO DIAS BRANCO Presidente do conselho de administração	272.898.853-68	Controle	Fornecedor
<b>Pessoa Relacionada</b> Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda. Participação Societária	07.415.391/0001-54		
<b>Observação</b> Serviços de hotelaria			
<hr/>			
<b>Administrador do Emissor</b> MARIA CONSUELO SARAIVA LEO DIAS BRANCO Presidente do conselho de administração	272.898.853-68	Controle	Devedor
<b>Pessoa Relacionada</b> Terminal Portuário Cotegipe S.A. Participação Societária	40.561.649/0001-04		
<b>Observação</b> Prestação de serviços na descarga de trigo e outros serviços			
<hr/>			
<b>Administrador do Emissor</b> MARIA CONSUELO SARAIVA LEO DIAS BRANCO Presidente do conselho de administração	272.898.853-68	Controle	Fornecedor
<b>Pessoa Relacionada</b> Companhia Industrial de Cimento Apodi	10.260.249/0004-32		

**12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Cargo/Função</b>			
Participação societária			
<b>Observação</b>			
Materiais aplicados em obras civis			
-----			
<b>Administrador do Emissor</b>			
MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	272.898.853-68	Controle	Fornecedor
Presidente do conselho de administração			
<b>Pessoa Relacionada</b>			
Dias Branco Administração e Participações Ltda	06.258.768/0001-46		
Participação societária			
<b>Observação</b>			
Prestação de serviços em construção civil			
-----			
<b>Administrador do Emissor</b>			
Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior	155.400.143-91	Controle	Controlador Direto
Diretor Presidente e Vice-Presidente Industrial – Biscoitos, Massas e Margarinas, Bolos e Snacks			
<b>Pessoa Relacionada</b>			
Dias Branco Adm. e Participações Ltda.	07.886.385/0001-85		
Participação societária			
<b>Observação</b>			
-----			
<b>Administrador do Emissor</b>			
Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior	155.400.143-91	Controle	Fornecedor
Diretor Presidente e Vice-Presidente Industrial – Biscoitos, Massas e Margarinas, Bolos e Snacks			
<b>Pessoa Relacionada</b>			
Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.	07.415.391/0001-54		
Participação societária			
<b>Observação</b>			

**12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Cargo/Função</b>			
Serviços de hotelaria			
<hr/>			
<b>Administrador do Emissor</b>			
Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior	155.400.143-91	Controle	Devedor
Diretor Presidente e Vice-Presidente Industrial – Biscoitos, Massas e Margarinas, Bolos e Snacks			
<b>Pessoa Relacionada</b>			
Terminal Portuário Cotegipe S.A.	40.561.649/0001-04		
Participação societária			
<b>Observação</b>			
Prestação de serviços na descarga de trigo e outros serviços			
<hr/>			
<b>Administrador do Emissor</b>			
Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior	155.400.143-91	Controle	Fornecedor
Diretor Presidente e Vice-Presidente Industrial – Biscoitos, Massas e Margarinas, Bolos e Snacks			
<b>Pessoa Relacionada</b>			
Companhia Industrial de Cimento Apodi	10.260.249/0004-32		
Participação societária			
<b>Observação</b>			
Materiais aplicados em obras civis			
<hr/>			
<b>Administrador do Emissor</b>			
Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior	155.400.143-91	Controle	Fornecedor
Diretor Presidente e Vice-Presidente Industrial – Biscoitos, Massas e Margarinas, Bolos e Snacks			
<b>Pessoa Relacionada</b>			
Dias Branco Administração e Participações Ltda	06.258.768/0001-46		
Participação societária			
<b>Observação</b>			
Prestação de serviços em construção civil			
<hr/>			
<b>Administrador do Emissor</b>			

**12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros**

<b>Identificação</b>	<b>CPF/CNPJ</b>	<b>Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada</b>	<b>Tipo de pessoa relacionada</b>
<b>Cargo/Função</b>			
Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior Diretor Presidente e Vice-Presidente Industrial – Biscoitos, Massas e Margarinas, Bolos e Snacks	155.400.143-91	Controle	Fornecedor
<b>Pessoa Relacionada</b>			
LDB Transportes de Cargas Ltda Participação societária	09.411.448/0001-72		
<b>Observação</b>			
Serviço de transporte de cargas			
-----			
<b>Administrador do Emissor</b>			
Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior Diretor Presidente e Vice-Presidente Industrial – Biscoitos, Massas e Margarinas, Bolos e Snacks	155.400.143-91	Controle	Fornecedor
<b>Pessoa Relacionada</b>			
LDB Logística e Transporte Ltda Participação societária	16.906.199/0001-51		
<b>Observação</b>			
Serviço de transporte de cargas			
-----			
<b>Administrador do Emissor</b>			
FRANCISCO MARCOS SARAIVA LEO DIAS BRANCO Membro efetivo do conselho de administração	220.794.163-91	Controle	Controlador Direto
<b>Pessoa Relacionada</b>			
Dias Branco Adm. e Participações Ltda. Diretor presidente	07.886.385/0001-85		
<b>Observação</b>			
-----			
<b>Administrador do Emissor</b>			
FRANCISCO MARCOS SARAIVA LEO DIAS BRANCO Membro efetivo do conselho de administração	220.794.163-91	Controle	Fornecedor
<b>Pessoa Relacionada</b>			

**12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Cargo/Função</b> Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda. Participação societária	07.415.391/0001-54		
<b>Observação</b> Serviços de hotelaria			
<hr/>			
<b>Administrador do Emissor</b> FRANCISCO MARCOS SARAIVA LEO DIAS BRANCO Membro efetivo do conselho de administração	220.794.163-91	Controle	Devedor
<b>Pessoa Relacionada</b> Terminal Portuário Cotegipe S.A. Participação societária	40.561.649/0001-04		
<b>Observação</b> Prestação de serviços na descarga de trigo e outros serviços			
<hr/>			
<b>Administrador do Emissor</b> FRANCISCO MARCOS SARAIVA LEO DIAS BRANCO Membro efetivo do conselho de administração	220.794.163-91	Controle	Fornecedor
<b>Pessoa Relacionada</b> Companhia Industrial de Cimento Apodi Participação societária	10.260.249/0004-32		
<b>Observação</b> Materiais aplicados em obras civis			
<hr/>			
<b>Administrador do Emissor</b> FRANCISCO MARCOS SARAIVA LEO DIAS BRANCO Membro efetivo do conselho de administração	220.794.163-91	Controle	Fornecedor
<b>Pessoa Relacionada</b> Dias Branco Administração e Participações Ltda Participação societária	06.258.768/0001-46		

**12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Cargo/Função</b>			
<b>Observação</b>			
Prestação de serviços em construção civil			
-----			
<b>Administrador do Emissor</b>			
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEO DIAS BRANCO Vice-Presidente Industrial - Moinhos	262.329.013-04	Controle	Controlador Direto
<b>Pessoa Relacionada</b>			
Dias Branco Adm. e Participações Ltda. Diretor vice-presidente	07.886.385/0001-85		
<b>Observação</b>			
-----			
<b>Administrador do Emissor</b>			
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEO DIAS BRANCO Vice-Presidente Industrial - Moinhos	262.329.013-04	Controle	Fornecedor
<b>Pessoa Relacionada</b>			
Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda. Participação societária	07.415.391/0001-54		
<b>Observação</b>			
Serviços de hotelaria			
-----			
<b>Administrador do Emissor</b>			
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEO DIAS BRANCO Vice-Presidente Industrial - Moinhos	262.329.013-04	Controle	Devedor
<b>Pessoa Relacionada</b>			
Terminal Portuário Cotegipe S.A. Diretor Presidente	40.561.649/0001-04		
<b>Observação</b>			
Prestação de serviços na descarga de trigo e outros serviços			
-----			

**12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros**

<b>Identificação</b>	<b>CPF/CNPJ</b>	<b>Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada</b>	<b>Tipo de pessoa relacionada</b>
<b>Cargo/Função</b>			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b>			
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEO DIAS BRANCO Vice-Presidente Industrial - Moinhos	262.329.013-04	Controle	Fornecedor
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b>			
Companhia Industrial de Cimento Apodi Participação societária	10.260.249/0004-32		
<b><u>Observação</u></b>			
Materiais aplicados em construção civil			
-----			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b>			
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEO DIAS BRANCO Vice-Presidente Industrial - Moinhos	262.329.013-04	Controle	Devedor
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b>			
Terminal Portuário Cotegipe S.A. Diretor Presidente	40.561.649/0001-04		
<b><u>Observação</u></b>			
Prestação de serviços na descarga de trigo e outros serviços			
-----			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b>			
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEO DIAS BRANCO Vice-Presidente Industrial - Moinhos	262.329.013-04	Controle	Fornecedor
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b>			
Dias Branco Administração e Participações Ltda Participação societária	06.258.768/0001-46		
<b><u>Observação</u></b>			
Prestador de serviços em construção civil			
-----			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b>			
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEO DIAS BRANCO	262.329.013-04	Controle	Fornecedor

**12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Cargo/Função</b>			
Vice-Presidente Industrial - Moinhos			
<b>Pessoa Relacionada</b>			
AET – Engenharia e Soluções Tecnológicas Avançadas Ltda. Participação societária	12.304.942/0001-42		
<b>Observação</b>			
Prestação de serviços de manutenção e instalação de equipamentos			
-----			
<b>Administrador do Emissor</b>			
MARIA DAS GRACAS DIAS BRANCO DA ESCÓSSIA Vice-Presidente Financeira	273.184.433-72	Controle	Controlador Direto
<b>Pessoa Relacionada</b>			
Dias Branco Adm. e Participações Ltda. Participação societária	07.886.385/0001-85		
<b>Observação</b>			
-----			
<b>Administrador do Emissor</b>			
MARIA DAS GRACAS DIAS BRANCO DA ESCÓSSIA Vice-Presidente Financeira	273.184.433-72	Controle	Fornecedor
<b>Pessoa Relacionada</b>			
Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda. Diretora Presidente	07.415.391/0001-54		
<b>Observação</b>			
Serviços de hotelaria			
-----			
<b>Administrador do Emissor</b>			
MARIA DAS GRACAS DIAS BRANCO DA ESCÓSSIA Vice-Presidente Financeira	273.184.433-72	Controle	Devedor
<b>Pessoa Relacionada</b>			
Terminal Portuário Cotegipe S.A.	40.561.649/0001-04		

**12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Cargo/Função</b>			
Participação societária			
<b>Observação</b>			
Prestação de serviços na descarga de trigo e outros serviços			
-----			
<b>Administrador do Emissor</b>			
MARIA DAS GRACAS DIAS BRANCO DA ESCÓSSIA	273.184.433-72	Controle	Fornecedor
Vice-Presidente Financeira			
<b>Pessoa Relacionada</b>			
Companhia Industrial de Cimento Apodi	10.260.249/0004-32		
Participação societária			
<b>Observação</b>			
Materiais aplicados em construção civil			
-----			
<b>Administrador do Emissor</b>			
MARIA DAS GRACAS DIAS BRANCO DA ESCÓSSIA	273.184.433-72	Controle	Fornecedor
Vice-Presidente Financeira			
<b>Pessoa Relacionada</b>			
Dias Branco Administração e Participações Ltda	06.258.768/0001-46		
Diretora Vice-Presidente			
<b>Observação</b>			
Prestador de serviços em construção civil			
-----			
<b>Administrador do Emissor</b>			
Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco	235.899.653-04	Controle	Controlador Direto
Vice-Presidente de Administração e Desenvolvimento			
<b>Pessoa Relacionada</b>			
Dias Branco Adm. e Participações Ltda.	07.886.385/0001-85		
Participação societária			
<b>Observação</b>			

**12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros**

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b><u>Administrador do Emissor</u></b>			
Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco Vice-Presidente de Administração e Desenvolvimento	235.899.653-04	Controle	Fornecedor
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b>			
Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda. Diretora Vice-Presidente	07.415.391/0001-54		
<b><u>Observação</u></b>			
Serviços de hotelaria			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b>			
Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco Vice-Presidente de Administração e Desenvolvimento	235.899.653-04	Controle	Devedor
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b>			
Terminal Portuário Cotegipe S.A. Participação societária	40.561.649/0001-04		
<b><u>Observação</u></b>			
Prestação de serviços na descarga de trigo e outros serviços			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b>			
Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco Vice-Presidente de Administração e Desenvolvimento	235.899.653-04	Controle	Fornecedor
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b>			
Companhia Industrial de Cimento Apodi Participação societária	10.260.249/0004-32		
<b><u>Observação</u></b>			
Materiais aplicados em construção civil			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b>			

**12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros**

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco Vice-Presidente de Administração e Desenvolvimento	235.899.653-04	Controle	Fornecedor
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b>			
Dias Branco Administração e Participações Ltda Diretora Presidente	06.258.768/0001-46		
<b><u>Observação</u></b>			
Prestador de serviços em construção civil			
-----			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b>			
Geraldo Luciano Mattos Júnior Diretor de Relações com Investidores e Vice-Presidente de Investimentos e controladoria	144.388.523-15	Controle	Fornecedor
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b>			
Terminal Portuário Cotegipe S.A. Diretor	40.561.649/0001-04		
<b><u>Observação</u></b>			
Prestação de serviços na descarga de trigo e outros serviços			

**Exercício Social 31/12/2017****Administrador do Emissor**

MARIA DAS GRACAS DIAS BRANCO DA ESCÓSSIA  
Vice-Presidente do Conselho de Administração e Vice-Presidente Financeira

273.184.433-72      Controle      Controlador Direto

**Pessoa Relacionada**

Dias Branco Adm. e Participações Ltda.  
Inventariante do Espólio do Sr. Francisco Ivens de Sá Dias Branco

07.886.385/0001-85

**Observação**

Aluguel de imóvel

**12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros**

<b>Identificação</b>	<b>CPF/CNPJ</b>	<b>Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada</b>	<b>Tipo de pessoa relacionada</b>
<b><u>Administrador do Emissor</u></b>			
MARIA DAS GRACAS DIAS BRANCO DA ESCÓSSIA Vice-Presidente do Conselho de Administração e Vice-Presidente Financeira	273.184.433-72	Controle	Devedor
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b>			
Terminal Portuário Cotegipe S.A. Inventariante do Espólio do Sr. Francisco Ivens de Sá Dias Branco	40.561.649/0001-04		
<b><u>Observação</u></b>			
Prestação de serviços na descarga de trigo e outros serviços			
-----			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b>			
MARIA DAS GRACAS DIAS BRANCO DA ESCÓSSIA Vice-Presidente do Conselho de Administração e Vice-Presidente Financeira	273.184.433-72	Controle	Fornecedor
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b>			
Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda. Inventariante do Espólio do Sr. Francisco Ivens de Sá Dias Branco	07.415.391/0001-54		
<b><u>Observação</u></b>			
Serviços de Hotelaria			
-----			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b>			
Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior Diretor Presidente e Vice-Presidente Industrial – Biscoitos, Massas, Margarinas, Bolos e Snacks	155.400.143-91	Controle	Fornecedor
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b>			
LDB Transportes de Cargas Ltda Sócio Administrador	09.411.448/0001-72		
<b><u>Observação</u></b>			
Serviço de Transporte de Carga			
-----			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b>			
Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior	155.400.143-91	Controle	Fornecedor

**12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Cargo/Função</b>			
Diretor Presidente e Vice-Presidente Industrial – Biscoitos, Massas, Margarinas, Bolos e Snacks			
<b>Pessoa Relacionada</b>			
LDB Logística e Transporte Ltda	16.906.199/0001-51		
Sócio Administrador			
<b>Observação</b>			
Serviços de Transporte de carga			
-----			
<b>Administrador do Emissor</b>			
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEO DIAS BRANCO	262.329.013-04	Controle	Fornecedor
Vice-Presidente Industrial - Moinhos			
<b>Pessoa Relacionada</b>			
AET – Engenharia e Soluções Tecnológicas Avançadas Ltda.	12.304.942/0001-42		
Sócio-Administrador			
<b>Observação</b>			
Prestação de serviços de manutenção e instalação de equipamentos			
-----			
<b>Administrador do Emissor</b>			
MARIA DAS GRACAS DIAS BRANCO DA ESCÓSSIA	273.184.433-72	Controle	Controlador Direto
Vice-Presidente do Conselho de Administração e Vice-Presidente Financeira			
<b>Pessoa Relacionada</b>			
DIBRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES.	07.973.152/0001-10		
Inventariante do Espólio do Sr. Francisco Ivens de Sá Dias Branco			
<b>Observação</b>			
-----			
<b>Administrador do Emissor</b>			
MARIA DAS GRACAS DIAS BRANCO DA ESCÓSSIA	273.184.433-72	Controle	Fornecedor
Vice-Presidente do Conselho de Administração e Vice-Presidente Financeira			
<b>Pessoa Relacionada</b>			
Petroposto Com. de Derivados de Petróleo Ltda.	41.452.236/0001-46		

**12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Cargo/Função</b>			
Inventariante do Espólio do Sr. Francisco Ivens de Sá Dias Branco			
<b>Observação</b>			
Fornecimento de Combustível			
-----			
<b>Administrador do Emissor</b>			
MARIA DAS GRACAS DIAS BRANCO DA ESCÓSSIA	273.184.433-72	Controle	Fornecedor
Vice-Presidente do Conselho de Administração e Vice-Presidente Financeira			
<b>Pessoa Relacionada</b>			
Dias Branco Administração e Participações Ltda	06.258.768/0001-46		
Inventariante do Espólio do Sr. Francisco Ivens de Sá Dias Branco			
<b>Observação</b>			
Prestação de serviços em construção civil			
-----			
<b>Administrador do Emissor</b>			
MARIA DAS GRACAS DIAS BRANCO DA ESCÓSSIA	273.184.433-72	Controle	Fornecedor
Vice-Presidente do Conselho de Administração e Vice-Presidente Financeira			
<b>Pessoa Relacionada</b>			
Companhia Industrial de Cimento Apodi	10.260.249/0004-32		
Inventariante do Espólio do Sr. Francisco Ivens de Sá Dias Branco			
<b>Observação</b>			
Materiais aplicados em obras civis			

### **12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores**

Conforme artigo 9 do Estatuto Social, a Companhia poderá contratar, às suas expensas, seguro para proteção do patrimônio da Companhia e dos Conselheiros e Diretores contra eventuais perdas motivadas por conflitos ou demandas derivadas de atos de gestão no âmbito do mercado de capitais ou fora dele. A Companhia poderá, ainda, contratar, também às suas expensas, advogados e outros profissionais que sejam necessários à defesa dos Conselheiros e Diretores em demandas motivadas por atos praticados na gestão da Companhia, ainda que tais conflitos surjam após o término de mandato dos administradores.

## 12.12 - Outras informações relevantes

Nossa Companhia está listada no segmento Novo Mercado da B3 desde 2006, contando apenas com ações ordinárias e com direito de 100% de *tag along*. O Conselho de Administração efetivo é formado por seis membros, sendo que 50% são membros independentes. Adicionalmente, desde 2014, os cargos de Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração são ocupados por pessoas distintas.

Possuímos um Comitê de Auditoria não estatutário que conta exclusivamente com membros independentes, sendo um deles, também membro independente do Conselho de Administração, o que reforça nosso compromisso com a transparência das informações divulgadas. A Diretoria de Auditoria, Riscos e *Compliance* reporta-se administrativamente ao CEO e funcionalmente ao Comitê de Auditoria, garantindo independência à sua atuação.

Em busca de evolução contínua, criamos um indicador interno que denominamos de iMDB – Índice M. Dias Branco de Governança Corporativa – que abrange os requerimentos dos seguintes referenciais de mercado:

- Regulamento do Novo Mercado (obrigatório);
- Código Brasileiro de Governança Corporativa (aplique ou explique);
- Índice Dow Jones de Sustentabilidade (inspiracional);
- Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE (inspiracional).

Assim, podemos direcionar esforços de melhoria e mensurar nossos avanços frente às demandas já consolidadas no mercado e na sociedade, com objetividade e pragmatismo.

### Fóruns de Governança

Como reforço à estrutura de governança, além do Comitê de Auditoria, mantemos outros fóruns e comitês (não estatutários) para tratar temas específicos, estimulando um ambiente de transparência, compartilhamento e prestação de contas.

Os comitês são órgãos colegiados e compostos por membros que possuem, coletivamente, o conhecimento, as habilidades e competências necessárias ao desempenho das responsabilidades atribuídas a eles.

Os comitês têm por objetivo:

- Comitê Executivo: Implementa, examina, discute e formula recomendações à Diretoria Estatutária quanto aos planos, estudos e projetos estratégicos. É órgão de assessoramento.
- Comitê de Ética: Visa a assessorar o Comitê de Auditoria na supervisão da aplicação do nosso Código de Ética, bem como acompanhar as ocorrências relatadas no Canal Ético.
- Comitê de Segurança do Trabalho: Operacionaliza o sistema de governança de Saúde e Segurança Ocupacional (SSO), propondo um modelo de estrutura de gestão no qual a liderança participe e estimule a participação dos diversos níveis da organização.
- Comitê de Gestão de Imagem: Estabelece um relacionamento construtivo com os stakeholders por meio de comunicações direcionadas junto à imprensa, bem como busca minimizar impactos negativos na imagem da Companhia em decorrência de situações de crise.
- Comitê de Sustentabilidade: Acompanha a implantação e disseminação da cultura de sustentabilidade e as iniciativas dos Grupos de Trabalho (GTs) relacionados aos temas estratégicos de sustentabilidade.
- Comitê Remuneração e Indicação: Assessoria o Conselho de Administração com recomendações para indicação dos membros do Conselho de Administração, de seus Comitês e da Diretoria

## 12.12 - Outras informações relevantes

Estatutária da Companhia, bem como para remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

- Comitê de Governança: em reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 11/03/2019, decidiu-se a constituição de um Comitê de Governança Corporativa composto por, no mínimo, 2 (dois) membros da administração estatutária ou não estatutária da Companhia e por 1 (um) membro independente do Conselho de Administração. As reuniões do Comitê de Governança Corporativa terão periodicidade bimestral, a aprovação do regimento interno do Comitê de Governança Corporativa e a eleição de seus membros ocorrerão em reunião do Conselho de Administração.

### Compliance e Código de Ética

O Código de Ética é uma publicação que dissemina os princípios e valores da nossa Companhia, orientando a conduta de todos os colaboradores e representantes legais, tornando explícito o padrão de comportamento esperado na relação com parceiros comerciais, investidores e consumidores.

Em linha com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da ONU – Paz, Justiça e Instituições Eficazes, disponibilizamos aos colaboradores e a quaisquer outras partes interessadas o Canal Ético, instrumento de recepção de comunicados relacionados a condutas contrárias ao nosso Código de Ética. Este é um serviço independente, gratuito e confidencial, acessível por telefone, e-mail ou site na internet. Este canal garante o anonimato do comunicante, ou seja, a identificação é opcional.

Por meio da Universidade Corporativa e do Programa de Desenvolvimento de Líderes - PDL, foram realizados treinamentos sobre o Código de Ética e temas de *Compliance*, como a Lei Anticorrupção.

## 13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

### a. Objetivos da política ou prática de remuneração

#### Conselho de Administração:

A prática de remuneração da Companhia, no que tange aos membros do seu Conselho de Administração, objetiva corresponder à contraprestação devida pelo relevante papel exercido pelo Conselho na gestão, obedecido o limite fixado pela Assembleia de Acionistas. A remuneração atualmente estabelecida é somente o pró-labore e é destinada apenas aos membros independentes do Conselho.

#### Diretoria Estatutária:

A prática de remuneração da Diretoria visa contratar e garantir a permanência dos profissionais de grande qualificação na administração da Companhia. A remuneração da diretoria estatutária, que obedece o limite fixado pela Assembleia de acionistas, é composta por salário ou pró-labore, reajustado nas mesmas bases dos reajustes concedidos aos empregados, e remuneração variável. A título de remuneração variável, a Companhia oferece um plano de participação nos resultados, segundo indicadores de desempenho e resultados, alinhada com os interesses da Companhia e de seus integrantes e, para os diretores contratados a partir de 2019, um programa de incentivo de longo prazo com outorga de ações restritas, baseado em critérios de performance, não havendo qualquer remuneração ou benefício vinculado a ocorrência de determinado evento societário.

#### Diretoria Não Estatutária:

A remuneração da Companhia, no que tange aos membros da sua Diretoria não estatutária, é baseada nas práticas de mercado, identificadas mediante pesquisas e sondagens que consideram empresas de porte ou características similares, existindo um alinhamento entre os resultados obtidos e uma boa remuneração aos diretores. A prática de remuneração visa contratar e garantir a permanência dos profissionais de grande qualificação na administração da Companhia. A política de remuneração dos seus membros é segundo a legislação existente, pois todos são contratados em regime CLT, objetivando a busca de resultados no aferimento da remuneração de cada diretor. Aos diretores, a Companhia oferece um plano de participação nos resultados, segundo indicadores de desempenho e resultados com base em acompanhamento de mercado e um programa de incentivo de longo prazo com outorga de ações restritas, baseado em critérios de performance. A política de remuneração deve estar alinhada com os interesses do emissor e de seus integrantes, não havendo qualquer remuneração ou benefício vinculado a ocorrência de determinado evento societário.

#### Conselho Fiscal:

A Companhia não tem atualmente Conselho Fiscal instalado. Quando o mesmo existiu, até abril de 2009, não existia qualquer remuneração para os seus membros.

#### Comitês:

##### *Comitê de Auditoria, Comitê de Governança Corporativa e Comitê de Indicação e Remuneração*

A remuneração dos membros do comitê de assessoramento ao Conselho de Administração é baseada em pró-labore, de acordo com pesquisas de mercado e sondagens em empresas de porte ou características similares às da Companhia, e objetiva proporcionar a remuneração adequada para a responsabilidade desempenhada no Comitê. Somente membros independentes do comitê de auditoria recebem remuneração.

### 13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

#### *Comitê Executivo, Comitê de Ética, Comitê de Sustentabilidade, Comitê de Saúde e Segurança do Trabalho e Comitê de Gestão de Imagem*

Não existe qualquer remuneração para os membros do Comitê Executivo, Comitê de Ética, Comitê de Sustentabilidade, Comitê de Saúde e Segurança do Trabalho e Comitê de Gestão de Imagem da Companhia.

#### **b. Composição da remuneração, indicando:**

##### *i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles*

#### *Conselho de Administração*

- Pró-labore – corresponde à remuneração mensal e tem por objetivo oferecer a contraprestação fixa pelo desempenho das responsabilidades do cargo.

#### *Diretoria Estatutária*

- Salários ou pró-labore – correspondem à remuneração mensal e tem por objetivo oferecer a contraprestação fixa pelo desempenho das responsabilidades de cada cargo.
- Benefícios – correspondem a benefícios diversos tais como, seguro de vida em grupo, assistência médica e etc., e tem como objetivo dar melhores condições de qualidade de vida aos seus profissionais, trazendo como consequência uma satisfação na busca pelos resultados da organização.
- Remuneração variável – i) participação nos resultados: tem por objetivo alinhar mais estritamente o desempenho de cada gestor com os resultados corporativos e setoriais pretendidos pela Companhia; e, ii) um programa de incentivo de longo prazo com outorga de ações restritas, baseado em critérios de performance, para os diretores contratados a partir de 2019: objetivo de criar senso de propriedade, estimular patamares elevados e sustentáveis de performance, assegurar a competitividade do pacote de remuneração total e a retenção dos principais líderes.
- Outros – correspondem a valores relativos à previdência social.

#### *Diretoria não Estatutária*

- Salários – correspondem à remuneração mensal e tem por objetivo oferecer a contraprestação fixa pelo desempenho das responsabilidades de cada cargo.
- Benefícios – correspondem a benefícios diversos tais como, seguro de vida em grupo, incentivo à educação, assistência médica e etc., e tem como objetivo dar melhores condições de qualidade de vida aos seus profissionais, trazendo como consequência uma satisfação na busca pelos resultados da organização.
- Remuneração variável – i) participação nos resultados: tem por objetivo alinhar mais estritamente o desempenho de cada gestor com os resultados corporativos e setoriais pretendidos pela Companhia; e, ii) programa de incentivo de longo prazo com outorga de ações restritas: objetivo de criar senso de propriedade, estimular patamares elevados e sustentáveis de performance, assegurar a competitividade do pacote de remuneração total e a retenção dos principais líderes.

### 13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

- Outros – correspondem a valores relativos à previdência social.

#### *Comitê de Auditoria, Comitê de Governança Corporativa e Comitê de Indicação e Remuneração*

- Pró-labore - corresponde à remuneração mensal e tem por objetivo oferecer a contraprestação fixa pelo desempenho das responsabilidades dos membros independentes do Comitê.
- Outros – correspondem a valores relativos à previdência social.

#### *Comitê Executivo, Comitê de Ética, Comitê de Sustentabilidade, Comitê de Saúde e Segurança do Trabalho e Comitê de Gestão de Imagem*

- Esse comitê é formado por profissionais da empresa que não recebem qualquer remuneração adicional por participação no Comitê.

#### *ii. Qual a proporção de cada elemento na remuneração total*

	Salário e Pró-labore	Benefícios	Outros	Remuneração Variável	Total Remuneração
Conselho de Administração	82,3%	1,2%	16,5%	-	100,0%
Diretoria Estatutária	36,9%	1,9%	6,4%	54,8%	100,0%
Diretoria não Estatutária	60,5%	8,8%	9,9%	20,8%	100,0%
Comitê de Auditoria	92,3%	-	7,8%	-	100,0%

*\*Informação referente aos valores pagos em 2019.*

#### *iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração:*

A remuneração dos membros do Conselho de Administração e dos membros dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, a negociação é feita anualmente, em condições de mercado.

O reajuste da remuneração fixa da diretoria estatutária e da diretoria não estatutária é feito anualmente, seguindo o mesmo parâmetro de reajuste definido nos acordos coletivos celebrados com os sindicatos para os colaboradores da Companhia, enquanto que a variável é definida com base em metas e performances a serem atingidas.

#### *iv. Razões que justificam a composição da remuneração*

Remunerar os profissionais de acordo com as responsabilidades do cargo, práticas de mercado e nível de competitividade da Companhia

#### **c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração.**

Conselho de Administração: a Companhia não possui indicadores de desempenho para a determinação dos elementos de remuneração do Conselho de Administração.

Diretoria Estatutária: no caso do salário ou pró-labore, e dos benefícios diretos e indiretos, a Companhia não possui mecanismos de indicadores de desempenho. Quanto à participação nos

### **13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária**

resultados, anualmente a Companhia, em seu planejamento estratégico, fixa objetivos a serem alcançados, determinando, a partir deles, as metas corporativas, bem como os critérios de remuneração variável aplicável quando do alcance de tais metas, respeitando o limite de múltiplos salariais aprovado pelo Conselho de Administração. Sobre o programa de incentivo de longo prazo com outorga de ações restritas (para os diretores contratados a partir de 2019), a quantidade de ações a ser efetivamente convertida para posse plena do participante do plano dependerá do desempenho da Companhia em termos de ROIC (retorno sobre o capital investido).

Diretoria não Estatutária: no caso do salário e dos benefícios diretos e indiretos, a Companhia não possui mecanismos de indicadores de desempenho. Quanto à participação nos resultados, anualmente a Companhia, em seu planejamento estratégico, fixa objetivos a serem alcançados, determinando, a partir deles, as metas corporativas, bem como os critérios de remuneração variável aplicável quando do alcance de tais metas, nos termos negociados e definidos periodicamente junto aos sindicatos de cada categoria/estado. Sobre o programa de incentivo de longo prazo com outorga de ações restritas, a quantidade de ações a ser efetivamente convertida para posse plena do participante do plano dependerá do desempenho da Companhia em termos de ROIC (retorno sobre o capital investido).

Comitês de assessoramento ao Conselho de Administração: a Companhia não possui mecanismos de indicadores de desempenho para a determinação dos elementos de remuneração do Comitê de Auditoria.

Comitê Estratégico e de Desempenho Empresarial: não existe qualquer remuneração para os membros do comitê estratégico da Companhia.

#### **d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:**

A parcela da remuneração estruturada para refletir a evolução de indicadores de desempenho é a remuneração variável conferida à diretoria estatutária e não estatutária, a qual é proporcional ao alcance de indicadores de desempenho e metas definidos anualmente, conforme já mencionado, além desempenho da Companhia em termos de ROIC (retorno sobre o capital investido).

#### **e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo**

O alinhamento aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo se dá na medida em que a remuneração, seguindo os parâmetros de mercado, estimula a manutenção dos melhores talentos, mantém-se compatível com as responsabilidades atribuídas a cada gestor, e estimula a produção de resultados e o alcance de objetivos empresariais conforme o plano estratégico da Companhia.

#### **f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

Não existem remunerações suportadas por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

#### **g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.**

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

**13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal****Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2020 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	6,00	0,00	12,00
Nº de membros remunerados	6,00	6,00	0,00	12,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	1.256.031,00	12.816.094,81	0,00	14.072.125,81
Benefícios direto e indireto	0,00	662.259,99	0,00	662.259,99
Participações em comitês	332.073,00	0,00	0,00	332.073,00
Outros	397.026,00	2.234.951,42	0,00	2.631.977,42
Descrição de outras remunerações fixas	Outros (INSS)	Outros (INSS)		
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	7.801.563,78	0,00	7.801.563,78
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Observação</b>			Não há previsão de instalação do Conselho Fiscal para 2019. A remuneração fixa classificada em "Outros" é referente à contribuição para a previdência social.	
Total da remuneração	1.985.130,00	23.514.870,00	0,00	25.500.000,00

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	6,00	0,00	12,00
Nº de membros remunerados	6,00	6,00	0,00	12,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	1.056.436,29	12.370.747,89	0,00	13.427.184,18
Benefícios direto e indireto	16.919,92	639.247,09	0,00	656.167,01
Participações em comitês	72.878,06	0,00	0,00	72.878,06
Outros	225.862,83	2.157.289,02	0,00	2.383.151,85

Descrição de outras remunerações fixas	Outros (INSS)	Outros (INSS)		
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	5.540.808,91	0,00	5.540.808,91
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	12.854.992,96	0,00	12.854.992,96
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Observação</b>			Não há previsão de instalação do Conselho Fiscal para 2019. A remuneração fixa classificada em "Outros" é referente à contribuição para a previdência social.	
<b>Total da remuneração</b>	<b>1.372.097,10</b>	<b>33.563.085,77</b>	<b>0,00</b>	<b>34.935.182,87</b>

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	6,00		12,00
Nº de membros remunerados	4,00	6,00		10,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	1.131.372,28	11.738.818,17		12.870.190,45
Benefícios direto e indireto	16.790,54	571.355,27		588.145,81
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	226.274,40	2.351.947,32		2.578.221,72
Descrição de outras remunerações fixas	Outros (INSS)	Outros (INSS)		
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	6.149.928,02		6.149.928,02
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Observação</b>	Nota: o Conselho Fiscal não foi instalado no exercício de 2018. Na proposta de remuneração dos administradores para o ano de 2018, foi previsto o valor de R\$ 24,0 milhões. O valor total realizado ficou 7,6% menor que o valor previsto, em função do percentual de reajuste salariais ter sido menor que o previsto para 2018.			
<b>Total da remuneração</b>	1.374.437,22	20.812.048,78		22.186.486,00

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,67	6,00		11,67
Nº de membros remunerados	3,50	6,00		9,50
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	870.870,92	11.388.129,52		12.259.000,44
Benefícios direto e indireto	19.163,69	461.097,98		480.261,67
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	174.174,18	2.289.033,69		2.463.207,87
Descrição de outras remunerações fixas	Referente à contribuição da previdência social	Referente à Contribuição para Previdência Social		
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	6.284.014,61		6.284.014,61
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00		0,00

<b>Observação</b>	Nota: o Conselho Fiscal não foi instalado no exercício de 2017. Na proposta de remuneração dos administradores para o ano de 2017, foi previsto o valor de R\$ 24,0 milhões. O valor total realizado ficou 11,7% menor que o valor previsto, em função do percentual de reajuste salariais ter sido menor que o previsto para 2017.			
Total da remuneração	1.064.208,79	20.422.275,80		21.486.484,59

### 13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

#### Previsto para o Exercício Social – 2020

Nos exercícios de 2017, 2018 e 2019 foi concedida remuneração variável (participação nos resultados) apenas à diretoria estatutária. Para o exercício de 2020 também está previsto participação nos resultados somente para a diretoria estatutária.

#### Remuneração variável prevista para o exercício social corrente 2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>Nº de membros</b>	-	6	-	6
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	NA	NA	NA	NA
Valor máximo previsto no plano de remuneração	NA	NA	NA	NA
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	NA	NA	NA	NA
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	NA	NA	NA	NA
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	NA	6.241.251,02	NA	6.241.251,02
Valor máximo previsto no plano de remuneração	NA	7.801.563,78	NA	7.801.563,78
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	NA	7.801.588,95	NA	7.801.588,95
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	NA	-	NA	-

Nota: para o valor mínimo previsto no plano de remuneração considerou-se 80% de atingimento das metas.

#### Remuneração variável prevista para o exercício social encerrado 2019

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>Nº de membros</b>	-	6	-	6
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	NA	NA	NA	NA
Valor máximo previsto no plano de remuneração	NA	NA	NA	NA
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	NA	NA	NA	NA
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	NA	NA	NA	NA
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	NA	5.790.871,16	NA	5.790.871,16
Valor máximo previsto no plano de remuneração	NA	7.238.588,95	NA	7.238.588,95
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	NA	7.238.588,95	NA	7.238.588,95
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	NA	5.540.808,91	NA	5.540.808,91

Nota: para o valor mínimo previsto no plano de remuneração considerou-se 80% de atingimento das metas.

### 13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

#### Remuneração variável prevista para o exercício social encerrado 2018

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>Nº de membros</b>	-	6	-	6
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	NA	NA	NA	NA
Valor máximo previsto no plano de remuneração	NA	NA	NA	NA
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	NA	NA	NA	NA
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	NA	NA	NA	NA
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	NA	6.373.533,65	NA	6.373.533,65
Valor máximo previsto no plano de remuneração	NA	7.966.917,07	NA	7.966.917,07
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	NA	7.966.917,07	NA	7.966.917,07
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	NA	-	NA	-

#### Remuneração variável prevista para o exercício social encerrado em 2017

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>Nº de membros</b>	-	6	-	6
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	NA	NA	NA	NA
Valor máximo previsto no plano de remuneração	NA	NA	NA	NA
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	NA	NA	NA	NA
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	NA	NA	NA	NA
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	NA	5.685.413,63	NA	5.685.413,63
Valor máximo previsto no plano de remuneração	NA	7.106.767,04	NA	7.106.767,04
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	NA	7.106.767,04	NA	7.106.767,04
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	NA	6.284.014,61	NA	6.284.834,30

### **13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária**

Com o objetivo de permitir maior atratividade no processo de seleção de executivos de mercado, na Assembleia Geral Extraordinária de 27 de dezembro de 2019, foi aprovada a inclusão dos diretores estatutários celetistas nomeados a partir de 2019 como participantes elegíveis ao “Plano de remuneração baseado em ações: programa de incentivos de longo prazo – outorga de ações restritas” aprovado na Assembleia Geral de 13 de abril de 2017.

### **13.5 - Remuneração Baseada em Ações**

A Companhia não reconheceu remuneração baseada em ações no resultado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 pois há um período de carência de 03 (três) anos para entrega das ações restritas aos potenciais beneficiários, conforme critérios estipulados no Plano referido no item 13.4.

### **13.6 - Opções em Aberto**

Em 31 de dezembro de 2019 não havia nenhuma opção em aberto de membro do conselho da administração e da Diretoria Estatutária.

**13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues****Exercício de 2019**

<b>Órgão</b>	<b>Conselho da Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>
Número de membros	-	-
Em relação às opções exercidas informar:		
Número de ações	NA	NA
Preço médio ponderado de exercício	NA	NA
Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	NA	NA
Em relação às ações entregues informar:	NA	NA
Número de ações	NA	NA
Preço médio ponderado de aquisição	NA	NA
Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	NA	NA

**Exercício de 2018**

<b>Órgão</b>	<b>Conselho da Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>
Número de membros	-	-
Em relação às opções exercidas informar:		
Número de ações	NA	NA
Preço médio ponderado de exercício	NA	NA
Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	NA	NA
Em relação às ações entregues informar:	NA	NA
Número de ações	NA	NA
Preço médio ponderado de aquisição	NA	NA
Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	NA	NA

**Exercício de 2017**

<b>Órgão</b>	<b>Conselho da Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>
Número de membros	-	-
Em relação às opções exercidas informar:		
Número de ações	NA	NA
Preço médio ponderado de exercício	NA	NA
Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	NA	NA
Em relação às ações entregues informar:	NA	NA
Número de ações	NA	NA
Preço médio ponderado de aquisição	NA	NA
Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	NA	NA

## 13.8 - Precificação Das Ações/opções

**a. Modelo de precificação**

Não se aplica, em razão das considerações feitas nos itens 13.4. e 13.5.

**b. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco.**

Não se aplica, em razão das considerações feitas nos itens 13.4. e 13.5.

**c. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado**

Não se aplica, em razão das considerações feitas nos itens 13.4. e 13.5.

**d. Forma de determinação da volatilidade esperada**

Não se aplica, em razão das considerações feitas nos itens 13.4. e 13.5.

**e. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo**

Não se aplica, em razão das considerações feitas nos itens 13.4. e 13.5.

**13.9 - Participações Detidas Por Órgão**

	<b>Nº de ações ordinárias</b>	<b>%</b>
Acionista controlador	214.650.000	63,32%
Administradores	39.614.359	11,69%
Outros	84.735.641	25,00%
Total	339.000.000	100,0%

A composição acionária das quotas do Dibra Fundo de Investimentos em Ações está listada no tópico *15.1/2 Posição Acionária*.

### **13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários**

Não há planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários pela Companhia.

**13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal****Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Nº de membros	6,00	6,00	6,00	6,00	6,00	5,67
Nº de membros remunerados	6,00	6,00	6,00	6,00	4,00	3,50
Valor da maior remuneração(Reais)	16.346.509,52	4.465.480,33	4.332.465,84	463.935,39	460.509,65	450.015,03
Valor da menor remuneração(Reais)	2.830.001,03	3.151.175,81	3.118.113,51	207.592,40	302.034,77	149.866,80
Valor médio da remuneração(Reais)	5.593.085,77	3.468.674,90	3.403.712,63	343.024,28	343.609,31	212.841,76

**Observação**

Diretoria Estatutária	
<b>31/12/2019</b>	Nota: (i) A remuneração dos membros da diretoria estatutária que também fazem parte do Conselho de Administração está contemplada na diretoria estatutária; (ii) Os membros da Diretoria Estatutária com a maior e menor remuneração individual exerceram suas funções durante os 11 meses do exercício de 2019; (iii) Considerou-se como remuneração da diretoria estatutária o somatório do pró-labore/salário, benefícios diretos/indiretos, outros e participação nos resultados, inclusive benefícios decorrentes de cessação do exercício de cargo, em função da mudança da Vice-Presidência de Investimentos e Controladoria;
<b>31/12/2018</b>	Nota: (i) A remuneração dos membros da diretoria estatutária que também fazem parte do Conselho de Administração está contemplada na diretoria estatutária; (ii) Os membros da Diretoria Estatutária com a maior e menor remuneração individual exerceram suas funções durante os 12 meses do exercício de 2018; (iii) Considerou-se como remuneração da diretoria estatutária o somatório do pró-labore/salário, benefícios diretos/indiretos, outros e participação nos resultados.
<b>31/12/2017</b>	Nota: (i) A remuneração dos membros da diretoria estatutária que também fazem parte do Conselho de Administração está contemplada na diretoria estatutária; (ii) Os membros da Diretoria Estatutária com a maior e menor remuneração individual exerceram suas funções durante os 12 meses do exercício de 2017; (iii) Considerou-se como remuneração da diretoria estatutária o somatório do pró-labore/salário, benefícios diretos/indiretos, outros e participação nos resultados.

Conselho de Administração	
<b>31/12/2019</b>	Nota: Para o cálculo do valor médio de remuneração individual do conselho de administração foi considerado o somatório da remuneração dos conselheiros dividido por quatro, que é quantidade média de membros do conselho de administração que foram remunerados e dois dos membros do conselho não obtiveram remuneração por todo o período.
<b>31/12/2018</b>	Nota: Para o cálculo do valor médio de remuneração individual do conselho de administração foi considerado o somatório da remuneração dos conselheiros dividido por 4, que é quantidade média de membros do conselho de administração que foram remunerados; dois dos membros do conselho não obtiveram remuneração por todo o período e um membro exerceu sua função por menos de 12 meses.
<b>31/12/2017</b>	Nota: Para o cálculo do valor médio de remuneração individual do conselho de administração foi considerado o somatório da remuneração dos conselheiros dividido por 3,50, que é quantidade média de membros do conselho de administração que foram remunerados; dois dos membros do conselho não obtiveram remuneração por todo o período e um membro exerceu sua função por menos de 12 meses.

### **13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria**

Não há apólices de seguro contratadas para instrumentos de remuneração ou indenização aos administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

### 13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

<b>Exercício de 2019</b>		
	<b>Conselho da Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>
% Remuneração administradores - partes relacionadas	33,8	82,9

<b>Exercício de 2018</b>		
	<b>Conselho da Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>
% Remuneração administradores - partes relacionadas	33,5%	82,9%

<b>Exercício de 2017</b>		
	<b>Conselho da Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>
% Remuneração administradores - partes relacionadas	51,9%	82,7%

Não havia conselho fiscal instalado nos exercícios de 2017, 2018 e 2019.

**13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam**

Nenhum membro do Conselho da Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho fiscal recebeu da Companhia remuneração por quaisquer serviços que não estejam relacionados à função que ocupam, seja por prestação de serviço de consultoria, assessoria ou comissões nos últimos três exercícios sociais.

**13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor**

Os controladores, diretos ou indiretos, as sociedades sob controle comum e as controladas da Companhia não remuneraram membros do conselho de administração nem a diretoria estatutária e nenhum outro órgão da administração nos últimos três exercícios sociais.

### **13.16 - Outras Informações Relevantes**

Não se aplica, pois todas as informações relevantes já foram apresentadas nos tópicos anteriores.

## 14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

A política de recursos humanos da Companhia está pautada em três premissas fundamentais: alinhamento com a estratégia do negócio, profissionalização e orientação para resultados. Assim, todos os projetos de desenvolvimento dos colaboradores têm forte vinculação com o alcance dos objetivos estratégicos, buscando consolidar práticas corporativas de gestão de pessoas que impulsionem o alto desempenho e favoreçam o clima de trabalho.

Os processos de recrutamento e seleção são realizados com base em requisitos técnicos e comportamentais, direcionados para a captação de talentos com o perfil requerido pelo negócio e com potencial para desenvolvimento de novas competências. Os programas de desenvolvimento são realizados com base nas competências essenciais que pautam a cultura da organização, com oferta de treinamentos internos e externos que desenvolvem conhecimentos requeridos para os colaboradores.

A M. Dias Branco investe continuamente na capacitação e valorização de seus mais de 20 mil colaboradores. Além disso, adota ferramentas de gestão que estimulam seu time em todas as unidades a realizar um esforço coletivo para o alcance dos resultados corporativos. Dessa forma, Pessoas e Gestão são dimensões do negócio que caminham em sintonia e de maneira sustentável.

São características da M. Dias Branco a construção coletiva, envolvendo diversas áreas e percepções, e a disseminação da sua Missão, Visão e Valores junto a todos os colaboradores, com o objetivo de fortalecer o sentimento de propósito comum.

No ano de 2019, a Universidade Corporativa da M. Dias Branco, contribuindo com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da ONU - Educação de Qualidade, proporcionou, ainda mais, o desenvolvimento dos colaboradores da companhia. Foram geradas mais de 786 mil horas de treinamento.

No programa de desenvolvimento de líderes (PDL), buscamos o alinhamento dos diversos níveis da liderança com o negócio, favorecendo o desenvolvimento das competências necessárias para dar suporte aos objetivos estratégicos.

Já na educação on-line realizamos diversas ações para fortalecer a cultura EaD, abordando temas em várias áreas de atuação e alcançando diversos públicos, como líderes, especialistas, promotores, vendedores, assistentes e estagiários. Realizamos a “1ª semana da educação a distância”, com novos conteúdos lançados diariamente. Além disso, iniciamos o projeto “Curadoria de Leitura”, com dicas de livros dadas pelos próprios colaboradores. Concluímos a implantação da nova ferramenta tecnológica de gerenciamento de treinamentos, que viabiliza a hospedagem de conteúdos desenvolvidos internamente. No total, mais de 60 mil horas de treinamento em educação a distância, foram geradas em 2019.

Buscando a melhoria das nossas ações de educação, reformulamos o Programa Parceiros do Conhecimento, trazendo uma abordagem mais ativa que objetiva aprimorar a visão sistêmica do público de analistas, o que deu origem ao Programa Jornada do Conhecimento. Foram realizadas três edições que contaram com mais de 300 participações em palestras que abordaram temas como design thinking, soft skills, alta performance pessoal, comunicação, entre outros.

Em 2019, a Área Industrial juntamente com Universidade Corporativa, realizou a 1ª turma de Formação em tecnologia de fabricação de biscoitos, torradas e bolos. Foram selecionados 25 colaboradores para três meses de imersão em temas como matérias-primas, química básica, processo de produção, aromas, embalagens, manutenção de equipamentos, entre outros. Foram geradas mais de 7 mil horas de capacitação.

Dando continuidade ao programa de Capacitação dos Promotores, alcançamos mais de 25mil horas de treinamento, desenvolvendo os principais conceitos de merchandising abordando temas como processo de compras, gestão do tempo, negociação, entre outros.

## 14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

Para manter uma boa comunicação com o colaborador, temos uma equipe de Comunicação dedicada à divulgação de informações e desenvolvimento de campanhas educativas. Para isso, dispomos de veículos internos como jornal mural, informe impresso, intranet, e-mail, entre outros. Todos possuem uma linha editorial específica e são atualizados constantemente, conforme o perfil dos diversos públicos.

Além disso, o time de Comunicação, em parceria com as equipes de Estratégia e Gestão e de Recursos Humanos, mantém programas que incentivam encontros presenciais entre colaboradores de diversos níveis, promovendo a comunicação face-a-face e o engajamento, com impacto positivo no clima organizacional.

Com o intuito de desenvolver a carreira dos colaboradores, realizamos o programa Gestão de Desempenho que propicia o alinhamento dos objetivos individuais aos estratégicos, fornece subsídios para promoções, seleções, treinamentos, melhorias de processos de trabalho, consolidação da cultura de meritocracia, fortalecimento da liderança e aprimoramento do clima organizacional.

Em 2019, foram contemplados no Programa de Gestão de Desempenho mais de 1.600 colaboradores, sendo 1.117 especialistas, 333 líderes operacionais e 178 gerentes. Por meio desse programa, estimulamos uma cultura de feedback e desenvolvemos os colaboradores de uma forma estruturada, envolvendo a elaboração de Planos de Desenvolvimento Individual (PDI).

O Programa de Sucessão tem como objetivo de formar um quadro de profissionais cada vez mais preparado para sustentar o ritmo de crescimento e a perenidade da Companhia. Em 2019, realizamos o mapeamento de sucessão para o 1º nível gerencial, com identificação de potenciais sucessores e definição de ações de desenvolvimento. Além disso, fizemos a revisão do mapa sucessório do nível de Diretoria.

Com o time da área de saúde como responsável foram realizadas 250 Ações de Saúde nas Unidades Industriais do grupo, onde foram utilizadas diversas abordagens como Palestras, Campanhas de Vacinação, Diálogo Semanal de Saúde, Massoterapia, Stands Educativos, dentre outras, com objetivo de conscientizar o colaborador sobre a importância da prevenção de diversas doenças como Diabetes, Hipertensão, Obesidade, Combate ao Estresse, Doenças mentais, Suicídio, Câncer de Mama, Câncer de Próstata, Saúde Auditiva, Saúde Bucal, dentre outros temas de relevância para nossos colaboradores.

No ano de 2019, após identificar informações de saúde através do questionário de Perfil de Saúde aplicado no ano de 2018, foram implementadas nas unidades industriais o acompanhamento através de consultas médicas para grupos específicos, hipertensos, diabéticos e gestantes, visando orientar esses colaboradores para um melhor plano de tratamento e evitar futuras complicações de saúde

Foi revisado o Programa de Medicina Preventiva, programa que aplica-se em todas unidades as industriais do grupo M Dias Branco e que tem como objetivo estabelecer um planejamento de ações e campanhas de prevenção a saúde, para a inclusão do tema bem Estar mental e com isso iniciamos a desenvolver ações em parceria com a área de recursos humanos para cuidar da saúde mental dos colaboradores, aumentando a qualidade de vida no trabalho. Por meio de medidas de prevenção e apoio visando reduzir o nível de estresse, assim como o risco de problemas como ansiedade e depressão, dentre outros.

Durante os meses de Julho e Agosto, tivemos a realização do evento Semana da Saúde nas unidades industriais, onde foi abordado de forma corporativa o tema “cuidar da mente é priorizar a vida”, abordando temas de relevância em saúde mental para nossos colaboradores, buscando orientá-los quanto a importância de manter o equilíbrio para uma boa qualidade de vida.

## 14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

Com relação ao incentivo e à prática de atividade física e alimentação saudável foi realizado em Outubro de 2019, na unidade Fábrica Fortaleza o circuito Adria Plus Life em sua terceira edição, um circuito de caminhada e corrida realizado nas dependências da unidade. Contamos sempre com o apoio de diversos setores da empresa e também de parceiros externos referente a Medicina Preventiva.

Além disso, implantamos um benefício que subsidia parte do custo em plano mensal que permite acesso a academias e assessorias esportivas por todo o Brasil.

O foco da responsabilidade socioambiental da Companhia é o desenvolvimento sustentável, estruturado nas três dimensões do negócio: econômica, social e ambiental. A Companhia exerce um importante papel de cidadania corporativa, implementando ações contínuas de desenvolvimento das comunidades interna e externa.

Desta forma, a M Dias Branco adota uma Agenda Estratégica de Sustentabilidade, cuja governança envolve a atuação de grupos de trabalho (GTs) voltados para o fortalecimento de práticas sustentáveis nas dimensões do negócio. Ao todo são oito grupos de trabalho com atuação nacional, com focos de atuação distintos, tais como: cultura, comunidade, energia, meio ambiente, suprimentos, nutrição e saudabilidade, saúde/segurança e embalagens. Os grupos reportam-se a um Comitê de Sustentabilidade que apoia e impulsiona as iniciativas.

As ações sociais da Companhia incentivam projetos voltados para cultura, o esporte, a educação e a capacitação profissional, priorizando como público-alvo crianças, adolescentes e pessoas portadoras de necessidades especiais. Em 2019, foram alocados R\$ 3,416 milhões em projetos enquadrados na Lei Rouanet, Lei de Esporte e Lei do Idoso, PRONON, PRONAS e Lei da Criança e do adolescente. Além disso, doamos R\$ 3.960,00 em produtos para 281 Instituições.

Em 2019, aderimos ao Pacto Global das Nações Unidas, reforçando o compromisso voluntário de alinhar cada vez mais nossas estratégias e operações aos dez princípios definidos pela ONU para promoção do crescimento sustentável e da cidadania.

Já com o objetivo de promover ações sustentáveis em relação ao meio ambiente, a Companhia desenvolveu um conjunto de atividades voltadas para a gestão ambiental, buscando minimizar impactos ambientais de suas unidades fabris, através do monitoramento da qualidade dos efluentes líquidos e gasosos, a correta destinação de resíduos e ao atendimento à legislação vigente. A Empresa investe em ações básicas de Educação Ambiental destinadas ao público interno.

O desenvolvimento de uma cultura de sustentabilidade é impulsionado por ações de educação e de comunicação, estimulando que todos os colaboradores tenham uma atitude sustentável no seu dia a dia no trabalho. As iniciativas alcançaram o público operacional, especialistas e gestores da Companhia em 2019. Dentre essas ações, podemos destacar: divulgação de relatório anual de sustentabilidade, encontro de sustentabilidade, programa de voluntariado, encontro de embaixadores da sustentabilidade, times de melhorias, sobre o tema e realização de evento no Dia Mundial de Limpeza de Rios e Praias do Ceará juntamente com outras empresas, com mais de 300 colaboradores e familiares envolvidos.

A dimensão socioambiental é cada dia mais reconhecida pela M Dias Branco, mobilizando gestores e colaboradores com o objetivo de considerar a sustentabilidade um vetor importante para o exercício da cidadania corporativa. A cada ano procura-se aprimorar as ações e fortalecer os valores da Companhia, principalmente no relacionamento com os seus stakeholders: investidores/acionistas, clientes, colaboradores, meio ambiente, governo, comunidade/sociedade e fornecedores.

**a. Número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)**

**14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos**

<b>Em 31 de dezembro</b>			
	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>
<b>Área</b>			
<b>Produção</b>	<b>8.969</b>	<b>10.304</b>	<b>9.535</b>
<b>Comercial</b>	<b>3.311</b>	<b>4.715</b>	<b>4.188</b>
<b>Logística</b>	<b>2.422</b>	<b>3.124</b>	<b>1.844</b>
<b>Administrativa/Financeira</b>	<b>1.840</b>	<b>2.254</b>	<b>2.097</b>
<b>Total Geral</b>	<b>16.542</b>	<b>20.397</b>	<b>17.661</b>

\* O total de colaboradores exclui os estagiários e aposentados por invalidez.

<b>Em 31 de dezembro</b>			
<b>ESTADO</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>
<b>Alagoas</b>	<b>84</b>	<b>84</b>	<b>81</b>
<b>Amazonas</b>	<b>33</b>	<b>37</b>	<b>34</b>
<b>Bahia</b>	<b>2.029</b>	<b>2.073</b>	<b>1.712</b>
<b>Ceará</b>	<b>6.774</b>	<b>6.822</b>	<b>6.024</b>
<b>Distrito Federal</b>	<b>93</b>	<b>103</b>	<b>102</b>
<b>Espírito Santo</b>	<b>-</b>	<b>163</b>	<b>113</b>
<b>Maranhão</b>	<b>284</b>	<b>273</b>	<b>222</b>
<b>Minas Gerais</b>	<b>60</b>	<b>205</b>	<b>171</b>
<b>Pará</b>	<b>38</b>	<b>41</b>	<b>40</b>
<b>Paraíba</b>	<b>419</b>	<b>434</b>	<b>380</b>
<b>Paraná</b>	<b>147</b>	<b>192</b>	<b>172</b>
<b>Pernambuco</b>	<b>3.117</b>	<b>3.006</b>	<b>2.509</b>
<b>Piauí</b>	<b>259</b>	<b>254</b>	<b>239</b>
<b>Rio de Janeiro</b>	<b>106</b>	<b>3.301</b>	<b>2.870</b>
<b>Rio Grande do Norte</b>	<b>462</b>	<b>458</b>	<b>435</b>
<b>Rio Grande do Sul</b>	<b>1.067</b>	<b>1.082</b>	<b>997</b>
<b>São Paulo</b>	<b>1.534</b>	<b>1.832</b>	<b>1.526</b>
<b>Sergipe</b>	<b>36</b>	<b>37</b>	<b>34</b>
<b>Total</b>	<b>16.542</b>	<b>20.397</b>	<b>17.661</b>

**b. Número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)**

<b>Em 31 de dezembro</b>			
	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>
<b>Produção</b>	<b>1.760</b>	<b>1.251</b>	<b>1.811</b>
<b>Comercial</b>	<b>812</b>	<b>689</b>	<b>862</b>
<b>Logística</b>	<b>474</b>	<b>684</b>	<b>2.222</b>
<b>Administrativa/Financeira</b>	<b>627</b>	<b>569</b>	<b>728</b>
<b>Total Geral</b>	<b>3.673</b>	<b>3.193</b>	<b>5.624</b>

**14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos****c. Índice de rotatividade**

	Ano		
	2017	2018	2019
<b>Índice de Rotatividade</b>	<b>8,64%</b>	<b>8,04%</b>	<b>7,92%</b>
<b>Índice de Rotatividade (Média Mensal)</b>	<b>0,72%</b>	<b>0,67%</b>	<b>0,66%</b>

**d. Exposição do emissor a passivos e contingências trabalhistas**

Os passivos e contingências trabalhistas da Companhia estão descritos nos itens 4.3 a 4.7 deste documento.

**14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos**

No exercício social findo em 2019, a Companhia apresentou uma redução de 13,41% no número de colaboradores. Ao longo do ano, desenvolvemos um conjunto de iniciativas voltadas para aumento de produtividade e consequente redimensionamento do quadro de colaboradores. A área que apresentou a maior redução de vagas foi a Logística, em função das parcerias firmadas com grandes operadores logísticos nos mercados com maior demanda do negócio, implicando na racionalização da equipe própria.

	<b>Variação da Quantidade de Colaboradores</b>				
	<b>Em 31 de dezembro de</b>				
	2017	2018	2018/2017 (%)	2019	2019/2018 (%)
Nº de Colaboradores	16.546	20.397	23,27%	17.661	-13,41%

## 14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

### a. Política de salários e remuneração variável

A Companhia adota uma estratégia de remuneração baseada em três pilares: alinhamento com as prioridades estratégicas do negócio, fortalecimento da cultura de resultados e equilíbrio salarial interno/externo (práticas de mercado), de forma a assegurar atratividade na captação e retenção de talentos. Os salários fixos são reajustados, anualmente, conforme acordos ou convenções coletivas das categorias de empregados e a legislação trabalhista.

A Companhia concede, ainda, reajustes salariais, mediante promoção/mérito de colaboradores que se destacam em seu desempenho e contribuem de uma maneira diferenciada para o atendimento das demandas do negócio, em alinhamento com o modelo de Gestão do Desempenho e com a Política de Cargos, Carreiras e Remuneração.

A remuneração variável mensal é concedida para a equipe comercial, como forma de impulsionar o alcance dos resultados estabelecidos na Gestão Estratégica e Orçamentária da Companhia. Além disso, adota-se de forma corporativa o programa de Participação nos Lucros ou Resultados (PLR), que contempla todos os colaboradores, vinculado ao alcance de metas setoriais e corporativas, com múltiplos de salários alinhados às práticas de mercado em organizações de porte semelhante, definidos conforme a natureza do cargo. Em 2017 realizamos a implementação do Incentivo de Longo Prazo (ILP) para o nível de diretoria não estatutária e em 2019 realizamos a implementação desse incentivo também para a diretoria estatutária celetista eleita em 2019, potencializando o comprometimento de todos com a sustentabilidade do negócio e o seu desempenho no longo prazo.

### b. Política de benefícios

O pacote de benefícios concedidos aos empregados da Companhia inclui seguro de vida, assistência médica, custeio de treinamentos técnicos e comportamentais, transporte coletivo ou vale-transporte, refeição ou vale-refeição, cesta básica, auxílio-creche, subsídio de parte do custo em plano mensal que permite acesso a academias e assessorias esportivas por todo o Brasil e licença não remunerada para colaboradores que se ausentam para desenvolvimento de sua carreira, como um curso no exterior.

### c. Planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores

Não aplicável, pois a Companhia não possui planos de remuneração baseado em ações para empregados não-administradores.

#### **14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos**

A Companhia possui um relacionamento de diálogo permanente com as entidades sindicais nas unidades onde atua no Brasil, mediante realização de reuniões periódicas em que são tratadas as demandas que requerem algum ajuste nas práticas de gestão de pessoas.

As negociações são conduzidas pelas áreas de Recursos Humanos e Jurídico, sempre buscando parâmetros com o mercado para subsidiar as decisões da Diretoria Executiva.

## **14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

**15.1 / 15.2 - Posição Acionária**

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
<b>DIBRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES.</b>						
07.973.152/0001-10	Brasileira-CE	Não	Sim	17/03/2011		
Não						
	214.650.000	63,319%	0	0,000%	214.650.000	63,319%
<b>OUTROS</b>						
	123.329.871	36,380%	0	0,000%	123.329.871	36,380%
<b>AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:</b>						
	1.020.129	0,301%	0	0,000%	1.020.129	0,301%
<b>TOTAL</b>						
	339.000.000	100,000%	0	0,000%	339.000.000	100,000%

## 15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>DIBRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES.</b>				<b>07.973.152/0001-10</b>		
<b>FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEO DIAS BRANCO</b>						
262.329.013-04	Brasileiro-CE	Não	Não	19/03/2018		
Não						
54	10,000	0	0,000	54	10,000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000				
<b>Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior</b>						
155.400.143-91	Brasileiro-CE	Não	Não	19/03/2018		
Não						
54	10,000	0	0,000	54	10,000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000				
<b>FRANCISCO MARCOS SARAIVA LEO DIAS BRANCO</b>						
220.794.163-91	Brasileiro-CE	Não	Não	19/03/2018		
Não						
54	10,000	0	0,000	54	10,000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000				

## 15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>DIBRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES.</b>				<b>07.973.152/0001-10</b>		
<b>MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO</b>						
272.898.853-68	Brasileira-CE	Não	Não	19/03/2018		
Não						
271	50,000	0	0,000	271	50,000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000				
<b>MARIA DAS GRACAS DIAS BRANCO DA ESCÓSSIA</b>						
273.184.433-72	Brasileira-CE	Não	Não	19/03/2018		
Não						
54	10,000	0	0,000	54	10,000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000				
<b>Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco</b>						
235.899.653-04	Brasileira-CE	Não	Não	19/03/2018		
Não						
54	10,000	0	0,000	54	10,000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000				
<b>OUTROS</b>						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	

**15.1 / 15.2 - Posição Acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
DIBRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES.				07.973.152/0001-10		
<b>TOTAL</b>						
541	100,000	0	0,000	541	100,000	

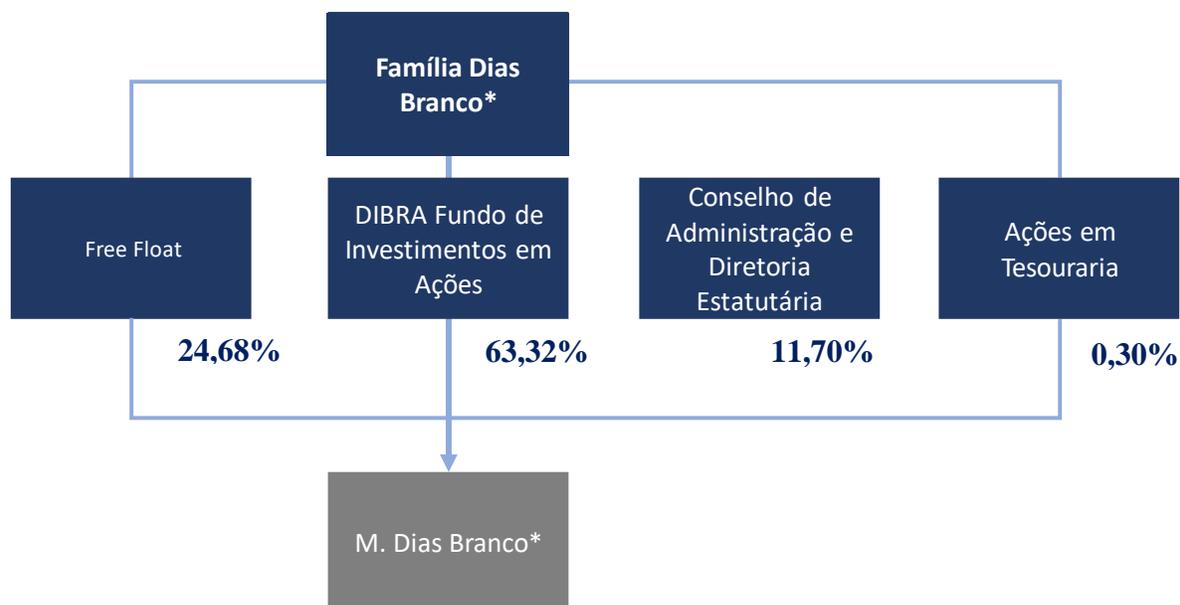
**15.3 - Distribuição de Capital**

<b>Data da última assembleia / Data da última alteração</b>	06/05/2020
<b>Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)</b>	62.395
<b>Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)</b>	150
<b>Quantidade investidores institucionais (Unidades)</b>	519

**Ações em Circulação**

*Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria*

<b>Quantidade ordinárias (Unidades)</b>	83.669.782	24,681%
<b>Quantidade preferenciais (Unidades)</b>	0	0,000%
<b>Preferencial Classe A</b>	0	0,000000%
<b>Total</b>	83.669.782	24,681%

**15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico**

\* A composição acionária do Dibra Fundo de Investimentos em Ações é formada pela Sra. Maria Consuelo Saraiva Leão Dias Branco e seus filhos (Maria das Graças Dias da Escócia, Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco Ximenes, Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco, Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior e Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco). Os detalhes da composição acionária do fundo são listados no tópico 15.1/2 *Posição Acionária*, neste Formulário.

## **15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte**

Como mencionado no item 15.1 acima a Companhia não possui acordos de acionistas.

## 15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

Nos últimos três exercícios sociais não ocorreram alterações relevantes no grupo de controle da Companhia. Em 08 de junho de 2020, os membros do Conselho de Administração e os Diretores Estatutários detinham, direta ou indiretamente, em conjunto, 254.310.089 ações ordinárias, o que representa 75,02% do capital social da Companhia. O quadro abaixo indica a quantidade de ações detidas por acionistas titulares de 5% ou mais das ações da Companhia, pelos membros do Conselho de Administração da Companhia e pelo Acionista Vendedor, assim como as ações em tesouraria na data deste documento.

<b>Acionista</b>	<b>Ações</b>	<b>(%)</b>
Dibra Fundo de Investimento em Ações	214.650.000	63,319%
Administradores	39.660.089	11,699%
Outros	83.669.782	24,681%
Ações em Tesouraria	1.020.129	0,301%
<b>Total</b>	<b>339.000.000</b>	<b>100%</b>

## 15.7 - Principais Operações Societárias

Em 27 de dezembro de 2019, a Companhia aprovou a incorporação da Indústria de Produtos Alimentícios Piraquê S.A. (Piraquê), sociedade brasileira que atua no ramo alimentício, através da fabricação e comercialização de massas, biscoitos, salgadinhos e refrescos, empresa que foi adquirida em 16 de maio de 2018 e que possui duas unidades de produção localizadas no Estado do Rio de Janeiro, uma em Madureira, onde funcionam uma fábrica de biscoitos, massas alimentícias e gordura vegetal e outra localizada em Queimados, onde está instalada uma fábrica de biscoitos, operando de forma integrada com unidades destinadas a armazenagem e/ou distribuição de produtos, situadas nos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Bahia.

## 15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

Em 20 de janeiro de 2020, a Companhia comunica aos seus acionistas e ao mercado em geral o programa de recompra de ações de emissão da própria Companhia (o “Programa de Recompra”), cujo objetivo é a aquisição de ações de emissão da Companhia para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação com vistas a: (a) atender ao Programa de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 13 de abril de 2017; e, (b) maximizar a geração de valor para os acionistas.

A quantidade de ações a ser adquirida no âmbito do Programa de Recompra estará limitada a 8.472.614 (oito milhões, quatrocentas e setenta e duas mil, seiscentas e catorze) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal da Companhia, representativas de 10% (dez por cento) do total de Ações em Circulação no mercado em 13/01/2020, sendo que a efetiva recompra do número total de ações aprovada dependerá, dentre outros aspectos, do número de ações em tesouraria mantidas pela Companhia no momento da negociação e o saldo das reservas disponíveis, de modo a atender aos limites previstos no artigo 8º da ICVM 567/15 e demais normas aplicáveis, em especial o limite mínimo de ações em circulação, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

O Prazo para a realização da operação é de no máximo de 18 (dezoito) meses, iniciando-se em 21 de janeiro de 2020, inclusive, e encerrando-se, desse modo, em 21 de julho de 2021, inclusive.

## 16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

A Política de Contratação de Partes relacionadas foi aprovada pelo Conselho de Administração em 28 de outubro de 2013 e revisada em 09 de Agosto de 2019, visando assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia e de seus acionistas, com estrita observância das regras legais contidas na lei nº 6.404/76 e nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A referida política se aplica a todas as unidades e está baseada no Estatuto Social da Companhia, na Lei das Sociedades por Ações, nas Normas da Comissão de Valores Mobiliários que dispõem sobre o assunto, no Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis- CPC 05, nas regras do Novo Mercado e nas melhores Práticas de Governança Corporativa.

Conforme a referida política, a realização de transação com parte relacionada somente deve ser realizada quando atendidos alguns requisitos mínimos, como a comprovação de que a parte relacionada efetivamente dispõe de condições para comercializar ou prestar o serviço pretendido nas condições de qualidade exigida, quando existir comprovação documental que a parte relacionada cobra preços compatíveis com o mercado e que a operação não gerará prejuízos para a Companhia, dentre outros requisitos.

Quando envolver montante relevante, a transação deverá ser pré-analisada pelo Comitê de Auditoria, que deverá verificar as vantagens da transação para a Companhia. Posteriormente, a análise deverá ser encaminhada ao Conselho de Administração, que se manifestará expressamente sobre sua aprovação.

Em regra, a M.Dias Branco não realiza operações de natureza financeira com sociedades sob o mesmo controle. Contudo, no que tange à prestação de garantias, a Presidente do Conselho de Administração da Companhia figura em parte dos contratos financeiros na posição de avalista.

As empresas das quais a Família Dias Branco<sup>1</sup> detém o controle ou tem participação societária relevante que apresentaram movimentação com o emissor, são as seguintes: Dias Branco Administração e Participação Ltda., Praia Centro Hotel Viagens e Turismo Ltda., Terminal Portuário Cotegipe S.A., Companhia Industrial de Cimento Apodi e Idibra Participações Ltda., todas sociedades que apresentam ou apresentaram transações com o emissor.

A Política de Contratação de Partes Relacionadas está disponível na íntegra no site de RI, no tópico Governança Corporativa\ Outras Políticas\Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesse.

As operações contratadas estão resumidas no item 16.2 deste Formulário de Referência.

---

<sup>1</sup> A Família Dias Branco é composta por Maria Consuelo Saraiva Leão Dias Branco, Maria das Graças Dias Branco da Escóssia, Maria Regina Sairaiva Leão Dias Branco Ximenes, Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior, Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco e Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco.

**16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Terminal Portuário Cotegipe S.A.	11/02/2019	6.894.696,31	Saldo em 31/12/2019: R\$ 1.017.726,36	Não se aplica	Indeterminado	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Parte Relacionada						
<b>Objeto contrato</b>	Prestação de Serviço na Sescarga de Trigo e Outros Serviços						
<b>Garantia e seguros</b>	Não se aplica						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não se aplica						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Não se aplica						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor						
<b>Especificar</b>							
COEMDIBRA - COOPERATIVA DE EMPREGADOS DO M DIAS BRANCO	02/01/2019	132.509,09	Saldo em 31/12/2019: R\$ 599,89	Não se aplica	Indeterminado	SIM	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Parte Relacionada						
<b>Objeto contrato</b>	Compra de Ativo Imobilizado e Material para uso e consumo						
<b>Garantia e seguros</b>	não se aplica						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não se aplica						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Não se aplica						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor						
<b>Especificar</b>							
Indústria de Produtos Alimentícios Piraquê S.A.	18/02/2019	645.942,00	Saldo em 31/12/2019: R\$ 0,0	Não se aplica	Indeterminado	SIM	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada						
<b>Objeto contrato</b>	Compra de Material para uso e consumo						
<b>Garantia e seguros</b>	Não se aplica						

**16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não se aplica						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Não se aplica						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor						
<b>Especificar</b>							
Indústria de Produtos Alimentícios Piraquê S.A.	07/01/2019	35.628.522,50	Saldo em 31/12/2019: R\$ 0,00	Não se aplica	Não se aplica	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada						
<b>Objeto contrato</b>	Compra de Produto						
<b>Garantia e seguros</b>	Não se aplica						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não se aplica						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Não se aplica						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor						
<b>Especificar</b>							
MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	08/10/2019	414.913.715,63	Saldo em 31/12/2019: R\$ 41.4913.715,63	Não se aplica	Até 15/01/2024	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Presidente do Conselho de Administração						
<b>Objeto contrato</b>	Prestação de garantias em partes dos contratos financeiros da Companhia						
<b>Garantia e seguros</b>	Não se aplica						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não se aplica						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
<b>Posição contratual do emissor</b>	Outra						
<b>Especificar</b>	Afiçado						

**16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
DIBRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES.	01/03/2012	0,00	Saldo em 31/12/2019: R\$ 0,00	Não se aplica	Indeterminado	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Parte relacionada						
<b>Objeto contrato</b>	Contrato de comodato de bens imóveis situado na Av.Vicente de Castro, Mucuripe, no qual a Controladora figura como comodatária.						
<b>Garantia e seguros</b>	Não se aplica						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não se aplica						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
<b>Posição contratual do emissor</b>	Outra						
<b>Especificar</b>	A Companhia figura como comodatária						
COEMDIBRA - COOPERATIVA DE EMPREGADOS DO M DIAS BRANCO	11/01/2019	540.599,16	Saldo em 31/12/2019: R\$ 30.626,28	Não se aplica	Indeterminado	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Parte Relacionada						
<b>Objeto contrato</b>	Venda de Produtos Fabricados pela controladora						
<b>Garantia e seguros</b>	Não se aplica						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não se aplica						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Não se aplica						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor						
<b>Especificar</b>							
AET - ENGENHARIA E SOLUÇÕES DE TECNOLOGIA AVANÇADAS LTDA	19/01/2019	2.180,65	Saldo em 31/12/2019: R\$ 0,00	Não se aplica	Indeterminado	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Parte Relacionada						
<b>Objeto contrato</b>	Venda de Produtos Fabricado pela Companhia						
<b>Garantia e seguros</b>	Não se aplica						

**16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não se aplica						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Não se aplica						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor						
<b>Especificar</b>							
TERMINAL PORTUÁRIO COTEGIPE S.A.	22/02/2019	7.780,64	Saldo em 31/12/2019: R\$ 0	Não se aplica	Indeterminado	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Parte Relacionada						
<b>Objeto contrato</b>	Venda de Produtos Fabricados pela controladora						
<b>Garantia e seguros</b>	Não se aplica						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não se aplica						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Não se aplica						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Outra						
<b>Especificar</b>	Devedor						
TERGRAN-TERMINAL DE GRÃOS DE FORTALEZA	07/01/2019	7.955.777,15	Saldo em 31/12/2019: R\$769.284,53	Não se aplica	Indeterminado	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada em conjunto						
<b>Objeto contrato</b>	Serviço de Descarga de Trigo						
<b>Garantia e seguros</b>	Não se aplica						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não se aplica						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor						
<b>Especificar</b>							

**16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Dias Branco Administração e Participações Ltda	22/02/2019	2.376,93	Saldo em 31/12/2019: R\$ 0,0	Não se aplica	Indeterminado	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Parte Relacionada						
<b>Objeto contrato</b>	Venda de Produtos Fabricados pela controladora						
<b>Garantia e seguros</b>	Não se aplica						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não se aplica						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor						
<b>Especificar</b>							
LDB TRANSPORTE DE CARGAS LTDA.	10/01/2019	10.694,65	Saldo em 31/12/2019: R\$ 3.174,45	Não se aplica	Indeterminado	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Parte Relacionada						
<b>Objeto contrato</b>	Venda de Produtos Fabricados pela Controladora						
<b>Garantia e seguros</b>	Não se aplica						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não se aplica						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor						
<b>Especificar</b>							
Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.	03/01/2019	27.738,61	Saldo em 31/12/2019: 1.584,05	Não se aplica	Indeterminado	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Parte Relacionada						
<b>Objeto contrato</b>	Venda de Produtos Fabricados pela Companhia						
<b>Garantia e seguros</b>	Não se aplica						

**16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não se aplica						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor						
<b>Especificar</b>							
AET - ENGENHARIA E SOLUÇÕES DE TECNOLOGIA AVANÇADAS LTDA	09/01/2019	2.341.539,63	Saldo em 31/12/2019: R\$ 90.747,26	Não se aplica	Indeterminado	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Partes Relacionadas						
<b>Objeto contrato</b>	Prestação de Serviço de Manutenção e Instalação de Equipamentos						
<b>Garantia e seguros</b>	Não se aplica						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não se aplica						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor						
<b>Especificar</b>							
Dias Branco Adm. e Participações Ltda.	10/01/2019	8.477,92	Saldo em 31/12/2019: R\$ 0,00	Não se aplica	Indeterminado	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Parte Relacionada						
<b>Objeto contrato</b>	Contrato de locação de imóvel do prédio situado na Rua João Cordeiro						
<b>Garantia e seguros</b>	Não se aplica						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não se aplica						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor						
<b>Especificar</b>							

**16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
LDB TRANSPORTE DE CARGAS LTDA.	20/01/2019	10.605,00	Saldo em 31/12/2019: R\$ 0,0	Não se aplica	Indeterminado	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Partes Relacionadas						
<b>Objeto contrato</b>	Venda de Outras Mercadorias						
<b>Garantia e seguros</b>	Não se aplica						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não se aplica						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor						
<b>Especificar</b>							
LDB LOGÍSTICA E TRANSPORTE LTDA.	09/01/2019	51.883,57	Saldo em 31/12/2019: 22.959,43	Não se aplica	Indeterminado	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Parte Relacionada						
<b>Objeto contrato</b>	Venda de Produtos Fabricados pela controladora						
<b>Garantia e seguros</b>	Não se aplica						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não se aplica						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor						
<b>Especificar</b>							
Indústria de Produtos Alimentícios Piraquê S.A.	07/01/2019	67.614,39	Saldo em 31/12/2019: R\$ 0,00	Não se aplica	Não se aplica	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada						
<b>Objeto contrato</b>	Industrialização de Produtos						
<b>Garantia e seguros</b>	Não se aplica						

**16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não se aplica						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Não se aplica						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor						
<b>Especificar</b>							
Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.	02/01/2019	2.056.831,63	Saldo em 31/12/2019: R\$ 0,00	Não se aplica	Indeterminado	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Parte Relacionada						
<b>Objeto contrato</b>	Serviços de Hotelaria						
<b>Garantia e seguros</b>	Não se aplica						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não se aplica						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor						
<b>Especificar</b>							
Dias Branco Administração e Participações Ltda	02/01/2019	819.611,32	Saldo em 31/12/2019: R\$ 512.709,16	Não se aplica	Indeterminado	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Parte Relacionada						
<b>Objeto contrato</b>	Prestação de Serviços em Construção Civil						
<b>Garantia e seguros</b>	Não se aplica						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não se aplica						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor						
<b>Especificar</b>							

**16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
AET - ENGENHARIA E SOLUÇÕES DE TECNOLOGIA AVANÇADAS LTDA	01/04/2019	1.604.889,63	Saldo em 31/12/2019: R\$ 0,0	Não se aplica	Indeterminado	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Parte Relacionada						
<b>Objeto contrato</b>	Compra de Ativo Imobilizado e Material para uso e consumo						
<b>Garantia e seguros</b>	Não se aplica						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não se aplica						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor						
<b>Especificar</b>							
COEMDIBRA- COOPERATIVA DE EMPREGADOS DO M. DIAS BRANCO	19/02/2019	4.279,43	Saldo em 31/12/2019: R\$ 0,0	Não se aplica	Indeterminado	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Parte Relacionada						
<b>Objeto contrato</b>	Venda de Imobilizado e Remessa em bonificação, doação ou brinde						
<b>Garantia e seguros</b>	Não se aplica						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não se aplica						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Não se aplica						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor						
<b>Especificar</b>							
LDB Logística e Transporte Ltda	09/01/2019	51.883,57	Saldo em 31/12/2019: R\$ 22.954,43	Não se aplica	Indeterminado	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Parte Relacionada						
<b>Objeto contrato</b>	Venda de Produtos Fabricados pela controladora						
<b>Garantia e seguros</b>	Não se aplica						

**16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não se aplica						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Não se aplica						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor						
<b>Especificar</b>							
Indústria de Produtos Alimentícios Piraquê S.A.	21/02/2019	3.390.337,06	Saldo em 31/12/2019: R\$ 0,0	Não se aplica	Indeterminado	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Parte Relacionada						
<b>Objeto contrato</b>	Venda de Produtos Fabricados pela controladora						
<b>Garantia e seguros</b>	Não se aplica						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não se aplica						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Não se aplica						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor						
<b>Especificar</b>							
Terminal Portuário Cotegipe S.A.	08/02/2019	873,20	Saldo em 31/12/2010: R\$0,00	Não se aplica	Indeterminado	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Parte Relacionada						
<b>Objeto contrato</b>	Venda de Outras Mercadorias						
<b>Garantia e seguros</b>	Não se aplica						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não se aplica						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Não se aplica						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor						
<b>Especificar</b>							

**16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
LDB Logística e Transporte Ltda	02/01/2019	10.624.373,06	Saldo em 31/12/2018: R\$ 142.344,80	Não se aplica	Indeterminado	SIM	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Parte Relacionada						
<b>Objeto contrato</b>	Serviços de Transporte e Cargas						
<b>Garantia e seguros</b>	Não se aplica						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não se aplica						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Não se aplica						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor						
<b>Especificar</b>							
Indústria de Produtos Alimentícios Piraquê S.A.	16/01/2019	38.844.878,40	Saldo em 31/12/2019: R\$ 0,0	Não se aplica	Inderterminado	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada						
<b>Objeto contrato</b>	Venda de Imobilizado e de Outras Mercadorias						
<b>Garantia e seguros</b>	Não se aplica						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não se aplica						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor						
<b>Especificar</b>							
LDB Transportes de Cargas Ltda	02/01/2019	16.386.886,94	Saldo em 31/12/2019: R\$ 202.753,65	Não se aplica	Indeterminado	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Parte Relacionada						
<b>Objeto contrato</b>	Serviços de Transporte e Cargas						
<b>Garantia e seguros</b>	Não se aplica						

**16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas**

<b>Parte relacionada</b>	<b>Data transação</b>	<b>Montante envolvido (Reais)</b>	<b>Saldo existente</b>	<b>Montante (Reais)</b>	<b>Duração</b>	<b>Empréstimo ou outro tipo de dívida</b>	<b>Taxa de juros cobrados</b>
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não se aplica						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Não se aplica						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor						
<b>Especificar</b>							

### **16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado**

#### **a. Identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses**

Todas as operações da Companhia, especialmente aquelas que se deram com partes relacionadas, foram devidamente submetidas à Administração a que estavam subordinadas, em linha com as práticas existentes atualmente na Companhia.

Conforme mencionado no item 16.1, a Companhia realiza, por meio de sua Diretoria, análises prévias das condições das transações com partes relacionadas. Adicionalmente, adota práticas de governança corporativa, do Regulamento do Novo Mercado, e atua em conformidade à Lei das Sociedades por Ações, a qual prevê, dentre outras, que qualquer acionista ou membro do Conselho de Administração está proibido de votar em deliberação acerca da matéria em que tenha interesses conflitantes com os da Companhia.

Para o tratamento de conflito de interesses a companhia dispõe de política específica com o propósito estabelecer regras, diretrizes e métodos a serem observados para assegurar que todas as decisões envolvendo transações com Partes Relacionadas, assim como outras situações com potencial conflito de interesses, sejam tomadas no melhor interesse da Companhia e de seus acionistas. Dessa forma, adotamos as seguintes medidas: (i) instalação de um Comitê de Ética, que é o órgão responsável por assessorar o Comitê de Auditoria na supervisão dos comunicados recebidos através do Canal Ético, o qual deve ser consultado em todos os casos de possíveis conflitos de interesses; (ii) monitoramento de conflitos de interesse em potencial e à observância do Código de Ética da Companhia pelo Comitê de Auditoria, órgão formado apenas por membros independentes; (iii) supervisão pelo Conselho de Administração do relacionamento entre os executivos entre si e com as demais partes interessadas, mediando e solucionando impasses e conflitos; e (iv) solução de conflito de interesses por meio de arbitragem, conforme o capítulo X do Estatuto Social.

#### **b. Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado**

As operações entre as partes relacionadas estão em linha com as praticadas pelo mercado e são realizadas em condições satisfatórias aos interesses da Companhia, levando em consideração análises feitas pela Administração para cada operação. A escolha da empresa a ser contratada também leva em consideração as condições comerciais e/ou qualificações técnicas aplicáveis.

Nos contratos mencionados no item 16.2 não há taxas de juros tendo em vista a natureza de tais contratos. Para mais informações, consultar o item 16.2 acima.

Os negócios e operações entre a Companhia e as partes relacionadas, atualmente em vigor até a data de publicação deste documento, estão brevemente resumidos abaixo.

##### ***Comodato de bens móveis***

A Companhia é comodataria em alguns contratos de comodato de bens móveis com a Idibra Participações S.A e com a Companhia Industrial Cimento Apodi, empresas não controladas e nem coligadas à Companhia, mas das quais Maria Consuelo Saraiva Leão Dias Branco, Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior, Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco, Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco, Maria das Graças Dias Branco da Escóssia e Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco Ximenes detêm participação relevante, de forma direta ou indireta.

##### ***Comodato de bens imóveis***

A Companhia celebrou dois contratos de comodato de bens imóveis, com Dias Branco Administração e Participações Ltda., empresa não controlada e nem coligada à Companhia, mas da qual Maria Consuelo Saraiva Leão Dias Branco, Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior, Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco, Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco, Maria das Graças Dias Branco da Escóssia e Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco Ximenes detêm participação relevante, de forma direta ou indireta.

##### ***Contratos de locação***

A Companhia é locatária de um bem imóvel de propriedade da Dias Branco Administração e Participações Ltda, empresa não controlada e nem coligada à Companhia, mas da qual Maria Consuelo Saraiva Leão Dias Branco, Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior, Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco, Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco, Maria das Graças Dias Branco da Escóssia e Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco Ximenes detêm participação relevante, de forma direta ou indireta. As condições e preços fixados no contrato são satisfatórios à Companhia. Com relação aos montantes envolvidos nos três últimos exercícios sociais e saldos existentes em 31 de dezembro de 2019, ver item 16.2.

##### ***Fornecimento de matéria-prima e de produtos***

A Companhia fornece farinha de trigo para sua controlada Indústria de Produtos Alimentícios Piraquê S.A., a mesma fornece gorduras para a controladora, e entre si produtos para comercialização com preços e condições adequados aos de mercado.

### **16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado**

A Companhia fornece produtos para a Coemdibra – Cooperativa de Empregados do M. Dias Branco, praticando preços e condições adequados aos de mercado.

Com relação aos montantes envolvidos nos três últimos exercícios sociais e saldos existentes em 31 de dezembro de 2019, ver item 16.2.

#### ***Prestação de serviço de descarga de trigo***

A Tergran - Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda., empresa com controle compartilhado, presta serviço de descarga de trigo para a Companhia com preços e condições de mercado. Nessas mesmas condições, também ocorre operações de descarga de trigo contratadas entre a Companhia e o Terminal Portuário Cotegipe S.A., empresa não controlada e nem coligada à Companhia, mas da qual Maria Consuelo Saraiva Leão Dias Branco, Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior, Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco, Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco, Maria das Graças Dias Branco da Escóssia e Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco Ximenes detêm participação relevante, de forma direta ou indireta

Com relação aos montantes envolvidos nos três últimos exercícios sociais e saldos existentes em 31 de dezembro de 2019, ver item 16.2.

#### ***Fornecimento de combustível***

A Companhia compra combustível para o abastecimento de alguns de seus veículos de distribuição da empresa Petroposto Comércio de Derivados de Petróleo Ltda., a qual a partir de 01 de fevereiro de 2018 os sócios considerados partes relacionadas da Companhia se retiraram da sociedade.

Com relação aos montantes envolvidos nos três últimos exercícios sociais e saldos existentes em 31 de dezembro de 2019, ver item 16.2.

#### ***Transporte de cargas***

A Companhia contrata serviço de transporte de cargas da LDB Transporte de Cargas Ltda. e da LDB Logística e Transporte Ltda., empresas não controladas e nem coligadas à Companhia, mas da qual o Sr. Francisco Ivens de Sá Dias Branco Junior é sócio. Como usual neste tipo de contratação, a Companhia não celebra contratos formais para realizar essas operações, mas as contratam por demanda, formalizada por meio de conhecimentos de frete. O valor das operações é determinado mediante negociação específica com a empresa supracitada e também comparado com preços de transporte do mercado, por meio do Índice Nacional do Custo de Transportes de Lotações – INCTL, que é aceito como uma referência de mercado para este tipo de serviço.

Com relação aos montantes envolvidos nos três últimos exercícios sociais e saldos existentes em 31 de dezembro de 2019, ver item 16.2.

#### ***Contratação de serviços de hotelaria***

A Companhia contrata serviços de hotelaria para seus colaboradores e prestadores de serviços com a empresa Praia Centro Hotel Viagens e Turismo Ltda., empresa não controlada e nem coligada à Companhia, mas da qual Maria Consuelo Saraiva Leão Dias Branco, Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior, Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco, Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco, Maria das Graças Dias Branco da Escóssia e Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco Ximenes detêm participação relevante, de forma direta ou indireta. A contratação do serviço é feita por agência de turismo independente.

Com relação aos montantes envolvidos nos três últimos exercícios sociais e saldos existentes em 31 de dezembro de 2019, ver item 16.2.

#### ***Prestação de serviço de manutenção e instalação de equipamentos***

A Companhia contrata serviços de manutenção e instalação de equipamentos da AET – Engenharia e Soluções Tecnológicas Avançadas Ltda., empresa que presta serviço de manutenção e instalações de equipamentos, a qual não é controlada e nem coligada à Companhia, mas o Sr. Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco é sócio.

Com relação aos montantes envolvidos nos três últimos exercícios sociais e saldos existentes em 31 de dezembro de 2019, ver item 16.2.

#### ***Fornecimento de materiais e prestação de serviços para construção civil***

A Companhia compra materiais para obras civis da Companhia Industrial de Cimento Apodi e contrata serviços de construção civil da Idibra Participações Ltda., empresas que não são controladas e nem coligadas à Companhia, mas das quais Maria Consuelo Saraiva Leão Dias Branco, Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior, Francisco Marcos

**16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado**

Saraiva Leão Dias Branco, Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco, Maria das Graças Dias Branco da Escóssia e Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco Ximenes detêm participação relevante, de forma direta ou indireta.

Com relação aos montantes envolvidos nos três últimos exercícios sociais e saldos existentes em 31 de dezembro de 20198, ver item 16.2.

***Prestação de garantias***

A Sra. Maria Consuelo Saraiva Leão Dias Branco, Presidente do Conselho de Administração, figura como garantidora da maioria de tais contratos. Em parte desses instrumentos, figuram também como garantidores, em conjunto com a Sra. Maria Consuelo, alguns dos diretores estatutários.

Com relação aos montantes envolvidos nos três últimos exercícios sociais e saldos existentes em 31 de dezembro de 20198, ver item 16.2.

## **16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

**17.1 - Informações Sobre O Capital Social**

<b>Data da autorização ou aprovação</b>	<b>Valor do capital (Reais)</b>	<b>Prazo de integralização</b>	<b>Quantidade de ações ordinárias (Unidades)</b>	<b>Quantidade de ações preferenciais (Unidades)</b>	<b>Quantidade total de ações (Unidades)</b>
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Emitido</b>				
06/03/2020	2.567.941.479,94		339.000.000	0	339.000.000
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Integralizado</b>				
06/03/2020	2.567.941.479,94		339.000.000	0	339.000.000

**17.2 - Aumentos do Capital Social**

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
10/03/2014	Conselho de Administração	10/03/2014	162.293.380,50	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade

**Critério para determinação do preço de emissão**

**Forma de integralização**

27/02/2015	Conselho de Administração	27/02/2015	711.144.831,94	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	---------------------------	------------	----------------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

**Critério para determinação do preço de emissão**

**Forma de integralização**

26/10/2015	Conselho de Administração	26/10/2015	533.104,43	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	---------------------------	------------	------------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

**Critério para determinação do preço de emissão**

**Forma de integralização**

01/08/2016	Conselho de Administração	01/08/2016	3.760.525,38	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	---------------------------	------------	--------------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

**Critério para determinação do preço de emissão**

**Forma de integralização**

06/03/2017	Conselho de Administração	06/03/2017	59.826.120,33	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	---------------------------	------------	---------------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

**Critério para determinação do preço de emissão**

**Forma de integralização**

05/03/2018	Conselho de Administração	05/03/2018	493.354.906,11	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	---------------------------	------------	----------------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

**Critério para determinação do preço de emissão**

**Forma de integralização**

**17.2 - Aumentos do Capital Social**

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
11/03/2019	Conselho de Administração	11/03/2019	249.767.191,68	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade

**Critério para determinação do preço de emissão**

**Forma de integralização**

06/03/2020	Conselho de Administração	06/03/2020	59.540.915,21	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	---------------------------	------------	---------------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

**Critério para determinação do preço de emissão**

**Forma de integralização**

26/03/2021	Conselho de Administração	26/03/2021	29.714.998,50	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	---------------------------	------------	---------------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

**Critério para determinação do preço de emissão**

**Forma de integralização**

**17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações**

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)			Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
<b>Desdobramento</b>						
13/04/2017	113.000.000	0	113.000.000	339.000.000	0	339.000.000

## **17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não houve redução de Capital Social no período de janeiro de 2016 a dezembro de 2018.

## 17.5 - Outras Informações Relevantes

Em 27 de fevereiro de 2015, os membros do Conselho de Administração aprovaram o aumento de capital social em R\$ 711.144.831,94 sem modificação no número de ações, mediante a capitalização dos seguintes valores: (i) R\$ 36.421.507,52 referentes a reservas de incentivos fiscais de redução do imposto de renda relativo ao ano calendário de 2013; e (ii) R\$ 674.723.324,42 referentes a reservas de incentivos fiscais de ICMS, constituídas no período de 2008 a 2013, a saber: (a) R\$ 204.666.937,57 referentes ao Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia – Desenvolve; (b) R\$ 98.577.894,53 referentes ao Programa do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial da Paraíba – FAIN/ICMS; (c) R\$ 63.951.573,57, referentes ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio Grande do Norte – PROADI; e, (d) R\$ 307.526.918,75, referentes ao Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Industrial do Estado do Ceará –PROVIN. A partir desta data o capital social passou a ser de R\$ 1.701.158.716,80, dividido em 113.450.000 ações ordinárias, conforme demonstrado no item 17.1 deste documento.

Em 26 de outubro de 2015, os membros do Conselho de Administração aprovaram o aumento de capital social em R\$ 533.104,43 sem modificação no número de ações, mediante a capitalização de reservas de reinvestimento do ano-calendário 2013, da empresa incorporada “Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda.”, declarados da DIPJ 2014, liberado pela SUDENE em 29/06/2015, conforme Ofício nº 0938/2015.

A partir desta data o capital social passou a ser de R\$ 1.701.691.821,23, dividido em 113.000.000 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, conforme demonstrado no item 17.1 deste documento. A alteração do artigo 5º do Estatuto Social, para consignar a nova quantidade de ações representativas do capital social da Companhia será submetida à primeira Assembleia Geral que ocorrer após esta data.

Em 01 de agosto de 2016, os membros do Conselho de Administração aprovaram o aumento de capital social em R\$ 3.760.525,38 sem modificação no número de ações, mediante a capitalização de reservas de reinvestimento do ano-calendário 2014, liberado pela SUDENE por meio de Ofício nº 0420/2016. A partir desta data o capital social passou a ser de R\$ 1.705.452.346,61, dividido em 113.000.000 ações ordinárias, conforme demonstrado no item 17.1 deste documento.

Em 06 de março de 2017, os membros do Conselho de Administração aprovaram o aumento de capital social em R\$ 59.826.120,33 sem modificação no número de ações, mediante a capitalização de reservas de incentivos fiscais de redução do imposto de renda relativo ao ano calendário de 2014. A partir desta data o capital social passou a ser de R\$ 1.765.278.466,94, dividido em 113.000.000 ações ordinárias, conforme demonstrado no item 17.1 deste documento.

Em 13 de abril de 2017, foi aprovada pela Assembleia dos Acionistas (AGOE) o desdobramento de ações, no qual cada 1 (uma) ação ordinária de emissão da Companhia passou a corresponder a 3 (três) ações ordinárias, sem a diluição da participação dos Acionistas no capital social da Companhia.

Desta forma, o capital social da Companhia passou a ser representado por 339.000.000 (trezentas e trinta e nove milhões) de ações ordinárias e sem valor nominal. O capital social subscrito e integralizado da Companhia permaneceu R\$ 1.765.278.466,94 (um bilhão, setecentos e sessenta e cinco milhões, duzentos e setenta e oito mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e noventa e quatro centavos), e o capital autorizado da Companhia continua sendo de até 459.200.000 (quatrocentas e cinquenta e nove milhões e duzentas mil) ações ordinárias.

Em 05 de março de 2018, os membros do Conselho de Administração aprovaram, por unanimidade, o aumento de capital social em R\$ 493.354.906,11, sem modificação no número de ações, mediante a capitalização de reservas de incentivos fiscais de ICMS, constituídas no período de 2014 a 2016. A partir desta data o capital social passou a ser de R\$ 2.258.633.373,05, dividido em 339.000.000 ações ordinárias, conforme demonstrado no item 17.1 deste documento.

## 17.5 - Outras Informações Relevantes

Em 11 de março de 2019, os membros do Conselho de Administração aprovaram, por unanimidade, nos termos do § 4º do artigo 5º do Estatuto Social, o aumento do capital social em R\$ 249.767.191,68 (duzentos e quarenta e nove milhões, setecentos e sessenta e sete mil, cento e noventa e um reais e sessenta e oito centavos), sem modificação no número de ações, mediante a capitalização de reservas para reinvestimentos e reserva de isenção de IRPJ. A partir desta data o capital social passou a ser de R\$ 2.508.400.564,73, dividido em 339.000.000 ações ordinárias, conforme demonstrado no item 17.1 deste documento.

Em 06 de março de 2020, os membros do Conselho de Administração aprovaram, por unanimidade, o aumento de capital social em R\$ 59.540.915,21, sem modificação no número de ações, mediante a capitalização de reservas de incentivos fiscais de redução de impostos de renda do ano-calendário 2018. A partir desta data o capital social passou a ser de R\$ 2.567.941.479,94, dividido em 339.000.000 ações ordinárias, conforme demonstrado no item 17.1 deste documento.

## 18.1 - Direitos Das Ações

<b>Espécie de ações ou CDA</b>	<b>Ordinária</b>
<b>Tag along</b>	100,000000
<b>Direito a dividendos</b>	As ações ordinárias da Companhia conferem direito ao recebimento de dividendos, na proporção das participações dos seus titulares no capital social.
<b>Direito a voto</b>	Pleno
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Direito a reembolso de capital</b>	Sim
<b>Descrição das características do reembolso de capital</b>	No caso de liquidação da Companhia, é conferido aos titulares das ações de sua emissão o direito ao reembolso do capital, na proporção das participações por eles detidas no seu capital social, após o cumprimento de todas as obrigações sociais.
<b>Restrição a circulação</b>	Sim
<b>Descrição da restrição</b>	A Companhia está sujeita às regras estabelecidas na Instrução CVM 358 quanto à negociação de valores mobiliários de sua emissão. Sendo assim, é proibida a negociação de valores mobiliários de emissão da mesma, incluindo operações com derivativos que envolvam valores mobiliários de emissão por parte da Companhia, de seus acionistas, diretos ou indiretos, de seus membros do Conselho de Administração, de seus diretores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, membros de seus comitês e de quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária e por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia, seu controlador, suas controladas ou coligadas, tenha conhecimento de informação relativa à ato ou fato relevante (considerados insiders para efeito da Lei do Mercado de Valores Mobiliários), previstas na referida instrução.
<b>Resgatável</b>	Não
<b>Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate</b>	
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o Estatuto Social da Companhia e o Regulamento do Novo Mercado, conforme o caso, as deliberações aprovadas em assembleia geral não podem privar os acionistas da Companhia dos direitos previstos em lei, podendo, contudo, suspender direitos do acionista remisso.
<b>Outras características relevantes</b>	Todas as características relevantes foram citadas anteriormente.

---

## **18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública**

Conforme disposto no Estatuto Social, a Companhia estará obrigada a realizar oferta pública de ações nas seguintes situações:

### **a) Alienação do controle acionário:**

A alienação do controle acionário da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do controle se obrigue a efetivar, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, oferta pública de aquisição das ações ordinárias aos demais acionistas, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário ao do Acionista Controlador Alienante.

### **b) Saída do Novo Mercado:**

A saída voluntária da Companhia do Novo Mercado deverá ser submetida à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), que somente a deferirá se precedida de OPA que observe os procedimentos previstos na regulamentação editada pela CVM sobre ofertas públicas de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta. A saída da Companhia do Novo Mercado pode ocorrer em decorrência:

- (i) da decisão do acionista controlador ou da Companhia;
- (ii) do descumprimento de obrigações do Regulamento do Novo Mercado; e,
- (iii) do cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia ou da conversão de categoria do registro na CVM, hipótese na qual deve ser observado o disposto na legislação e na regulamentação em vigor.

Na realização de OPA para saída do Novo Mercado, devem ser observados os seguintes requisitos:

- (i) O preço ofertado deve ser justo, sendo possível, portanto, o pedido de nova avaliação da Companhia, na forma estabelecida na legislação societária; e,
- (ii) acionistas titulares de mais de 1/3 (um terço) das ações em circulação deverão aceitar a OPA ou concordar expressamente com a saída do segmento sem efetuar a venda das ações.

A saída voluntária da Companhia do Novo Mercado pode ocorrer independentemente da realização da OPA mencionada no artigo 27, na hipótese de dispensa aprovada em assembleia geral. A assembleia geral referida no caput deverá ser instalada em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das ações em circulação.

A aplicação de sanção à Companhia de saída compulsória do Novo Mercado depende da realização de OPA com as mesmas características da OPA em decorrência de saída voluntária do Novo Mercado.

### **18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto**

Não se aplica, tendo em vista que o Estatuto Social da Companhia atualmente não prevê nenhuma situação que implique na suspensão de direitos patrimoniais ou políticos.

**18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados****Exercício social 31/12/2019**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
29/03/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.369.711.785	48,78	40,81	R\$ por Unidade	45,76
28/06/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.427.542.769	43,72	36,72	R\$ por Unidade	39,67
30/09/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.554.523.268	41,97	32,64	R\$ por Unidade	37,16
30/12/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.834.035.177	38,22	31,95	R\$ por Unidade	34,90

**Exercício social 31/12/2018**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2018	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.757.460.649	60,75	48,87	R\$ por Unidade	54,37
30/06/2018	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.769.456.466	50,80	37,39	R\$ por Unidade	42,93
30/09/2018	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.225.819.553	43,89	36,74	R\$ por Unidade	39,90
31/12/2018	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.409.948.113	52,10	39,00	R\$ por Unidade	43,32

**Exercício social 31/12/2017**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.356.454.416	46,51	37,26	R\$ por Unidade	42,75
30/06/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.721.867.212	58,30	42,65	R\$ por Unidade	50,35
30/09/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.776.566.186	52,50	46,44	R\$ por Unidade	49,45
31/12/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.440.174.021	52,10	46,20	R\$ por Unidade	48,65

**18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil**

<b>Valor mobiliário</b>	<b>Nota Comercial</b>
<b>Identificação do valor mobiliário</b>	Notas Promissórias Comerciais
<b>Data de emissão</b>	23/04/2020
<b>Data de vencimento</b>	23/10/2020
<b>Quantidade (Unidades)</b>	20
<b>Valor total (Reais)</b>	200.000.000,00
<b>Saldo Devedor em Aberto</b>	200.000.000,00
<b>Restrição a circulação</b>	Sim
<b>Descrição da restrição</b>	As Notas Comerciais circularão por endosso em preto, sem garantia do endossante, de mera transferência de titularidade, conforme disposto no §1º do artigo 4º da Instrução da CVM 566 e no artigo 15 do Anexo I da Lei Uniforme de Genebra, promulgada pelo Decreto nº 57.663, de 24 de janeiro de 1966. Enquanto objeto de depósito centralizado, a circulação das Notas Comerciais se operará pelos registros escriturais efetuados nas contas de depósito mantidas junto à B3, que endossará as Cártulas das Notas Comerciais ao credor definitivo por ocasião da extinção do registro na B3.
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Possibilidade resgate</b>	Sim
<b>Hipótese e cálculo do valor de resgate</b>	A Emissora poderá, unilateralmente, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, a partir da Data de Emissão, o resgate antecipado facultativo total das Notas Comerciais (sendo vedado o resgate antecipado facultativo parcial), com o consequente cancelamento de tais Notas Comerciais ("Resgate Antecipado Facultativo"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo, os Titulares das Notas Comerciais farão jus ao pagamento do Valor Nominal Unitário acrescido: (i) da respectiva Remuneração, calculada pro rata temporis, desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento do Resgate Antecipado Facultativo; (ii) de prêmio flat de 2% (dois por cento) incidente sobre o volume a ser resgatado antecipadamente, acrescido da respectiva Remuneração e; (iii) dos Encargos Moratórios devidos e não pagos, até a data do Resgate Antecipado Facultativo, se for o caso ("Valor do Resgate Antecipado Facultativo").
<b>Características dos valores mobiliários de dívida</b>	As Notas Comerciais serão emitidas sob a forma cartular e custodiadas conforme definido no "Manual de Normas - CRA de Distribuição Pública, CRI de Distribuição Pública, Debêntures e de Nota Comercial" da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão – Segmento CETIP UTVM ("B3"), perante instituição prestadora de serviços de custodiante da guarda física das Notas Comerciais a ser contratada pela Companhia ("Custodiante"), conforme será definido nas respectivas Cártulas, sendo que, para todos os fins de direito e efeitos, a comprovação da titularidade das Notas Comerciais será feita por meio da posse das Cártulas.
<b>Outras características relevantes</b>	Todas as condições e regras relacionadas à emissão das Notas Comerciais foram tratadas na Atas de Reunião do Conselho de Administração, realizadas em 15.04.2020 e 23.04.2020.

**18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários**

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Nota Comercial	0	0	20

**18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação**

As ações ordinárias da Companhia são admitidas à negociação no Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") sob o código "MDIA3" desde outubro de 2006.

## **18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia não possuía ações negociadas em mercados estrangeiros no período de janeiro de 2016 a dezembro de 2018. Todas as suas ações são negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3").

## **18.8 - Títulos Emitidos no Exterior**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia não possuía valores mobiliários emitidos no exterior de janeiro de 2016 a dezembro de 2018.

## **18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição**

A Companhia, suas controladas e o acionista controlador não realizaram oferta pública de distribuição nos três últimos exercícios sociais.

**18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas**

Não se aplica, visto que a Companhia, suas controladas e o acionista controlador não realizaram nenhuma oferta pública nos três últimos exercícios sociais.

### **18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição**

A Companhia, suas controladas e o acionista controlador não realizaram nenhuma oferta pública de aquisição de ações de terceiros nos três últimos exercícios sociais.

## **18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários**

Todas as informações relevantes relativas a este item foram citadas anteriormente.

**19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor**

Data delib.	Período recomp.	Reservas e lucros disp. (Reais)	Espécie	Classe	Qtde. prevista (Unidades)	% rel. circ.	Qtde. adquirida aprovadas (Unidades)	PMP	Fator de cotação	% adquirido
<b>Outras caracter.</b>										
20/01/2020	21/01/2020 à 21/07/2021	1.928.920,00	Ordinária		8.472.614	10,000000	1.105.000	0,00	R\$ por Unidade	1,304201
Objetivo: adquirir ações de emissão da Companhia para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação com vistas a: (a) atender ao Programa de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 13 de abril de 2017; e, (b) maximizar a geração de valor para os acionistas.										

**19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria****Exercício social 31/12/2019****Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
-----------------	--------------------------	-----------------------------------	---------------

Ordinária

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	0	
Quantidade adquirida	0	0,00
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	0	
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%	

**Exercício social 31/12/2018****Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
-----------------	--------------------------	-----------------------------------	---------------

Ordinária

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	0	
Quantidade adquirida	0	0,00
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	0	
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%	

**Exercício social 31/12/2017****Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
-----------------	--------------------------	-----------------------------------	---------------

Ordinária

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	0	
Quantidade adquirida	0	0,00
Quantidade alienada	0	0,00

**19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria**

Quantidade cancelada	0
Quantidade final	0
<hr/>	
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%

**19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria**

Todas as informações relevantes relativas a este item foram citadas anteriormente.

Adicionalmente são apresentados a movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria incorridos no ano de 2020 resultante do programa de recompra de ações

**Exercício social 31/12/2020****Ações**

<b>Especie de Ação</b>	<b>Classe ação preferencia</b>	<b>Descrição dos valores mobiliári</b>	<b>Fator cotação</b>
<b>Ordinária</b>			

<b>Movimentação</b>	<b>Qunatidade (Unidades)</b>
Quantidade Inicial	1.105.000
Qunatidade Adquirida	-
Qunatidade Alienada	-
Qunatidade Cancelada	-
Qunatidade Concedida (plano de remuneração)	84.871
Quantidade Final	1.020.129
<b>Relação valores mobiliarios em circulação</b>	<b>1,22%</b>

## 20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

<b>Data aprovação</b>	<b>11/03/2019</b>
<b>Órgão responsável pela aprovação</b>	Conselho de Administração
<b>Cargo e/ou função</b>	Administradores ou controladores da Companhia ou do Acionista Vendedor; Administradores ou controladores de quaisquer das Instituições Participantes da Oferta ou de quaisquer dos Agentes de Colocação Internacional Outras pessoas vinculadas a oferta Cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes ou colaterais até o segundo grau de qualquer uma das pessoas referidas nos itens anteriores

### Principais características e locais de consulta

A Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia tem como propósito estabelecer as regras de negociação de Valores Mobiliários de emissão da Companhia e suas Sociedades Controladas, de modo a coibir a prática de insider trading (uso indevido de Informação Privilegiada em benefício próprio ou de terceiros) e tipping (fornecimento de Informações Privilegiadas para que terceiros delas se beneficiem), assim como preservar a transparência nas negociações de Valores Mobiliários de emissão da Companhia. As regras estabelecidas na presente Política aplicam-se à Companhia e às Pessoas Relacionadas, conforme o caso.

A Política de Negociação de Valores Mobiliários da Companhia está disponível no site <http://www.mdiasbranco.com.br/ri/> na seção "Governança Corporativa | Política de Divulgação e Negociação".

**Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização** Nas hipóteses descritas a seguir, é vedada a negociação de Valores Mobiliários pela Companhia e pelas Pessoas Relacionadas ("Período de Bloqueio"):

- (i) sempre que ocorrer qualquer Ato ou Fato Relevante nos negócios da Companhia de que tenham conhecimento as Pessoas Relacionadas;
- (ii) sempre que estiver em curso ou houver sido outorgada opção ou mandato para o fim de aquisição ou a alienação de ações de emissão da M. DIAS BRANCO pela própria Companhia, suas Sociedades Controladas, suas Sociedades Coligadas ou outra sociedade sob controle comum;
- (iii) sempre que existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária;
- (iv) no período compreendido entre a decisão tomada pelo órgão social competente de aumentar ou reduzir o capital social, de distribuir dividendos, bonificação em ações ou seus derivativos, de desdobrar, agrupar ou emitir outros valores mobiliários e a publicação dos respectivos editais ou anúncios;
- (v) no período de 15 (quinze) dias anteriores à divulgação ou publicação, quando for o caso, das informações trimestrais (ITR) e das demonstrações financeiras padronizadas anuais (DFP); e
- (vi) em todos os períodos em que, por força de comunicação escrita do Diretor de Relações com Investidores da Companhia, haja determinação de vedação à negociação dos Valores Mobiliários da Companhia.

As vedações previstas nos itens (i), (iii) e (iv) acima deixarão de vigorar tão logo a Companhia divulgue Ato ou Fato Relevante ao mercado, exceto se a negociação, após a divulgação do Ato ou Fato Relevante, puder interferir nas condições dos negócios da M. DIAS BRANCO, de maneira a resultar prejuízo à própria Companhia ou a seus acionistas, devendo essa restrição adicional ser informada pelo Diretor de Relações com Investidores.

A vedação prevista no item (ii) acima somente existirá na data em que a própria Companhia negocie ou informe às Pessoas Relacionadas que negociará com Valores Mobiliários de sua própria emissão.

A Companhia adotará os procedimentos e medidas abaixo, sem prejuízo de outros que entender necessários, a fim de evitar e fiscalizar eventuais infrações à Política:

- (i) exigência de celebração de Termo de Adesão pelas Pessoas Relacionadas, nos termos do Anexo A;
- (ii) comunicados divulgados às Pessoas Relacionadas, pelo Diretor de Relações com Investidores, alertando sobre abertura e fechamento das janelas de negociação durante os Períodos de Bloqueio;
- (iii) monitoramento dos Programas Individuais de Investimento;
- (iv) realização de treinamentos, cuja periodicidade e conteúdo serão definidos pela Diretoria de Relações com Investidores.

## **20.2 - Outras Informações Relevantes**

Todas as informações relevantes relativas a este item foram citadas anteriormente.

## 21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

A Companhia possui Política de Divulgação de Uso de Informações e de Negociação de Valores, contida no documento intitulado Manual de Divulgação e Uso de Informações e de Negociação de Valores Mobiliários, em linha com o que dispõe a Instrução CVM 358, que foi aprovada e atualizada em reunião do Conselho de Administração em 11 de março de 2019.

Esta Política tem como propósito: (i) estabelecer regras e diretrizes para a divulgação e uso de Informações Relevantes no âmbito da Companhia e de suas Sociedades Controladas e Sociedades Coligadas, bem como para a manutenção do sigilo de tais informações, enquanto não divulgadas; (ii) estabelecer as normas gerais e de conduta que serão utilizadas pela Companhia para classificar informações como Atos ou Fatos Relevantes, e para divulgar tais informações, conferindo, em benefício dos investidores e do mercado em geral, previsibilidade às condutas que serão adotadas pela Companhia; e (iii) evitar e coibir a disseminação seletiva de informações sobre Ato ou Fato Relevante.

Essas pessoas devem firmar o respectivo “Termo de Adesão” à presente Política. A Companhia manterá em sua sede, relação das pessoas que firmarem o Termo de Adesão, a qual será atualizada continuamente à medida que for necessária a adesão de novas pessoas. Cópia dos Termos assinados será entregue ao Vice Presidente de Investimentos e Controladoria e Diretor de Relações com Investidores. Sempre que houver alteração desta Política, os subscritores dos Termos de Adesão deverão assinar novos Termos e entregá-los prontamente à Companhia. Tais documentos serão mantidos à disposição dos órgãos reguladores. Os Termos de Adesão deverão permanecer arquivados na sede da Companhia enquanto seus signatários mantiverem vínculo com a Companhia, e por, no mínimo, cinco anos após o seu desligamento.

### Princípios da comunicação corporativa

Ética – Todas as pessoas sujeitas a esta Política deverão pautar a sua conduta em conformidade com os valores de boa-fé, lealdade e veracidade.

Acesso à Informação – É essencial que a Companhia garanta a disponibilidade de Informações Relevantes com regularidade e qualidade. É ainda, obrigação das pessoas sujeitas às disposições previstas nesta Política assegurar que a divulgação de informações acerca da situação patrimonial e financeira da Companhia seja correta, completa, contínua e desenvolvida por meio dos administradores incumbidos dessa função, devendo, também, abranger dados sobre a evolução das suas respectivas posições acionárias no capital social da Companhia, na forma prevista nesta Política e na legislação em vigor.

Igualdade de Tratamento – A informação transparente, precisa e oportuna constitui o principal instrumento à disposição do público investidor e, especialmente, dos acionistas e investidores da M. DIAS BRANCO, para que lhes seja assegurado o indispensável tratamento equitativo. O relacionamento da Companhia com os participantes e com os formadores de opinião no mercado de valores mobiliários dar-se-á de modo uniforme e transparente. O fluxo de informações será contínuo, mesmo em situações de crise.

Transparência – As informações disponibilizadas ao público investidor devem pautar-se pela transparência, ou seja, devem refletir fielmente as operações e a situação econômico-financeira da Companhia. Toda divulgação de Ato ou Fato Relevante, ou qualquer outra divulgação de informação, deverá observar o disposto nesta Política e na legislação em vigor.

Liberdade de Decisão – As decisões de investimento (venda, compra ou permanência) são atos exclusivos de cada investidor, assim como a busca pelos melhores retornos que deve se pautar pela análise e pela interpretação da informação divulgada ao mercado e jamais pelo acesso privilegiado a informações.

## **21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações**

### **Relatórios Obrigatórios**

Os relatórios obrigatórios (DFP, ITR, Demonstrações Financeiras e Formulário de Referência) deverão ser entregues pela Companhia dentro da forma e do prazo estipulados em lei e na regulação aplicável. Referidos documentos devem ser entregues simultaneamente na CVM (em português e, eventualmente, em inglês), nas Bolsas de Valores e no Website de RI (em versões em português e inglês).

### **Relatórios Gerenciais de Resultado (Earnings Releases)**

Os relatórios trimestrais informarão o público alvo sobre os desempenhos operacional e econômico-financeiro da Companhia no trimestre e acumulado no ano em curso (comparativamente ao período do ano anterior e/ou imediatamente anterior ao reportado), por meio de uma análise objetiva dos resultados obtidos e posição de balanço.

### **Projeções e Estimativas de Resultados**

A Companhia não divulgará projeções e nem estimativas (guidance) de seus resultados ou performance futura.

### **Feedback à Administração**

É responsabilidade do Diretor de Relações com Investidores manter a administração da Companhia informada sobre a percepção do mercado em relação aos resultados, estratégias e perspectivas da Companhia.

### **Período de Silêncio**

Conforme a legislação e a regulamentação vigentes, a Companhia se absterá de divulgar interna ou publicamente informações sobre seus resultados àqueles que não sejam os profissionais envolvidos no preparo, análise e aprovação de tais demonstrações contábeis no período que antecede a entrega dessas informações à CVM e às Bolsas de Valores (“Período de Silêncio”).

A Companhia observará o Período de Silêncio no período de 15 (quinze) dias anteriores à data de divulgação pública de seus resultados trimestrais ou anuais.

### **Práticas de divulgação de resultados da companhia**

O sistema utilizado pela Companhia para comunicação com o público investidor é composto pelos instrumentos descritos nos itens abaixo:

- **Divulgação Seletiva**

A divulgação seletiva – que se caracteriza pela divulgação de Informação Relevante para qualquer indivíduo antes da publicação de tal informação para o público investidor – contraria esta Política, exceto se tal indivíduo esteja obrigado a observar dever de confidencialidade e de não divulgação. Caso a Informação Relevante seja involuntariamente divulgada, a Companhia providenciará imediatamente sua divulgação nos termos da presente Política.

- **Porta-Voz designado pela Companhia**

## **21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações**

O Diretor de Relações com Investidores está autorizado a pronunciar-se em nome da Companhia nos assuntos que sejam relacionados ou que possam vir a impactar a percepção de risco, credibilidade e dos resultados consolidados da M. DIAS BRANCO, seja perante analistas, investidores ou imprensa. Os Empregados e Terceiros Contratados, exceto aqueles formalmente autorizados pela administração da Companhia a se pronunciarem em nome da Companhia, serão instruídos a não responder, em qualquer circunstância, a questionamentos de investidores, analistas ou profissionais da mídia. Todos Empregados e Terceiros Contratados que receberem, direta ou indiretamente, questionamentos de investidores, analistas ou profissionais da mídia, deverão imediatamente informar o Diretor de Relações com Investidores sobre tais questionamentos.

- **Reuniões com Analistas e Investidores**

As reuniões com entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no Brasil ou no exterior, relativa a matéria que possa consubstanciar Informação Relevante, deverão contar com a presença do Diretor de Relações com Investidores ou de outra pessoa por ele indicada para esse fim, ou ter o seu conteúdo, no que possa representar Informação Relevante, reportado ao Diretor de Relações com Investidores.

Anteriormente à realização dessas reuniões (ou simultaneamente), o Diretor de Relações com Investidores veiculará o material a ser apresentado conforme procedimento pertinente, de modo a evitar a caracterização de divulgação seletiva. Sempre que julgar conveniente, a Companhia fará a transmissão do áudio dessas reuniões pela internet (webcast), de modo a assegurar a ampla disseminação dos assuntos apresentados e discutidos.

- **Considerações acerca dos Analistas**

A Companhia poderá rever, mediante requisição de analista, os modelos de relatórios gerenciais de resultado (“Earnings Releases”) ou relatórios de cobertura (pesquisa e projeção) somente para verificação da precisão das informações sob domínio público.

A Companhia permitirá aos analistas e às autoridades o acesso às suas informações dentro de seus limites de tempo e recursos. Todos os analistas e investidores terão acesso ao Diretor de Relações com Investidores. As requisições de encontros com os administradores serão marcadas de acordo com a disponibilidade em agenda.

A Companhia não negará aos analistas ou investidores, em qualquer circunstância, acesso às suas informações públicas por conta da existência de recomendações negativas sobre os Valores Mobiliários de emissão da Companhia, observados os limites.

A Companhia poderá disponibilizar no Website de RI os nomes dos analistas e/ou empresas que estiverem cobrindo a Companhia, sem favorecer quaisquer deles. Eventualmente, mediante a autorização formal de cada analista ou empresa, a Companhia poderá disponibilizar as recomendações, os preços alvos e os relatórios elaborados pelos referidos analistas e/ou empresas.

- **Publicação de Relatório Anual da Companhia**

A Companhia deverá publicar anualmente um relatório apresentando o desempenho operacional e financeiro do ano anterior, bem como eventuais projetos, estratégias, benefícios e ações socioambientais dirigidas aos empregados, investidores, analistas de mercado, acionistas e ao mercado em geral (e.g. balanço socioambiental e relatório sustentabilidade).

- **Informativos e Mapas e Votação**

## 21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

Constituem informativos da Companhia as notas de Atos ou Fatos Relevantes e atos societários que dizem respeito a editais, avisos, mapas de votação e atas de assembleia e reuniões de Conselho de Administração publicados em jornais de grande circulação no local da sede da Companhia, no local onde a Companhia tem suas ações negociadas e na imprensa oficial no Brasil.

Quaisquer informativos devem ser verdadeiros, completos, consistentes e que não induzam o investidor a erro, escritas em linguagem simples, clara, objetiva e concisa, realizando-se a comunicação de forma abrangente, equitativa e simultânea para todo o mercado, zelando-se para que as informações divulgadas sejam úteis à avaliação dos Valores Mobiliários de emissão da Companhia.

- **Rumores**

A Companhia não se manifestará sobre rumores ou especulações existentes no mercado a seu respeito, exceto em situações em que tais rumores ou especulações se refiram a Ato ou Fato Relevante que tenha escapado ao controle da Companhia ou estejam acarretando oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos Valores Mobiliários de emissão da Companhia, quando serão imediatamente divulgados

- **Website de RI**

O Website de RI é um importante veículo de comunicação da Companhia com o público investidor e o mercado em geral, de modo que as informações por ele divulgadas deverão sempre manter os mais altos padrões de regularidade, qualidade e equidade. O Website de RI deve ser mantido continuamente atualizado e conter, pelo menos: (i) a totalidade das informações da Companhia enviadas à CVM e às Bolsas de Valores; (ii) apresentações realizadas ao público investidor e transcrição de teleconferências; (iii) ferramenta básica que possibilite o acompanhamento das cotações dos Valores Mobiliários de emissão da Companhia; (iv) calendário de eventos, práticas de governança corporativa, política corporativas e estimativas de analistas; (v) Relatório Anual; e (vi) informação de contato da equipe de Relações com Investidores da Companhia.

As divulgações do Website de RI deverão ser efetuadas em português e em inglês. Colaboração da Companhia nas Relações com Investidores.

Todas as áreas da Companhia deverão fornecer prontamente amplas informações (de caráter estratégico, operacional, técnico ou financeiro) ao Diretor de Relações com Investidores para que este, por sua vez, julgue, com o auxílio do Comitê de Divulgação, se o assunto deverá ou não ser tornado público.

- **Divulgações Específicas – Regulamento do Novo Mercado da B3**

Nos termos do Art. 20, § único, do Regulamento do Novo Mercado da B3, na hipótese da acumulação de cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente da Companhia decorrente de vacância, a Companhia deverá divulgar comunicado ao mercado ou Ato ou Fato Relevante: (i) informando sobre a referida acumulação até o dia útil seguinte ao da ocorrência; e (ii) no prazo de 60 (sessenta) dias contados da permanência da situação de vacância, informando as providências tomadas para cessar a referida acumulação de cargos.

Nos termos do Art. 26 do Regulamento do Novo Mercado da B3, a Companhia deverá divulgar, por meio de comunicado ao mercado ou Ato ou Fato Relevante, a renúncia ou destituição dos Administradores da Companhia até o dia útil seguinte em que a M. DIAS BRANCO for comunicada da renúncia ou em que for aprovada a destituição.

## **21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas**

Conforme a Política de Divulgação e Uso de Informações e de Negociação de Valores Mobiliários de emissão da Companhia, informação relevante – Considerar-se-á qualquer decisão dos Acionistas Controladores, deliberação da assembleia geral ou dos órgãos de administração da Companhia, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado a seus negócios que possa influir de modo ponderável: (i) na cotação dos Valores Mobiliários de emissão da Companhia ou a eles referenciados; (ii) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter os valores mobiliários emitidos pela Companhia; e (iii) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titular de Valores Mobiliários de emissão da Companhia, ou a eles referenciados. Adicionalmente, deverá ser considerado como ato ou fato relevante todas as hipóteses elencadas no Art. 2º da Instrução CVM nº 358/2002.

É de responsabilidade do Vice Presidente de Investimentos e Controladoria e Diretor de Relações com Investidores divulgar e comunicar à CVM e às Bolsas de Valores, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia que seja considerado informação relevante, bem como zelar pela ampla e imediata disseminação da informação relevante nas bolsas de valores e ao público em geral, inclusive por meio de anúncio publicado em jornal de grande circulação. Em circunstâncias especiais, podemos submeter à CVM um pedido de tratamento confidencial com relação a um ato ou fato relevante, quando os administradores entenderem que a divulgação pode colocar em risco interesse legítimo da Companhia.

Todas as pessoas vinculadas (os acionistas controladores da Companhia, seus diretores, membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e de quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, gerentes e funcionários da Companhia que tenham acesso frequente a informações relevantes e outros que a Companhia considere necessário ou conveniente) deverão assinar termo de adesão à Política de Divulgação de Informações do Mercado, e guardar sigilo sobre as informações ainda não divulgadas, sob pena de indenizar a Companhia e as demais pessoas vinculadas dos prejuízos que venham a ocorrer.

### **Procedimentos internos para informar e divulgar ato ou fato relevante da companhia**

Todas as informações sobre Ato ou Fato Relevante da Companhia serão levadas por quem a ele teve acesso ao conhecimento do Diretor de Relações com Investidores, que poderá submeter o ato ou fato e as informações a ele pertinentes à apreciação do Comitê de Divulgação (o “Documento de Divulgação”), o qual poderá solicitar a participação das Diretorias envolvidas no ato ou fato que deu origem ao Ato ou Fato Relevante.

Os Acionistas Controladores, os Administradores, os Conselheiros Fiscais, os Funcionários e Executivos com acesso a Informação Relevante e, ainda, os membros de quaisquer Órgãos com Funções Técnicas ou Consultivas da Companhia deverão prontamente comunicar qualquer Ato ou Fato Relevante de que tenham conhecimento ao Vice Presidente de Investimentos e Controladoria e Diretor de Relações com Investidores que, nos termos desta Política, tomará as devidas providências junto à área de Relações com Investidores no tocante à preparação de um documento de divulgação para o mercado.

Uma vez elaborado o referido documento, é de responsabilidade do Vice Presidente de Investimentos e Controladoria e Diretor de Relações com Investidores sua publicidade no mercado de valores mobiliários, contando com o apoio de sua assessoria de relações com investidores.

Assim, para fins de orientação, sempre que houver dúvida a respeito da relevância acerca de informação privilegiada, deve-se entrar em contato com o Vice Presidente de Investimentos e Controladoria e Diretor de Relações com Investidores da Companhia a fim de sanar a dúvida.

**21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas**

Os Acionistas Controladores, os Administradores, os Conselheiros Fiscais, os Colaboradores e Executivos com acesso à Informação Relevante ou qualquer dos integrantes dos demais Órgãos com Funções Técnicas ou Consultivas da Companhia observarão as regulamentações que versam sobre a disponibilização de Informações Privilegiadas, bem como o seu uso na negociação dos Valores Mobiliários.

### **21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações**

O Vice-Presidente de Investimentos e Controladoria e Diretor de Relações com Investidores da Companhia é o responsável pelo acompanhamento do processo de divulgação de informações, atos e fatos relevantes da Companhia, assegurando a ampla disseminação e a qualidade das informações colocadas à disposição do Mercado, assim como a prática dos processos e controles de divulgação, observando aspectos técnicos, legais, contábeis e institucionais. Quando necessário, também revisa e atualiza a Política de divulgação da Companhia.

## **21.4 - Outras Informações Relevantes**

Todas as informações relevantes relativas a este item foram citadas anteriormente.